

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SÉRGIO GINI

**A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA EMPRESARIAL:
O CASO DO MOVIMENTO REPENSANDO MARINGÁ
(1994-2004)**

Maringá

2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SÉRGIO GINI

**A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA EMPRESARIAL:
O CASO DO MOVIMENTO REPENSANDO MARINGÁ
(1994-2004)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Estadual de Maringá, em 30 de agosto de 2007, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História, sob a orientação do Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori.

Maringá
2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

G492c Gini, Sérgio
A construção da hegemonia empresarial : o caso do
Movimento Repensando Maringá (1994-2004) / Sérgio
Gini. -- Maringá : [s.n.], 2007.
282 f. : il.

Orientador : Prof. Dr. Ângelo A. Priori.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá. Programa de Pós-Graduação em História,
2007.

1. Ação política do empresariado - História -
Maringá, PR. 2. Sociologia política. 3. Empresariado
- História - Maringá, PR. 4. Movimento Repensando
Maringá. 5. Desenvolvimento econômico - Maringá,
1994-2004. 6. História do presente - Empresariado de
Maringá, PR. I. Universidade Estadual de Maringá.
Programa de Pós-Graduação em História. II. Título.

CDD 22.ed. 320.6

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori - UEM

Prof. Dr. Luiz Miguel do Nascimento - UEM

Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa - UFPR

À memória de meu bisavô paterno,

Vincenzo Gini, imigrante italiano que veio para o Brasil em 1884

fugindo da miséria e da fome e aqui morreu

pobre e saudoso

da terra distante.

À memória de meu tetravô materno,

José Pedro de Camargo, retirante e tropeiro, desbravador do sertão

paulista, que se radicou em Avaré, São Paulo,

nos idos de 1870.



Foto 1

Família reunida em Ourizona, Paraná, 1954

Fonte: arquivo pessoal do autor

À Luciana, Karen e Vincenzo, meus tesouros nesta terra;

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar à minha companheira de tantas lutas, derrotas e vitórias, Luciana Piovezan, que com seu carinho e compreensão sempre contribuiu para que eu não desistisse da vida acadêmica.

Aos meus filhos, Karen e Vincenzo, que suportaram minhas ausências e, mesmo sem entender o motivo, perdoaram-me pelos sábados e domingos em que estive no meio dos livros ou na frente do computador.

Ao meu orientador, professor Dr. Angelo Priori, por ter confiado em mim e me dado a liberdade, na medida certa, para desenvolver a pesquisa.

Aos professores Luiz Miguel do Nascimento (DHI) e Celene Tonella (DCS) que participaram da banca de qualificação e apresentaram preciosas sugestões para a redação final deste trabalho.

Ao amigo Altair Aparecido Galvão pelo exemplo de perseverança, engajamento e amizade.

À Associação Comercial e Empresarial de Maringá que me permitiu ter acesso ao Centro de Documentação Luiz Carlos Masson e aos documentos que foram as fontes da pesquisa.

À Universidade Estadual de Maringá pela manutenção do ensino público gratuito e de relevante qualidade, bem como pela manutenção do Programa de Pós-Graduação em História.

Por fim, agradeço à minha família: meu pai, Juvenil; minha mãe, Odete; e meus irmãos Odinéia, Dione e Ricardo César.

Ergui os olhos e vi, iluminando as encostas da colina, o planeta que sempre indica o bom caminho; isso fez diminuir o assombro que durante aquela angustiante noite turvara o lago do meu coração. Como o náufrago que, mesmo salvo das bravias ondas, fita o ameaçador mar no qual se agitara, assim meu ânimo, tremendo ansioso, pôs-se a remirar o espaço percorrido, que nenhum homem jamais cruzou ileso. Depois de dar algum descanso a meu corpo lasso, segui viagem pela subida deserta, firmando bem, em cada passo, o pé mais baixo.

Dante Alighieri
O Inferno, Canto I

RESUMO

Nesta pesquisa abordamos o processo de construção da hegemonia do empresariado em Maringá, Paraná, a partir da segunda metade da década de 1990 até o ano de 2004, ano da eleição do atual prefeito da cidade. Este processo deu-se por intermédio do Movimento Repensando Maringá que articulou e reuniu os diferentes segmentos de grupos empresariais – entidades patronais, comércio, indústria e prestação de serviços – para se transformar em uma força dirigente capaz de ditar alguns rumos políticos da cidade a partir da idéia-força do desenvolvimento econômico. O Movimento Repensando Maringá deu origem ao Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá – Codem, criado por lei municipal em 1997 e que é responsável pela gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico, além de formular as políticas de desenvolvimento da cidade. Formado por diversos grupos de segmentos e entidades diferentes – mais de 80, ao todo -, o Repensando Maringá foi controlado desde seu início pela Associação Comercial e Empresarial de Maringá - ACIM, cuja estratégia política lhe permitiu se impor como liderança legítima sobre todo o conjunto. Embora se apresentasse como um movimento apartidário e sem cunho político, as propostas do Repensando serviram de base para os planos de governo dos prefeitos eleitos em 1996, 2000 (com o apoio quase declarado ao candidato do Partido dos Trabalhadores, no segundo turno) e em 2004 quando o candidato eleito foi um membro do Codem e conselheiro da Associação Comercial. O projeto hegemônico gestado pelo grupo empresarial dirigente pautou as administrações municipais nesse período. Neste sentido, acreditamos que esta pesquisa oferece subsídios para se pensar nos modos de ação política do empresariado e entender as motivações que o levaram a se afastar da política partidária e a atuar na influência direta do Poder Executivo.

Palavras-Chave: empresariado, projeto político, hegemonia, desenvolvimento econômico, história do presente.

ABSTRACT

In this research we approach the process of construction of the hegemony of the enterprises in *Maringá, Paraná*, from the second half of the decade of 1990 until the year of 2004, year of the election of the current mayor of the city. This process was given for intermediary of the *Movimento Repensando Maringá* that articulated and congregated the different segments of enterprise groups - employers, commerce, industry and rendering of services - to change itself into a leading force capable to dictate some politics routes of the city from the idea-force of the economic development. The *Movimento Repensando Maringá* gave origin to the *Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá – Codem*, created for municipal law in 1997 and responsible for the management of the *Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico*, beyond formulating the politics of development of the city. Formed for diverse groups of segments and different entities - more than 80 -, *Repensando Maringá* was controlled since its beginning for the *Associação Comercial e Empresarial de Maringá - ACIM*, whose politics strategies allowed it to impose itself as legitimate leadership on all the set. Although it was presented as a neutral movement and without politics matrixes the proposals of *Repensando* had served of base for the plans of government of the elected mayors in 1996, 2000 (with the almost declared support to the candidate of the PT, in as the second turn) and in 2004 when the elected candidate was a member of the *Codem* and council member of the *Associação Comercial*. The hegemonic project managed by the leading enterprise group registered the city administrations in this period. In this direction, we believe that this research offers subsidies to think about the action ways politics of the enterprises and to understand the motivations that had taken it if to move away from the partisan politics and to act in the direct influence of the Executive.

Keywords: enterprises, political project, hegemony, economical development, present history

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 01: Família reunida em Ourizona, Paraná 1954.....	04
Foto 02: Casa Planeta, de Angelo Planas, primeiro associado da ACIM...	34
Foto 03: Maringá em 1972.....	37
Foto 04: Emerson Kapaz, ao lado de Jefferson Nogaroli, fala aos empresários.....	119
Foto 05: Outdoor com a convocação para o ato público.....	131
Foto 06: Manifestação de 13 de julho em frente à sede da ACIM	134
Foto 07: Reunião de conscientização do Repensando Maringá no Rotary Clube.....	151
Foto 08: Os participantes do Planejamento Estratégico Maringá 2020.....	162
Foto 09: Jefferson Nogaroli apresenta o Repensando Maringá na Câmara.....	180
Foto 10: Mesa de honra de posse do Codem.....	190
Foto 11: Trailer cedido pela ACIM para a campanha dos 200 mil eleitores	211
Foto 12: Panfletagem junto a automóveis na campanha Vote para Deputado.....	212
Foto 13: O prefeito Jairo Gianoto e seu secretário da Fazenda.....	220
Foto 14: Assinatura da ACIM em outdoor divulgando o Orçamento Participativo.....	225

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Capa da Revista ACIM n. 367, Julho de 1996.....	52
Imagem 02: Segunda capa da Revista ACIM n. 357, Agosto de 1995.....	95
Imagem 03: Capa da Revista ACIM, n. 392, Novembro de 1998.....	139
Imagem 04: Capa da Revista ACIM, n. 390, Setembro de 1998.....	208
Imagem 05: Material de divulgação do Codem.....	240

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Município de Mandaguari em 1950.....	30
Mapa 02: Localização de Maringá.....	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDIB	- Associação Brasileira De Infra-Estrutura E Indústrias De Base
ABRINQ	- Associação Brasileira Das Indústrias De Brinquedo
ACIM	- Associação Comercial E Empresarial De Maringá
ACOMAC	- Associação Dos Comerciantes De Material De Construção De Maringá E Região
ADUEM	- Associação Dos Docentes Da Universidade Estadual De Maringá
AEAM	- Associação Dos Engenheiros E Agrônomos De Maringá
AM	- Amplitude Modulada
APADI	- Associação Paranaense Dos Administradores De Imóveis
APCE	- Associação Paranaense De Consultores De Empresas
APEOP	- Associação Paranaense De Empreiteiros De Obras Públicas
APRAS	- Associação Paranaense De Supermercados
ARCOMAR	- Associação Dos Revendedores De Combustíveis De Maringá
ARENA	- Aliança Renovadora Nacional
BANCOOB	- Banco Cooperativo Brasileiro
BANESTADO	- Banco Do Estado Do Paraná
BBC	- British Broadcasting Corporation
BNDES	- Banco Nacional De Desenvolvimento Econômico E Social
CACB	- Confederação Das Associações Comerciais E Empresariais Do Brasil
CBMAE	- Câmara Brasileira De Mediação E Arbitragem
CDL	- Câmara Dos Dirigentes Lojistas
CEFET	- centro federal de educação tecnológica
CESUMAR	- Centro Universitário De Maringá
CEXP	- Centro De Exportação Do Paraná
CIEE	- Centro De Integração Empresa E Escola
CIESP	- Centro Das Indústrias Do Estado De São Paulo
CMNP	- Companhia Melhoramentos Norte Do Paraná
CNC	- Confederação Nacional Do Comércio

CNDL	- Confederação Nacional Dos Dirigentes Lojistas
CNI	- Confederação Nacional Da Indústria
CNT	- Confederação Nacional Do Transporte
COAL	- Comissão Para Assuntos Legislativos
COCAMAR	- Cooperativa Agroindustrial De Maringá
CODEM	- Conselho De Desenvolvimento Econômico De Maringá
COMPAGÁS	- Companhia Paranaense De Gás Natural
COPEL	- Companhia Paranaense De Energia Elétrica
CORECON	- Conselho Regional De Economia
CREA	- Conselho Regional De Engenharia E Arquitetura
CRECI	- Conselho Regional Dos Corretores De Imóveis
CRM	- Conselho Regional De Medicina
CRO	- Conselho Regional De Odontologia
CTM	- Centro Tecnológico De Maringá
CUT	- Central Única Dos Trabalhadores
DCS	- Departamento De Ciências Sociais Da Universidade Estadual De Maringá
DER	- Departamento De Estradas De Rodagem
DHI	- Departamento De História Da Universidade Estadual De Maringá
EADI	- Estação Aduaneira Do Interior
FACIAP	- Federação Das Associações Comerciais Do Paraná
FAMPEPAR	- Federação Das Associações De Micro E Pequenas Empresas Do Paraná
FEABAM	- Federação das Associações de Bairros de Maringá
FEBRABAN	- Federação Brasileira De Bancos
FEIPAR	- Feira De Integração Do Paraná
FIEP	- Federação Das Indústrias Do Estado Do Paraná
FIESP	- Federação Das Indústrias Do Estado De São Paulo
FIP	- Federação Das Indústrias Do Piauí
FM	- Frequência Modulada
FMD	- Fundo Municipal De Desenvolvimento Econômico
FUNDACIM	- Instituto De Responsabilidade Social De Maringá

IAP	- Instituto Ambiental Do Paraná
IBGE	- Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística
ICMS	- Imposto Sobre Circulação De Mercadorias
IDR	- Instituto Para O Desenvolvimento Regional
IEDI	- Instituto De Estudos Para O Desenvolvimento Industrial
IEL	- Instituto Euvaldo Lodi
IPTU	- Imposto Predial E Territorial Urbano
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
MICROMAR	- Associação Das Micro-Empresas De Maringá
OAB	- Ordem Dos Advogados Do Brasil
OMS	- Organização Mundial Da Saúde
PAN	- Partido Dos Aposentados Da Nação
PDC	- Partido Democrático Cristão
PDT	- Partido Democrático Trabalhista
PFL	- Partido Da Frente Liberal
PIB	- Produto Interno Bruto
PL	- Partido Liberal
PMDB	- Partido Do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	- Partido Da Mobilização Nacional
PNBE	- Pensamento Nacional Das Bases Empresariais
PP	- Partido Popular
PPB	- Partido Progressista Brasileiro
PPS	- Partido Popular Socialista
PR	- Partido Republicano
PROE	- Programa De Complementação Educacional
PRÓ-UEM	- Associação Pró-Desenvolvimento Da Universidade Estadual De Maringá
PRP	- Partido Republicano Progressista
PSB	- Partido Socialista Brasileiro
PSC	- Partido Social Cristão
PSD	- Partido Social Democrático
PSDB	- Partido Da Social Democracia Brasileira
PSP	- Partido Social Progressista

PSTU	- Partido Socialista Dos Trabalhadores Unificados
PT	- Partido Dos Trabalhadores
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	- Partido Trabalhista Cristão
PTN	- Partido Trabalhista Nacional
PV	- Partido Verde
RODOMAR	- Sindicato Das Empresas De Transporte Rodoviário De Passageiros Intermunicipais, Interestaduais E Internacionais De Maringá
SCPC	- Serviço Central De Proteção Ao Crédito
SEBRAE	- Serviço Brasileiro De Apoio Às Micro E Pequenas Empresas
SECOVI	- Sindicato Da Habitação E Condomínios
SENAC	- Serviço Nacional De Aprendizagem Comercial
SENAI	- Serviço Nacional De Aprendizagem Industrial
SENAT	- Serviço Nacional De Aprendizagem Do Transporte
SEPROC	- Serviço De Proteção Ao Crédito
SER	- Serviço De Estágio Remunerado
SESC	- Serviço Social Do Comércio
SESI	- Serviço Social Da Indústria
SEST	- Serviço Social Do Transporte
SIALPAR	- Sindicato Da Indústria De Fabricação De Álcool Do Paraná
SIAPAR	- Sindicato Da Indústria De Açúcar Do Estado Do Paraná
SICCPAR	- Sindicato Da Indústria De Curtimento De Couro
SIMATEC	- Sindicato Do Comércio Varejista De Ferragens, Tintas, Madeiras, Materiais Elétricos, Hidráulicos E Materiais De Construção De Maringá Região
SINACAD	- Sindicato Das Academias E Atividades Afins
SINCOFARMA	- Sindicato Do Comércio Varejista De Produtos Farmacêuticos De Maringá
SINCOMM	- Sindicato Do Comércio De Maringá
SINDHOTEL	- Sindicato Dos Hotéis, Restaurantes, Bares E Similares De Maringá
SINDIHOSPITAL	- Sindicato Dos Hospitais E Estabelecimentos De Serviços De

	Saúde De Maringá
SINDILIVRE	- Sindicato Das Escolas Prestadoras De Cursos Livres Particulares
SINDIMETAL	- Sindicato Das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica E De Material Elétrico De Maringá
SINDIOMAS	- Sindicato Das Escolas Particulares De Idiomas
SINDIREPA	- Sindicato Da Indústria De Reparação De Veículos E Acessórios De Maringá
SINDUSCON-NOR	- Sindicato Da Indústria Da Construção Civil Do Noroeste Do Paraná
SINDVEST	- Sindicato Da Indústria Do Vestuário De Maringá E Região
SINEPE NOPR	- Sindicato Dos Estabelecimentos Particulares De Ensino Do Noroeste Do Estado Do Paraná
SINFANTIL	- Sindicato Das Escolas Particulares De Educação Infantil
SINGRAMAR	- Sindicato Da Indústria Gráfica De Maringá
SINTEEMAR	- Sindicato Dos Trabalhadores Em Estabelecimentos De Ensino De Maringá
SIVAMAR	- Sindicato Do Comércio Varejista De Maringá E Região
SPC	- Serviço De Proteção Ao Crédito
TCCC	- Transporte Coletivo Cidade Canção
TECNOPARK	- Parque Industrial E Tecnológico De Maringá
TECPAR	- Instituto De Tecnologia Do Paraná
TRE	- Tribunal Regional Eleitoral
UDN	- União Democrática Nacional
UEM	- Universidade Estadual De Maringá
UNE	- União Nacional Dos Estudantes
UNICAMP	- Universidade De Campinas
WTTC	- World Travel & Tourism Council
ZPA	- Zona De Processamento Aduaneiro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	21
INTRODUÇÃO	27
PRIMEIRA PARTE OS FUNDAMENTOS	
I O tema, o método e o universo teórico de referência	53
1.1 Considerações sobre o tema	54
1.2 A questão local	58
1.3. História do Tempo Presente e História Política	61
1.4. A força da idéia e o método	67
1.4.1 O marxismo como instrumental para a análise da sociedade	67
1.4.2 A renovação política e ideológica nas discussões sobre o Estado	69
1.4.3 O modelo marxista “renovado”	73
1.5. Sociedade Civil e consenso	77
1.6. As relações entre estrutura e superestrutura	80
1.7. O conceito de hegemonia	85
1.8. As fontes e a metodologia	90
SEGUNDA PARTE EMPRESARIADO E POLÍTICA	
II Universo de manifestação do empresariado	96
2.1 Estudos sobre empresariado e a política	97
2.2. O empresariado na conjuntura nacional	98
2.2.1 Confederação Nacional da Indústria - CNI	99
2.2.2 Confederação Nacional do Comércio - CNC	100
2.2.3 Confederação Nacional do Transporte - CNT	101
2.2.4 Confederação das Associações Comerciais do Brasil - CACB	102
2.2.5 Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas - CNDL	103
2.3 O empresariado na conjuntura local	106
2.3.1 Associação Comercial e Empresarial de Maringá - ACIM	107
2.3.2 Coordenadoria Regional da Federação das Indústrias do Paraná	109
2.3.3 Sindicato dos Lojistas do Comércio e do Comércio Varejista de Maringá	110
2.3.4 Outras entidades de segmentos diversos	111
2.4 Considerações	112
III Os projetos de afirmação do empresariado	115
3.1 O início	116
3.2 O Núcleo Regional do Pensamento Nacional das Bases Empresariais	117
3.3 A Associação Pró-Desenvolvimento da UEM – Pró-UEM	121
3.4 O Instituto para o Desenvolvimento Regional - IDR	126
3.5 O Movimento 13 de Julho	130

3.6	Considerações	134
-----	---------------	-----

TERCEIRA PARTE O PROJETO HEGEMÔNICO

IV	O Movimento Repensando Maringá	140
4.1	A influência da ACIM	141
4.2	Conselho de entidades – O Repensando Maringá toma corpo	144
4.3	O Movimento se espalha para as entidades	148
4.4	O Movimento ganha a política	151
4.5	Considerações	157

V	Maringá 2020	161
5.1	Pensando Maringá em 8 horas	162
5.2	O documento Maringá 2020	167
5.3	Considerações	170

VI	O Conselho de Desenvolvimento Econômico	175
6.1	Uma idéia pronta	176
6.2	A representatividade	184
6.3	O relacionamento com o novo prefeito	187
6.4	A Prefeitura controla o Conselho	191
6.5	O Codem entre os discursos e os projetos	195
6.5.1	Zona de Processamento Aduaneiro - ZPA	195
6.5.2	Pólo da Indústria Têxtil e de Confecções	197
6.5.3	Campanha de otimismo e marketing de Maringá	198
6.5.4	Incubadora Tecnológica	200
6.5.5	Outros projetos e novos discursos	201
6.5.5.1	Banco Social	201
6.5.5.2	Região Metropolitana de Maringá	202
6.5.5.3	Ramal do Gasoduto	202
6.5.5.4	Hidrovia do Ivaí	202
6.5.5.5	Centro Tecnológico	202
6.5.5.6	Novos cursos da UEM	203
6.5.5.7	Internacionalização do Aeroporto	203
6.5.5.8	Atração da Gol Linhas Aéreas	203
6.5.5.9	Parque Tecnológico	204
6.6	Considerações	204

QUARTA PARTE A POLÍTICA LOCAL NO CONTEXTO DA HEGEMONIA

VII	O projeto hegemônico e as eleições municipais	209
7.1	Ações políticas	210
7.2	As eleições municipais de 1996 – A paz política	215
7.3	As eleições municipais de 2000 – Um novo modo de governar Maringá	218
7.4	As eleições municipais de 2004 – Gente de Maringá	225
7.5	Considerações	229

	CONSIDERAÇÕES FINAIS	233
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	241
	ANEXOS	256
1	Prefeitos, presidentes da ACIM e presidentes do Codem	257
2	Movimento “Repensando Maringá”	259
3	Diretrizes para Maringá 2020	275

APRESENTAÇÃO

(...) no campo científico natural existe todo um espaço que é politicamente, ideologicamente e socialmente condicionado; é tudo o que vem antes e depois da investigação científica propriamente dita, em seu sentido estrito.

Michael Löwy¹

¹ LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**. Elementos para uma análise marxista. 15ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 89

É um desafio para qualquer cientista social trabalhar com a história política, principalmente a que se insere no campo do tempo presente. Isto porque, há uma vasta literatura crítica que abomina o registro dos acontecimentos e fenômenos históricos em sua forma tradicional, ou seja, como uma “visão de cima” e sem o distanciamento de tempo que propicie certa “isenção” do tema em tela, e, ao mesmo tempo, devido à espantosa velocidade de informação do mundo contemporâneo e às transformações do dia-a-dia, se sobrepõem algumas necessidades urgentes para a investigação histórica: buscar experiências de outras disciplinas, apresentar novos temas e novos objetos e integrar todos os atores que moldam o processo histórico.

Não poderíamos e nem pretendemos realizar um trabalho de pesquisa que contemple todos os parâmetros exigidos pelas grandes escolas e correntes da disciplina histórica. Sabemos que os seus expressivos representantes, com salutar preocupação, defenderam a elevação da disciplina de História ao ponto mais alto das ciências. Por isso, esperamos poder contribuir com nossa capacidade de pesquisa, embasada no rigor metodológico, para um trabalho de história política que, ao analisar acontecimentos locais, compreenda a trama de ações políticas no espectro geral, isto é, nacional, e que sirva para auxiliar no entendimento da construção de projetos e ideologias que justifiquem a hegemonia de um grupo dirigente no contexto local.

A questão que pretendemos abordar nesta pesquisa é o processo de construção da hegemonia da classe empresarial de Maringá, assumindo uma participação direta no arranjo político-institucional, a partir de um projeto liderado pela Associação Comercial. De um início tímido em 1994 esta construção ganhou escala em 1996 com o Movimento Repensando Maringá, quando foi elaborado um documento com as principais políticas de desenvolvimento para a cidade até o ano de 2020, e em 1997 quando foi institucionalizada a participação do empresariado na administração pública, por meio do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá - Codem.

De acordo com esta perspectiva, nos propomos a analisar historicamente os momentos de ação do empresariado – o Movimento Repensando Maringá - que o alçaram à condição de agente político, “representante” da sociedade civil organizada e “parte” integrante do Estado. Desta forma, colocamos o centro de nossa análise da

construção de um projeto hegemônico do empresariado sobre: 1º.) seu processo de organização e representação, isto é, a partir de quando e liderado por quem ele se organiza e como as entidades empresariais se representam nele e 2º.) sua relação com o arranjo político-institucional da cidade, ou seja, como ele interfere nas ações de governança do poder público. Nossa estratégia de análise privilegia mais como se deu a articulação entre o empresariado para a construção desse projeto, e posteriormente sua manutenção frente aos governos, influenciando a política local nos rumos do desenvolvimento da cidade, do que propriamente o seu comportamento frente à política econômica, o que é mais usual na literatura conforme atesta Costa (2003, p. 11).

A pesquisa contempla a entidade representativa do empresariado maringense mais antiga, e que durante muito tempo manteve-se hegemônica entre esse grupo, a Associação Comercial e Empresarial de Maringá - ACIM. Por não ter o caráter sindical patronal e por ser uma entidade civil de livre associação, tornou-se porta-voz de empresários que não participavam de sindicatos ou de empresários que ainda não tinham órgãos legais de representação, mais especificamente o comércio. Consideraremos esta entidade a partir de sua composição no sentido de saber quais setores e segmentos atuavam por meio dela e do seu comportamento frente às outras entidades empresariais, articulando estratégias para determinar que o projeto esboçado por ela pudesse se tornar hegemônico. Essa análise é importante pelo fato de esclarecer uma opção de ação política do empresariado, permitindo que a ACIM liderasse o Movimento Repensando Maringá e tirasse das mãos do poder público o controle do Codem.

É importante ressaltar que não desconsideramos que vários outros agentes, movimentos sociais, fatores históricos e grupos políticos têm igual relevância no processo de constituição do arranjo político-institucional em Maringá. Ao fazermos a opção por estudar o empresariado tentamos compreender como este grupo social se comportou frente à dinâmica política e institucional da cidade, lutando por estar sempre presente nesse processo. Também é importante destacar que o empresariado, em princípio, tem uma relevância sobre as formas de funcionamento concreto da política e do Estado no capitalismo atual.

Partimos da hipótese de que o comportamento empresarial, a partir do Movimento Repensado Maringá, influenciou a ação política por meio de um projeto hegemônico interferindo decisivamente na formulação de políticas de desenvolvimento à mercê de seus ideais. A problematização da construção dessa hegemonia nos permitirá analisar como se deu a relação entre o empresariado e a sua interferência no processo político-institucional. Este é o nosso objetivo fundamental.

Para consubstanciar o estudo proposto, entendemos ser necessário descrevermos como se originou o Movimento Repensando Maringá e identificarmos como surgiu a consciência de grupo entre os que estavam envolvidos no processo e como se reconheciam nele. Nesse sentido, é essencial sabermos reconhecer o discurso e a temática trabalhada pelos integrantes do Movimento, principalmente pelos intelectuais que deram suporte orgânico a todo o processo. Como é de interesse histórico, destacaremos como foi a mobilização da classe empresarial para que o Movimento produzisse fruto, no caso o Codem, e identificaremos qual foi o comportamento dos poderes Executivo e Legislativo com a entrada em cena de um novo agente político. Daí, é possível apresentar quais as propostas, formulações de leis e encaminhamentos foram realizados para o desenvolvimento da cidade, garantindo a prevalência do projeto hegemônico.

Para a consecução dessa pesquisa e a submissão ao rigor metodológico, utilizamos a documentação gerada no contexto histórico, produzida pela ACIM, entidade líder do Movimento. Nossas fontes principais foram as edições dos anos de 1993 a 2004 da Revista ACIM, intitulada como órgão oficial da entidade. Ao todo foram 103 volumes que definimos como fonte principal, pelo fato de conterem documentos originais do período a ser pesquisado e que compartilham de um universo temático comum e da mesma ambiência social e cultural (CÔRTEZ, 2003, p.15). As evidências foram os artigos e matérias escritos nesse período e que apresentam a ação política da entidade para dar vez e voz às ações e projetos do Repensando Maringá, num processo gradual de construção hegemônica.

Após analisar toda a documentação a que nos propusemos utilizar, vimos que a histórica política não poderia se omitir, deixando apenas para a ciência política a tarefa de explicar a construção da hegemonia empresarial em Maringá. Por isso, por

se tratar de uma pesquisa histórica, procuramos montar um quadro sobre a ação política do empresariado de forma seqüencial e coordenada a fim de que as concepções políticas do grupo fossem reveladas, desnudando seu projeto hegemônico e favorecendo o entendimento de como esse comportamento condicionou a governança municipal. Seguimos aqui a orientação de Hobsbawm de que essa história é uma “colaboração entre modelos gerais de estruturas e mudança social e o conjunto específico de fenômenos que de fato aconteceram” (HOBBSAWM, 2005, p. 92). A delimitação temporal escolhida foi o período de 1994 a 2004, compreendendo as três gestões municipais pós-ascensão do projeto hegemônico do empresariado maringense.

A dissertação foi dividida em quatro partes. Anterior a elas, elaboramos uma Introdução apresentando alguns aspectos da história de Maringá, como suas primeiras eleições, o surgimento da ACIM e seu envolvimento na política local, as transformações na economia do município, a polarização entre dois grupos políticos e o surgimento de um Movimento empresarial para “retomar” o desenvolvimento da cidade, estagnado com a crise do início dos anos 1990.

Na primeira parte do trabalho, intitulada Os Fundamentos, dedicamos o capítulo I para tratar sobre as questões teóricas e metodológicas que embasam a pesquisa. Corremos o risco de ter produzido um ensaio à parte, mas entendemos que tais fundamentos deveriam estar bem claros no início do trabalho para que o leitor entendesse nossas motivações pessoais e acadêmicas. No transcorrer da pesquisa, utilizaremos esses mesmos referenciais para explicitar o que foi extraído das fontes e como interpretamos o comportamento do grupo estudado.

Para a segunda parte, denominada Empresariado e Política, dedicamos dois capítulos. No capítulo II veremos qual é o universo de manifestação do empresariado, principalmente após a abertura política, tanto na conjuntura nacional quanto local. No capítulo III veremos os projetos de afirmação do empresariado local, no início da construção da hegemonia, contando com a participação de intelectuais orgânicos: a criação do Instituto para o Desenvolvimento Regional, o Movimento Pró-UEM e o Movimento 13 de Julho.

Na terceira parte – O Projeto Hegemônico – veremos como se deu a construção da hegemonia empresarial e como esta se relacionou com a política institucionalizada. No capítulo IV trataremos sobre o Movimento Repensando Maringá e a sua articulação com os poderes Executivo e Legislativo para aprovar as leis que criaram o Codem e o Fundo de Desenvolvimento. No capítulo V veremos como foi realizado e qual o resultado do planejamento estratégico Maringá 2020 e no capítulo VI discorreremos sobre a criação do Codem, seu relacionamento inicial com o novo prefeito e com a nova diretoria da ACIM, na época. Apresentaremos também a relação entre o discurso da hegemonia com a prática dos projetos apresentados.

Na quarta parte, veremos A Política Local no Contexto da Hegemonia. No capítulo VII abordaremos as eleições municipais de 1996 e o projeto da paz política, que estava no seio do Movimento quando este se iniciou; trataremos das eleições municipais de 2000 e o projeto da ética e da moralidade, vitorioso com o Partido dos Trabalhadores, e que teve apoio direto do empresariado. Veremos também as eleições municipais de 2004 e o projeto de retorno ao desenvolvimento proposto pelo candidato vencedor. Esta proposta foi um retorno às origens do Movimento Repensado Maringá.

Por fim, em nossas considerações finais alinhavaremos as conclusões de cada capítulo, trabalhando com os fundamentos apresentados na parte inicial da dissertação. No final do trabalho, anexaremos farto material para conhecimento, maiores esclarecimentos e futuras pesquisas sobre o tema em discussão.

INTRODUÇÃO

Seria óbvio encarecer à ilustrada Comissão Especial, o que, social, econômica e intelectualmente, o novo município de Maringá representa para o nosso Estado. Sua sede, traçada com todos os requisitos da moderna engenharia urbanística, apresentando largas e extensas avenidas, ruas bem traçadas e esplêndidos logradouros públicos, com seus numerosos estabelecimentos comerciais e industriais, casas residenciais de apurado gosto e etc., está fadada a muito em breve, apresentar-se como uma das mais belas cidades do Paraná. A alta capacidade do seu comércio e da sua indústria e, o que mais avulta, dos seus imensos e esplendorosos cafezais, são a garantia iniludível do seu inigualável futuro na vida brasileira. (...) Maringá é um autêntico milagre no cenário paranaense, fazendo jus aos foros de Município, capaz de dirigir os seus próprios destinos em busca do seu grandioso porvir.

Deputado Rivadávia Vargas, em 10/04/1951²

² Sugestão do deputado Rivadávia Vargas na sessão ordinária da Assembléia Legislativa do Paraná, encaminhada para a Comissão especial encarregada de elaborar o anteprojeto da nova Divisão Administrativa do Estado. In LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. Maringá: a Prefeitura, 1997, pp. 110, 111.

Nossa pesquisa investiga um período da história local do município de Maringá, terceira maior cidade do Estado do Paraná, importante centro regional e peça fundamental para entender o processo histórico de colonização ou, como preferimos optar, a (re)ocupação do norte do Paraná³. Fundada em 10 de maio de 1947⁴ como fruto de um dos mais bem sucedidos – na lógica capitalista - projetos privados, de iniciativa inglesa⁵, Maringá foi projetada de acordo com “as mais avançadas normas de planejamento” (LUZ, 1997, p. 46), baseado no modelo inglês de cidade-jardim⁶. Este planejamento, pragmático, deveria cumprir com o “tecnicismo” do capital privado, possuindo “um traçado urbano que expressasse uma funcionalidade e, mais exatamente, uma racionalidade” (ANTONIO, 2004, p.4). Daí, deriva o discurso que veremos no desenvolvimento do trabalho de cidade sempre moderna e dinâmica.

³ Memorialistas e historiadores têm escrito uma diversidade de trabalhos sobre o processo de colonização - para uns - e reocupação - para outros - do Norte do Paraná. Na primeira opção recomendamos consultar: LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. Maringá, a Prefeitura, 1997; CANCIAN, Nadir A. **Cafeicultura paranaense -1900-1970**. Curitiba: Grafipar, 1981; CERNEV, Jorge. **Liberalismo e colonização: o caso do Norte do Paraná**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Filosofia. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1988; MUSSALAN, René. **Norte pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974; SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro: Unesp, 1991; CEZÁRIO, Ana Cleide C. **Norte novo: a expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico**. In: PAZ, Francisco M. (org). *Cenários de economia e política: Paraná*. Curitiba: Prephacio, 1991; HILÁRIO, José. **Maria do Ingá. Amargo sabor de mel na colonização do Paraná**. Maringá: Ideal, 1995; CORRÊA JÚNIOR, João Antonio. **O trem de ferro! Maringá**: Editora 5 de Abril, 1991; RECCO, Rogério. **À sombra dos ipês de minha terra**. Londrina: Midiograf, 2005.

Para a segunda opção, da qual somos partidários, recomendamos consultar: TOMAZI, Nelson Dacio. **Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000; MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá: Eduem, 1994; TOMMASINO, K. **A história dos Kaingang da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento**. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia. São Paulo: USP, 1995; LOPES, Ana Yara Paulino. **Pioneiros do capital: a colonização do Norte Novo do Paraná**. Dissertação (Mestrado) – FFLCH. São Paulo: USP-FFLCH, 1982; GONÇALVES, José Henrique R. **História regional & ideologias: em torno de algumas corografias políticas do norte-paranaense, 1930/1980**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1995; NOELLI, Francisco Silva; MOTA, Lucio Tadeu. **A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná**. In: DIAS, Reginaldo B; GONÇALVES, José Henrique R. *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999; GONÇALVES, José Henrique R. **Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do Norte (Novo) do Paraná – 1930/1970**. In: DIAS, Reginaldo B; GONÇALVES, José Henrique R. *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999.

⁴ Optamos por não entrar em detalhes sobre a história do surgimento e fundação da cidade de Maringá devido ao nosso recorte temático e pelo fato de termos uma vasta literatura que trata sobre o tema, conforme citado na nota anterior.

⁵ Sobre o ponto de vista do capital, consultar: COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**, publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 24 de setembro de 1975, São Paulo.

⁶ O modelo de cidade-jardim foi desenvolvido pelo inglês Ebenezer Howard para servir de modelo aos projetos das companhias inglesas de colonização no final do século XIX. Seu planejamento contempla a cidade ideal, sadia e bela. Consultar: HOWARD, Ebenezer. **Cidades jardins de amanhã**. Hucitec, 2002.

A reocupação de Maringá se inicia na fase de consolidação do desenvolvimento da economia cafeeira no norte do Paraná, iniciada com a expansão da cafeicultura paulista a partir da década de 1920 e pelo “descobrimento” das terras-roxas do norte do Estado (LUZ, 1997, p. 12). Isso se deu no início dos anos 1950, e Maringá se tornou atrativa para os que vinham trabalhar na lavoura, bem como para os comerciantes que vislumbraram aqui uma boa oportunidade de negócios devido a abundância de matéria-prima e escassez de produtos finais. É possível, fazendo uma analogia ao estudo desenvolvido por Mendes (1999, pp. 401-403), estruturar o desenvolvimento econômico de Maringá nos seguintes ciclos:

- 1) Acumulação cafeeira e comercial (1952-1969);
- 2) Modernização da agricultura (1970-1979);
- 3) Desenvolvimento da agroindústria (1980-1989);
- 4) Pólo de prestação de serviços (1990-atual).

De 1947 a 1952 Maringá foi uma vila, e depois distrito, do próspero município de Mandaguari (mapa 01), que no recenseamento geral de 1950, era a segunda cidade mais populosa do Estado com 102.586 habitantes (Curitiba contava com 183.863 habitantes e Londrina com 72.144). Na época Maringá contava com 7.389 moradores em sua área urbana⁷. No recenseamento geral de 1960, Maringá já emancipada de Mandaguari⁸ (mapa 02), contava com 104.131 habitantes⁹. Consolidava-se, então, como a terceira maior cidade do Paraná, atrás apenas de Curitiba e Londrina. O processo acelerado de urbanização contribuiu para o surgimento de inúmeras oportunidades de trabalho, atraindo migrantes de diversas regiões do Brasil, notadamente do interior de São Paulo, “proporcionando enriquecimento para alguns e sobrevivência para outros” (ANTONIO, 2004, p. 5).

⁷ Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1950. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, 1951.

⁸ O município de Maringá, como a maioria dos novos municípios do Noroeste, Sudoeste e Centro-Oeste do Estado, entre eles Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu, foi criado pela Lei n. 790, de 14 de novembro de 1951, que instalou a nova divisão administrativa do Paraná, de autoria do governador Bento Munhoz da Rocha Neto.

⁹ Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1961. Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, 1961.

MAPA 01
Município de Mandaguari em 1950



A atividade comercial se mostrou próspera no primeiro ciclo de desenvolvimento uma vez que a atividade agrícola, força motora do crescimento da cidade, era também a principal consumidora. Segundo números levantados por Luz (1997, p. 143) em 1955 os estabelecimentos comerciais totalizavam 352. Em 1957 subiu para 569 estabelecimentos. “Os estabelecimentos comerciais mais numerosos eram os de produtos alimentícios, bebidas e estimulantes (incluindo o fumo)” (LUZ, 1997, p.144). É nesse contexto que é fundada em 12 de abril de 1953 a Associação Comercial de Maringá¹⁰, principal agente de defesa dos interesses do neo-empresariado local e peça chave para entender a ação empresarial no desenvolvimento desta pesquisa.

¹⁰ No final da década de 1960 o nome foi mudado para Associação Comercial e Industrial de Maringá, derivando daí a sigla ACIM, que será usada em todo o corpo desse trabalho. No começo do ano 2000 o nome foi mudado para Associação Comercial, Industrial e de Prestação de Serviços de Maringá e alterado dois anos depois para o nome atual: Associação Comercial e Empresarial de Maringá, continuando com a sigla ACIM.

MAPA 02
Localização de Maringá



A ACIM surgiu no âmago da primeira crise política vivenciada por Maringá. A emancipação de Mandaguari abriu espaço para o comando de um município que possuía uma arrecadação superior ao da antiga sede, revelando oportunidades de negócios que poderiam se desenvolver a partir daí, bem como a possibilidade de destaque aos administradores desses recursos, além da esfera municipal. Com isso, logo cedo Maringá se viu envolvida em disputas pelo seu comando político com grande efervescência nas relações de poder. “O processo de fundação da ACIM está intimamente relacionado aos confrontos políticos da primeira eleição municipal para prefeito, realizada em 1952” (ACIM, 2006, p. 39). Nessa eleição concorreram Waldemar Gomes da Cunha, pela União Democrática Nacional - UDN, partido presidido pelo comerciante Napoleão Moreira da Silva, com total apoio da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná¹¹; pelo partido do governador Bento Munhoz da Rocha Neto, o Partido Republicano, o candidato foi Angelo Planas, comerciante, “que gozava de grande prestígio junto ao eleitorado” (ANDRADE, 1979, p. 149). O PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, do presidente Getúlio Vargas,

¹¹ A CMNP apoiava tradicionalmente os candidatos da UDN. Em Londrina o candidato apoiado e vitorioso foi Milton Ribeiro de Menezes. Em Maringá Waldemar Gomes da Cunha representava o capital da Companhia: “*Não acreditem nestes Petebistas flagelados. Maringá precisa de dinheiro. Dinheiro só com a Cia. de Terras. Cia. de Terras só com Waldemar*”, era o texto de um boletim apócrifo da época da eleição. Cf. ESTRADA, Jorge Ferreira Duque. **Terra Crua**. Curitiba: [s.n], 1961, p.55.

“lançou muito timidamente e sem muita pretensão o Sr. Inocente Vilanova Júnior numa tentativa de buscar junto ao eleitorado as preferências que o pudessem conduzir ao cargo máximo do município” (ANDRADE, 1979, p. 149). Também concorreu pelo Partido Social Progressista o médico Raul Maurer Moletta. A diferença de votos entre os três principais candidatos foi mínima, o que gerou inclusive impugnação de uma urna¹². Angelo Planas recebeu 1.707 votos; Waldemar Gomes da Cunha conseguiu 1.725 e Inocente Vilanova Júnior foi eleito prefeito com 1.871 votos. A derrota de Angelo Planas foi uma surpresa para a maioria dos empresários, por isso, “dentro desse contexto, ganhava força a idéia de se fundar uma associação comercial. Planas foi um dos principais articuladores desta ação, percorrendo a casa de diversos empresários e mobilizando companheiros” (ACIM, 2006, p. 39).

Esses fatores conjunturais indicam que as relações políticas sempre estiveram presentes na elite¹³ comercial da cidade, liderada pela Associação Comercial. É revelador o próprio entendimento que a Associação tem de si:

Alguns presidentes da entidade procuraram dar à ACIM a aura de uma força paralela e intocável em relação aos interesses políticos partidários locais, estaduais ou nacionais e mesmo em relação a interesses de grupos empresariais. Estes mesmos depoimentos, porém, jamais negaram sua função política, e assumiram o envolvimento como parte integrada de um poder que se constrói pela necessidade das decisões e de garantia dos interesses destes mesmos empresários. (ACIM, 2006, p. 39)

A expansão dos negócios comerciais trouxe a necessidade de uma organização mínima, na qual fossem preservados os interesses dos investidores. As transformações pelas quais a cidade vinha passando, entre elas a recente eleição municipal e o atrito entre a prefeitura e a CMNP, que teve seus terrenos ainda não comercializados, taxados¹⁴, motivaram a união dos comerciantes. “A mobilização

¹² A apuração da eleição se deu em Mandaguari, sede da Comarca. A 24ª. urna foi impugnada e, por determinação do juiz eleitoral, foi enviada para ser apurada na sede do Tribunal Regional Eleitoral, em Curitiba. Os resultados divulgados em Mandaguari divergiram posteriormente dos resultados confirmados em Curitiba. Cf. ANDRADE, Arthur. **Maringá: ontem, hoje e amanhã**. Maringá: [s.n], 1979, p. 150.

¹³ O termo elite aqui apresentado se refere não a uma classe dirigente, ainda em formação na cidade de Maringá, mas a uma elite estratégica, especialmente concentrada pelo comércio local. Ver KELLER, Suzanne. **O destino das elites**. Rio de Janeiro: Forense, 1967, p. 69. Esta elite estratégica se transformará em classe dirigente alguns anos depois, conforme veremos no desenvolver da pesquisa.

¹⁴ Obedecendo ao disposto na Lei n. 11/53 – Código Tributário, o prefeito Inocente Vilanova Júnior mandou taxar todos os terrenos da CMNP (na época 5.040 datas). O valor que a CMNP teria que pagar somava na época

aconteceu dentro do contexto da necessidade dos empresários diante das mudanças que a cidade estava atravessando” (ACIM, 2006, p. 40). A própria Associação Comercial via essa questão como a oportunidade para se destacar no comando do poder:

Seria impossível considerar que a ACIM não estivesse dentro de um debate sobre os rumos do poder público municipal. Mas, este não era um assunto debatido nas reuniões dos empresários. O importante era a união do grupo visando a organização de uma entidade que defendesse os interesses do setor. (...) Assim, o atrito entre o poder público, CMNP e o setor empresarial foi se constituindo ao longo da primeira gestão municipal como uma questão de honra na demarcação do poder. (ACIM, 2006, p. 40)

Coube a Angelo Planas, candidato derrotado à prefeitura, liderar a assembléia de fundação da Associação Comercial. Ele também se tornou o associado número um da entidade (foto 2). Só não foi presidente porque tinha um atrito com o prefeito e poderia prejudicar a associação que estava se formando. Américo Marques Dias¹⁵, primeiro presidente da Associação Comercial, faz um depoimento revelador sobre esse momento:

O Angelo Planas e o Alfredo Maluf sempre falavam da necessidade de uma associação comercial. O prefeito tinha aumentado os impostos de forma absurda. Então começamos a nos reunir no Banco Comércio e Indústria. No começo nos reuníamos em três. Depois o grupo cresceu. Aí veio a questão da vaidade, como o Angelo Planas participava das reuniões, o prefeito achou que ele estava organizando a associação para enfrentá-lo politicamente. O Angelo Planas foi um homem que fez tudo por Maringá. Ele realmente gostava da cidade. Gostava tanto que, por causa dos comentários do prefeito e para preservar a associação, não quis ter qualquer cargo ou destaque na fundação da entidade. (ACIM, 2006, p. 40)

É evidente que a recém formada associação ocupou uma posição de vanguarda na cidade. As principais empresas do período áureo da acumulação cafeeira faziam parte de seu quadro de associados: as distribuidoras de alimentos e mercadorias,

mais de cinco milhões e meio de cruzeiros. A Companhia só aceitava o valor de um milhão e meio de cruzeiros. A polêmica chegou a render um processo de cassação do mandato do prefeito e, mais tarde, o Código Tributário foi revogado. Cf. ESTRADA, Jorge Ferreira Duque. **Terra Crua**. Curitiba: [s.n], 1961, p. 111, 112.

¹⁵ Américo Marques Dias nasceu em Portugal, em 1915. Veio para o Brasil ainda moço e se instalou em Votuporanga, São Paulo, reduto de comerciantes portugueses. Aos 35 anos, em 1950, assumiu a presidência da Associação Comercial daquela cidade. Em 1951 veio para Maringá juntamente com o empresário do setor atacadista Alberto Dias para instalar uma filial da empresa Dias Martins S/A. Foi presidente da ACIM por dois mandatos, de 1953/1954 e 1955/1956. Em 1957 saiu de Maringá e foi para Curitiba onde mora até hoje.

Dias Martins e J. Alves Veríssimo; as grandes casas de secos e molhados, Casa Andó, J. Fujiwara, Germani e Irmãos Ribeiro; o Banco do Estado de São Paulo e o Banco Sul Americano do Brasil; lojas de móveis como a Hermes Macedo e depósito de materiais de construção, como o Depósito Rodolpho Bernardi, entre outros. A união desses capitalistas, com o apoio do principal veículo de comunicação da época, a Rádio Cultura de Maringá, representava uma força bem maior do que a do poder público. Fato comprovado foi o mandado de segurança impetrado contra a Prefeitura, em dezembro de 1953, quando a Associação Comercial conseguiu, por meio de liminar, derrubar o aumento dos impostos proposto pela administração municipal¹⁶.

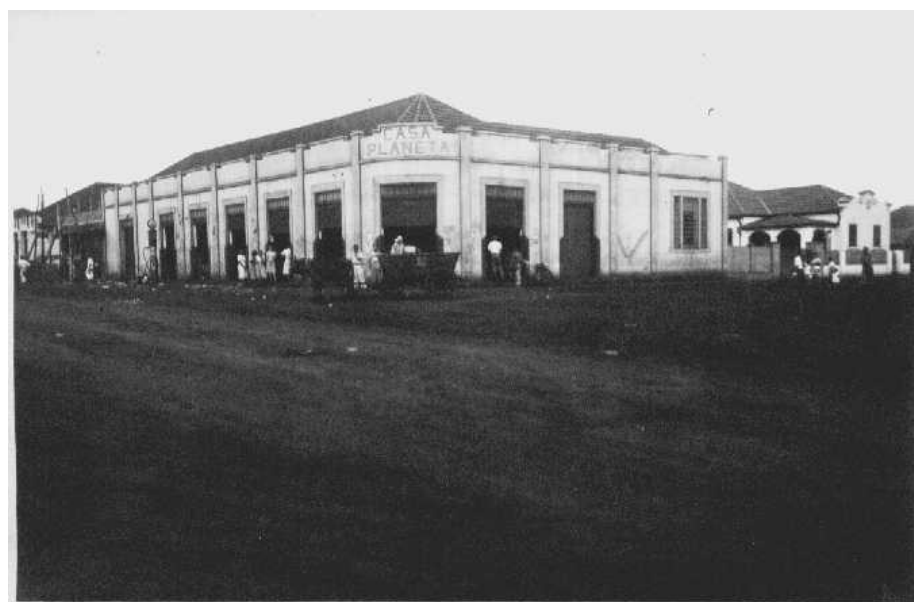


Foto 2
Casa Planeta, de Angelo Planas, primeiro associado da ACIM
Fonte: Museu da Bacia do Paraná

A ACIM auferiu as vantagens de ter sido a primeira entidade de representação do empresariado em Maringá e por ter ficado nessa posição até meados da década de 1970, quando surgiram o Sindicato dos Lojistas do Comércio Varejista e a Coordenadoria Regional da Federação das Indústrias do Estado do Paraná,

¹⁶ A Associação Comercial se reuniu em Assembléia no dia 15 de dezembro de 1953, com transmissão ao vivo pela Rádio Cultura, para deliberar uma ação contra o prefeito Inocente Vilanova Júnior que havia aumentado os impostos. A Assembléia deliberou pelo confronto e foi impetrado um mandado de segurança que deu ganho de causa aos empresários. Como retaliação, o prefeito atrasou o pagamento dos funcionários públicos, informando-os que a culpa era do presidente da Associação Comercial (ACIM, 2006, p. 43).

entidades de classe dos empresários do setor de varejo e da indústria¹⁷. O apoio político dado pela Associação Comercial aos candidatos a prefeito e governador também foram fundamentais para a “demarcação de poder” da entidade. Nas eleições gerais de 1960 apoiou declaradamente os candidatos João Paulino Vieira Filho, do Partido Social Democrático (PSD), para prefeito; Ney Braga, do Partido Democrata Cristão (PDC), para governador do Estado e Jânio Quadros, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), para a presidência da República. Para o empresário Ermelindo Bolfer, que presidiu a ACIM em 1959, “a eleição de João Paulino como prefeito em 1961 (*sic*), integrada ao processo eleitoral estadual, com Ney Braga para governador, e nacional, Jânio Quadros para presidente, foi uma escolha do interesse dos empresários” (ACIM, 2006, p.63). Bolfer, que havia deixado recentemente a presidência da entidade, foi eleito vereador em 1960 pelo PDC¹⁸, o mesmo partido do governador Ney Braga. É dele essa informação extremamente relevante:

Na época da eleição do Jânio Quadros, nós trouxemos para fazer palestra na ACIM todos os candidatos a governador da época (*sic*): Nelson Maculan, Munhoz da Rocha e Ney Braga e quase transformamos a ACIM em um comitê do partido dele. Nós ajudamos a eleger o Jânio, o Ney e João Paulino. (ACIM, 2006, p. 63)

A estratégia de estar próxima do prefeito e, principalmente, do governador, foi fundamental para a entidade solidificar sua condição de poder hegemônico na cidade. Os empresários foram beneficiados com a modernização de diversos serviços, entre eles o de telecomunicações, e novos empreendimentos puderam ser atraídos para a cidade que já se despedia da fase de ouro do café.

Tanto o apoio a Ney Braga como a eleição de João Paulo Vieira Filho foram fundamentais para a mudança dos rumos da ACIM. No Estado, encerrou-se o período de Moisés Lupion e se iniciou o de Ney Braga. Em Maringá se encerrou o período de Américo Dias Ferraz e se iniciou o de João Paulino. Dentro destas circunstâncias a Associação Comercial, embora esteja ligada diretamente ao fato político, trabalhou no sentido de procurar melhorias para o município, sua população e sua produção. A ACIM, sendo credora junto ao Município e ao Estado, era bem recebida e bem tratada. E os problemas passaram a ser solucionados. (ACIM, 2006, p. 65)

¹⁷ O Sindicato do Comércio Varejista foi criado em 1974 como Associação dos Lojistas. Passou a ser sindicato em 1976, com a sigla Sincomm. A Coordenaria Regional da Federação das Indústrias do Estado do Paraná começou a funcionar na cidade em 1975.

¹⁸ Ermelindo Bolfer foi eleito vereador com 274 votos. Cf. REIS, Osvaldo. **Maringá e seus prefeitos**. Maringá: Clichetec, 1996.

Nas eleições de 6 de dezembro de 1964¹⁹, o vice-presidente da Associação Comercial, Victor Ivo Assmann, se elege com 6.756 votos e vai compor a administração municipal com o prefeito Luiz Moreira de Carvalho, eleito por uma coalizão de 6 partidos (REIS, 1996, p. 53). Outros dois diretores da ACIM também são eleitos vereadores nesse pleito: Sílvio Magalhães Barros e Arlindo Planas, irmão do principal articulador para a criação da ACIM, Angelo Planas. Em 1965, o governador Ney Braga prestigia Maringá e nomeia o engenheiro agrônomo Anníbal Bianchini da Rocha, funcionário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, para o cargo de Secretário Estadual da Agricultura²⁰. Nas eleições municipais de 1968, a primeira no sistema do bipartidarismo (Arena e MDB), Rodolfo Purpur, que deixara a presidência da ACIM no início do mês de maio se candidata a vice-prefeito na chapa do candidato da Arena, o ex-prefeito João Paulino Vieira Filho. Outro diretor da ACIM, o empresário Ardinal Ribas, se candidata a prefeito pela segunda legenda da Arena, tendo como vice-prefeito o médico Helenton Borba Cortes. Ambos acabam derrotados pelo advogado Adriano Valente, do MDB.

Maringá entra na década de 1970 vivenciando o surgimento de novos agentes de desenvolvimento na cidade (foto 3). Embora o café ainda fosse o carro-chefe da economia local, a variedade agrícola já estava presente nas plantações que circundavam a cidade, com o cultivo de lavouras extensivas e mecanizadas, e o êxodo rural transformava outrora agricultores em trabalhadores urbanos²¹. O recenseamento geral de 1970 mostrou Maringá com 121.461 moradores e a colocava como a sede de uma região denominada Norte Novo de Maringá, composta pelos municípios de Atalaia, Dr. Camargo, Floraí, Floresta, Itambé, Ivatuba, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Ourizona, Paiçandu, São Carlos do Ivaí, São Jorge do Ivaí e Uniflor²². Era a primeira indicação de que Maringá se tornara um centro regional de fato.

¹⁹ O primeiro vice-prefeito de Maringá foi Mario Clapier Urbinatti, nomeado em 2 de abril de 1964 atendendo o disposto na Emenda Constitucional n. 06. Em 6 de dezembro de 1964, Victor Ivo Assmann elegeu-se vice-prefeito através de votação direta concorrendo com o udenista Jorge Sato (Cf. REIS, Osvaldo. **A história em conta-gotas**. 1947-2004 Maringá. Maringá: [s/n], 2004.

²⁰ Para saber mais sobre a atuação de Bianchini, falecido em 2007, consultar RECCO, Rogério. **À sombra dos ipês de minha terra**. Londrina: Midiograf, 2005, 112 p.

²¹ Para melhor esclarecimento desta questão é importante ler CANCIAN, Nadir A. **Cafecultura paranaense - 1900-1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

²² Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1971, Rio de Janeiro: IBGE, v. 32, 1971.



Foto 3
Maringá em 1972
Fonte: Museu da Bacia do Paraná

A organização do mercado atacadista que colocou Maringá como o segundo principal pólo do setor, no Brasil, até meados da década de 1980²³, o surgimento de novos produtos agrícolas e a mecanização da lavoura geram uma dinâmica comercial e industrial que muda a paisagem urbana da cidade. A modernização da agricultura força uma grande parte de pequenos proprietários e trabalhadores da lavoura cafeeira a se deslocar para a cidade, estabelecendo a abundância de mão-de-obra. É neste contexto que os empresários, representados pela única associação que reunia comerciantes, industriais, prestadores de serviços e agentes financeiros, entram na época do milagre econômico forjado pelos militares a partir dos anos 1970. É um período fértil na opinião da Associação Comercial:

Maringá caminha em processo rápido de desenvolvimento. Incentivos agrícolas e industriais lançados pelo regime militar foram fundamentais para o crescimento da região. O desenvolvimento de culturas como trigo, milho, soja e a pecuária, contou com investimentos do Ministério da Agricultura por meio do Banco do Brasil. (ACIM, 2006, p. 80)

É nessa época que se multiplica o número de construtoras e os agentes imobiliários conseguem alterações significativas no plano diretor da cidade para que a mesma

²³ Maringá foi o segundo maior pólo atacadista do Brasil, reunindo empresas de destaque no setor como a Dias Martins S/A, J.Alves Veríssimo, Irmãos Parizotto (Atacadão), Comercial Moreira e Casas Alô Brasil. Em 25 de março de 1984 as instalações das Casas Alô Brasil pegaram fogo, em um incêndio que durou dois dias. Começava o declínio do setor na cidade.

pudesse permitir a construção de edifícios comerciais e residenciais, que não faziam parte do projeto inicial da cidade concebido pela CMNP²⁴. É importante destacar aqui a análise que a ACIM faz desse momento:

O desenvolvimento comercial e industrial se acelerou e a construção civil viveu seus tempos áureos, marcada pelo surgimento de arranha-céus concentrados no centro da cidade. Assim, a mudança da paisagem urbana contrastou com o crescimento dos problemas sociais e a necessidade de uma **política empresarial sensível** a estas questões (ACIM, 2006, p.80, *grifo nosso*).

A grande geada que dizimou os cafezais do Paraná em 1975 contribuiu para o fim da transição na economia regional, com a opção generalizada pela soja, dividida anos mais tarde com o trigo. A consolidação da cultura da soja, principalmente pela agroindústria, levou muitos agricultores a ficarem ricos e a investirem em imóveis, consolidando definitivamente a cidade de Maringá como pólo de uma vasta região.

Graças aos fatores acima, a construção civil recebeu muitos investimentos nos anos 1970 e 1980. E a cidade chegou a possuir o maior índice percentual de crescimento urbano do país. Para atender as demandas da população, também o setor de prestação de serviços cresceu e se solidificou, principalmente nas áreas de saúde e educação. Mas, mesmo assim, a cidade enfrentou graves problemas com desemprego, causado principalmente pelo declínio do café e a migração das populações rurais e de pequenas cidades para os maiores centros e pólos regionais como Maringá. (ACIM, 2006, p. 93)

Mendes (1999, p. 401) apresenta a conta de 711 edifícios construídos ou em fase de construção no período de 1980 a 1989 e faz uma observação pertinente sobre essa fase áurea que contrastava com problemas sociais, principalmente no campo: “O excedente de capital oriundo da agroindústria, além da política de crédito agrícola, generosamente subsidiada em fins dos anos 70 e 80, propiciou a aplicação de tais capitais na verticalização, desviados provavelmente do setor rural (MENDES, 1999, p. 402).

Nessa década e meia (1970 a 1985) a Associação Comercial manteve-se ainda como liderança hegemônica na condução do empresariado local. Em 1974, um dos

²⁴ Sobre a atuação dos agentes imobiliários é importante destacar a obra de RODRIGUES, Ana Lúcia. **A pobreza mora ao lado**: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2004, 258 p.

seus ex-presidentes, Rodolfo Purpur, tornou-se reitor da Universidade Estadual de Maringá que havia sido criada em novembro de 1969. Nessa época, Purpur e o presidente da ACIM, Luiz Júlio Bertin, coordenaram uma comissão de 30 empresários que cobraram uma posição do governador Jayme Canet Júnior para que este liberasse recursos para a manutenção da universidade (ACIM, 2006, p.84). Outro empresário que aproximou a Associação Comercial da Universidade foi Álvaro Miranda Fernandes, que era químico e professor da própria UEM. Fernandes, que presidiu a ACIM entre 1976 e 1977, coordenou os estudos e viabilizou recursos do exterior para financiar o projeto Stévia²⁵, que existe até hoje na Universidade. O curso de Agronomia²⁶ e a aquisição de boa parte do acervo bibliográfico da UEM também foram frutos dessa aproximação entre a classe empresarial e a academia (ACIM, 2006, p. 86).

No plano político estadual, no auge do regime militar, as incursões da Associação Comercial se resumiram à elaboração de projetos, criação de idéias e pedidos de melhorias para a cidade e para zona rural. Mesmo com a indicação do “maringaense” Haroldo Leon Peres²⁷ para o Governo do Paraná, em 1971, não houve uma aproximação maior como havia sido na época do governador Ney Braga, na década anterior. Ubirajara de Araújo Pismel, que foi presidente da ACIM entre 1970 e 1971, resume assim o relacionamento com o governador:

Viajamos muitas vezes até Curitiba para levar projetos ao Governo. Para nós não importava quem era o pai da criança, mas sim que ela fosse saída. Do ponto de vista político, todos os lauréis ficavam com

²⁵ O projeto para transformar o *esteviosídeo*, produto da planta *Stevia rebaudiana bertonii*, em um adoçante natural e sem os prejuízos do açúcar, para diabéticos, começou a ser desenvolvido na UEM no final da década de 1970 pelo Prof. Dr. Mauro Alvarez. Em 1984, foi fundada a Ingá – Companhia de Desenvolvimento Industrial, constituída por 300 acionistas, e presidida pelo empresário Raymundo do Prado Vermelho, ex-presidente da ACIM. Em 1988 foi inaugurada a empresa Ingá Stevia Industrial S/A, a primeira do mundo a industrializar e comercializar o *esteviosídeo*. Atualmente a UEM desenvolve projetos com o *rebaudiosídeo*, extraído da mesma planta, mas com teor de dulçor superior.

²⁶ O curso de Agronomia iniciou suas atividades na UEM em 6 de agosto de 1977.

²⁷ Haroldo Leon Peres nasceu no Rio de Janeiro em 1922. Bancário, formou-se em Direito em 1952 e transferiu residência para Maringá onde montou escritório e se filiou à União Democrática Nacional – UDN. Foi diretor da Cofebraz e da Indopasa e membro da Associação Paranaense de Cafeicultura. Foi eleito deputado estadual por Maringá por dois mandatos. Eleito deputado federal, apoiou o golpe militar de 1964 e se destacou na Câmara dos Deputados, o que lhe valeu a indicação, pela via indireta, para ser governador do Paraná. Assumiu o Palácio Iguazu em 15 de março de 1971. Seu estilo veemente e agressivo entrou em rota de colisão com os principais dirigentes do país, entre eles os próprios militares e parte da imprensa. Acusado de corrupção por uma empreiteira e pressionado pelos militares, renunciou o mandato em 23 de novembro do mesmo ano. Para saber mais a respeito, ler CARNEIRO, David e VARGAS, Túlio. **História biográfica da República no Paraná**. Curitiba: Banestado, 1994, 307 p.

o Governo que gostava de marcar pontos. Mas, era preciso muito esforço para ver os projetos da região aprovados (ACIM, 2006, p. 81).

Em 15 de março de 1979 o presidente da República, general João Baptista Figueiredo, nomeou o novo Ministro do Trabalho. Tratava-se de Murilo Macedo, que havia feito carreira como diretor de bancos como o Nacional e o do Estado de São Paulo. Quase vinte e dois anos antes, em 19 de maio 1957, o mesmo Murilo Macedo tomava posse como presidente da Associação Comercial de Maringá²⁸. Na época, era gerente do Banco Nacional e estava em Maringá desde 1953. Macedo ficou na presidência da ACIM apenas no ano de 1957, pois foi promovido e mudou-se para São Paulo a fim de assumir a diretoria do Banco Nacional. Foi Ministro do Trabalho até 15 de março de 1985, data em que deveria ser empossado o primeiro presidente civil depois de 1964, Tancredo Neves. Sua presença no Ministério abriu muitas portas para reivindicações da classe empresarial local.

Nas eleições municipais de 1972, os maringaenses elegeram um político que tinha profundas raízes com a ACIM. Sílvio Magalhães Barros, empresário do ramo de revenda de veículos, eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro – MDB, com 29.218 votos, era conselheiro da entidade desde 1957 e genro de um dos seus fundadores, o empresário Odwaldo Bueno Neto, que foi presidente da ACIM em 1958. Sílvio Barros já havia sido deputado estadual (1967-1970) e deputado federal, eleito nas eleições gerais de 1970. Dez anos depois, nas eleições de 1982, novamente é eleito um prefeito que fazia parte do quadro da Associação Comercial: Said Felício Ferreira, médico e dono de um hospital, eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, com 26.516 votos, que durante vários anos fora membro do Conselho Fiscal da ACIM. Said Ferreira voltaria à prefeitura, vencendo as eleições de 1992 com 64.713 votos, novamente pelo PMDB. Onze anos depois, em 2003, outro candidato saído da Associação Comercial, Sílvio Magalhães Barros II²⁹, é eleito prefeito pelo Partido Popular – PP, com 92.052 votos

²⁸ Murilo Macedo foi o intermediador do Governo nas famosas greves do ABC paulista no início dos anos 1980. Por um ato seu, o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, ficou preso por vinte dias nas instalações do Dops de São Paulo. Macedo morreu de câncer aos 81 anos em 26 de agosto de 2003.

²⁹ Sílvio Magalhães Barros II nasceu em Maringá em 11 de dezembro de 1956, mas não é o primeiro prefeito nascido na cidade. Seu irmão, Ricardo José Magalhães Barros, nascido em 15 de novembro de 1959, foi prefeito

obtidos em segundo turno. Sílvio Barros II era membro do Conselho do Comércio e Serviços da ACIM.

O ano de 1985 é emblemático para o país. No dia 15 de março, a esperada posse do presidente Tancredo Neves não ocorreu. Acometido de uma enfermidade, Tancredo é hospitalizado e em seu lugar assume o vice, José Sarney. No dia 21 de abril, Tancredo é declarado morto e Sarney empossado definitivamente como presidente da República. O governo Sarney foi marcado por planos econômicos controversos como o Plano Cruzado, caracterizado pelo congelamento de preços e salários e por uma euforia nacional de curta duração, mas com conseqüências diversas como falência de pequenas empresas, recessão e inflação. Para a classe empresarial de Maringá também. Nas palavras do seu ex-presidente, Raymundo do Prado Vermelho, Maringá “já não era mais uma ‘*boca do sertão*’. Era uma cidade formada, que poderia perder a velocidade de seu crescimento se não criasse novas oportunidades para manter o que herdara do passado” (ACIM, 2006, p. 96). Entretanto, segundo o mesmo empresário, que presidiu a Associação Comercial de 1982 a 1983, a cidade “parou de crescer, principalmente a partir de 1985, mas outras economias embrionárias nasceram e não permitiram que a cidade se estagnasse” (ACIM, 2006, p. 97). Entre essas “economias” estavam os setores de eletrônica, informática e educação, que impulsionaram a cidade para ser um pólo de prestação de serviços anos mais tarde, conforme veremos no desenrolar deste trabalho.

A ACIM também já não era a única entidade a defender o empresariado local. Além do Sindicato do Comércio Varejista – Sivamar, outras entidades patronais agrupavam seus representados e lutavam por seus interesses frente aos problemas da economia na época. Em 1985 foi fundada em Maringá a Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, chegando a sediar na cidade a Convenção Nacional dos CDL's. Em maio de 1986, os empresários do setor metalúrgico e mecânico fundaram a Associação das Indústrias Metalúrgicas e Mecânicas de Maringá, que em dezembro de 1987 se transformou no Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Maringá – Sindimetal. Os empresários do setor gráfico fizeram a

entre 1989 a 1992. Ambos são filhos do ex-prefeito Sílvio Magalhães Barros que governou a cidade entre 1973 a 1976.

mesma coisa em janeiro de 1987, fundando a Associação dos Empresários Gráficos de Maringá. A associação se transformou no Sindicato da Indústria Gráfica de Maringá – Singramar em 12 de julho de 1993. Em 13 de maio de 1990 foi fundado o Sindicato da Indústria do Vestuário de Maringá e Região – Sindvest e em 14 de dezembro de 1992 é fundado o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Noroeste do Paraná. Todos esses novos sindicatos se juntaram à Coordenadoria Regional da FIEP que se tornou, até por concentrar a maior parcela do setor da economia produtiva, uma força respeitável na cidade. Outra entidade de peso que se estabeleceu em Maringá no início dos anos 1990 foi o Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas³⁰, prestando cursos e assessorias para os micro empresários e para aqueles que pensavam em abrir um negócio.

Em dezembro de 1990, a ACIM entra em atrito com a administração municipal, travando uma verdadeira batalha na questão do aumento do IPTU do ano seguinte promovido pelo prefeito Ricardo Barros. O presidente da Associação, o empresário do setor supermercadista, Fernando Henriques “critica os valores altos lançados no IPTU e acusa a prefeitura de aumentar acima da realidade do mercado o valor venal dos imóveis” (ACIM, 2006, p. 109). A entidade inicia um movimento para articular junto à Câmara de vereadores a apresentação de emendas concedendo descontos e facilidades para o pagamento do IPTU e taxas da prefeitura. A queda de braço só foi resolvida no ano seguinte, quando grande parcela da população já havia iniciado os pagamentos do imposto e taxas:

A ACIM organiza um abaixo-assinado contra o aumento e, no dia 3 de abril, Fernando Henriques entrega ao presidente da Câmara Municipal um ante-projeto de emenda popular com nove mil assinaturas pedindo desconto de 70% no IPTU. O projeto é aprovado beneficiando milhares de empresas e a população em geral (ACIM, 2006, p. 110).

Derrotada, a prefeitura reverteu a situação e se beneficiou do novo projeto induzindo a população a entender que era um benefício seu aos contribuintes. Sobre essa questão o jornalista e memorialista Messias Mendes escreveu à época:

³⁰ O Sebrae foi criado pelo decreto 99.570 que regulamentou a Lei 8029, de 12 de abril de 1990, passando a ser um serviço social autônomo e deixando de ter a vinculação pública aos ministérios do Planejamento e da Indústria e Comércio como o antigo Cebrae - Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa. No Paraná, o atual Sebrae se chamava CEAG - Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa do Paraná.

O IPTU foi o calcanhar-de-aquiles da Administração Liberal, que exagerou na dose dos tributos e taxas. Mas convenhamos, a generosidade do novo prefeito para com os inadimplentes foi um despautério. Antes de mais nada, os descontos absurdos beneficiaram até quem não pagou 90 e 91. Quem temeu a cara feia da dívida ativa e pagou em dia se sentiu um verdadeiro idiota. Desses para Akira Kurozawa nenhum botar defeito (MENDES, 1995, p. 53).

A questão do IPTU é central para se procurar entender o que ocorreu no período, quando a cidade vivenciou uma batalha política entre dois grupos, o do prefeito da época, Ricardo Barros e do ex-prefeito, Said Ferreira. Depois de cinco anos à frente da administração municipal (1983-1988) e de um desgastante processo de embate político com a Câmara de Vereadores e com seu próprio partido³¹, Said Ferreira não conseguiu eleger seu sucessor, o empresário João Preis, que também tinha ligações com a Associação Comercial. O vencedor do pleito de 1988 foi o engenheiro civil e empresário do setor de comunicações (era sócio de duas emissoras de rádio, uma FM e outra AM), Ricardo Barros, então com 28 anos. A administração de Barros foi marcada pela polêmica da terceirização de serviços públicos essenciais como a educação³², pela relação de fidelidade com o presidente da República à época, Fernando Collor de Melo, que em 1989 fez campanha na cidade e retornou para inaugurar o pátio de manobras ferroviária em 2 de agosto de 1991³³. Barros havia sido do segundo escalão do ex-prefeito Said Ferreira em 1986, quando assumiu um cargo de confiança em uma de suas secretarias. Foi afastado quando surgiram denúncias de negociata com uma construtora responsável pelo projeto de construção do novo centro da cidade e da mudança do pátio ferroviário. “Tal caso chegou até mesmo a provocar a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Municipal” (TONELLA, 1999, p. 294)³⁴. Sua eleição foi

³¹ Sobre esses episódios consultar: TONELLA, Celene. **As eleições municipais e a política local na reedição do pluripartidarismo**. In: DIAS, Reginaldo; GONÇALVES, José H. R. (orgs). Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional. Maringá: Eduem, 1999, pp. 285-301.

³² Para ver um panorama completo sobre o processo de privatização da educação em Maringá, consultar: DIAS, Reginaldo (org). **O público e o privado na educação**: a privatização do ensino em Maringá e temas afins: Maringá. Secretaria de Educação do Município, 1995.

³³ Para saber mais sobre o relacionamento entre Collor e Ricardo Barros, na época, consultar: NASCIMENTO, Luiz Miguel do. **Olhar cotidiano sobre a política**: a eleição presidencial de 1989 e a eleição municipal de 2000 em Maringá. Tese de doutoramento em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, PUC, 2003, 300 p.

³⁴ Esse episódio está detalhado em duas obras de: CORRÊA JÚNIOR, João Antonio. **Maria Fumaça**. Maringá: Clichetec, 1988 e **O trem de ferro!** Maringá: Editora 5 de abril, 1991.

surpreendente, pois em todas as pesquisas eleitorais, seu nome não estava entre os preferidos pelos eleitores e nem mesmo seu partido, o PFL, conseguiu eleger a maioria dos vereadores³⁵.

Por conta de supostas irregularidades em sua administração, o prefeito Ricardo Barros sofreu o início de um processo de impedimento³⁶ junto à Câmara de Vereadores, o que lhe trouxe sério desgaste. Embora a ACIM já tivesse tido um embate com o prefeito anterior, Said Ferreira, por questão do aumento do IPTU em 1987 (ACIM, 2006, p. 102), foi na gestão de Barros que os empresários mais se manifestaram contra os aumentos. O jornalista e historiador Messias Mendes lembra que “como fonte de receita para a prefeitura, o IPTU sempre esteve na faixa dos três por cento do total arrecadado anualmente” (MENDES, 1995, p. 113). As principais fontes de recursos eram o Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICMS, verbas estaduais e federais, repassadas a fundo perdido, e o Fundo de Participação dos Municípios, uma divisão do total arrecadado pelo Estado. Entretanto, explica Mendes:

A partir de 1989 a coisa mudou, o IPTU de Maringá passou a representar cerca de doze por cento do orçamento. Houve protesto e confrontos políticos muito sérios. Mas o povão (sic) acabou pagando, sem choro nem vela. Só alguns setores da elite local estrilaram, apostando na inadimplência e deixando o acerto de contas para fazer com o prefeito seguinte (MENDES, 1995, p.113).

Barros encerrou a sua administração divulgando ser o autor de “400 obras em 4 anos”. Tinha na pessoa do ex-prefeito e agora deputado federal, Said Ferreira, seu principal inimigo político. Assim, acabou sendo derrotado na tentativa de fazer o seu sucessor. Seu candidato, o engenheiro Miro Falkemback, que havia sido secretário municipal, foi derrotado por Said Ferreira com uma diferença de mais de 50 mil votos. O ex-secretário de Said Ferreira e, agora, seu maior inimigo político, deixou a

³⁵ “Os votos em Ricardo Barros foram personalistas: ele recebeu 38.902 votos (34,45%). O seu partido, o PFL, recebeu apenas 9.187 votos (8,13%) e elegeu dois vereadores, o que impediu que o prefeito eleito formasse uma bancada partidária de sustentação na Câmara de Vereadores”, conforme TONELLA, Celene. *Op. cit.* Para mais detalhes sobre a eleição de Ricardo Barros, consultar: MENDES, Messias. **Sociologia de botequim**. Maringá: Clichetec, 1995.

³⁶ Os detalhes sobre os procedimentos da tentativa de impedimento do prefeito estão em DIAS, Reginaldo; TONELLA, Celene. **A experiência do Legislativo Municipal em Maringá 1947/1998**. Maringá: Câmara Municipal de Maringá, 1999. 111 p.

prefeitura de Maringá dois dias depois que o presidente Fernando Collor de Melo renunciou ao mandato em 29 de dezembro de 1992.

Eleito para o segundo mandato com os votos de quase 60% do eleitorado local, o médico Said Ferreira promoveu uma anistia tributária, reduzindo significativamente o valor do IPTU, e dando descontos e perdões para os maiores devedores da Prefeitura. Foi uma ação clara e direta contra o seu antecessor, reduzindo as alíquotas para a casa dos três por cento, quase no mesmo patamar que era antes da administração de Barros. Mendes comenta sobre essa atitude do prefeito:

Vale o argumento – utilizado pelo próprio Said como grande contribuinte que é – de que os impostos da administração Barros eram impagáveis. Mas daí até “passar a régua” nos débitos, pura e simplesmente, vai uma enorme diferença. Ora, quem devia Cr\$ 200 mil de IPTU há um ano e vai pagar agora os mesmos Cr\$ 200 mil, sem dúvida que foi anistiado. Não pagou quem pôde pagar; foi perdoado quem não precisava desse tipo de perdão (MENDES, 1995, p. 54).

Para poder dar conta das obras de infra-estrutura do município, Said Ferreira precisou aumentar novamente os impostos. E os efeitos foram nocivos para a sua administração. Comenta Mendes que “curiosamente, muitos empresários que formaram o tal ‘paredão cívico’ contra o IPTU de Barros, viraram adversários de Said” (MENDES, 1995, p.113). Com a volta por cima de Ricardo Barros, se elegendendo deputado federal em 1994 com mais de 54 mil votos, ficava clara a formação de dois grupos políticos que lutavam pelo controle da cidade.

A relação da Associação Comercial com a administração municipal, ao contrário de épocas passadas, era, no mínimo, distante. No último ano da gestão Ricardo Barros e no primeiro ano da gestão de Said Ferreira, a ACIM foi presidida pelo empresário Massao Tsukada, que havia sido vereador na primeira gestão de Ferreira e candidato a vice-prefeito derrotado por Ricardo Barros, em 1988. Ambos eram incomodados pela postura política de Tsukada que poderia ser-lhes um concorrente direto. Entretanto, o presidente da ACIM voltou sua administração para consolidar a entidade, numa época em que perdia espaço para outros segmentos, como a “legítima” representante da classe empresarial. “Durante a gestão de Massao Tsukada, a entidade conheceu o maior crescimento de sua história até então”

(ACIM, 2006, p. 111). O número de empresas associadas saltou de 1.200 para 1.600 e várias ações de fortalecimento da entidade foram realizadas, como a abertura de uma filial no Jardim Alvorada, o maior bairro da cidade; a realização da 1ª. Feira Ponta de Estoque, beneficiando pequenos comerciantes; a criação do Pró-UEM e a criação do Instituto de Desenvolvimento Regional – IDR³⁷.

Com a proeminência dos dois principais grupos políticos da cidade, Tsukada fomentou na ACIM, no início de 1994, um grande debate entre lideranças empresariais sobre a participação do empresário na política. O debate foi matéria de capa da Revista ACIM de março daquele ano. A conclusão era que “de um modo geral, os empresários defendem a participação da ACIM na política. A polêmica é que ninguém se habilita a participar mais ativamente do processo, que pode ser perigoso e desgastar a imagem da entidade perante a comunidade” (REVISTA ACIM, n. 341, 1994, p. 07). Na mesma reportagem, o vice-presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis Minerais do Paraná, Aulos Rodrigues, dizia que a ACIM não poderia “ficar à margem de um processo tão importante quanto o político” e que já era hora da ACIM lançar um candidato (p. 09). O industrial Emílio Germani, ex-presidente da entidade, defendia que a ACIM liderasse um Fórum Público, “onde a sociedade debateria as necessidades do município. Essas necessidades poderiam então fazer parte do programa mínimo de trabalho dos candidatos” (p. 10). Ainda na mesma matéria, o diretor da Cooperfios - uma das maiores cooperativas de fiação de algodão do Paraná - Claudomiro Siroti, dizia que a região noroeste era a “mais fraca politicamente da região” e que a ACIM deveria fazer alguma coisa. “As pessoas não sabem o poder que a ACIM tem. Ela se menospreza. É preciso usar esse poder, levantar propostas que sirvam como bandeiras de nossos políticos” (p. 12). Duas intervenções nesta reportagem foram sintomáticas e serviram como um “mote” inconsciente do movimento político-empresarial que se levantou na cidade a partir daquele ano. A primeira é do empresário e professor universitário José Carlos Alcântara³⁸ que propunha que a ACIM devesse elaborar projetos visando o desenvolvimento da Região Metropolitana

³⁷ Sobre o Pró-UEM e o IDR discutiremos mais à frente em capítulo específico.

³⁸ José Carlos Alcântara tem doutorado em História pela UNESP. Desenvolveu a tese “Dualismo Partidário no Período de 1966 a 1982 e sua Representação Local” defendida em 2004. Foi proprietário da Nutrinella Refeições em Maringá, associado da ACIM e professor do Departamento de Ciências Sociais da UEM. Atualmente é professor titular do Centro Universitário de Maringá – Cesumar.

a longo prazo. Dizia o professor: “É preciso ter visão de futuro. Tudo é questão de planejamento, de discutir e desenvolver projetos para os próximos 20 anos” (p. 13). A outra é do empresário do setor de combustíveis, Aulos Rodrigues, que dizia que a ACIM, como força econômica, tinha todas as condições para influenciar no futuro de Maringá, objetivando, principalmente, melhores condições de vida, mais empregos e infra-estrutura. “Ou essas lideranças tomam consciência disso por bem, ou por mal, quer dizer, os trabalhadores estão se organizando e vão apertar os empresários em busca de melhores condições de vida. Precisamos nos antecipar.” (p.13), concluía.

Com a criação do movimento Pró-UEM e do IDR, ainda em 1994, estava lançada a semente do que viria a ser dois anos depois, em 1996, o Movimento Repensando Maringá, articulado pela ACIM e pela Coordenadoria Regional da FIEP, que envolveu mais de 80 líderes empresariais e segmentos como clubes de serviços, sindicatos patronais, igrejas, escolas, universidade, entre outros, com o suporte técnico do Sebrae. A partir da idéia-força do desenvolvimento econômico e da constatação de que a cidade estava paralisada no tempo, envolvida em disputas político-eleitorais de grupos antagônicos, o Repensando Maringá se transformou em uma força dirigente capaz de assumir o controle político da cidade, mesmo sem participar diretamente do processo eleitoral. A ACIM tornou-se, desde o início do movimento, a principal entidade a liderar os grupos participantes e foi a principal porta-voz do Repensando Maringá através de sua publicação mensal, a Revista ACIM.

Nas eleições municipais de 1996 o candidato vitorioso, Jairo Gianoto (PSDB), propugnava, como principal bandeira de campanha, a paz política, teorizando poder unir em torno de um ideal – o do desenvolvimento de Maringá - grupos rivais e de ideologias diferentes. A paz política foi um dos principais motes do trabalho desenvolvido naquele ano pelo Repensando Maringá, conforme veremos no desenvolver dessa pesquisa. Em 1997, o Repensando Maringá deu origem ao Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá – Codem, organismo criado por lei municipal e que se tornou responsável por “propor e fazer executar políticas de desenvolvimento econômico e com competências deliberativas e consultivas” (CODEM, 2006). Na mesma data, foi criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento

Econômico – FMD³⁹, para “financiar a elaboração de estudos, projetos e planos de desenvolvimento, o fomento do desenvolvimento e o investimento em infra-estrutura e na formação de capital de empreendimentos” (CODEM, 2006). Por lei municipal, o Codem passou a ser o gestor do FMD.

Além do Conselho, outro resultado do Repensando Maringá foi o documento *Maringá 2020*, um planejamento de longo prazo da cidade com os principais pontos sobre o que se deseja que Maringá se transforme no futuro. “Essa definição constituiu-se no norte orientador das ações e da construção de políticas de desenvolvimento econômico do Codem” (CODEM, 2006). Entre as principais definições desse planejamento, um verdadeiro plano de governo de longo prazo, estão as estratégias para as áreas comunitária: “o crescimento da cidade deve ser planejado de maneira a consolidar-se como cidade de porte médio com população aproximada de 500.000 habitantes” e “o planejamento urbano deve integrar o desenvolvimento humano com a natureza, de maneira a harmonizar o homem e a natureza”; universitária: “a formação empreendedora deve se constituir em matéria curricular dos ensinos superior e médio”; comércio exterior: “atribuir à cidade a função de centro internacional de comércio, com a constituição de um portal do Brasil e do Resto do Mundo para o Mercosul”; agricultura e agroindústria: “consolidar Maringá como pólo agroalimentar de base tecnológica, com agricultura empresarial forte, diversificada e internacionalmente competitiva”, entre outras específicas (CODEM, 2006).

Embora se apresentasse como um movimento sem “qualquer conotação político-partidária” (Revista ACIM nº. 369, 1996, p. 26), as propostas do Repensando Maringá estiveram na base dos planos de governo dos principais candidatos à prefeitura da cidade em 1996. Quando da criação do Codem, em 1997, o seu primeiro presidente foi imposto pelo prefeito Jairo Gianoto, que indicou o secretário municipal de Indústria, Comércio e Turismo, Miguel Fuentes Salas, um ex-diretor da ACIM. O presidente da Associação Comercial, Hélio Costa Curta, frisava que a entidade considerava importante a aproximação de políticos e empresários:

³⁹ O Codem foi instituído pela lei municipal n. 4275/96, com competências deliberativas e consultivas. O Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico – FMD foi criado pela lei n. 4274/96, na mesma data da criação do Codem. Veremos esses detalhes mais adiante em capítulo específico.

Se não somarmos nossas forças será difícil retomar o desenvolvimento de Maringá e região. Na ACIM temos a preocupação de fortalecer os laços de amizade com vereadores, deputados estaduais e federais e com o prefeito. De todos, cobramos atuações em prol da comunidade e região. (REVISTA ACIM nº. 374, 1997, p.13).

Em 1999, na edição nº. 20, de 16 de maio, a Revista Veja, então a de maior circulação nacional, trouxe como tema de reportagem de capa a cidade de Maringá referindo-se a ela como a Dallas brasileira, numa alusão à cidade norte-americana tida como a capital do cinturão agrário dos Estados Unidos. Em uma das muitas referências ao município paranaense, o jornalista Maurício Lima destaca:

(...) planejada durante a década de 40, a cidade paranaense é uma Brasília regional. A diferença é que produz riqueza em vez de escândalos. Se houvesse um hipotético país formado pelo cinturão agrário brasileiro, Maringá poderia candidatar-se à capital. São 285.000 habitantes e renda per capita de 7.000 dólares. (LIMA, 1999, p. 129).

O destaque recebido por Maringá em uma revista de amplitude nacional premiava os esforços dos articuladores do Repensando Maringá que três anos atrás publicavam na Revista ACIM a seguinte constatação:

Maringá parou de crescer há pelo menos uma década. O município já foi o segundo pólo atacadista do país – hoje nem está entre os maiores. Possuía uma agricultura bem mais rentável. Era o maior centro de abate de bovinos do estado. E, mais recentemente, chegou a ter 458 indústrias no setor têxtil e de confecções, hoje tem 352. Eram 791 lojas atacadistas, hoje são 265. (...) A taxa de crescimento do município de 1991 a 1994 foi de 19,28%, menor que a paranaense, de 23,99%. (REVISTA ACIM, n. 368, 1996, p. 28)

O Movimento Repensando Maringá foi articulado para colocar a cidade na rota do desenvolvimento econômico, desenvolvendo projetos como o fortalecimento da “marca” Maringá, de atração de investimentos, de políticas de benefícios fiscais para atração de empresas e incremento nos valores de ICMS que eram repassados pelo Estado ao município.

Pouco mais de um ano depois da publicação da Revista Veja, Maringá se viu envolvida em um dos maiores escândalos de corrupção administrativa do Brasil,

culminando com o afastamento do prefeito e a prisão do secretário de Fazenda do município⁴⁰. Apesar disso, o projeto político do Repensando Maringá seguia intacto, fato comprovado nas eleições municipais de 2000, quando a cidade viu pela primeira vez um candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) chegar à prefeitura e com uma votação superior aos 100 mil votos. Em seu plano de alianças para o segundo turno daquele pleito, o candidato do PT, José Cláudio Pereira Neto, se aproximou da ACIM, dando total atenção ao plano de desenvolvimento econômico formulado pelo Codem (REVISTA ACIM, nº. 399, 2000, p. 10), fato comprovado durante a sua administração⁴¹. Novamente, nas eleições municipais de 2004, os planos de governo dos candidatos a prefeito passaram pela cartilha do Codem. O prefeito eleito, Sílvio Barros II, do PP, foi, inclusive, membro deste e ativo conselheiro da ACIM (REVISTA ACIM, nº. 439, 2004, p. 06).

Do início do Movimento Repensando Maringá, em 1994, passando pela exaltação ufanista da Revista Veja, os escândalos de corrupção, a vitória do PT e a eleição de um prefeito saído de dentro da Associação Comercial, temos uma baliza cronológica de 10 anos. Nesse período houve sempre a atuação direta da classe empresarial na política local, seja pelas propostas do Repensando Maringá ou pela atuação hegemônica da ACIM. Esse é o fato histórico de que trata essa pesquisa, desenvolvida com um olhar crítico sobre o projeto político da classe empresarial, liderada pela ACIM, que não visava apenas o poder local, como atesta o seu presidente em 1997: “Iniciamos dois movimentos fortes visando resgatar a dignidade do nosso povo. Um é o Repensando Maringá e o outro é a integração de todo o Norte do Estado” (REVISTA ACIM, nº. 374, 1997, p.13).

⁴⁰ Em outubro de 2000, logo após o primeiro turno da eleição municipal, veio a público um grande escândalo de desvio de recursos na Prefeitura de Maringá, administrada por Jairo Gianoto, que ficou em terceiro lugar no primeiro turno. O seu ex-secretário da Fazenda, Luiz Antonio Paulichi, foi acusado de comandar um esquema de corrupção que lesou os cofres do município em mais de R\$ 100 milhões, desviados nas gestões de Ricardo Barros, Saíd Ferreira e Jairo Gianoto. Somente na conta de Jairo Gianoto, segundo o Ministério Público do Paraná, foram encontrados R\$ 1.885.945,60 desviados entre 1997 a 1999. O esquema envolvia também três funcionários municipais que acabaram presos. Luiz Paulichi cumpriu pena em regime fechado e, atualmente, cumpre pena em regime semi-aberto. O ex-prefeito chegou a passar duas noites na cadeia, mas um *habeas corpus* garantiu sua liberdade. Atualmente, reside em sua fazenda em Nova Mutum, no Mato Grosso.

⁴¹ Ao se referir à gestão do PT à frente da Prefeitura de Maringá, o site nacional do partido incluiu esta notícia: “Em 2002, foi criado o Instituto Tecnópole Maringá, tendo como projeto inicial a criação de um parque tecnológico do município. O objetivo é transformar a cidade num centro de excelência de desenvolvimento científico e tecnológico, seguindo o que foi definido no Movimento Repensando Maringá e que culminou com a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (Codem)”
Disponível em: <http://www.pt.org.br/site/secretarias_def/secretarias_int>, acesso em 15 out. 2005.

PRIMEIRA PARTE OS FUNDAMENTOS



Imagem 1

Capa da Revista ACIM n. 367, Julho de 1996

Capítulo I

O tema, o método e o universo teórico de referência.

Quem estuda a história contemporânea e da antiguidade verá que os mesmos desejos e as mesmas paixões reinaram e reinam ainda em todos os governos, em todos os povos. Por isto é fácil, para quem estuda com profundidade os acontecimentos pretéritos, prever o que o futuro reserva a cada Estado, propondo os remédios já utilizados pelos antigos ou, caso isto não seja possível, imaginando novos remédios, buscados na semelhança dos acontecimentos. Porém, como estas observações são negligenciadas (ou aqueles que estudam não sabem manifestá-las), disto resulta que as mesmas desordens se renovam em todas as épocas.

*Nicolau Maquiavel*⁴²

⁴² MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Brasília, UNB, 1979. 2. ed. revista, 1982, p. 129

1.1.Considerações sobre o tema

Este trabalho se insere em um campo de discussão acadêmica em construção que articula estudos sobre o desenvolvimento local e as políticas públicas com estudos sobre a atuação do empresariado no meio ambiente urbano. Está situado nos novos campos da interdisciplinaridade que relacionam a História Política e a Ciência Política com a questão do desenvolvimento econômico, o espaço urbano e a governança. Não pretende aqui discutir aspectos da constituição e do papel a ser exercido pela chamada “burguesia nacional”⁴³ que gerou trabalhos relevantes sobre temas como o papel das elites empresariais na América Latina (CARDOSO, 1967), o papel do empresariado industrial no desenvolvimento econômico (CARDOSO, 1964 e 1968), a atuação do empresariado na dimensão do capitalismo (DINIZ, 1978) e o poder político dos banqueiros (MINELLO, 1988). Tem por objeto o exame detalhado de atuação política desse segmento social em um dado momento histórico, contextualizando o empresariado como ator político, que participa direta (partidos, eleições e cargos nos governos) ou indiretamente do jogo político.

No caso da pesquisa em tela, é indissociável a questão da hegemonia com a atuação empresarial. Diniz (1978) e Diniz e Boschi (1978) já haviam identificado na burguesia nacional uma característica de atuação política que negava a “condição de classe desprovida de vocação hegemônica”, rótulo que carregou em diversos estudos nos anos 1960 e 1970. A primeira motivação para este trabalho foi procurar entender como, no caso de uma cidade no interior do Estado, sem vocação industrial de vulto, foi gerado pela classe empresarial um movimento político capaz de se tornar hegemônico e que influenciou as relações entre o poder municipal e a população.

Uma segunda motivação está ligada àquilo que identificamos como uma lacuna na historiografia de Maringá, tanto na produção de memorialistas e jornalistas bem como na produção de pesquisadores científicos: o empresariado como ator político que assume o papel de influenciador das políticas públicas implantadas pelos governantes. Maringá já foi estudada pelo prisma das ações dos empresários que a

⁴³ Os trabalhos de orientação marxista, principalmente os das décadas de 1960 e 1970 chamam comumente o empresariado local de “burguesia nacional”.

colonizaram ou (re) ocuparam as suas terras (CANCIAN, 1971; ANDRADE, 1979 e LUZ, 1997); das ações dos agentes imobiliários e ocupação urbana (RODRIGUES, 2004 e GALVÃO, 2007); do esporte (COSTA, 2003); da arte e da cultura (PELEGRINI, 2005); da memória (ZANIRATO, 2005); da modernização das relações sociais, como gênero e trabalho (PRIORI, 1999; DIAS, 1999 e 2003; CASAGRANDE, 1999; TAIT, 1999); da saúde e controle social (MARQUES, 1999 e SOUZA CAMPOS, 1999); da moralidade e sexualidade (RIBEIRO, 1999); da pré-história local e regional (NOELLI e MOTA, 1999); da chegada da energia elétrica (RECCO, 2007), apenas para enumerar alguns. Outras pesquisas se dedicaram a identificar os fenômenos ou agentes políticos que atuaram no âmbito do município como as eleições (ALCANTARA, 1999 e 2004; TONELLA, 1999; NASCIMENTO, 2003), a revolução e a repressão (DIAS, 2003; HELLER, 1988), a igreja católica (ROBLES, 2007), a universidade (SHEEN, 2001) e os conselhos gestores (TONELLA, 2006); sem contar os inúmeros trabalhos de memorialistas e jornalistas, onde se destaca Jorge Ferreira Duque Estrada (1961), autor do registro dos embates políticos da primeira eleição de Maringá. Contudo, o empresariado como ator central de um processo de controle hegemônico e de articulador de políticas de desenvolvimento, ainda não foi estudado.

Não há dúvida e diversas pesquisas acadêmicas já provaram isso, de que os anos 1980 marcaram a transição política brasileira com o surgimento e diversidade de vários movimentos sociais. O fim do regime militar e a esperança de uma democracia ampla e de garantias para os setores da sociedade que estavam à margem, mobilizaram esse movimentos a buscarem o seu espaço na vida pública brasileira. Como exemplo, nos anos 1990, surgiram os Conselhos Gestores que foram conquistas dos movimentos populares e da sociedade civil organizada para a gestão das políticas públicas tanto em nível estadual quanto em nível local. Os Conselhos se apresentaram como instrumento de representação da sociedade civil e política que lutaram pela democratização dos órgãos e aparelhos estatais. Fizeram parte de um novo modo de gestão dos negócios públicos via parcerias com a sociedade civil organizada. Dessa conquista, emergiu uma nova noção de cidadania, conforme atestam Paoli e Telles:

Além de incorporar uma agenda universalista de direitos e proteção social, o novo texto legal traduz uma exigência de participação na gestão da coisa pública e acena com as possibilidades da construção partilhada e negociada de uma legalidade capaz de conciliar democracia e cidadania. E é isso também que se traduziu na conquista de espaços de representação e negociação em torno da formulação e implementação de políticas públicas diversas nos anos que se seguiram a 1988, multiplicaram-se, em níveis nacional, estadual e municipal, fóruns públicos nos quais questões como direitos humanos, raça e gênero, cultura, meio ambiente e qualidade de vida, moradia, saúde e proteção à infância e adolescência se apresentaram como questões a serem levadas em conta numa gestão partilhada e negociada da causa pública (PAOLI e TELLES, 2000, p. 109).

Os grupos empresariais também aproveitaram esse momento e, ao reboque do surgimento dos Conselhos Gestores, formaram os chamados fóruns civis não-governamentais, cujo poder residia na força da mobilização e da pressão, porém sem possuir assento institucional junto ao poder público. Ao elaborar o conceito de modernização capitalista, no final dos anos 1960, Fernando Henrique Cardoso elegeu o empresário nacional como o “sujeito modernizador do Brasil”; no entanto, afirmava que o empresariado brasileiro não tinha consciência de pertencer a uma classe, por isso, dizia que ele “quer ser dominante só economicamente e não politicamente” e que “a burguesia atuará mais sobre o Estado do que através de partidos políticos” (REIS, 1999, p.264). Entretanto, conforme a abordagem da economia política no período do autoritarismo, entre 1974 e 1977, elaborada por Cruz (1995), o empresariado teve uma participação capaz de, em diversos momentos, influenciar no processo de transição do regime autoritário. A força de atuação dos grupos empresariais, com destaque para as elites industriais, junto ao Estado, independente de partidos políticos, norteou ações e conquistas que mais pareciam dignas dos movimentos sociais nos tempos da Constituinte de 1987.

Atuando como agentes políticos, os empresários se engajaram em movimentos como a Ação Empresarial, em 1991, para acompanhar, no Congresso, a tramitação da Lei de Modernização dos Portos, a revisão constitucional e os debates sobre a Reforma Tributária. Nessa mesma época a Confederação Nacional da Indústria criou a Comissão Para Assuntos Legislativos – COAL - que passou a editar em 1996 a Agenda Legislativa, especializada em fazer *lobby* entre os deputados e senadores (DINIZ e BOSCHI, 2004, p. 85). A consciência de que os grupos empresariais

poderiam influenciar diretamente na política, inclusive com projetos que visavam o consenso e a hegemonia, fez com que os mesmos transitassem, como era esperado, da esfera nacional para a esfera local. A partir da década de 1990, os interesses locais passaram a constar da pauta de ações do empresariado nacional. Quase uma década antes, Chauí, no prefácio do livro *1930 - O Silêncio dos Vencidos*, assinalava que “o projeto intelectual da nossa burguesia é um projeto econômico, social, político e cultural por meio do qual visa (e consegue) redefinir a ação do Estado e a organização da sociedade. A força de nossa burguesia é constituída por ela mesma através de seus organismos de classe.” (CHAUÍ, 1984, p. 23). Esse projeto está na essência da construção da hegemonia pelo Movimento Repensando Maringá, como procuraremos explicitar no decorrer dessa dissertação.

Os estudos sobre as práticas de influência política das classes empresariais no Brasil apontam uma diversidade de estratégias e de motivações (DINIZ e BOSCHI, 2004), o que nos leva a estudar o caso local a partir da documentação produzida pelos agentes do Movimento Repensando Maringá. Entre essas fontes, destacam-se a principal indutora do movimento, a Associação Comercial, mormente sua publicação periódica, a Revista ACIM, registro das motivações que levaram a cabo o projeto hegemônico; e o Conselho de Desenvolvimento - Codem, sobretudo as atas de suas reuniões plenárias e o documento *Maringá 2020*. No plano das estratégias, há a imperiosa necessidade de identificar os pontos de convergência construídos pelos quadros dirigentes do Repensando Maringá de modo a configurar um projeto capaz de tornar-se consensual junto à sociedade civil. Isto é, como atores desconectados da política ou da vida partidária assumiram um papel possível de superar até mesmo o dos agentes legalmente constituídos (GINZBURG, 1990).

O Movimento Repensando Maringá foi um acontecimento local que, entretanto, faz parte de um quadro de mudanças e de novo impulso do empresariado nacional. Por isso, ao pretender resgatar a história política desse movimento estaremos transitando entre a esfera nacional e a local, pois é nesses setores que a política se torna o “lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo” (ROSANVALLON, 1995, p. 12). Daí, a importância de não perdermos a perspectiva de que se trata de um movimento de caráter geral. Dessa forma, “poderemos

compreender como o político se apresenta numa perspectiva global, num movimento que ora dilata e ora encolhe o seu campo” (RÉMOND, 2003).

1.2 A questão local

Um tema de história política desenvolvido em torno de um fato local é suscetível de preconceitos. De um lado, dos que trabalham com o conceito de mundialização ou descentralização; do outro, dos que possuem uma visão hiperlocalista da sociedade. Sem entrar no mérito de uma discussão epistemológica, é importante ressaltar neste ponto do trabalho a importância do local para o tema que está sendo apresentado.

Segundo Bourdin (2001, p. 17) “é impossível definir um objeto local e principalmente dar-lhe um contorno territorial preciso”, embora Gonçalves (2005) destaque que este não é um problema para os historiadores “para quem, via-de-regra, a idéia de *local* tem um conteúdo tão vago e, paradoxalmente, tão consensual, que é difícil achar manuais de teorias e métodos, enciclopédias e vocabulários que sequer toquem nela”. Gonçalves realça que tanto entre os historiadores europeus quanto entre os acadêmicos brasileiros há um consenso no que é chamado de “assemelhação entre local e unidade fracionária mínima do objeto investigado”. Também o local passa a ser reduzido a “continente de vida social demarcado pelos poderes político-administrativos”. Essa simplificação, diferente da opinião de Bourdin, entretanto, é a que tem direcionado a maior parte das produções no âmbito da história e da ciência política, motivadas pela necessidade de evocar uma “identidade” para os objetos estudados.

É preciso entender que, principalmente na Antropologia, os debates sobre a identidade são realizados em torno de outros objetos como a religião, a cultura, a etnia, a minoria, por exemplo; sendo a localidade contaminada por esses objetos. Manuel Castells explicita bem essa questão:

As comunidades locais, construídas na ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, são fontes específicas de identidade. Mas essas identidades, na maior parte dos casos, são reações de defesa contra a imposição da desordem global, da mudança rápida e inevitável. Elas constroem bons abrigos, não paraísos (CASTELLS, 2002, p. 84).

Essa relação entre a representação do território e as identidades individuais e coletivas determina a construção do *local* a partir do grupo. É o que Bourdin chama de “local cognitivo”, onde “o homem se define, se constrói, através de seu conhecimento do entorno imediato” (BOURDIN, 2001, p. 34). O sentido de pertencimento é essencial para entender a dimensão do local além da mera circunscrição do sistema institucional. É o que ensina Bourdin:

Toda espacialidade exprime a pertença a um nós, que se constrói e se manifesta em recortes territoriais. O espaço de pertença resulta do conjunto dos recortes “que especificam a posição de um ator social e a inserção de seu grupo de pertença num lugar”, o espaço de referências define o sistema de valores espaciais em que se inserem esses recortes e organiza a relação do aqui com o alhures. (BOURDIN, 2001, p. 33)

Arruda (2002) ao fazer a análise da relação entre historiadores e a questão do território, destaca que esta foi de grande importância na construção das nacionalidades e nações a partir do século XIX. Destaca que “a história, a literatura e a geografia, ao tomarem os territórios como tema de suas narrativas propiciaram os elementos necessários para que os homens pudessem sentir-se participando de um passado comum”. Ao projetarem o território em questão para o passado, valorizando os eventos ocorridos nele, buscavam referendar aí as “possibilidades de hegemonia e soberania da nação e a construção de um sentido de comunidade”. Assim, para Arruda, a nação e o nacionalismo seriam resultados de uma “comunidade imaginada”.

Se tentarmos estabelecer a associação entre a idéia de nação e a de região, pode-se aproximar ou comparar a nação e a região como fenômenos semelhantes, respeitados aqui, e isto é importante, os limites que essa comparação e redução têm. No caso específico do Brasil, a questão regional assumiu majoritariamente a reivindicação por uma identidade baseada na configuração espaço-administrativo, ou seja, determinada configuração do espaço cristalizada em termos de unidades estaduais (ARRUDA, 2002). As conseqüências políticas destes regionalismos são absolutamente reacionários, pois sustentam suas visões de história em fatalismos geográficos, no que se aproxima da superioridade de raça, como atributo da natureza. É o caso de pensar o sul do país como o local ideal para o progresso e

desenvolvimento em contraste com o nordeste, região de pobreza e incapacidade de desenvolvimento.

O regional ou o local, de acordo com Arruda, entretanto, não se limitam ao espaço político e administrativo dos Estados e suas relações de negação e autonomia com o campo centralizador representado pela união, embora, segundo Gonçalves (2005), “o que realmente predomina na literatura em matéria de recomendações metodológicas e técnicas é a fidelidade aos espaços político-administrativos, isto é, a identificação entre local e *unidade fracionária mínima de ação governamental*.” Essas assemelhações, para Gonçalves, não são ingênuas, pois “muitos defensores da pesquisa e do ensino de Histórias Locais esperam que uma compreensão mais ampla do entorno se traduza em reforço da integração social e política dos indivíduos”. Arruda colabora com essa idéia ao esclarecer que

(...) internamente aos espaços políticos e administrativos estaduais, surgem ‘imaginários sociais regionais’, na falta de melhor denominação, que procuram se estabelecer, tornando-se ‘imaginários políticos’, mobilizando populações e servindo de suporte para articulações e exercício do poder por grupos sociais determinados (ARRUDA, 2002).

O perigo que se apresenta quando se estuda a questão local é, segundo Bourdin, a possibilidade de se perder a capacidade de análise crítica do sistema dominante, o que comprometeria totalmente a capacidade de pensar o local. Ele enfatiza que:

A onda neoliberal, o fim dos blocos, a frágil governabilidade dos grandes conjuntos sociais prejudicaram o Estado-providência; a Conferência de Instambul (1996) confirma espetacularmente o triunfo das cidades sobre os Estados; a sorte das classes médias se torna incerta; mesmo nos países mais ricos, o consumo pós-fordiano se diversifica consideravelmente e deixa de ser um fator de homogeneização social; o universalismo cede cada dia um pouco mais diante de um relativismo tranqüilo para não dizer hipócrita; a singularidade é o valor mais garantido que existe; as ideologias comunitárias e “identitárias” se impõem (BOURDIN, 2001, p. 20).

Gonçalves também alerta sobre essa questão, reforçando o perigo da ideologia identitária:

Tendo seus limites continuamente reforçados pela atuação do Poder Público, as áreas administrativas são, efetivamente, **unidades**

imediatas da percepção geográfica. No dia-a-dia, forçados a nos guiar por essa **toposofia estatal**, nós nos despreocupamos com seus eventuais conteúdos ocultos e até a reforçamos através de investimentos afetivos, como a simpatia (ou antipatia) por um time, um grupo de referência, um objeto arquitetônico, uma paisagem etc. Esses registros identitários tendem a se tornar significantes de uma certa **fantasia de autonomia ontológica** do espaço significado. Os lugares recebem, graças a esse procedimento retórico, atributos antropomórficos. Não são apenas bons ou ruins, bonitos ou feios, grandes ou pequenos, velhos ou novos, mas, adquirem pensamento e vontade. Tornam-se entidades espaciais anímicas nas pautas cotidianas de orientação das condutas (GONÇALVES, 2005, *grifos do autor*).

Como o fato histórico, objeto desta pesquisa, está espacialmente localizado na cidade de Maringá, nosso cuidado foi em não nos restringirmos a uma escala, mas trabalharmos com um ambiente de relações e integrações sócio-econômicas e de poder que interage num espectro que pode ser municipal, microrregional, regional e até mesmo nacional. Assim, é o território, e ao mesmo tempo o espaço, pleno de movimentos e interações sociais que se chocam e se complementam em volta dos interesses difusos dos diferentes atores.

1.3 História do Tempo Presente e História Política

Tentamos realizar esta pesquisa nos novos caminhos e perspectivas que percorrem e perpassam o campo da disciplina histórica. O período cronológico da temática abordada faz parte das reflexões da História do Tempo Presente, justificada também por estar umbilicalmente ligada à História Política (RÉMOND, 2003). Nas atuais abordagens metodológicas da História “parece haver certo consenso em torno da possibilidade de se compreender a história do tempo presente, assegurando-se o emprego das técnicas usuais de pesquisa e certo distanciamento de dez a vinte anos do acontecido” (JANOTTI, 1998, p. 50).

Admitindo a História como algo em construção, mas interpretativo, a história do tempo presente remete aos primeiros esforços empreendidos para elaborar investigações históricas tendo em mente que elas são escritas a partir do presente e de seus desafios e problemas. Seu ponto de partida são assertivas até certo ponto bastante comuns: o que existe nem sempre foi assim, nem era necessário que assim tivesse ficado, sendo que se encontra impregnado de passados históricos

inacabados, e o leque de alternativas disponíveis para o devir é amplo e indeterminado. Ou seja, esta abordagem estabelece, de imediato, um compromisso com a vida, com a complexidade que a caracteriza e com as tentativas transitórias de compreender suas manifestações. Em decorrência disso, a história do presente aproxima historiadores de ofício dos outros profissionais que se debruçam sobre compósitos complexos e traz consigo as responsabilidades de uma intervenção pública em terrenos de incertezas, expressos em movimentos sociais e culturais que politizam as subjetividades, ocupam os espaços civis e põem em jogo a importância dos valores culturais como fenômenos de poder (RIOUX, 2003).

A história do presente fez com que o historiador penetrasse na seara do contemporâneo e, com isso, ficasse sujeito a desapontamentos e desilusões por conta de avaliações e expectativas feitas, muitas vezes, por “euforia” como bem salienta Hobsbawm (2005, p. 254). Entretanto, o que de mais rico e proveitoso pode haver numa pesquisa nessa área é a narrativa da história política, suas tramas e estratégias. Desarmando a falsa imagem de que a história do tempo presente está envolta nas lembranças e na experiência, uma pesquisa histórica bem cuidada, como nos propomos nesse caso, tem como consequência desfazer armadilhas. Como reflete René Rémond, muitos ainda esperam dos historiadores que estes “resolvam os debates, que sejam os árbitros nas controvérsias que dividem a consciência pública e confundem as opiniões, que façam a verdade. Exige-se que exerçam uma magistratura” (RÉMOND, 2005, p. 206). Nesses termos, devemos entender que o tempo presente não é uma história do instante. Não é a narrativa do agora. É o pensar a complexidade, os detalhes, a produção de novas fontes, o entrelaçamento de fatos. Essa outra racionalidade do tempo, não é “uma chapa fotográfica que se contenta em observar fatos”. O historiador do tempo presente “contemporâneo ao seu objeto, partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais” (RÉMOND, 2005, p. 208) podendo, portanto, superar a descontinuidade que costuma existir entre o universo intelectual, afetivo e psíquico do historiador e dos homens e das mulheres cujas vidas ele narra, escapando do perigo do anacronismo. Além disso, como aprofunda a discussão Araújo, “a história do tempo presente representa o último golpe numa concepção historiográfica sedimentada na idéia de imparcialidade, pura objetividade, narrativa distanciada; ou seja, na crença

‘positivista’ de uma história isenta de subjetividade” (ARAÚJO, 2000, p. 345). Ao estar o historiador do tempo presente comprometido com seu tempo, com as questões do seu tempo, seu “engajamento pessoal e sua paixão” não podem ser desprezados. E justamente por isso torna crucial a questão da verdade. Não uma verdade pretensamente objetiva e imparcial (e por isso “científica”). Mas a busca da verdade como compromisso ético moral do historiador. Ele sabe que a verdade “total”, pura, cristalina é impossível de ser atingida. O historiador chega a “retalhos” de verdade, pedaços parciais. Mas a busca por esta verdade — que ele sabe que, de certa forma, nunca será atingida — é o que o move e o faz estar atento a qualquer forma de manipulação da narrativa histórica. Não apenas do passado, mas também do presente (ARAÚJO, 2000, p. 345).

A história do presente permitiu ao historiador sua presença nos acontecimentos que pesquisa. Segundo Chaveau, a presença do historiador em seu tema pode ser “direta ou indireta no tempo, presença intelectual, moral, filosófica, ou mais simplesmente psicológica e física” (CHAUVEAU, 2001, p. 30). Esta nova relação entre o cientista e seu campo de investigação, entre o pesquisador e o seu tema, entre o historiador e seu tempo, é capaz de livrar qualquer tentativa de racionalizar os relatos do passado, dotando-os de “algo que não poderia estar lá”, como acontecem nas pesquisas históricas onde se recua centenas de anos. Rémond amplifica o estatuto da história do tempo presente ao destacar que ela “evoca a importância da contingência e do fato” (RÉMOND, 2005, p. 209).

Entretanto, este estatuto ainda está em construção o que, por seu turno, expressa uma história também em construção. François Bédarida (2005) propõe que o caráter inacabado e em constante movimento é, mais do que qualquer outra, constitutivo da história do tempo presente, tornando-se assim um desafio que o historiador se depara quando aborda temas controversos e que ainda tocam indelevelmente a vida das pessoas. Utilizando a imagem do palimpsesto, Bédarida afirma que “o tempo presente é reescrito indefinidamente utilizando-se o mesmo material, mediante correções, acréscimos, revisões”, num constante processo de reescrita (BÉDARIDA, 2005, p. 221). Podemos afirmar que a história do presente se identifica aqui com a história escrita por historiadores que testemunharam os acontecimentos do seu

tempo e que esta participação nos acontecimentos é enriquecedora, na medida em que a atualidade é restituída em suas raízes (GAMBOA, 2004).

Para Sá (2005) o mais importante é estabelecer qual é o impacto da reintegração do tempo presente no trabalho do historiador, identificando quais são os efeitos sobre o seu ofício e a prática de seus métodos. “De um lado, com relação às fontes, os arquivos perderam seu caráter exclusivo, na medida em que se recorreu às fontes orais, visuais, da imprensa, etc.. O historiador que trabalha com o tempo presente tem a desvantagem da abundância das fontes ao invés da penúria.” Por outro lado, o historiador do tempo presente varreu os últimos vestígios do positivismo, tanto quando ele sabe que sua objetividade é frágil, quanto sobre sua importância para a construção dos fatos (RÉMOND, 2005, p. 203-209).

Um dos novos objetos da história do presente é a história política, que ganhou vulto na produção historiográfica brasileira acompanhando a tendência dos historiadores franceses a partir dos anos 1980, que conferiram à história política um *status* de “moda intelectual”, para utilizar as palavras de um dos maiores expoentes dessa nova tendência, René Rémond. Durante muitos anos, a história política foi identificada como “factual, subjetivista, psicologizante e idealista” (RÉMOND, 2003, p. 18). Seu centro de discussão eram os grandes nomes, os grandes eventos, tecido em torno de fatos e datas. Na historiografia inglesa a recuperação da história política se deu pelo empenho da Escola Marxista Inglesa⁴⁴ que incorporou o tema das massas, das seitas populares, dos camponeses, dos trabalhadores, dos movimentos de esquerda e do marxismo, produzindo uma história política muito distante do paradigma tradicional da história como uma “visão de cima”. Na historiografia francesa esta recuperação se deu através de um grupo de historiadores que encetou um movimento intelectual de valorização e resgate da história política. Nesse grupo, entre outros, estavam René Rémond e Jean-Pierre Rioux⁴⁵. Para Rémond (2003), o

⁴⁴ O que ficou conhecido como Escola Marxista Inglesa ou, simplesmente, “marxismo inglês”, foi um movimento surgido na Inglaterra a partir do início da segunda metade do século XX. Jovens expoentes do Partido Comunista Inglês, como Rodney Hilton, Christopher Hill, Eric Hobsbawm e Edward P. Thompson, sob a orientação de Maurice Dobb, fundaram em 1952 a revista *Past and Present*, iniciando uma série de novas reflexões sobre o marxismo e o modo de produção capitalista. A mera história do cotidiano passou a ter um componente político e cultural de extrema importância, superando as análises puramente economicistas do marxismo.

⁴⁵ A escola francesa retomou os estudos da história política, com novas abordagens, objetos e problemas, a partir da década de 1980. René Remond e outros 11 historiadores ligados a *Fondation Nationale des Sciences*

vigoroso retorno da história política nas últimas décadas teria relação com algumas características do cenário internacional contemporâneo, entre elas, a experiência das guerras, a pressão das relações internacionais, o desenvolvimento das políticas públicas sugerindo uma nova relação entre economia e política, as discussões em torno das atribuições do Estado e as demandas da opinião pública. Tudo isso teria contribuído para “dar crédito à idéia de que o político tinha uma consistência própria e dispunha mesmo de certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social” (RÉMOND, 2003, p. 23). Neste aspecto, esta nova história política traz consigo novos temas e novos objetos: eleições e comportamento eleitoral, mídia, opinião pública, intelectuais, a relação entre religião e política, partidos e associações. Esta história política renovada tem também, como característica essencial, a interdisciplinaridade. De fato, a renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas. Segundo o historiador francês, o contato com a Ciência Política, por exemplo, fez com que o tema da participação na vida política passasse a ocupar um espaço fundamental na produção historiográfica (RÉMOND, 2003, p. 29).

No estudo realizado por Rioux (2003) sobre a “Associação em Política”, analisando o quadro político das eleições legislativas na França, em 1932, com a participação de 11 partidos políticos, percebemos que o seu foco não está nos partidos institucionalizados, mas sim, nas 32 outras organizações, a maioria associações ou federações de associações que “participam de uma estruturação, instável, mas fecunda, da vida política” (RIOUX, 2003, p.101). Entre elas, estava a União dos Interesses Econômicos que possuía como pauta única de luta política a ação direta sobre os poderes públicos. Rioux esclarece que:

Todas essas associações de fato querem de alguma maneira influenciar a opinião pública e dispor de meios de comunicação à altura de suas ambições; fervilham em torno dos partidos que elas denigrem ou contestam, às vezes em nome de outras regras menos... partidárias do jogo democrático; agitam e promovem idéias políticas, abrigam feudos ou tribunas de intelectuais; têm de entender do Parlamento e da sua eleição, dissertam copiosamente sobre a

Politiques e à Universidade de Paris X-Nanterre participaram dessa retomada. Todos haviam entrado na vida acadêmica no auge do predomínio do modelo de história proposto pela *école des Annales*, que preconizava que o bom historiador deveria evitar a história política.

paz internacional e a ameaça de guerra, convocam quando necessário o apoio de uma religião para avalizar sua luta (RIOUX, 2003, p. 103).

Na análise da história política, essas organizações apesar de não concorrerem para o exercício direto do poder (participando de uma eleição, por exemplo) exercem uma “pressão” sobre a opinião e os poderes públicos que lhes favorecem não apenas o acesso ao político, “mas contribuem para estruturar o que os cientistas políticos chamam de um ‘sistema’ político” (RIOUX, 2003, p. 103). O autor chama a atenção para a dificuldade de proceder a uma análise histórica da “associação em política” pelo fato das tipologias e cronologias não estarem fundamentadas ainda, e nem mesmo ter chegado ainda o momento das sínteses. Não obstante, orienta que se faça a história política dessas associações, “medindo sua investigação com o metro de três dimensões – a do temporal, a do espacial e a do ideal” (RIOUX, 2003, p. 114).

Rosanvallon (1995, p. 16) descreve a história política como uma matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e é refletida, identificando os “nós históricos” em volta do quais se articulam novas racionalidades políticas, sociais e organizacionais. Apoiado nessa tese, o historiador defende uma “história conceitual”, onde os conceitos de igualdade, soberania e democracia emanam inteligibilidade, situações e princípios de ativação. Esses recursos fazem do político um recurso do tempo presente. A idéia da narrativa histórica passa por uma produção de uma “história-problema” que vai trabalhar o desenrolar dos acontecimentos do tempo presente, os jogos de disputas que o caracterizam e seu significado na vida em coletividade.

Como para Rémond (2003) a nova história política integra todos os atores que moldam o processo histórico e, sem individualismos ou exclusões, permite detectar a continuidade do tempo, aplicamos no desenvolvimento dessa pesquisa um olhar histórico cuja especificidade reserva lugar ao campo político de Maringá, à formação de quadros dirigentes empresariais, aos intelectuais que formularam as bases do Movimento Repensando Maringá e ao projeto hegemônico que se constituiu desde então, tendo o político como “o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social” (RÉMOND, 2003, p. 447).

1.4 A força da idéia e o método

1.4.1 O marxismo como instrumental para a análise da sociedade

As contribuições da História para entender a sociedade humana tanto antes quanto no século XIX foram, segundo Hobsbawm (2005, p.157), “insignificantes e ocasionais”. Isto porque, a “história era uma disciplina extremamente – poder-se-ia quase dizer deliberadamente – retrógrada”. As análises de causa e efeito ou de determinismo e evolucionismo é que pautavam as investigações dos historiadores. O referencial era extremamente idealista, carregado de positivismo, supondo que apenas o estudo dos “fatos” faria brotar as suas hipóteses explicativas, como ensinava a história acadêmica de Ranke⁴⁶. É claro, acentua Hobsbawm, que “mais cedo ou mais tarde teriam que ser encontradas maneiras alternativas e mais produtivas de se investigar o passado humano”.

O marxismo emergiu no final do século XIX como uma alternativa importante para a modernização da historiografia e catalisador do movimento anti-rankeano. Sua principal contribuição, sem dúvida, foi ter acabado com as análises de causa e efeito para a explicação da História. Marx instaurou uma análise processual da História, trazendo para o centro das investigações o materialismo como o seu referencial. Hobsbawm observa que essa contribuição levou “a um declínio da história política e à ascensão da história econômica ou sociológica”, pelo fato de que os problemas sociais já estavam no centro dos debates historiográficos na época (HOBSBAWM, 2005, p.157). Essa ascensão e valorização da economia, entretanto, combinada com a análise da história da humanidade como uma “sucessão de sistemas socioeconômicos”, impingiu ao materialismo a pecha de “determinismo econômico”, mesmo que “além de rejeitar inteiramente a expressão, Marx certamente teria também negado ser ele o primeiro a ressaltar a importância da base econômica do desenvolvimento histórico” (HOBSBAWM, 2005, p.158).

Embora a penetração das idéias marxistas tenha sido lenta e tardia em alguns países, como a França, por exemplo, ou a principal responsável pela introdução da

⁴⁶ Para saber mais sobre Leopold Von Ranke é importante ler HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O atual e o inatual em Leopold Von Ranke**. História. São Paulo: Ática, 1979.

historiografia moderna, em outros, como na América Latina, Hobsbawm afirma que esta influência foi

(...) identificada com umas poucas idéias relativamente simples, ainda que vigorosas, que, de um modo ou de outro, foram associadas a Marx e aos movimentos inspirados por seu pensamento, mas que não são necessariamente marxistas, ou que, na forma em que foram mais influentes, não são necessariamente representativas do pensamento maduro de Marx. (HOBSBAWM, 2005, p.159)

Essa influência é denominada pelo autor inglês como de tipo “marxista vulgar” e os seus principais elementos são: a economia como sendo fundamental e única para a análise interpretativa da história; o modelo de base *versus* superestrutura; a luta de classes como o “motor” da história e as leis históricas, que não permitem alternativas para a própria história.

Se foram fundamentais, em diversos aspectos, para romper com as amarras da história tradicional, as idéias do tipo “marxista vulgar” também foram utilizadas com o sentido de militância, de forma simplificada, representando uma “escolha histórica”, como esclarece Hobsbawm. Por isso, *O Capital* teve mais influência entre os historiadores, com o tema das relações entre o protestantismo e o capitalismo, do que o *18 Brumário*, que falava da consciência de classe e do campesinato. Isso porque “o problema da base social da ideologia em geral, e da natureza das ortodoxias religiosas em particular, era um tema de interesse imediato e intenso”. Nesse sentido, para Hobsbawm,

(...) o grosso do que consideramos como a influência marxista sobre a historiografia certamente foi marxista vulgar (...). Devemos repetir que essa tendência, embora sem dúvida produto da influência marxista, não tem nenhuma ligação com o pensamento de Marx. (HOBSBAWM, 2005, p.161)

Hobsbawm destaca que, para Marx, são primordiais as relações entre seres humanos “mantidas com a finalidade de produção e reprodução”, o que originam as sociedades (HOBSBAWM, 2005, p.162). Por isso, as “peculiaridades do marxismo” como “base e superestrutura” e “contradições”, têm fundamental importância no campo da história. São essas peculiaridades “que lhe permitem explicar por que e como as sociedades mudam e se transformam: em outras palavras, os fatos da

evolução social”. É baseado nessa premissa que Hobsbawm acredita que “a ênfase de Marx na história como dimensão necessária seja mais essencial do que nunca”, haja vista as análises a-históricas e anti-históricas da existência dos sistemas sociais hoje em dia (HOBSBAWM, 2005, p.163).

1.4.2 A renovação política e ideológica nas discussões sobre o Estado

O italiano Antonio Gramsci (1891-1937) construiu sua obra intelectual (quase a totalidade dela) no cárcere, posteriormente organizada no que se chamou de os *Cadernos do Cárcere*, se opondo, de forma vigorosa, ao marxismo prevalecente em seu tempo – o da 2ª. Internacional -, em função das “deformações” e “acréscimos” teóricos que teriam sido impostos à obra de Marx, cujas conseqüências foram o economicismo, o evolucionismo e o fatalismo mecanicista. Os intérpretes de sua obra são unânimes em afirmar que a contribuição original e decisiva de Gramsci, no campo do marxismo, teria se verificado no terreno da análise política e da ideologia. Luciano Gruppi, pensador italiano moderno, profundo conhecedor da obra de Gramsci, o considera como “o portador autêntico do discurso científico do marxismo” e, ao mesmo tempo, o criador de uma práxis revolucionária que se revela como um desdobramento dos princípios formulados por Marx e Engels, e especialmente por Lênin, que é quem Gramsci toma como referência⁴⁷.

Levando em conta a especificidade e a particularidade do domínio capitalista no Ocidente, Gramsci teria renovado a teoria do Estado (através da noção de “Estado ampliado”) e valorizado as esferas da cultura e da ideologia (subestimadas, desde Marx e Engels, pelo “marxismo vulgar”) como formas decisivas da dominação social burguesa. Nessa direção, teria igualmente privilegiado a dimensão estratégica da batalha pela hegemonia na luta pela transformação social. Essa renovação foi extremamente importante, pois no “marxismo vulgar” como explica Mendonça (1998), a influência do econômico forçava a interpretação de um Estado como objeto:

A concepção do Estado como representante das classes dominantes (proprietários de todo tipo) gerou várias correntes no interior do marxismo, muitas das quais o consideraram – e ainda consideram –

⁴⁷ Ver GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 4ª. Ed. Rio de Janeiro, Graal, 2000.

de forma mecânica: a isto chamamos de determinismo do econômico sobre o político, o social e o ideológico. Gestava-se, assim, como uma variante do modelo marxiano, uma visão do Estado objeto, ou seja, que existiria para garantir e fazer valer os interesses econômicos das classes dominantes, baseado tanto na violência, quanto no 'engodo' ideológico (MENDONÇA, 1998, p. 19).

Gramsci, ao observar e fazer parte das grandes transformações sociais e políticas ocorridas nas duas primeiras décadas do século XX, pôde fazer uma análise do Estado contemporâneo colocando-o no âmbito das relações sociais dos próprios homens, norteando suas reflexões na definição do seu caráter ocidental e na complexidade de suas determinações. Nesta nova ótica

O Estado, para Gramsci, não é nem sujeito – algo a pairar, incontestemente, acima da sociedade -, nem objeto – como propunham algumas leituras marxistas economicistas -, mas sim uma Relação Social, ou seja, a condensação das relações sociais presentes numa dada sociedade (MENDONÇA, 1998, p. 20).

Em sua originalidade, Gramsci recupera e redefine os conceitos de sociedade civil e sociedade política colocando-os ao lado da infra-estrutura para poder entender a sociedade e o Estado, derivando daí a noção de Estado Ampliado⁴⁸. A infra-estrutura continua sendo o espaço das relações de produção e de trabalho, tal como em Marx, mas a análise passa obrigatoriamente pela sociedade civil, que seria “o conjunto de indivíduos organizados” para exercer pressão e uma ação política consciente visando a “conquista de certos objetivos”, e pela sociedade política que seria “o conjunto de aparelhos e agências do poder público, propriamente dito”. Dessa forma,

O Estado – integrado pela sociedade civil e pela sociedade política – tem uma outra dimensão, para além da força, que é tão ou mais importante do que ela para sua estruturação e preservação. Esta dimensão é, para Gramsci, a cultura (MENDONÇA, 1998, p. 21).

Desde sua militância inicial em Turim, quando fundou o periódico *L'Ordine Nuovo*⁴⁹, em 1919, Gramsci já defendia uma “associação cultural” que fixasse objetivos de

⁴⁸ Para entender melhor o conceito ver GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 8ª. Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

⁴⁹ O semanário *L'Ordine Nuovo* foi fundado em 1º de maio de 1919 por Antonio Gramsci e alguns jovens intelectuais socialistas que viviam em Turim, entre eles Palmiro Togliatti (amigo de universidade), Angelo Tasca e Umberto Terracini (dirigente da Federação Jovem Socialista).

classe, integrando ação econômica e política. Para o pensador italiano, cultura nada tem a ver com o saber erudito, enciclopédico, mas sim com a conquista de uma “consciência superior”, que permitisse ao homem compreender seu valor histórico, seus direitos e deveres, e a autopercepção de seu lugar na sociedade. Para Gramsci, todo homem é um intelectual ainda que não viva disso como profissão, “mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1995, p.07). Sua orientação é de que o próprio intelectual deve tomar consciência de sua constituição sociológica, sua inserção real nas relações sociais, que é sempre contraditória: superar seu isolamento, ligar-se às massas, unificando, através de sua prática, o que toda sociedade de classes separa: a política e a cultura. O ponto de vista de Gramsci, portanto, é o ponto de vista da luta de classes na política⁵⁰.

Além das reflexões sobre a cultura e a ideologia, a mais singular contribuição de Gramsci para o “marxismo renovado” é o conceito de hegemonia, que veremos amiúde e de que trataremos teoricamente mais à frente. Seu princípio de funcionamento é exemplificado por Mendonça:

No mundo contemporâneo, nem sempre certos grupos conseguem desenvolver sua própria visão de mundo, por falta de sua organização em aparelhos privados de hegemonia dentro da sociedade civil. Assim sendo, adotam, como sua, a visão de mundo de outros grupos, quase sempre os dominantes. Esse é o princípio de funcionamento do que Gramsci chama de hegemonia, ou seja, quando a visão de mundo (cultura) de um dado grupo se impõe sobre o conjunto dos demais, sendo por todos eles partilhada. Para tanto é fundamental o papel do Estado em seu sentido restrito (MENDONÇA, 1998, p.21).

A hegemonia, portanto, não opera “apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer” (GRUPPI, 2000, p.03). Com isso, Gramsci está refutando o materialismo mecânico das relações entre classe e ideologia. Gruppi enfatiza que Gramsci explica a afirmação e difusão das ideologias como um processo guiado pela hegemonia:

⁵⁰ O conceito de cultura e como os intelectuais a organizam no Estado moderno podem ser mais bem compreendidos em GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9ª. Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

Uma determinada classe, dominante no plano econômico, e, por isso, também no político, difunde uma determinada concepção do mundo; hegemônica assim toda a sociedade, amalgama um bloco histórico de forças sociais e de superestruturas políticas por meio da ideologia (GRUPPI, 2000, p.90).

A chamada “vontade coletiva organizada” para Gramsci é construída a partir de um grupo organizado como um “aparelho privado de hegemonia” a quem ele chama de “partido”. Os partidos políticos convencionais ou os sindicatos não formam a “vontade coletiva”, mas a imprensa ou uma agremiação de intelectuais podem formá-la. Daí o título do primeiro capítulo de *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*⁵¹, considerando o “Moderno Príncipe” o “viveiro” de organizadores selecionados, de intelectuais enquanto persuasores permanentes, por seu papel politicamente indissociável de organização e instrumento de “elevação moral” das massas, ou seja, a tomada de consciência crítica. O “Moderno Príncipe” é um organismo, um elemento complexo da sociedade, onde haja vontade coletiva concretizada em ação. Seu fim é fundar um novo Estado.

São extremamente caros para Gramsci os conceitos de sujeito coletivo organizado, conjunto das relações sociais e a necessidade de construir um partido típico e próprio do Ocidente. É dele a originalidade de destacar que a fábrica não era, como até então se supunha, o território nacional da classe operária. Esse território seria o conjunto de relações sociais, o que importaria a política e a cultura. Também é de Gramsci a aversão a qualquer visão do Estado como “ditadura de um partido”. Para Gramsci, o marxismo conteria em si todos os elementos fundamentais para construir uma completa e integral concepção do mundo, uma filosofia e uma teoria das ciências naturais.

⁵¹ Obra citada.

1.4.3 O modelo “marxista renovado”

A despeito de diversas tentativas de “libertar” o marxismo de suas características evolucionistas do século XIX, como as teorias estrutural-funcionais de Lévi-Strauss e Althusser⁵², a grande influência de Marx sobre os historiadores

(...) baseia-se, contudo, tanto em sua teoria geral (a concepção materialista da história), com seus esboços, ou pistas, sobre a compleição geral do desenvolvimento histórico humano a partir do comunalismo primitivo até o capitalismo, quanto em suas observações concretas relativas a aspectos, período e problemas específicos do passado (HOBSBAWM, 2005. p.173, 174).

Derivando dessa observação, vários pensadores trataram durante o século XX de “renovar” o modo de análise, sob o ponto de vista do marxismo, da sociedade. Muitas análises, principalmente as ligadas aos conceitos de pós-modernidade, acabaram deixando de lado o marxismo, possivelmente influenciadas pelas profundas transformações que sofreram a economia e os processos produtivos no século passado. Por outro lado, no entanto, a abordagem marxista da história ganhou peso ao ser “renovada” pela Escola Marxista Inglesa ou, simplesmente, “marxismo inglês”, a partir do início da segunda metade do século XX. Jovens expoentes do Partido Comunista Inglês, entre eles Rodney Hilton, Christopher Hill, Eric Hobsbawm e Edward P. Thompson, todos orientados por Maurice Dobb, fundam, em 1952, a revista *Past and Present*, iniciando uma série de novas reflexões sobre o marxismo e o modo de produção capitalista.

A contribuição desses homens foi, de fato, impressionante. Eles romperam com a noção economicista do marxismo vulgar e com a metáfora ‘base X superestrutura’, resgataram o conceito de história como a História da luta de classes, renovaram a “history from below”, anexando um caráter político e de luta cultural a uma história vista como mera ‘história do cotidiano’, por exemplo, a escola dos Anais (BERTONHA, 1997, p.33).

Depois da Itália, foi a Inglaterra o país a tomar conhecimento mais aprofundado das idéias de Antonio Gramsci. Tonella (1996) informa que “Gramsci penetrou na cultura

⁵² Sobre o estruturalismo é importante destacar que os seus teóricos “não formam um bloco único e fechado”, conforme BERTONHA, João Fábio. **Culturalismo x estruturalismo**: um debate com E.P. Thompson. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 17, Março de 1997. p. 34.

de esquerda inglesa na maré da distensão pós 1956, que foi produzida pelas conseqüências advindas do XX Congresso do Partido Comunista Soviético”. Louis Marks, renomado escritor e produtor da BBC de Londres, edita nesta época, pela primeira vez, *Maquiavel, a Política e o Estado*.

Em 1959, com o surgimento da revista *New Left Review*, e após ter abandonado o Partido em protesto pela invasão Soviética na Hungria, Edward Thompson se torna um dos intelectuais mais fervorosos a propor uma mudança radical na consciência política do operariado inglês (MUNHOZ, 1997) e se coloca como um dos principais expoentes do que chamamos hoje de “marxismo renovado” e de nova esquerda.

As principais postulações do “marxismo renovado” em contraposição ao “marxismo vulgar” podem ser analisadas como: as produções econômicas são fundamentais e devem ser levadas em conta nas interpretações históricas, porém não podem ser as únicas; as contradições das relações produtivas é que fazem a história, isso é um grande potencial, mas não uma certeza absoluta; não há leis históricas e sim tendências. Em suas obras, embora não tenha a pretensão de fornecer um modelo do que seria uma historiografia marxista, Thompson se vê envolvido no interior de problemáticas marxistas, mesmo quando ele propõe leituras pouco convencionais e heterodoxas dos textos fundadores do marxismo.

Em suas principais obras, como *The Making of the English Working Class*, de 1963; *As Peculiaridades dos Ingleses*, de 1964; *A Miséria da Teoria*, de 1978; *Eithteenth Century English Society: Class Struggle Without Class?*, de 1978; *Costumes em Comum*, de 1991, entre outras, as noções de classe, luta de classes e consciência de classe são centrais para Thompson, vistas, porém, dentro de sua historicidade e não como conceitos preexistentes. Nesse sentido, a noção de “classe para si” de Marx, ou seja, a manifestação histórica da classe ganha uma leitura particular em Thompson, ao retirar-lhe qualquer dimensão teleológica e ao conceber a “consciência de classe” como resultado da autoconstrução da classe e não da imposição externa de intelectuais ou de um partido político revolucionário. Munhoz esclarece que “Thompson procura, através da análise da luta de classes, reconceitualizar o materialismo dialético, possibilitando a melhor compreensão da existência e da consciência social” (MUNHOZ, 1997, p. 3).

O trabalho intelectual de Thompson ganha peso importante quando analisa diversos aspectos da obra de Marx e de vários de seus intérpretes, como a discussão da metáfora base e superestrutura, particularmente através da autonomia relativa do político, ou, ainda, as formas de dominação burguesas. Sobre a teoria política, Thompson exaspera-se ao discutir com o marxista Perry Anderson sobre a história da Grã-Bretanha: “Como é possível aos marxistas ignorá-la quando o próprio Marx, em um relance, a enxergou como seu mais formidável oponente ideológico, dedicando o esforço de uma vida para derrubá-la?” (THOMPSON, 1998, p. 63). Por esta razão, a discussão desses temas em Thompson aponta para a idéia de que é a ação humana no tempo que move o mundo: “mesmo que base não fosse uma metáfora inadequada, teríamos de acrescentar, seja qual for seu significado, que não é apenas econômica, mas também humana” (THOMPSON, 1998, p. 63). Para ele, não há como construir um modelo sem a base empírica, o que faz com que o contexto histórico também seja realçado. Sendo que a história funciona de acordo com certa lógica, não sendo caótica, torna-se importante manter as conexões de qualquer atividade humana para proceder as análises.

Em uma de suas mais influentes obras, a *Miséria da Teoria*, considerada determinante na redefinição dos termos de influência do pensamento marxista na historiografia, Thompson polemiza duramente com Louis Althusser, o teórico do estruturalismo. Rechaça veementemente o que chama de “teoricismo” de Althusser quanto a uma história que concebe “asépticamente”, ignorando o imperativo da base empírica da investigação, sem a qual nenhuma teoria toma assento. Trata-se ainda de uma polêmica acerca da perspectiva “culturalista” que Thompson adota em sua análise, questão por certo a mais discutida inclusive dentro do campo marxista. Por estar próximo da obra intelectual de Gramsci e por rechaçar o determinismo econômico, é que Thompson passa a ser qualificado de “culturalista” (JOHNSON, 1983).

Thompson sempre insistiu no processo de criação de uma cultura específica de classe mediante as lutas sociais. Para ele, classe só surge no processo de combate social, ao longo do qual se constituem formas culturais peculiares nos e dos membros da classe. Classe não é, pois, uma estrutura, mas uma cultura (THOMPSON, 1981). Não há dúvida de que Thompson utiliza em suas obras e

reflexões acerca do marxismo parte do arcabouço teórico de Gramsci. Um de seus comentaristas, inclusive, aponta que

A dívida de Thompson com Gramsci, um traço atrativo de grande parte de seu recente trabalho, nunca foi propriamente reconhecido, exceto em uma curta discussão sobre “The Peculiarities of the English” (JOHNSON, 1983, p. 64).

Os exemplos de Gramsci e Thompson são prova de que a análise da sociedade na pesquisa histórica tem no marxismo seu grande referencial teórico e metodológico, a despeito da chamada “crise geral” do marxismo dos anos 1970. Depurado de dogmatismos a ele atribuídos e de amarras partidárias que o situam em uma ou outra posição de militância, o marxismo sobrevive em pleno século XXI como referencial adequado e, ainda, original para a pesquisa científica. Voltamos a Hobsbawm e à importância que dá ao marxismo:

Marx continua a ser a base essencial de todo estudo adequado de história, porque – até agora – apenas ele tentou formular uma abordagem metodológica da história como um todo, e considerar e explicar todo o processo da evolução social humana. Nesse sentido, ele é superior a Max Weber, seu único rival enquanto influência teórica sobre os historiadores, e, em diversos sentidos, um importante complemento e corretivo (HOBSBAWM, 2005, p.181).

Diante disso, ao pretender estudar um movimento político ocorrido em Maringá em meados e fins dos anos 1990, não podemos utilizar outro referencial que não o marxista. Primeiro, pela justificativa de Hobsbawm citada acima; depois pelo fato de que o movimento em questão é produto e/ou resultado do embate entre forças/grupos sociais diversos, em disputa pela inscrição de seus projetos – visões de mundo – específicos junto a aparelhos do Estado, no caso a cidade de Maringá. A visão do grupo que liderava este movimento tornou-se vencedora com um projeto hegemônico que dura até hoje. Daí que o “marxismo renovado” de Gramsci e suas reflexões sobre os conceitos de hegemonia, sociedade civil, bloco histórico, intelectuais e partido, bem como as contribuições de Thompson servem-nos de sustentação ao aporte teórico da pesquisa.

1.5 Sociedade Civil e consenso

Ao longo de toda a dissertação o termo “sociedade civil” aparece para designar o conjunto de empresários e suas entidades representativas, assumindo o lugar e a voz do restante da população. Diante disso, é importante esclarecer como este conceito é trabalhado sob o ponto de vista do referencial teórico da pesquisa.

Segundo Bourdin, a noção de “sociedade civil” foi “concebida inicialmente por Hobbes em oposição ao ‘estado de natureza’ ou à ‘guerra de todos contra todos’”. Sob a influência de Adam Smith, esta noção se tornou “o oposto de Estado: o livre jogo dos interesses assim como ele exerce no comércio”. Hegel interpreta que a sociedade civil aparece “quando o indivíduo se emancipa da família para se tornar um ‘burguês’ que é o próprio fim de sua ação”. Desse modo, “a sociedade civil não desaparece quando aparecem o Estado e o cidadão, ela permanece sendo o lugar da expressão dos interesses particulares e coletivos, quando o Estado é o lugar do interesse geral”. Entretanto, explica Bourdin, é que todavia, para Hegel, “a sociedade civil só existe em relação ao Estado” (BOURDIN, 2001, p. 53).

Influenciado por esta concepção hegeliana, Marx irá consagrar a identificação da sociedade civil com a sociedade burguesa. A sociedade civil torna-se então, o espaço onde ocorrem as relações econômicas, “a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política” (MARX, 1983, p. 24). Diante dessa afirmação, a sociedade civil faz parte da estrutura, a esfera das relações econômicas, “à qual correspondem determinadas formas de consciência social”.

Gramsci (1975) reutiliza essa concepção quando ele “vê na sociedade civil o conjunto das instituições privadas sem as quais o Estado não poderia garantir um poder hegemônico”. Entretanto, para este, o conceito adquire um significado diferente daquele da interpretação realizada por Marx, ao elaborar dois planos superestruturais, distinguindo a sociedade civil da sociedade política. A sociedade civil abarcaria o conjunto de organismos privados, enquanto a sociedade política (que ele também chama de Estado) corresponderia à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade. Nas sociedades mais desenvolvidas, o exercício do poder passa, muito mais, pelo aspecto da direção política e cultural do

que propriamente pela coerção. Afirma Gramsci que o Estado não deve ser entendido unilateralmente, isto é, apenas como aparato "representativo", pois muitos fatos importantes derivam, na realidade, de organismos privados. Isto significa, portanto, que o Estado deve ser entendido para além do aparato governativo, ou seja, deve ser entendido, também, como aparato de hegemonia ou como sociedade civil, uma vez que os regimes políticos não se sustentam apenas baseados em instrumentos de coação. São imprescindíveis, para Gramsci, a formação e difusão dos valores dominantes, como escola, igreja, associações, entre outros. Por estes mecanismos, a classe dominante exerce sua hegemonia, mas são espaços em disputa, onde existe a possibilidade da construção de uma contra-hegemonia, a partir do projeto das classes dominadas.

Segundo Remo Bodei (1978), toda a concepção gramsciana envolvendo os conceitos de vontade e de hegemonia baseia-se numa análise histórica de complexas mudanças ocorridas na economia e nas esferas social e política a partir de uma data que ele situa simbolicamente em 1871. O Estado burguês, após a derrota da Comuna de Paris e diante de uma grave recessão, reorganizou-se no sentido de uma penetração cada vez mais maciça no campo da sociedade civil e da busca do consenso, que tornassem impossíveis "golpes de mão" como aqueles de 1848 e 1871. Ocorre, portanto, uma ampliação burocrática e toda uma reestruturação que passa pela expansão colonial e por uma maior interdependência entre os diversos Estados. As relações internas e internacionais se tornam mais complexas e a fórmula de 1848, da "revolução permanente", é superada pela fórmula da "hegemonia civil". Com isso, começa um período no qual o Estado, para funcionar, tem uma necessidade cada vez maior da colaboração ativa ou passiva dos cidadãos e, portanto, da necessidade de obter ou extorquir o consenso (BODEI, 1978, p.89). Quanto mais desenvolvida for uma sociedade, o uso do aparelho de coerção tende, também, a ser menor. Aqueles que governam, administram a sociedade sob uma ampla base de consentimento dos governados, que é obtida por meio da difusão de sua concepção da vida, do mundo, isto é, pelo seu projeto de civilização. Tudo isso representa uma determinada consciência que se formou numa época e se universalizou tornando-se a consciência de todos os indivíduos e não apenas de uma classe.

Nogueira (2003, p. 186) enfatiza que para Gramsci, sociedade civil “é um conceito com o qual se pode entender a realidade contemporânea”, mas também é, ao mesmo tempo, “um projeto político, com o qual se pode tentar transformar a realidade”. O pensamento gramsciano é muito diferente das formulações atuais, tanto no campo da história quanto na ciência política, da nova sociedade civil. Lavalle (1999) registra que “a orientação para a ação política nas formulações atuais está baseada em uma oposição de valores entre o Estado e a sociedade”. Entretanto, para Gramsci, sua teoria da sociedade civil está alicerçada “na dialética de unidade-e-distinção daquelas duas instâncias constitutivas do social - Estado e sociedade” (NOGUEIRA, 2003, p. 186). Dessa forma, como apontou Bodei e com a contribuição de Frosini (2003), “Gramsci pôde atualizar o conceito de sociedade civil *vis-à-vis* as tradições oitocentistas e assimilá-lo como fundamento de sua teoria da hegemonia”.

Gramsci foi impelido a trabalhar esse conceito e projeto político como forma de interpretar as transformações em curso nas sociedades capitalistas no início do século XX. Essas transformações iam desde “alterações no padrão produtivo, expansão da classe operária, crescimento do associativismo, da diversificação e da organização dos interesses, socialização da política, maior peso do Estado *vis-à-vis* o mercado, aumento da regulação e das políticas de proteção e bem-estar, etc.” (NOGUEIRA, 1998). Era evidente que

Gramsci percebia que esse movimento era virtualmente unificador e continha um impulso claro em direção a formas mais avançadas de convivência, mas estava cortado por fortes tendências desagregadoras, competitivas, individualistas. O próprio Estado estava sendo reconfigurado: era invadido pela socialização da política que se verificava e levado a ir além do aparato repressivo e coercitivo. A força requeria sempre mais consenso e hegemonia. O Estado se “ampliava” (...), articulando-se com a “nova” esfera do ser social que se objetivava em conjunto com uma maior diferenciação social e uma melhor organização dos interesses. A idéia gramsciana de sociedade civil espelharia a nova situação: abrigava a plena expansão das individualidades e diferenciações, mas acomodava também, acima de tudo, os fatores capazes de promover agregações e unificações superiores. Ela seria a sede de múltiplos organismos “privados”, mas nem por isto menos estatais. Seus integrantes estariam dispostos como vetores de relações de força, como agentes de consenso e hegemonia, candidatos a “se tornar Estado” (NOGUEIRA, 2003, p.190).

Para Gramsci, a sociedade civil não é um mero terreno de iniciativas “privadas”, mas tem desde logo uma “função estatal”, na medida mesma em que se põe como “hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (GRAMSCI, 2000, p. 225). Nesse sentido, o Estado é “reforçado”, pois passa a se conectar com diversas associações particulares e as incorpora. Segundo Nogueira, aí acontece a redefinição da dominação política: “a coerção – *monopólio legítimo da violência* (Weber), ação típica do Estado visto como *sociedade política* – tinha de ser cada vez mais sintonizada com a busca de consensos”. O Estado ganha uma espécie de “dimensão civil” com o concurso das associações privadas. Essa dimensão civil torna-se base material da hegemonia política e cultural. “Estado (coerção) e sociedade civil (consenso) passavam, desse modo, a ser vistos como instâncias distintas, mas integradas, formando uma *unidade*. Reuniam-se, portanto, dialeticamente” (NOGUEIRA, 2003, p.190). Em Gramsci, o Estado será sempre uma combinação de hegemonia e coerção:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar – escreverá –, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado sem que a força suplante muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública (GRAMSCI, 2000, p. 95).

Nogueira sintetiza, com essa concepção, o espaço de atuação da sociedade civil como “um espaço onde são elaborados e viabilizados projetos globais de sociedade, se articulam capacidades de direção ético-política, se disputa o poder e a dominação”. Vai além, destacando que a sociedade civil tem “um espaço de invenção e organização de novos Estados e novas pessoas. Um espaço de luta, governo e contestação, no qual se formam vontades coletivas” (NOGUEIRA, 2003, p.191).

1.6 As relações entre estrutura e superestrutura

Como essa pesquisa procura historiar a formação de um grupo hegemônico na condução da política local, torna-se necessário, assim como o fizemos na questão do conceito de sociedade civil, trabalhar algumas considerações do pensamento

gramsciano sobre as relações entre estrutura e superestruturas, tão importantes para o marxismo. Para tanto, é importante retomar as afirmações do próprio Marx:

(...) A conclusão geral a que cheguei e, uma vez alcançada, serviu de guia aos meus estudos pode ser resumida da seguinte maneira: na produção social de seus meios de existência, os homens ingressam em relações definidas, indispensáveis e alheias a suas vontades, relações de produção correspondentes a uma determinada etapa do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O agregado dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, o verdadeiro alicerce sobre o qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e ao qual correspondem determinadas formas de consciência social. O sistema de produção dos meios materiais de existência condiciona todo o progresso da vida social, política e individual. Não é a consciência dos homens que determina a sua existência, porém, pelo contrário, é a existência social que lhes determina a consciência (MARX, 1983, p. 187).

A tradição histórica marxista, de viés ortodoxo, utilizou essas afirmações de Marx para formular uma interpretação segundo a qual as superestruturas ideológicas são determinadas pela estrutura de base econômica e material e, conseqüentemente, de que elas não se passam de mera aparência ou reflexo. Assim sendo, as ideologias assumem um significado pejorativo, isto é, de algo que tem por função velar a verdade ou a essência das coisas. O próprio Gramsci, na verdade, afirma que as ideologias têm um duplo significado na obra de Marx. Tudo depende do ângulo a partir do qual elas são abordadas. Especificamente para ele, e aí está o que consideramos uma de suas grandes contribuições para renovar o marxismo, interessa analisá-las a partir da sua validade como instrumento de direção política e cultural. Essa análise implica, tanto na crítica, por elas servirem de meio para que as classes dominantes exerçam o seu poder, quanto em sua aceitação enquanto elemento fundamental na constituição de uma nova classe dirigente. Com essa premissa, afirma Gramsci que:

(...) Para Marx as “ideologias” são exatamente o contrário de ilusões e aparência; elas são uma realidade objetiva e operante, mas não são o motor da história. Isso é tudo. Não são as ideologias que criam a realidade social, mas é a realidade social, na sua estrutura produtiva, que cria as ideologias. Como Marx poderia ter pensado que as superestruturas são aparência e ilusão? Também as suas doutrinas são uma superestrutura. Marx afirma explicitamente que os homens adquirem consciência das suas funções no terreno ideológico das superestruturas, o que não é uma afirmação qualquer de “realidade”: a sua teoria quer, de fato, também “levar a uma tomada de consciência” das próprias funções, da própria força, da

própria transformação de um determinado grupo social. Mas ele destrói as “ideologias” dos grupos sociais adversários que, de fato, são instrumentos práticos de domínio político sobre o restante da sociedade: ele demonstra como eles estão privados de sentido, porque estão em contradição com a realidade efetiva (GRAMSCI, 1975, p. 436, 437 - *tradução nossa*).

Ao assumirem, em alguns momentos, um significado negativo, as ideologias trabalham sempre no sentido de explicitar as formas de dominação para que um outro grupo possa adquirir consciência de sua importância no processo histórico. Assim, as ideologias não são outra coisa senão a forma pela qual um determinado grupo social, que nasce a partir de uma função básica no mundo da produção, adquire sua consciência e cria os meios necessários à sua máxima expansão e desenvolvimento. Em outras palavras, esta é a forma pela qual se constitui um determinado sujeito histórico. Esse entendimento foi dado pelo próprio Marx:

(...) Um sistema social nunca perece antes de se terem expandido todas as forças que nele cabem; e novas relações de produção, mais elevadas, nunca aparecem antes de as condições materiais para a sua existência terem amadurecido no ventre da própria sociedade antiga. Logo, a humanidade sempre se propõe apenas os problemas que é capaz de resolver; e mais, quando olhamos o assunto mais de perto, sempre constatamos que o próprio problema só desponta quando as condições materiais para a sua solução já se acham presentes ou, pelo menos, em vias de concretizar-se (MARX, 1983, p. 188).

Ao analisar precisamente essa passagem em seus *Cadernos do Cárcere*, Gramsci extrai uma série de elementos ou categorias metodológicas para o estudo da história, ao contrário de uma conclusão puramente determinista. Dentre essas categorias, está a necessidade de se distinguir aquilo que é meramente ocasional daquilo que é permanente e que reflete as reais necessidades de transformação. Poderíamos dizer que os movimentos orgânicos são, relativamente, permanentes, e os movimentos conjunturais são ocasionais, imediatos e quase acidentais. Mas, os fenômenos conjunturais dependem, de certa forma, dos movimentos orgânicos, embora, para Gramsci, seu significado não seja de grande importância histórica. Ele entende que esses movimentos de conjuntura se referem à política do cotidiano e aos pequenos grupos dirigentes, isto é, às personalidades diretamente ligadas ao poder. Já os fenômenos orgânicos, ao invés, dão lugar à crítica histórico-social e servem para julgar os grandes agrupamentos, indo além das pessoas imediatamente

responsáveis pelo poder. Assim, ao estudar um determinado período histórico, é de grande importância levar-se em conta que, se existe uma crise prolongada, é porque na estrutura são reveladas contradições insanáveis que forças políticas conservadoras lutam para sanar mantendo aquela estrutura, pois nenhuma formação social quer se confessar superada. É sobre este terreno do ocasional que se organizam forças que procuram demonstrar que já existem as condições materiais suficientes para que determinadas tarefas possam ser resolvidas. É o que Gramsci afirma:

(...) O erro no qual freqüentemente se cai na análise histórica, consiste em não saber determinar a relação entre o “permanente” e o “ocasional” caindo, assim, ou na afirmação de causas remotas como se elas fossem imediatas, ou na afirmação de que as causas imediatas são as únicas causas eficientes. De um lado há o excesso de “economicismo” e, de outro, o excesso de “ideologismo”; de uma parte se sobrevalorizam as causas mecânicas e, de outra o elemento “voluntário” e individual (GRAMSCI, 1975, p. 456 e 1580 – *tradução nossa*).

Há outra categoria metodológica, também ligada a este mesmo problema, que é a chamada correlação de forças, ou de maneira simples e genérica, as forças favoráveis ou desfavoráveis a uma determinada tendência. Para Gramsci, esta categoria, abstratamente considerada, não explica nada ou quase nada. É necessário, então, distinguir aquilo que é uma categoria de pesquisa e interpretação daquilo que é, de fato, causa histórica. Neste sentido, ele estabelece, na correlação de forças, alguns momentos e nos restringiremos a apenas três deles.

De acordo com Favaretto (2004, p. 73), o primeiro momento é aquele que corresponde a um processo de identificação em nível ainda corporativo e não de classe. É quando, afirma Gramsci, a correlação de forças sociais está estreitamente ligada à estrutura e é, portanto, objetiva, isto é, independe da vontade dos homens. Diz respeito ao grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, no qual os diversos grupos sociais representam uma função e uma posição em relação à estrutura. É nesta primeira disposição, na qual os diversos grupos se encontram, que é possível estudar se existem ou não as condições suficientes necessárias para uma transformação.

O segundo momento está relacionado diretamente com a política, pois corresponde à correlação de que permite a avaliação do nível de homogeneidade e autoconsciência alcançado pelos diversos grupos. Sobre essa autoconsciência, Favaretto explica que ela oscila, por sua vez, em vários níveis:

Num primeiro nível, isto é, elementar ou econômico, a unidade se restringe ao âmbito da categoria profissional. Num segundo nível há uma consciência de solidariedade de interesses entre todos os membros de um grupo social, mas ainda no âmbito do horizonte dado. Em outros termos, já se coloca o problema do Estado, mas em termos de igualdade política elementar, ou seja, coloca-se o direito de participar na administração e legislação, mas ainda no âmbito da ordem existente. Num terceiro nível os próprios interesses superam o limite econômico e se tornam interesses de outros grupos sociais subordinados. Este último corresponde ao momento mais propriamente político e assinala a clara passagem da pura estrutura às superestruturas complexas. Este seria o momento no qual as ideologias anteriormente germinadas e em contraste, adquirem uma unidade pelo prevalecimento de uma ou pela combinação de várias e ela tende a se impor e a ser difundida determinando, além da unidade econômica e política, também, aquela intelectual e moral sobre um plano não mais corporativo, mas universal e de hegemonia de um grupo social fundamental sobre os demais. (FAVARETTO, 2004, p.74)

O entendimento de Favaretto é de que o Estado-governo passa a ser concebido como o organismo próprio de um grupo para criar o terreno favorável à sua máxima expansão e desenvolvimento. Todavia, esta expansão é vista, também, como universal e coligada aos interesses dos grupos subordinados, no qual os interesses do grupo fundamental prevalecem, mas até certo ponto.

O terceiro momento é aquele da situação limite que leva à fundação de um novo bloco histórico, precisamente quando a correlação de forças militares torna-se imediatamente decisiva. Para Dias (1996, p. 14, 15), a realização de um novo bloco histórico, de uma nova hegemonia, é a consecução de uma possibilidade inscrita na totalidade social. Esta possibilidade não é fatal, pois tanto pode ser realizada quanto bloqueada. A realidade histórica se realiza por movimentos tendenciais que são possibilitados ou inviabilizados, mas sempre pela ação consciente dos homens que reescrevem, sem cessar, suas estruturas materiais de produção e reprodução da vida.

De qualquer modo, de acordo com Favaretto, o desenvolvimento histórico oscila entre o primeiro e o terceiro momentos passando pela mediação do segundo. A análise da correlação de forças é, portanto, imprescindível tanto no sentido da luta pela manutenção da ordem existente, quanto na luta pela construção de uma nova ordem. Ela permite a avaliação das reais possibilidades tanto para a constituição de uma ação que deveria se efetivar de imediato, quanto na perspectiva de uma luta de longo prazo e da lenta construção de uma nova hegemonia (FAVARETTO, 2004, p. 75).

Uma questão ligada a essas é aquela de que se os fatos históricos fundamentais seriam ou não determinados pelas flutuações da economia, isto é, se seriam determinados pelo bem-estar ou mal-estar econômico de uma sociedade. Neste sentido, entende Gramsci que:

(...) Um exame da história mundial e européia parece obrigar-me a excluir qualquer resposta taxativa a esse respeito e a proceder por aproximação a uma resposta mais exatamente genérica e em um plano não econômico imediato, mas de ordem política e intelectual (GRAMSCI, 1975, p. 459 – *tradução nossa*).

Fica claro que para Gramsci existe uma unidade entre estrutura e superestrutura, mas essa relação é orgânica, isto é, não determinada de modo imediato. A estrutura está na base da vida, o que não significa que não exista espaço para a liberdade no qual os diversos grupos adquirem consciência de sua função e interferem no processo histórico. Muitas são as forças que atuam como determinantes no processo histórico e o mundo da economia e da produção é uma delas e, talvez, a principal. Dessa forma, estrutura e superestruturas estão organicamente ligadas e formam um bloco histórico. (FAVARETTO, 2004, p.76).

1.7 O conceito de hegemonia

De acordo com Williams (1979, p.111), “a definição tradicional de hegemonia é poder ou domínio político, especialmente nas relações entre Estados”. Foi o marxismo que ampliou essa definição quando se definiu uma classe dirigente numa relação entre as classes sociais. Entretanto, Gramsci deu uma nova interpretação

para a hegemonia, estabelecendo claramente a distinção entre esta e o domínio. A diferença, segundo Williams é que:

O “domínio” é expresso em formas diretamente políticas e em tempos de crise, pela coação direta ou efetiva. Mas a situação mais normal é uma complexa combinação de forças políticas, sociais e culturais, e a “hegemonia”, de acordo com diferentes interpretações, é isso, ou as forças sociais e culturais ativas que são seus elementos necessários (WILLIAMS, 1979, p.111).

O termo hegemonia, como afirma Gruppi (2000, p. 01), deriva do termo grego *eghestai* que significa “conduzir”, “ser guia”, “ser líder”. Deriva também do verbo *eghemoneuo* que significa “guiar”, “proceder”, “conduzir”, do qual derivam as expressões “estar à frente”, “comandar”, “ser o senhor”. Dessa forma, o grego antigo entendia por *eghemonia* a direção suprema do exército e, assim, trata-se de um termo militar. Durante as guerras do Peloponeso usou-se a expressão “cidade hegemônica” para indicar quem dirigia a aliança entre as cidades que participavam das batalhas.

Gramsci se utiliza do termo hegemonia, em várias ocasiões, no sentido de aliança política. É neste sentido, por exemplo, que ele afirma:

O proletariado pode tornar-se classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classes que lhe permita mobilizar, contra o capitalismo e o Estado burguês, a maioria da população trabalhadora, isto significa na Itália, nas reais relações existentes, na medida em que consegue obter o consenso das amplas massas camponesas (GRAMSCI, 1982, p. 135 - tradução nossa).

Como afirma Gruppi (2000, p. 5), o termo hegemonia é utilizado por Gramsci no sentido de capacidade de direção, de capacidade de conquistar alianças, isto é, de capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário.

Williams vai além e destaca que o conceito de hegemonia, em Gramsci, inclui imediatamente e ultrapassa dois conceitos “poderosos” do marxismo:

(...) o de “cultura” como “todo um processo social”, no qual os homens definem e modelam todas as suas vidas, e o de “ideologia”, em qualquer de seus sentidos marxistas, no qual um sistema de

significado de valores é a expressão ou projeção de um determinado interesse de classe (WILLIAMS, 1979, p. 111).

Entretanto, como afirma Dias, existe no pensamento gramsciano umnexo entre a capacidade de construção de uma visão de mundo (ideologia) e a realização da hegemonia. “A construção da hegemonia por uma classe fundamental, depende de sua capacidade de elaboração da própria visão de mundo” (DIAS, 1996, p. 10). Mas, essa hegemonia não se forma, portanto, a partir de uma base qualquer ou do puro arbítrio de um indivíduo em particular ou mesmo de um grupo. A esse propósito afirma Gramsci:

É evidente que uma construção de massa de tal gênero não pode ocorrer ‘arbitrariamente’, em torno de uma ideologia qualquer, pela vontade formalmente construtiva de uma personalidade ou de um grupo que a proponha pelo fanatismo das próprias convicções filosóficas ou religiosas. A adesão da massa a uma ideologia ou a não adesão é o modo pelo qual se verifica a crítica real da racionalidade e historicidade dos modos de pensar. As construções arbitrárias são mais ou menos rapidamente eliminadas pela competição histórica ainda que, às vezes, por uma combinação de circunstâncias imediatamente favoráveis gozem de certa popularidade, enquanto as construções que correspondem às exigências de um período histórico complexo e orgânico, acabam sempre se impondo e prevalecendo mesmo que atravessem muitas fases intermediárias, cuja afirmação ocorra somente por combinações mais ou menos bizarras e heteróclitas (GRAMSCI, 1975, p. 1393 - *tradução nossa*).

Cabe à sociedade civil condensar, nesse sentido, o campo dos esforços sociais dedicados a organizar politicamente os interesses de classe – constantemente fracionados pela própria dinâmica do capitalismo –, cimentá-los entre si e projetá-los em termos de ação hegemônica. Para Favaretto (2004) o associativismo é a base de tudo, mas desde que tratado politicamente. Gramsci não via grande vantagem na agregação pela agregação, na agregação em função de interesses restritos: sua ênfase repousava na superação política dessa disposição espontânea dos indivíduos e grupos sociais (GRAMSCI, 1987). Dava-se o mesmo com a consciência econômico-corporativa: ela existia como estado primário da consciência social, e devia ser superada pela forma mais sofisticada da consciência política, promovendo-se assim, como se diz nos *Cadernos*, “a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas” e o ingresso numa fase em que as ideologias lutam entre si até que “uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a

prevalecer, a se impor, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral” (GRAMSCI, 2000, p. 41). A própria noção de hegemonia – par lógico e político do conceito de sociedade civil – desdobrava-se num empreendimento unificador. No entendimento de Gramsci, o sujeito hegemônico seria aquele que viesse a se mostrar mais vocacionado para agregar e unificar do que para separar e diferenciar. Seria nessa condição, aliás, que ele poderia se afirmar como “dirigente intelectual e moral” ou como fundador de Estados (FAVARETTO, 2004, p. 80).

Para Favaretto, está implícito no conceito de hegemonia a concepção de que aquilo que chamamos de realidade ou simplesmente de real, resulta de uma determinada relação que se estabelece entre a esfera das estruturas materiais e objetivas e a esfera das superestruturas ideológicas e subjetivas. O real é, portanto, a totalidade que reflete esta relação. A realização de uma hegemonia, em cada período histórico, corresponde a uma “soldagem” entre essas esferas da qual resulta um determinado “bloco histórico” ou, em outros termos, a configuração do cenário de uma determinada época.

No entanto, essa "soldagem" entre a estrutura e as superestruturas, não acontece de forma automática, pois ela passa pela mediação dos intelectuais e, precisamente, por um tipo específico de intelectual: o intelectual orgânico. Tonella informa que “neste ponto, Gramsci destaca a importância da ligação orgânica entre o homem ativo das massas e o intelectual, que tornará possível a constituição de um bloco intelectual-moral que conduzirá às mudanças” (TONELLA, 1996, p. 99). Para Gramsci os intelectuais não são um grupo autônomo e independente, ou seja, não constituem uma classe social propriamente dita, mas estão sempre ligados a alguma classe. A esse respeito ele afirma:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica cria, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função não apenas no campo econômico, mas também naquele social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc., etc. (...) Pode se observar, que os intelectuais “orgânicos”, que cada nova classe cria consigo mesmo e elabora no seu desenvolvimento progressivo são, na maioria das vezes,

“especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe trouxe à luz (GRAMSCI, 1975, p.1513,1514 – *tradução nossa*).

Não existe, dessa forma, nenhum grupo ou intelectual em particular que não seja representante de uma determinada classe social. Os intelectuais ou a sua atividade decorre sempre da necessidade de se criar uma superestrutura ideológica que corresponda à estrutura de base material e econômica emergente, à qual eles estão indiretamente ligados.

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada” por todo o tecido social, pelo complexo das superestruturas das quais, de fato, os intelectuais são os “funcionários” (GRAMSCI, 1975, p. 1518 – *tradução nossa*).

Assim sendo, embora não exista uma relação imediata, é preciso considerar que a formação dos intelectuais não se dá num terreno democrático abstrato e independente, mas por processos históricos muito bem definidos.

Não existe uma relação direta ou imediata entre intelectuais e o mundo da produção, uma vez que ela é mediada por todo o tecido social, ou seja, pelo conjunto das superestruturas. Todavia, Gramsci diz ser possível verificar a organicidade dos diversos estratos intelectuais ou a sua conexão mais ou menos estreita com o grupo social fundamental. Esta conexão se dá, para ele, nos dois grandes planos superestruturais: na sociedade civil e na sociedade política, ou Estado propriamente dito. No primeiro caso, ela corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e, no segundo, corresponde ao domínio direto. Ambas as funções são de ordem organizadora e conectiva e os intelectuais os prepostos, os representantes do grupo dominante para o exercício das funções subalternas de hegemonia social e de governo político. Em relação à hegemonia, busca-se o consenso à orientação e direção exercida pelo grupo fundamental dominante sobre toda a sociedade. Em relação ao governo político utiliza-se da coerção estatal, do aparato jurídico, para assegurar a disciplina daqueles que não consentem, isto é, daqueles que não querem colaborar com o projeto de sociedade do grupo dominante ou, também, “utiliza-se deste aparato nos momentos de crise,

quando desaparece o consenso. As atividades intelectuais estão, portanto, ligadas à organização e direção” (FAVARETTO, 2004, p. 81).

1.8 As fontes e a metodologia

Nossa principal fonte de pesquisa é a Revista ACIM, por isso utilizamos os recursos que De Luca (2005, p. 111) aponta como importantes para a pesquisa que é a “história por meio da imprensa”. Temos clara a noção de que uma notícia, principalmente a divulgada em um órgão oficial, não é apenas aquilo que aparenta a verdade absoluta, mas uma interpretação de uma realidade em um dado momento. Por isso, a utilização de uma revista periódica como fonte pode nos fornecer múltiplos aspectos do cotidiano nela registrados, como os costumes de uma época, aspectos da vida urbana, idéias sobre a moral, relações sociais, políticas e econômicas, entre muitos outros temas. Contier, em *Imprensa e Ideologia em São Paulo (1822-1842)*, nos apresenta a pesquisa que realizou nos jornais que circulavam na cidade de São Paulo no final do reinado de D. Pedro I e evidencia como essas fontes podem ser bem aproveitadas para estudar o momento histórico, adequado à temática:

A análise dos periódicos, em especial dos fins do Primeiro Reinado e inclusive do Período Regencial, tem por objetivo fundamental estudar o vocabulário político e social dos agentes sociais paulistas a fim de diagnosticar os matizes da ideologia dominante, procurando compreender os comportamentos da elite intelectual e política em relação à tomada de consciência do conceito de independência política, no momento em que os quadros burocráticos e políticos, outrora ocupados pelos portugueses ou colonialistas, passaram a ser disputados pelos representantes da elite senhorial paulista, em particular, e brasileira, em geral (CONTIER, 1979, p. 13).

Apesar da historiografia por meio de periódicos ter sido colocada sob suspeição por diversos autores (ver RODRIGUES, 1968), uma série considerável de historiadores de renome faz trabalhos de reflexão científica sobre o gênero revista, sendo importante “destacar o livro de Maria Celeste Mira, *O leitor e a banca de jornal*, que traz um histórico da trajetória do impresso revista no país” (DE LUCA, 2005, p. 122). Capelato (1989) também utiliza a imprensa para discutir a ideologia e o projeto de sociedade dos liberais paulistas da primeira metade do século XX. De Luca enfatiza a importância do periódico revista como fonte “para a compreensão da paisagem

urbana e das representações e idealizações sociais” e dá destaque ao trabalho da historiadora Ana Maria Mauad que discute os quadros de representação social e os códigos de comportamento da classe dominante carioca na primeira metade do século XX (DE LUCA, 2005, p. 123).

No âmbito dos novos estudos da história política brasileira, a imprensa também tem parte importante. Jornais e revistas, seja no Estado Novo ou na ditadura militar, tiveram papel de difusores da propaganda política do regime ou então se constituíram em formas sutis de contestação (DE LUCA, 2005, p.129). Essas fontes se constituem em material extremamente útil ao ofício dos historiadores e cientistas políticos de hoje. Entretanto, a pesquisadora orienta que “historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo o que se dispunha, do que foi escolhido e por que” (DE LUCA, 2005, p.132).

A Revista ACIM é editada há 44 anos, sendo a primeira e principal publicação empresarial de Maringá. Intitula-se o órgão oficial da Associação Comercial e Empresarial de Maringá e a “Revista de Negócios do Paraná”. Quando de sua fundação, em meados de 1963, se chamava Boletim Informativo da ACIM, com conteúdo exclusivamente técnico. Em 1979 mudou de nome para Indústria & Comércio e, em 1988, a partir do número 283, passou a se chamar oficialmente Revista ACIM. Por ocasião da comemoração da edição número 400, em novembro de 2000, a ACIM publicou a seguinte apologia ao seu órgão oficial, tratando-a como uma jovem senhora de 37 anos:

Cumprindo sua missão, deu voz e vida a alguns movimentos que mudaram a história da cidade: Segurança no Trânsito, que resultou em mudanças profundas no sistema viário; Feira da Indústria Têxtil, que se transformou em Moda Paraná e consolidou a região como Pólo de Confecções; Maringá Vai Ganhar – Vote para Deputado, que aumentou o número de votos válidos nas últimas eleições para o Legislativo Estadual e Federal; e o Repensando Maringá, o maior movimento da sociedade organizada em todos os tempos, que eclodiu no Conselho de Desenvolvimento Econômico, o Codem, hoje reconhecido em todo o Paraná. (...) Embora nunca tenha se filiado a um partido político, sempre foi democrática, cedendo espaço para que políticos se manifestassem. Candidatos a cargos eletivos, prefeitos, vereadores e deputados foram ouvidos por ela. Os governadores Mário Pereira (1994) e Jaime Lerner (1998) também estiveram falando de suas propostas e conquistaram sua atenção (REVISTA ACIM, n. 400, p. 24).

Atualmente a tiragem mensal da Revista é de 5 mil exemplares e a distribuição é dirigida para as 3.453 empresas associadas à entidade⁵³, associações congêneres no Paraná, órgãos e entidades públicas. A redação, venda de anúncios, fotografias, editoração e diagramação, impressão e distribuição, são realizadas por empresas terceirizadas. O controle sobre o que é produzido é feito por uma diretora responsável, que é vice-presidente de Marketing da ACIM, e um Conselho Editorial formado por empresários, jornalistas e colaboradores. Os temas principais são relacionados ao comércio, indústria, prestação de serviços e à produção como um todo. As edições contêm opiniões, entrevistas, reportagens especiais e informações que interessam diretamente à classe empresarial. Desde o ano de 2001 saem regularmente dez edições por ano, excetuando-se os meses de janeiro e fevereiro.

As revistas fazem parte do acervo histórico da Associação Comercial e estão arquivadas por ano de publicação, em encadernações de capa dura, catalogadas e registradas em banco de dados do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson⁵⁴. Os exemplares estão em ótimo estado de conservação. Até o mês de julho de 1997, com exceção das capas, o conteúdo era em preto e branco, em papel *couchet*. A partir de agosto de 1997 todo o material passou a ser editado em esquema de quatro cores. Para essa pesquisa, tivemos contato com 103 volumes, que correspondem às edições de fevereiro a dezembro de 1994, fevereiro a dezembro de 1995, fevereiro a dezembro de 1996, fevereiro a dezembro de 1997, março a dezembro de 1998, setembro e dezembro de 1999, junho, agosto a dezembro de 2000, março a dezembro de 2001, 2002, 2003 e 2004 e março de 2005. Com uma média de 40 páginas por edição, pesquisamos cerca de 4.120 páginas.

Para complementar a pesquisa e não ficarmos apenas no discurso produzido pela imprensa oficial, utilizamos outras fontes como entrevistas com algumas personagens que participaram da Associação Comercial, do Movimento Repensando Maringá e do Codem. Fazem parte também desse *corpus* documental⁵⁵

⁵³ Número fornecido pela ACIM referente ao mês de abril de 2007.

⁵⁴ O empresário Luiz Carlos Masson foi diretor da Revista ACIM de 1986 a 2000 e dá nome ao Centro de Documentação da Associação Comercial desde abril de 2006.

⁵⁵ Analisamos recortes ou seleções de determinadas matérias, sem nos atermos a uma consulta sistemática a essas fontes.

matérias dos jornais O Diário do Norte do Paraná, O Jornal do Povo⁵⁶, O Estado do Paraná, Indústria & Comércio⁵⁷ e Folha de Londrina⁵⁸ e documentos produzidos pelo Codem, como propostas de governança e o planejamento *Maringá 2020*. Na questão das entrevistas, concebemos os testemunhos como fontes, pois entendemos o pressuposto de que é “o material recolhido por um historiador para as necessidades de sua pesquisa, em função de suas hipóteses e do tipo de informações que lhe pareça necessário possuir” (VOLDMAN, 2005, p.36). Sobre as matérias jornalísticas o cuidado foi no sentido de perceber que as mesmas, na maioria das vezes, “são editadas em função de interesses bem demarcados pelas forças sociais com as quais o jornal acaba estabelecendo uma relação, muitas vezes, de dependência” (NASCIMENTO, 2003, p.38).

Para interpretar dentro de um contexto histórico o material pesquisado, nossa análise dos textos seguiu as orientações de Cardoso e Vainfas (1997). Para ambos, o “pressuposto essencial das metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica é de que um documento é sempre portador de um ‘discurso’ que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente” (CARDOSO e VAINFAS, 1997, p. 377). Alertados de que “todo cuidado é pouco quando se trata de aproximar lingüística e história”, analisamos os documentos produzidos pelo Movimento Repensando Maringá relacionando “textos e contextos”, evitando reduzir a história à estrutura do texto produzido e nem desprezar essa estrutura “para uma análise do conteúdo histórico-social dos discursos” (CARDOSO e VAINFAS, 1997, p. 379). Para alcançarmos isso, propomos: a) não permitir que o documento falasse por si mesmo; b) escolher o método compatível com o trabalho de historiador, e c) ter certa flexibilidade no uso do método escolhido para evitar construir “um relatório técnico” no lugar de uma “narrativa historiográfica” (CARDOSO e VAINFAS, 1997, p. 379).

⁵⁶ Os jornais O Diário e O Jornal do Povo são editados em Maringá.

⁵⁷ Os jornais O Estado do Paraná e Indústria & Comércio são editados em Curitiba. Na época, O Estado do Paraná possuía uma sucursal na cidade.

⁵⁸ O jornal Folha de Londrina é editado em Londrina e, na época, possuía uma sucursal em Maringá.

SEGUNDA PARTE
EMPRESARIADO E POLÍTICA



Imagem 2
Segunda capa da Revista ACIM n. 357, Agosto de 1995

Capítulo II

Universo de manifestação do empresariado

Vivemos, em princípio, em sistema capitalista. Mas o capitalismo brasileiro é mais controlado pelo Estado do que o de qualquer outro país, com exceção dos comunistas. Setores industriais, como os de energia elétrica, siderurgia, petróleo, navegação, portos, estradas de ferro, que nos Estados Unidos estão nas mãos das empresas privadas, foram no Brasil absorvidos pelo Estado. Bem assim, em grande parte, a rede bancária que controla o crédito para as empresas privadas.

Eugênio Gudin, 12/12/1974⁵⁹

⁵⁹ Discurso pronunciado por Eugênio Gudin ao receber o título “Homem de Visão”. In CRUZ, Sebastião C. Velasco e. **Empresariado e Estado na transição brasileira**. Um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977). Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1995, p. 33.

2.1 Estudos sobre empresariado e a política

Nessa pesquisa, para evitar entendimentos diversos e interpretações sobre qual segmento empresarial estamos estudando, procuramos nos orientar pelo conceito de empresariado definido por Cruz: “o conjunto de agentes sociais que se definem pela detenção da propriedade de uma unidade autônoma de capital e pelo exercício, daí decorrente, das funções de organização e gestão de seu processo permanente de valorização” (CRUZ, 1995, p. 24).

Recentes trabalhos têm dado uma contribuição essencial ao estudo da temática da ação política do empresariado, seja no campo da ciência política quanto nos canteiros da história. Costa (1998) faz uma análise da relação entre o empresariado paulista e o Legislativo Federal no período de 1946 a 1964. Em Costa (2003) encontramos o trabalho sobre empresariado e democracia no Brasil, abrangendo o período de 1984 a 1994, onde ele estuda as ações estratégicas da Associação Comercial de São Paulo e da Federação do Comércio do Estado de São Paulo para participarem do novo arranjo político-institucional democrático. Diniz (1997 e 2000) apresenta estudos sobre as implicações desta relação sobre o desenvolvimento e o futuro da democracia no Brasil. Por seu turno, Cruz (1995) mostra em seu trabalho o receio de grandes empresários em participar do processo de abertura e, quando estes aderiram, principalmente o grande empresariado paulista, foi uma “adesão tardia a uma tendência já consolidada” (CRUZ, 1995, p. 275). Entretanto, descarta a idéia de oportunismo e centra a análise em outros fatores determinantes. Arruda (2003) analisou como foi construída a hegemonia burguesa, notadamente industrial, no Brasil no período de 1930 a 1954.

No passado, houve uma tendência da história em geral, conforme explica Lobo (1997, p. 238), preocupada com cultura popular, cultura operária, sua identidade e suas relações com a cultura como um todo, que desenvolveu trabalhos sobre a cultura específica do empresariado. Entre essas pesquisas podemos citar os de Fanganiello (1970), Carone (1977) e Leme (1978). Dreifuss (1981) sugere o envolvimento do empresariado no Golpe de 1964, destacando que à sua parcela hegemônica coube participar do novo arranjo autoritário que se instalou depois do Golpe.

Costa (2003, p. 32) chama a atenção para o problema de se utilizar em estudos sobre o empresariado termos genéricos e expressões imprecisas como “burguesia”, “burguesia brasileira”, “burguesia nacional”, “classes dominantes”, “elites”, “oligarquias”, etc. Cruz indica que a tradição de análise do empresariado no Brasil, desde os trabalhos clássicos de Cardoso (1964) e Martins (1968) que passaram pela revisão crítica de Diniz (1978) e Diniz e Boschi (1978), é caracterizada pela imprecisão conceitual e a exclusão, sem justificativas, de segmentos importantes (CRUZ, 1995, p.20-26). Eis o que comenta Costa:

Além do fato destas análises privilegiarem a relação entre empresariado e economia, seja enquanto modelo de desenvolvimento, seja enquanto política econômica, existe outro aspecto que merece destaque. Com exceção dos trabalhos de Cardoso e Martins acima mencionados, pouca importância é dada às variáveis analíticas de natureza *ideológica*, ou seja, a possibilidade de mobilizar variáveis relativas ao modo como os empresários pensam e avaliam os processos nos quais estão inseridos, como forma de buscar explicações sobre seus padrões de ação política e de relação com o Estado e o Governo (COSTA, 2005, p. 424).

2.2 O empresariado na conjuntura nacional

As pesquisas citadas acima, concordam em sua maioria que a história tem demonstrado que o empresariado não possui uma organização formal que articule de maneira adequada seus interesses. Por esta análise, entre os empresários os interesses individuais prevaleceriam sobre o coletivo. Para Oliveira (2003), isso, em parte, “era resultado da organização corporativista do Estado desenvolvimentista brasileiro”. Era preferível para o empresariado cultivar relações dentro do Estado e defender seus interesses individuais, pois “a burocracia era porosa e vulnerável às pressões externas e controlava um grande volume de recursos públicos que eram distribuídos no plano individual de maneira arbitrária” (OLIVEIRA, 2003, p. 125). Não havia justificativa para que o empresariado investisse em organizações com agendas coletivas amplas. Foi assim durante os anos 1930 e durante o regime militar. Entretanto, nos anos de 1980, a crise do Estado desenvolvimentista e a escassez de recursos, retirou dos empresários esses incentivos, impelindo-os a se articularem para competir com os movimentos sociais e com os sindicatos, que a partir da abertura política, passaram a ser os grandes pressionadores do Estado, conforme Schneider (1991).

Contribuiu para a desarticulação empresarial, conforme Oliveira (2003, p. 126), a fragmentação do sistema partidário e a incapacidade dos empresários organizarem um partido político, “à revelia dos abundantes recursos por eles aplicados nas campanhas eleitorais de maneira lícita ou ilícita para defender seus interesses” (DINIZ, 2000, p. 81). Desse modo,

(...) por detrás da aparente força empresarial, identificada em face das múltiplas representações de classe, ocultava-se sua fragilidade organizacional, pois não havia uma entidade nacional suficientemente forte que pudesse representar o empresariado em seus interesses coletivos. As instituições corporativas, como as federações, eram pouco representativas e com projeção política modesta (OLIVEIRA, 2003, p. 127).

Outro problema que contribuiu para a desarticulação empresarial foi a ausência de lideranças expressivas, principalmente a partir da abertura comercial e o fim dos grandes conglomerados nacionais. Enfim,

(...) além da mudança na estrutura física do setor produtivo, houve um processo de esvaziamento de lideranças expressivas ligadas ao antigo modelo. De um lado, os grandes conglomerados, capitaneados pelo capital estrangeiro, de outro, a proliferação de pequenos e microempresários, caracterizados por alta taxa de mortalidade e substituição internas, dão ao empresariado um perfil heterogêneo e segmentado, altamente diferenciado setorial e regionalmente (DINIZ, 2000, p.93).

Para entender essa diferenciação setorial e regional, é importante fazer um breve histórico das principais entidades que representam o empresariado brasileiro, as chamadas confederações⁶⁰, como se constituem e como se articulam.

2.2.1 Confederação Nacional da Indústria - CNI

A Confederação Nacional da Indústria - CNI é a instituição máxima de organização do setor industrial brasileiro, com sede em Brasília. Foi fundada em 12 de agosto de 1938 e, atualmente coordena um sistema formado por 27 federações de indústria dos estados e do Distrito Federal - às quais estão filiados 1.016 sindicatos

⁶⁰ Uma confederação é uma associação sindical de grau superior que reúne pelo menos três federações; uma federação também é uma associação sindical de grau superior que reúne ao menos cinco sindicatos representativos de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas. Já um sindicato é associação prevista na legislação brasileira para representação de categoria profissional ou econômica.

patronais⁶¹, além das grandes associações industriais como a de fabricantes de veículos, de produtos farmacêuticos e da indústria de base. A CNI também administra o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, o Serviço Social da Indústria - Sesi (criados também por decreto do presidente Getúlio Vargas) e o Instituto Euvaldo Lodi - IEL.

A CNI surgiu para ampliar em todo o território nacional as ações da expressiva indústria nacional que já se organizava, desde 1928, no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Ciesp, presidido pelo industrial Francisco Matarazzo. Com a criação, em 1942, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp, a CNI passou a ter em seu quadro de representadas a maior entidade empresarial do país. Hoje, a Fiesp concentra 40% do PIB nacional e tem orçamento anual de aproximadamente R\$ 700 milhões. Por conta disso, extrapola em importância, muitas vezes, a própria CNI, tendo montado em Brasília, onde fica a sede da Confederação, um escritório para articulação política e defesa de seus interesses.

Essa contradição reflete o problema que acontece na organização dos empresários em um organismo que o representa de fato. No caso da CNI, cada federação tem direito a um voto. Por esse sistema, a Federação Industrial do Piauí – Fip, um Estado rural, teria o mesmo voto que a Fiesp. “Em termos políticos, a voz da CNI, em Brasília, no melhor dos casos, tem sido silenciosa (SCHNEIDER, 1991, p. 138,139).

2.2.2 Confederação Nacional do Comércio – CNC

A Confederação Nacional do Comércio – CNC foi criada em 30 de novembro de 1945 como a entidade máxima do empresariado comercial brasileiro⁶². O setor industrial já estava bem representado desde o início dos anos 20 e depois com a criação da CNI, mas o comércio necessitava de um órgão de expressão nacional para reunir os interesses do segmento, principalmente dentro da visão propugnada pelo governo do presidente Getúlio Vargas em harmonizar as relações entre patrões e empregados. É por isso que em 1946 é criado o Serviço Nacional de

⁶¹ Disponível em <<http://www.cni.org.br/>>. Acesso em: 20 mai. 2007.

⁶² Disponível em <<http://www.portaldocomercio.org.br/>>. Acesso em: 20 mai. 2007

Aprendizagem Comercial - SENAC, e logo depois, o Serviço Social do Comércio - SESC.

A CNC representa 27 federações do comércio que por sua vez são compostas por inúmeros sindicatos e associações, formando o Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio - Sicomércio. Além das federações do comércio, a CNC também representa a Federação Nacional das Empresas Prestadores de Serviços de Limpeza e Conservação – Febrac; Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros – Feduaneiros; Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados, de Capitalização, de Previdência Privadas e das Empresas Corretoras de Seguros – Fenacor; Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas – Fenacon; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores – Fenavist; Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares – Fnhrbs e a Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes – Fecombustíveis. A sede da entidade é em Brasília.

2.2.3 Confederação Nacional do Transporte – CNT

A Confederação Nacional do Transporte – CNT, fundada em 28 de janeiro de 1954, possui sede em Brasília e atua como representante de 29 federações, 2 sindicatos nacionais 16 associações nacionais vinculadas que se relacionam com os setores de passageiros (viação e aviação civil), carga (viação e aviação comercial), autônomos (táxis e demais prestadores de serviços) e aquaviários (transporte comercial e civil via fluvial e marítimo). Esta estrutura compreende 60 mil empresas e 700 mil transportadores autônomos, responsáveis pela geração de renda correspondente a 6,55% do PIB⁶³. Nos mesmos moldes da CNI e da CNC possui o Serviço Social do Transporte – SEST e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT.

Estas três entidades possuem natureza sindical e são mantidas, em grande parte, pelas receitas obtidas da contribuição compulsória. São originárias de um momento histórico bem específico da história nacional e participaram de diversas conjunturas

⁶³ Disponível em <<http://www.cnt.org.br>>. Acesso em: 20 mai. 2007.

econômicas. Faz-se necessário ainda verificarmos mais duas confederações, originárias de outros momentos históricos e que passaram por outros regimes políticos e que possuem um caráter civil, de livre associação. São extremamente importantes para entendermos a representação empresarial.

2.2.4 Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil - CACB

A CACB tem sua origem nas associações comerciais de cada estado, muitas fundadas quando o país ainda era colônia de Portugal. Os primeiros pontos de reuniões de comerciantes surgiram na Bahia e no Rio de Janeiro e todas tiveram como objetivo fortalecer, dignificar e proteger todos que viviam em torno do comércio e em defesa da liberdade e da cidadania.⁶⁴

Em 1811, enquanto a Bahia ainda se reerguia da crise gerada pela saída da capital da Colônia para o Rio de Janeiro, 48 anos antes, o Governador D. Marcos de Noronha e Barro, oitavo Conde dos Arcos, recebeu a autorização para construir a sede da Praça do Comércio e em 1816 a entregava pronta. Nasceu assim a Associação Comercial da Bahia.

Em 1912, o presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Barão de Ibirocahy, reuniu em sua cidade os presidentes das associações dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Pará, Paraná, Rio de Janeiro e Sergipe. Nascia assim a Federação das Associações Comerciais do Brasil que, em 1963, passou a se chamar Confederação das Associações Comerciais do Brasil. Até 1994 a CACB funcionou junto à Associação Comercial do Rio de Janeiro, quando então constituiu o Núcleo Operacional Brasília. Em 1999, decidiu pela transferência para Brasília. Em 2002, para melhor representar todos os segmentos da economia, a entidade passou a se chamar Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil.

⁶⁴ Disponível em <<http://www.cacb.org.br>>. Acesso em: 20 mai. 2007.

A CACB reúne 2.038 associações comerciais e empresariais, congregando mais de dois milhões de empresários, dos diversos segmentos como indústria, comércio, agricultura, instituições financeiras, serviços e profissionais liberais, através das federações de associações comerciais.

Como seus associados se reúnem de forma espontânea e sem nenhum vínculo sindical, a manutenção da CACB depende de serviços prestados para as associações comerciais e parcerias com as entidades sindicais. Entre esses serviços estão a Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem – CBMAE e o Instituto Proe – Programa de Complementação Educacional⁶⁵, que trabalha com estágios e é concorrente do Instituto Euvaldo Lodi, da Confederação Nacional da Indústria.

2.2.5 Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas - CNDL

A Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas - CNDL foi fundada em 21 de outubro de 1960 reunindo as Câmaras de Dirigentes Lojistas – CDLs que surgiram no país a partir de 1955 descontentes com a inércia das associações comerciais e da CNC no sentido de atuar em defesa da classe.

A CNDL é integrada pelas federações dos CDLs de cada Estado, que por sua vez reúnem as câmaras lojistas e, até mesmo, associações comerciais dos municípios. A CNDL se intitula a maior entidade representativa do comércio lojista do Brasil⁶⁶. Como não possui vínculo sindical, atua também com a prestação de serviços para os seus associados, destacando-se entre eles o SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito), concorrente da Rede Nacional de Informações Comerciais – Renic que é gerenciada pelas associações comerciais de São Paulo e Curitiba e que detém a marca SPC – Serviço Central de Proteção ao Crédito, o antigo Seproc.⁶⁷

⁶⁵ O Instituto Proe foi criado pelo IDR em setembro de 2002 e logo repassado para a ACIM. Em 2004, o programa de estágio foi repassado para a CACB, passando a fazer parte de seus serviços oferecidos às federações filiadas. Disponível em < <http://www.proe.org.br/portal/quemsomos.php>>. Acesso em: 20 mai. 2007.

⁶⁶ Disponível em < <http://www.cndl.org.br/>>. Acesso em: 20 mai. 2007.

⁶⁷ O SPC Brasil e a Renic detêm o monopólio do cadastro de inadimplentes no Brasil, uma espécie de cartório onde são armazenados dados sobre os consumidores em débito em todo o comércio nacional.

Não contemplamos nessa apresentação outras entidades de igual prestígio ou representatividade nacional como a Federação Brasileira de Bancos – Febraban, que reúne os empresários do setor financeiro; o próprio Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Ciesp; o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – Iedi, fundado em 1989 e que reúne 46 grandes empresários do Brasil que formulam políticas para o desenvolvimento econômico integrado com o Estado e a Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base – Abdib, fundada em 1955 e que tem como associados cerca de 160 grupos empresariais das áreas de Energia Elétrica, Petróleo, Gás e Derivados, Transporte, Construção e Engenharia, Saneamento Ambiental, Telecomunicações, Indústrias de Base (Mineração/Cimento, Siderurgia, Papel e Celulose), além de Bancos de Investimentos e outras empresas de serviços, que se relacionam com o setor de Infra-estrutura.

Com entidades segmentadas e setorializadas com a expressividade das que vimos, é difícil encontrar uma convergência de interesses e uma entidade que represente por sua vez e extensão todo o empresariado brasileiro. É por isso, segundo Diniz e Boschi que “historicamente a classe empresarial notabilizou-se pela ausência de posições ideológicas claramente definidas, revelando um comportamento marcadamente pragmático no que se refere a questões de natureza político-institucional” (DINIZ e BOSCHI, 2004, p. 56, 57). Na esfera nacional, as entidades com o maior poder econômico tendem a monopolizar o debate e a construir projetos que determinem a sua hegemonia sobre os demais.

Como vimos no capítulo I, o empresariado passa a ter uma participação mais ativa na defesa de seus interesses a partir dos anos 1990, com a predominância dos setores defendidos pela Fiesp, CNI e a Abdib. O Congresso Nacional passa a ser a arena de atuação desses setores, através da atividade de *lobby* realizada por profissionais altamente qualificados, principalmente da área industrial (DINIZ e BOSCHI, 2004, p. 84). E é aí que surge o Movimento Ação Empresarial, em 1991, liderado pelas entidades do setor industrial, para acompanhar a tramitação de projetos de interesses, mais destacadamente a tramitação da Lei de Modernização dos Portos. Por não estar representado em uma pessoa jurídica, isto é, sem uma organização formal, o Movimento conseguiu representar uma vasta gama de

interesses abrangentes, que afetavam o conjunto do empresariado. É o que explicam Diniz e Boschi:

(...) a Ação Empresarial caracterizou-se desde o início como um movimento dotado de alto grau de flexibilidade e de liberdade de ação, englobando um amplo leque de interesses, atuando em momentos estratégicos na defesa de aspectos gerais da pauta empresarial. Além da nova legislação portuária, agiu intensamente durante a revisão constitucional de 1995 e, posteriormente, concentrou sua atividade em torno da tramitação da reforma tributária no Congresso (DINIZ e BOSCHI, 2004, p. 84, 85).

No âmbito da CNI foi criada também no início dos anos 1990 a Comissão de Assuntos Legislativos – COAL, uma assessoria que tem por objetivo o acompanhamento do trabalho dos parlamentares, fornecendo informações para diversas entidades de classe sobre os principais projetos em tramitação no Congresso e, que, ao mesmo tempo, encaminha aos parlamentares dados, estudos e sugestões formuladas pelas organizações empresariais. Desde 1996, a Coal edita a Agenda Legislativa com todas as informações dos projetos que estão sendo apresentados ou em tramitação. Esse modelo também já vigora nas federações estaduais, com acompanhamento sistemático das ações das assembleias legislativas.

Outro exemplo de atuação se dá no final da década de 1990 quando o consenso sobre a forma de condução do Plano Real já não era o mesmo. Segundo Oliveira (2003, p.127) sinais de ruptura com o discurso neoliberal e de críticas ao governo de Fernando Henrique Cardoso tornaram-se freqüentes. Horácio Lafer Piva, presidente da Fiesp, critica fortemente o afastamento do empresariado dos processos decisórios governamentais, ao afirmar que a classe tomava conhecimento das políticas governamentais por meio da imprensa. Critica também a política econômica do governo, que estaria mais preocupada com questões financeiras do que com o setor industrial e questiona o tratamento especial ao capital internacional ao mesmo tempo em que reivindicava isonomia para a empresa nacional (DINIZ, 2000, p.96).

Por isso, a aproximação com o Congresso foi uma estratégia para que o empresariado nacional pudesse ver aprovados os seus interesses e tivesse uma

participação ativa na ação política. Esta é a visão de um dos dirigentes da CNI ao se referir sobre a Agenda Legislativa:

Aquilo partiu da percepção que passamos a ter na década de 90, de que era muito melhor, e menos oneroso, em que pese você ter uma estrutura voltada para o Congresso, você levar as questões de interesse do setor industrial para discutir no Congresso. Pela transparência, absoluta transparência, e pela pluralidade. Você não vai discutir com um membro do Poder Executivo, um secretário (...). Você vai discutir com um congressista, titular do Poder e que carece de informações. Ele não tem informações. O Congresso não tem condições de produzir (informações). Se o setor industrial tem condições de levar informações que sejam suficientes para fundamentar o voto do parlamentar sobre uma proposição, é muito melhor. Vamos lá conversar com cinquenta deputados, mandar correspondência para os quinhentos, mas vamos deixar sempre bem claro o que a gente pensa (DINIZ e BOSCHI, 2004, p. 210, 211).

2.3 O empresariado na conjuntura local

Quando se alterna para a esfera regional e local, o campo de ação política do empresariado é mais próximo, palpável e de resultados mais expressivos. A atuação local se dá na representação municipal dos interesses, um local onde a amizade, o compadrio, a convivência, flexibilizam as relações ao mesmo tempo em que, dialeticamente, criam entraves difíceis de serem transpostos.

Há uma série de novos estudos sobre a atuação empresarial na esfera local. Todos eles têm como característica a ausência do dilema da representação empresarial, tão comum no sub-capítulo anterior. Peres (2001) discute as políticas de competitividade industrial em cidades do Chile e da Argentina; Celso Daniel (2001) apresenta como a Câmara Regional do Grande ABC, em São Paulo, reunindo empresários e trabalhadores, contribuiu para o desenvolvimento econômico de toda aquela região. Carvalho e Fischer (2003) discutem como foram criadas redes sociais urbanas através de alianças estratégicas entre moradores e empresários no caso do Shopping Iguatemi, em Salvador (BA). Silva (2003) analisa como a cultura organizacional pode ser colocada em ação, desenvolvendo uma forma de poder invisível, no caso da Siderúrgica Rio-grandense, pertencente ao Grupo Gerdau.

Para um melhor entendimento de como é o universo empresarial em Maringá, apresentaremos a seguir as principais entidades que defendem os interesses do empresariado.

2.3.1 Associação Comercial e Empresarial de Maringá – ACIM

Nesse caso é importante retomar o que já foi apresentado na Introdução e no capítulo II quando fizemos uma rápida exposição sobre a ACIM, liderança hegemônica do Movimento Repensando Maringá.

Fundada em 12 de abril de 1953, um ano e meio depois da criação do Município, foi a única entidade de representação do empresariado maringaense até 1974 quando foi criada a Associação dos Lojistas do Comércio, que dois anos mais tarde se transformou em Sindicato dos Lojistas e do Comércio Varejista de Maringá – Sincomm, hoje Sivamar. Assim, era natural que muitas questões da cidade passassem pela ACIM:

A associação passou a ser porta-voz da comunidade em reivindicações como instalação de agências do Correio e Telégrafo, Coletoria Federal e Banco do Brasil. (...) a ACIM iniciou uma campanha para aumento da capacidade da Rede Ferroviária, sendo atendida em seu pleito. Entre suas primeiras ações de responsabilidade social, a associação reivindicou postos de assistência médica, assistência odontológica gratuita para as crianças pobres, plantão noturno das farmácias e abertura, inclusive em finais de semana e feriados, e ainda lutou pela abertura de um ponto do Serviço Social do Comércio na cidade (ACIM, 2006, p. 45).

A ACIM foi a quarta associação do país a montar o Serviço Central de Proteção ao Crédito - SCPC, em 1962. Apoiou diretamente a criação, em 1963, da Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá, a Cocamar, hoje Cooperativa Agroindustrial de Maringá. Nos anos 1970 lutou para que as empresas de construção civil da cidade fossem as responsáveis pela execução de obras de grande porte, como os edifícios, por exemplo, o que garantiu a vinda para a cidade de empresas de vultosos capitais. No final dos anos 1980, realizou uma série de protestos contra a política econômica do Governo Sarney tendo como ponto alto o movimento deflagrado em 19 de fevereiro de 1987 com a publicação de artigos em jornais, passeatas e protestos. No dia 26, foi realizado o “Dia do Protesto”, quando o comércio fechou as portas e os

empresários foram para praça pública reclamar da política econômica do Governo. No início dos anos 1990 travou a já relatada “batalha” contra a prefeitura devido a questão do IPTU; instalou uma “filial” no maior bairro da cidade, o Jardim Alvorada e criou os conselhos da mulher empresária e dos jovens empresários visando ampliar a sua capilaridade (ACIM, 2006, p. 61-114).

Em 1994 os reflexos tardios da crise econômica do final da década de 1980 chegam a Maringá. A economia local sente os efeitos da estagnação e alguns setores são comprometidos, em especial muitas empresas atacadistas de confecções e fábricas industriais, que eram grandes fontes geradoras de empregos na região. A ACIM realiza um movimento, denominado “13 de Julho”, para protestar contra os juros altos que penalizavam ainda mais as empresas que estavam em situação econômica deficitária (ACIM, 2006, p. 115). Este movimento é embrião do projeto hegemônico que começava a ser apresentado pela Associação Comercial. A política local também dá sinais de desgaste com a polarização de dois grupos, um do ex-prefeito e deputado federal Ricardo Barros e o outro do prefeito Said Ferreira. É nessa mesma época que a entidade cria o Instituto para o Desenvolvimento Regional - IDR, corpo técnico para criar projetos de desenvolvimento não só para o município, mas para toda a região Noroeste. Em 1996, já com o projeto hegemônico definido, lidera o Movimento Repensando Maringá e conquista a sua participação efetiva na política local em 1997 com a criação do Codem, hoje o conselho que reúne todas as entidades empresariais e de profissionais liberais da cidade.

Em 1999, tornou-se a primeira associação comercial do sul do país a criar uma Cooperativa de Crédito para o setor empresarial, o Sicoob Metropolitano, que hoje atua em várias cidades do Estado do Paraná. Em 2001, foi certificada pelo Instituto de Tecnologia do Paraná - Tecpar, de acordo com as normas ISO 9002. Nesse ano também, criou o Instituto de Responsabilidade Social de Maringá – Fundacim, que tem por objetivo auxiliar o empresariado local em suas ações de responsabilidade social. Em 2003, a ACIM criou o Proe - Programa de Complementação Educacional, um agente de integração entre empresas e escolas para a contratação de estagiários. O Proe, hoje, é um produto repassado para a CACB e está presente em

14 estados brasileiros⁶⁸. Em 2004, a ACIM lançou o ACIMCard, um cartão de crédito para o comércio local, através de uma parceria com o Banco Cooperativo Brasileiro – Bancoob e a Operadora de Cartões Cabal Brasil⁶⁹ (PORTAL ACIM, 2007).

Na missão da ACIM, fruto de um planejamento estratégico, vemos a síntese do projeto hegemônico, quando esta se coloca como representante de toda a comunidade, não só da classe empresarial:

A missão da ACIM é integrar e representar a comunidade promovendo o desenvolvimento, atuando como formadora de opinião e multiplicadora de conceitos de excelência empresarial, procurando sempre a qualidade, que implica em constante evolução. Buscando sempre a integridade, competência e profissionalismo - a mais eficiente prestação de serviços aos associados e à comunidade. (PORTAL ACIM, 2007)

2.3.2 Coordenadoria Regional da Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP

A Federação das Indústrias do Paraná, entidade de caráter sindical e que é mantida pelas associações e sindicatos da indústria, foi criada em agosto de 1944 em Curitiba. Em Maringá, a Fiep só instalou a sua coordenadoria regional em 1975, aproveitando a estrutura do Senai – Serviço Nacional da Indústria e do Sesi – Serviço Social da Indústria, que já funcionavam na cidade. O primeiro coordenador da Fiep em Maringá foi o empresário Amorim Moleirinho, que também era diretor da Associação Comercial.

A Coordenadoria da Fiep é formada pelos seguintes sindicatos empresariais: Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Maringá – Sindimetal, criado em 1987; Sindicato da Indústria Gráfica de Maringá – Singramar, criado em 1993; Sindicato da Indústria do Vestuário de Maringá e Região - Sindvest, fundado em 1990; Sindicato da Indústrias da Construção Civil do Noroeste do Paraná – Sinduscon-Nor, criado em 1992; a Associação de Produtores de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná, criada em 1981 e que engloba os sindicatos da

⁶⁸ Disponível em <<http://www.proe.org.br>>. Acesso em: 29 abr. 2007.

⁶⁹ A Cabal Brasil é uma subsidiária do Sistema Cabal criado na Argentina em 1980 e que já opera em países como Chile, Uruguai, Paraguai e Cuba. Disponível em <<http://www.cabal.com.br/1historico.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2007.

Indústria de Fabricação de Álcool do Paraná – Sialpar e da Indústria de Açúcar do Estado do Paraná – Siapar; Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios de Maringá – Sindirepa, criado na década de 1990 e o Sindicato da Indústria de Curtimento de Couro do Paraná – Siccpar, criado em 1980.

Em Maringá, a Coordenadoria da Fiep administra o Sesi, o Senai e o Instituto Euvaldo Lodi – Iel, um organismo que faz a intermediação de estágios de estudantes universitários para a indústria.

Desde 2000, a coordenadoria regional da Fiep indica o vice-presidente para Assuntos da Indústria da Associação Comercial, cargo este que já está institucionalizado. Para a gestão 2006-2008, da ACIM, o seu 1º. Vice-presidente é o atual coordenador da Fiep, o empresário Paulo Meneguetti.

2.3.3 Sindicato dos Lojistas do Comércio e do Comércio Varejista de Maringá e Região – Sivamar

Fundado em 1974 como Associação dos Lojistas do Comércio, obteve a carta sindical em 1976, passando a se chamar Sindicato do Comércio de Maringá – Sincomm, tendo como seu primeiro presidente o empresário Luiz Júlio Bertin que havia sido presidente da ACIM em 1974 e 1975. O sindicato atua na representação dos interesses dos lojistas da cidade e tem sua base territorial em 19 outros municípios. Atualmente possui 4.500 empresas associadas e possui uma Câmara de Conciliação Trabalhista, junto com o Sindicato dos Comerciantes, para a resolução de conflitos no comércio⁷⁰.

Desde 1997, quando o ex-presidente da ACIM, Massao Tsukada, assumiu o sindicato e mudou o nome para Sivamar, mantém estreito relacionamento com a ACIM, assinando em conjunto com esta entidade todas as campanhas e ações promovidas em Maringá. Também, desde 2000, o sindicato indica o vice-presidente para Assuntos do Comércio da ACIM, cargo já institucionalizado. O atual presidente

⁷⁰ Disponível em <<http://www.sivamar.com.br/website/>>. Acesso em: 20 mai. 2007.

do Sivamar (2006-2007), Adilson Emir Santos, é o vice-presidente do Comércio da ACIM.

Em 2006 o Sivamar se filiou ao Sistema Fecomércio que desde os anos 1970 mantém em Maringá a estrutura do Sesc – Serviço Social do Comércio e do Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

2.3.4 Outras entidades de segmentos diversos

Há outros sindicatos que representam empresários de diversos grupos de interesses. O setor de comércio e varejo, por exemplo, possui outras três entidades de representação: o Sindicato do Comércio Varejista de Ferragens, Tintas, Madeiras, Materiais Elétricos, Hidráulicos e Materiais de Construção de Maringá e região – Simatec, fundado em 1987 e que atua em 13 municípios; o Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos de Maringá – Sincofarma e a Associação dos Revendedores de Combustíveis de Maringá e Região – Arcomar, criada em 1997.

Os empresários dos bares, hotéis e restaurantes são representados pelo Sindhotel – Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Maringá, fundado em 1957, mas que só passou a atuar como sindicato reconhecido em 1991. Os agentes imobiliários estão representados no Sindicato da Habitação e Condomínios – Secovi, que reúne as empresas de compra, venda, locação, administração, incorporação e loteamentos de imóveis, e dos edifícios em condomínios residenciais e comerciais. Os empresários do setor educacional são representados pelo Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Noroeste do Estado do Paraná – Sinepe-NoPr, que engloba também os sindicatos das Academias e Atividades Afins – Sinacad, das Escolas Particulares de Idiomas – Sindiomas; das Escolas Particulares de Educação Infantil – Sinfantil e das Escolas Prestadoras de Cursos Livres Particulares – Sindilivre. Há também a representação dos empresários do setor de saúde que se agrupam no Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Maringá – Sindihospital.

Há também uma série de outras entidades que representam os profissionais liberais, categoria que se destaca em Maringá pelo fato de ser um pólo regional de prestação de serviços. Se não são considerados como empresários, os profissionais liberais, em sua maioria, são empreendedores de suas carreiras e, hoje, já são admitidos no quadro de associados da ACIM e possuem assento nas câmaras técnicas do Codem.

Como vimos, em Maringá a maioria das entidades de representação do empresariado possui caráter sindical e, por conta disso, atua em uma área específica de defesa dos interesses da classe. Existem outras associações civis com o caráter de promover o segmento, como a Associação Paranaense de Supermercados – Regional Noroeste – Apras ou a Associação dos Comerciantes de Material de Construção de Maringá e Região – Acomac. No entanto, todas elas sem exceção e todos os sindicatos estão representados na ACIM, bem como possuem assento no Codem. É a máxima que pautou a entidade desde o início do Movimento Repensando Maringá e expressa pelo seu ex-presidente e um dos líderes daquele movimento, Jefferson Nogaroli⁷¹: “uma entidade é tão forte quanto seu poder de mobilização” (ACIM, 2006, p. 142).

2.4 Considerações

Na esfera local e pelas circunstâncias da própria formação da cidade de Maringá, o empresariado que se formou ao longo dos anos se constituiu de pequenos e micros empreendedores, com perfis heterogêneos e segmentados. Pela falta de indústrias e grandes conglomerados, o empresariado local se caracterizou por atuações endógenas, voltadas para o seu próprio interesse, sem ter uma ligação maior com o que acontecia na esfera nacional.

A ACIM, por ser a primeira entidade a reunir os empresários locais – a maioria pequenos comerciantes -, e por seu envolvimento direto com as questões do município, efetivamente após apoiar abertamente a campanha do prefeito João Paulino Vieira Filho, em 1960, tornou-se a líder circunstancial do empresariado. Por

⁷¹ Sobre a atuação desse empresário falaremos mais adiante.

isso, diversas ações que comandou nos anos 1960, 1970 e 1980 tiveram a característica de um posicionamento de vanguarda. O enfraquecimento do Estado, principalmente no plano municipal, a partir da década de 1990, possibilitou a construção de um projeto que viesse a se tornar dirigente e colocasse o empresariado à frente da condução dos rumos da cidade. Gramsci (1991) havia previsto isso ao comentar sobre os movimentos dos grupos que querem dominar o Estado: “Nas lutas atuais muitas vezes verifica-se esse fenômeno: uma organização estatal debilitada é como um exército enfraquecido; entram em ação os grupos de assalto, isto é, as organizações armadas privadas” (GRAMSCI, 1991, p. 70).

Em sentido inverso ao que Gramsci previu para os trabalhadores, podemos inferir que para o empresariado maringense, em determinado momento, tornou-se necessário ser:

(...) uma classe dirigente antes mesmo de ser uma classe dominante, impor sua própria direção intelectual e moral, desagregar o bloco ideológico superestrutural do adversário e fazer explodir suas contradições para (...) criar um novo sistema hegemônico capaz de destruir a retaguarda do inimigo (MACCIOCCHI, 1980, p. 160).

Gramsci apontava como um problema histórico a questão da força hegemônica se manter enquanto tal após a conquista do poder, mas esclarecia que a representação da força hegemônica deve vir antes da conquista do poder (MACCIOCCHI, 1980, p. 143). As ações da ACIM nos dão base para interpretar a sua constituição como força hegemônica, que depois unificará todos os participantes do Movimento Repensando Maringá, antes mesmo de iniciar o processo que culminará com a criação do Codem: a participação na criação da Cocamar, em 1963; a participação na criação da UEM, em 1970; as mudanças no plano diretor do município para beneficiar os agentes imobiliários, os protestos contra a política econômica do Governo Sarney e o Movimento 13 de Julho. Após a constituição do Codem, em 1997, exerce a sua hegemonia sobre o conjunto de entidades, por ações como a criação da primeira cooperativa de crédito dos comerciantes, em 1999; pela conquista da ISO 9002, em 2001; pela criação do Instituto de Responsabilidade Social de Maringá, também em 2001; pela criação do Programa de Complementação Educacional, agente de estágios entre empresas e estudantes, com o objetivo de vender facilidades para

estudantes e empresas, em 2003; e pelo lançamento do seu próprio cartão de crédito, o ACIMCard, em 2004.

Ao conseguir desenvolver e manter essas ações, a ACIM deixa de depender de qualquer agente externo, inclusive nacional, e consolida-se como a “dirigente” e “dominante” do processo que envolve outras entidades e que se apresenta como projeto hegemônico, isto é, o Codem.

Capítulo III

Os projetos de afirmação do empresariado

(...) o diálogo do setor privado com o Governo está no nível mais baixo da história. A burocracia estatal se tornou auto-suficiente e arrogante e desrespeitou a experiência do empresariado industrial e do setor financeiro. Ressalvadas as exceções, eles não nos ouvem e, quando ouvem, não acreditam.

Eugênio Staub⁷²

⁷² Diretor-presidente da Gradiente e presidente do Conselho Diretor do Iedi. *In* Diniz (2000, p.96).

3.1 O início

O Movimento Repensando Maringá foi oficialmente lançado em 1996. Sua gênese, entretanto se dá dois anos antes quando o presidente da ACIM, Massao Tsukada incita uma discussão sobre o papel do empresário na política, o que foi alvo de ampla reportagem na Revista ACIM n. 341, conforme já apresentamos na Introdução desse trabalho. Tsukada já possuía uma experiência política tendo sido vereador na gestão 1983-1988, eleito como o segundo mais votado pelo PDS – Partido Democrático Social, com 1.415 votos, se licenciando no último ano do mandato para disputar a eleição como candidato a vice-prefeito. Derrotado, continuou na política até ser eleito presidente da ACIM no final de 1991 para a gestão 1992/1994.

Nossa principal fonte revela que nesse período a ACIM vive um de seus melhores momentos com diversas ações de valorização dos associados que chegam, ao último ano do mandato de Tsukada, ao expressivo número de 1.600 filiados. Algumas ações estratégicas são realizadas para colocar a entidade como destaque na representação empresarial. Na época, a ACIM e o Sivamar, o sindicato do comércio varejista, tinham um relacionamento difícil e Tsukada resolveu entrar na “área” do sindicato⁷³ e “intensificou os trabalhos das Consultorias Tributária, Fiscal e Trabalhista”, setores onde tradicionalmente os sindicatos atuam fortemente (ACIM, 2006, p. 111). Para colocar a entidade ainda mais próxima dos comerciantes dos bairros, abriu uma filial da ACIM no Jardim Alvorada, o maior bairro de Maringá e promoveu a 1ª. Feira Ponta de Estoque, beneficiando pequenos comerciantes. Outra ação importante da gestão Tsukada foi assumir a Casa Mercosul, na época um órgão criado pela Prefeitura, com apoio técnico do Sebrae, para fomentar o comércio exterior, mas que não conseguia avançar. Para coordenar a área de comércio exterior da ACIM, Tsukada convidou o jovem empresário do setor supermercadista Jefferson Nogaroli que já era o seu segundo vice-presidente. Nogaroli terá um papel fundamental em todo o processo do Movimento Repensando Maringá, participando,

⁷³ Três anos depois, em 10 de abril de 1997, Massao Tsukada tomou posse como presidente do Sivamar depois de derrotar a chapa de situação, comandada pelo empresário Luiz Júlio Bertin, ex-presidente da ACIM e que estava há mais de vinte anos dirigindo o Sindicato do Comércio.

inclusive, do seu núcleo gerador, estruturando as bases de sustentação do movimento: o PNBE, o Pró-UEM e o IDR.⁷⁴

Nenhum movimento começa do nada. Não existe nenhuma ação que seja desprovida de um intento, que seja neutra. No processo de construção de seu projeto hegemônico, a ACIM utilizou uma lógica para conseguir convencer o segmento empresarial de seus projetos e idéias. Teve a colaboração, é verdade, do momento político que a cidade vivia – a polarização de dois grupos políticos – e da tensa situação econômica pela qual o país ainda passava. Neste capítulo, veremos as duas principais articulações que fazem parte da gênese do movimento de repensar a cidade, de recolocá-la no trilho do desenvolvimento econômico, da prosperidade, da geração de emprego e renda, conforme apregoavam seus idealizadores. Veremos também sobre a criação de um instituto de desenvolvimento que foi o início de todo o processo. Nessas três articulações teremos a presença de intelectuais que deram sustentação às ações. Finalizaremos o capítulo com uma ação direta da entidade, onde mostrou a sua cara para a população, saiu na rua e teve o apoio de setores antes inatingíveis, como comerciários e estudantes.

3.2 O Núcleo Regional do Pensamento Nacional das Bases Empresariais - PNBE

No dia 15 de setembro de 1993, o presidente da ACIM, Massao Tsukada trouxe a Maringá o empresário Emerson Kapaz para participar de um seminário promovido pelo Conselho do Jovem Empresário da ACIM, com apoio do Sebrae. Kapaz, dono da empresa Elka Plásticos e presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Brinquedos – Abrinq, havia acabado de sair de uma disputa eleitoral que o projetara

⁷⁴ Jefferson Nogaroli é natural de Astorga – Pr., onde nasceu em 1964. Seu pai, Valdir Nogaroli, abriu um pequeno mercado em Maringá, em 1982, no Parque das Palmeiras, na época um bairro da periferia de Maringá. O Supermercado São Francisco cresceu rápido e, em pouco mais de 10 anos já contava com 4 lojas, sendo uma em Paranavaí – Pr e outra em Dourados – MS (hoje são 13 lojas). Nogaroli assumiu os negócios da família ainda muito jovem e foi o responsável pela ampliação dos negócios. Em 1989, aos 25 anos, foi convidado para ser o presidente da regional da Associação Paranaense de Supermercados – Apras, não conseguindo concluir o curso de Geografia que havia começado na UEM. Em 1992 assumiu a 2ª. Vice-presidência da ACIM, na gestão de Massao Tsukada. Foi diretor de Comércio Exterior por seis anos, de onde saiu em 1998 para assumir a presidência da entidade. No seu mandato, implantou o sistema de reeleição e assumiu mais um mandato de 2000 a 2002. Ao deixar a diretoria da ACIM, assumiu a Federação das Associações Comerciais do Estado do Paraná – FACIAP, onde ficou por dois mandatos até o início de 2006. Atualmente é o vice-presidente do Sebrae-Pr e presidente da Central das Cooperativas de Crédito do Sistema Sicoob no Paraná.

para o cenário nacional. Fora candidato de oposição à presidência da Fiesp, criticando duramente o presidente daquela entidade, Mario Amato, e o presidente da CNI, Albano Franco. Mesmo sendo derrotado, ganhou projeção⁷⁵ pelo seu estilo crítico e por assumir, em 1992, a coordenação do PNBE, um movimento empresarial criado em junho de 1987 que se propunha ser o aliado de uma grande quantidade de empresários descontentes com os rumos tomados por suas bases, que os alijava dos processos decisórios.

Em Maringá, Kapaz falou para uma platéia de empresários no Hotel Deville (foto 4) e deu uma série de reportagens para a imprensa. A Revista ACIM, edição de outubro daquele ano, deu destaque para a visita publicando uma entrevista com o empresário e fazendo uma matéria especial sobre a palestra. As informações que retiramos dessa fonte nos fornecem dados importantes para identificarmos as premissas do futuro movimento. Eis a própria fala de Kapaz:

Hoje nós estamos presentes em vários estados do Brasil e a preocupação é ter um pensamento nacional empresarial e não um pensamento do sul ou do sudeste. O PNBE foi um dos articuladores das negociações do pacto no Governo Collor e principal negociador com as classes sindicais de saídas para a crise. Nós temos condições hoje de elaborar propostas de reforma fiscal, tributária e saídas negociadas na questão da Revisão Constitucional. Estamos articulando a atuação do empresário na Revisão e achamos que isso é extremamente importante no momento em que o país vive, para conseguirmos sair deste impasse e realizarmos as reformas estruturais que precisam ser feitas (REVISTA ACIM, n. 337, 1993, p. 05).

Em um dos momentos de seu discurso, Kapaz chamou os empresários para a ação: “o empresário não pode mais se preocupar apenas com a sobrevivência de sua empresa. Vivemos a era da globalização da economia e se o país estiver mal, isso acabará se refletindo nas empresas” (REVISTA ACIM, n. 337, 1993, p. 16). Esse mesmo discurso será usado no futuro, pelo Movimento Repensando Maringá, para destacar que se a cidade fosse mal, os negócios empresariais também iriam. Identificamos também, em um trecho da reportagem, a utilização do termo “sociedade” para designar a classe empresarial: “um dos objetivos do PNBE é

⁷⁵ Emerson Kapaz foi eleito deputado federal pelo PSDB de São Paulo em 1999, transferindo-se depois para o PPS. Foi Secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo, no governo Mário Covas. Atualmente é o presidente do Instituto Etcó – Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial.

justamente organizar o meio empresarial no sentido de conscientizar a sociedade do papel importante que ela pode desempenhar na vida do país” e complementava, como um vaticínio: “podemos nos organizar em nível local. A médio prazo passaremos a pressionar as esferas estaduais, até chegarmos a um movimento nacional” (REVISTA ACIM, n. 337, 1993, p. 16).



Foto 4

Emerson Kapaz, ao lado de Jefferson Nogaroli, fala aos empresários
Fonte: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson (ACIM)

A pregação de Emerson Kapaz deu resultados e no primeiro dia de dezembro daquele ano, em um jantar empresarial, a ACIM lançava o Núcleo Regional do PNBE. Para o “batismo” do grupo, que consistia em abonar as fichas dos 27 filiados, Kapaz foi novamente o convidado especial. O empresário e vice-presidente da ACIM, Jefferson Nogaroli, foi escolhido para ser o coordenador regional. Na ocasião, após pesadas críticas ao presidente Itamar Franco e ao seu ministro Fernando Henrique Cardoso, Kapaz anunciou que “o PNBE está preparando e vai discutir um Projeto de Desenvolvimento para o Brasil. Vamos interferir nos programas de governo dos candidatos que tiverem afinidade maior com nossas idéias” e concluía destacando que o projeto seria consistente, “com a expectativa de resultados a curto, médio e longo prazo” (REVISTA ACIM, n. 339, 1993, p.15).

Nessa mesma ocasião, Jefferson Nogaroli profere um dos seus primeiros discursos, de muitos que viriam, sobre a participação do empresariado maringaense na condução dos destinos da cidade:

Nosso país é o 5º. do mundo em extensão, possui terras produtivas, tem recursos hídricos, energéticos e humanos em abundância e o 7º. mercado consumidor do mundo. Em contrapartida, somos o 70º. país em qualidade de vida (...) um país como o Brasil não pode permitir a existência de 35 milhões de indigentes ou desaparecimento de 400 mil crianças que morrem de fome por ano. Que país é este? Não podemos assistir esta situação de maneira passiva (REVISTA ACIM, n. 339, 1993, p. 15).

E alertava sobre a situação local:

Maringá possui 11.700 famílias indigentes, aquelas que tem renda suficiente apenas para adquirir uma cesta básica. Nossa região metropolitana tem 350 mil habitantes, dos quais 68 mil são indigentes. Isto representa um relógio prestes a explodir. O que gera a violência é a miséria (...) falta força de vontade a muitos empresários que só sabem reclamar. Para mudar o Brasil precisamos organizar a sociedade civil. Se as coisas não estão boas, é hora de parar e discutir saídas para termos um país melhor (REVISTA ACIM, n. 339, 1993, p. 15).

É a própria Revista ACIM que informa, na já mencionada edição de março de 1994, quando publicou a matéria sobre o Empresário e a Política, que o exemplo de Kapaz e a criação do Núcleo Regional do PNBE foram “a faísca que faltava para acender a fogueira” (REVISTA ACIM, n. 341, 1994, p. 07).

Entretanto, o Núcleo Regional do PNBE teve dificuldades de avançar. O próprio órgão oficial da ACIM dá pouca visibilidade a ele, talvez pela mudança da diretoria ocorrida em abril de 1994, quando assumiu a presidência da entidade o empresário do setor imobiliário Pedro Granada Martines, embora o seu coordenador, Jefferson Nogaroli tenha continuado na diretoria. Há uma pequena nota na seção Capital de Giro na edição de abril daquele ano informando da visita do secretário executivo do PNBE, Alfredo Sette, que veio “concretizar o núcleo regional do órgão na cidade” (REVISTA ACIM, n. 342, 1994, p. 29). Na edição de maio há outra pequena referência ao trabalho do PNBE com o movimento sobre ética na política e só. As ações se resumiram a reuniões internas e a estudos de acompanhamento da

economia nacional. Entretanto, a “faísca” já havia começado o fogo, conforme a Revista ACIM.

3.3 A Associação Pró-Desenvolvimento da Universidade Estadual de Maringá - Pró-UEM

Em outubro de 1993 o professor Joilson Dias, docente da Universidade Estadual de Maringá – UEM⁷⁶, acabara de retornar de um período de estudos e pesquisas nos Estados Unidos, onde havia concluído o Doutorado em Economia pela Universidade da Carolina do Sul, em 1991, e onde permanecera até aquele ano desenvolvendo um projeto de pesquisa sobre Agência de Desenvolvimento e dando aulas de Micro e Macroeconomia no campus de Fort Jackson. O currículo do professor “chamou a atenção do então diretor de Comércio Exterior da ACIM, Jefferson Nogarolli” que o aproximou da ACIM uma vez que este recebera algumas propostas de outras universidades para sair de Maringá (ACIM, 2006, p. 113).

Dias apresentou aos empresários a idéia de criar em Maringá uma Agência de Desenvolvimento nos moldes da que trabalhou em um projeto similar nos EUA. Numa primeira reunião na sede da ACIM, noticiada no dia 30 de outubro pelos jornais Correio de Maringá e Jornal do Povo e no dia 31 pelo jornal Folha de Londrina, a entidade reuniu empresários e executivos do Banestado, Banco do Brasil, Sebrae, Prefeitura, Sindvest, Sincomm (Sindicato do Comércio), Cocamar, Sindimetal e Sindirepa para ouvirem o professor. Das primeiras reuniões surgiu a necessidade de envolver a UEM, até porque Dias tinha vínculo profissional com a Universidade.

Nessa mesma época um grupo de empresários, profissionais liberais e professores da UEM iniciaram uma série de entendimentos visando fortalecer aquela instituição e aproximá-la da comunidade empresarial. Entre os motivos, alguns específicos como a questão da autonomia universitária e a evasão de professores, notadamente

⁷⁶ O professor Joilson Dias esteve de 1987 a 1991 realizando os estudos de Doutorado em Economia na Universidade da Carolina do Sul. Entre 1991 e 1993 trabalhou no *South Carolina State Development Board*, como assistente de pesquisas e comunicações, atuando na análise do perfil de empresas nacionais e internacionais nos Estados Unidos e deu aulas no *College Of Business Administration* da Universidade da Carolina do Sul. Retornou aos Estados Unidos entre 2001 e 2003 para fazer o Pós-doutorado como bolsista do CNPq.

mestres e doutores (ACIM, 2006, p. 113). Em uma reunião na Biblioteca Central da UEM, no dia 18 de novembro de 1993, foi organizada oficialmente a Associação Pró-Desenvolvimento da Universidade Estadual de Maringá – Pró-UEM, tendo como coordenador da Assembléia de fundação o engenheiro agrônomo e presidente do Sindicato Rural, Anníbal Bianchini da Rocha. Na reunião, Bianchini

Expôs as razões que levaram um grupo de cidadãos à formulação de uma proposta de constituição de uma associação que se dedicasse a promover a integração universidade-comunidade, visando ao fortalecimento da universidade e ao apoio científico e tecnológico para projetos da região noroeste do Paraná (PRÓ-UEM, 1993).

O primeiro item que consta dos objetivos sociais do Pró-UEM, aprovado no Estatuto Social naquela noite, dizia que a nova associação deveria “aproximar as culturas universitária, empresarial e comunitária, desenvolvendo a mentalidade de projetos em parceria, fundamentados em bases científicas e tecnológicas”. Todos os presentes à reunião foram admitidos como sócios fundadores, além dos membros natos (reitores e ex-reitores da UEM). O Estatuto também deixava aberta a adesão de novos sócios, ex-alunos da graduação ou pós-graduação, além de pessoas físicas ou jurídicas que demonstrassem interesse em trabalhar pela Universidade. Conforme o artigo três, parágrafo terceiro, do Estatuto do Pró-UEM, as pessoas jurídicas admitidas seriam: “federações de classe, associações de classe, associações profissionais, associações rurais, clubes de serviços, cooperativas de produção rural, sindicatos e lojas maçônicas” (PRÓ-UEM, 1993).

Dois diretores da ACIM faziam parte do grupo de fundadores do Pró-UEM: o presidente Massao Tsukada e o diretor de comércio exterior, Jefferson Nogaroli. Os demais sócios fundadores foram: o ex-prefeito Ricardo Barros, o reitor Décio Sperandio⁷⁷, os professores João Lino de Oliveira (Sinteemar), Aroldo Xavier, Leonel Ricardo Sheller, Manoel Jacó Garcia Gimenes e Luiz Antonio de Souza (vice-reitor); os advogados Roberto Verdade (representando as Lojas Maçônicas), Luiz Lourenço (presidente da Cocamar), Paulo Roberto Pereira de Souza (também professor) e Odair Vicente Moreschi; os empresários, além de Tsukada e Nogaroli, João Noma (representando a Fiep) e Leonildo Carnevalli; o médico Antonio Mestriner (Rotary

⁷⁷ Coincidentemente o professor Décio Sperandio é novamente reitor da UEM no ano que redigimos esse trabalho.

Clube), o promotor de justiça Joel Coimbra, o veterinário Néri Fabre (da Sociedade Rural), o técnico administrativo José Carlos Gomes (funcionário da UEM) e os engenheiros agrônomos e civis Anníbal Bianchini da Rocha (Sindicato Rural), Valter Progiante (Lions Clube), Francisco Scarpari Neto (Cooperativa Agrícola de Goioerê), Paulo Sérgio Magalhães Silva (Associação dos Empreiteiros de Obras Públicas), Sidnei Aparecido Baroni (Associação dos Engenheiros Agrônomos) e João Carlos Seravalli (Associação dos Engenheiros e Arquitetos). Embora presentes na reunião, o arcebispo de Maringá, D. Jaime Luiz Coelho, e o presidente da Câmara Municipal, vereador Nereu Vidal Cezar, não constaram como sócios fundadores (PRÓ-UEM, 1993). Massao Tsukada, presidente da ACIM, foi eleito membro do Conselho Consultivo e vice-presidente da Diretoria Executiva que tinha o advogado e presidente da Cocamar, Luiz Lourenço, como presidente.

O Pró-UEM foi a primeira iniciativa que envolveu um número maior de entidades para aproximar pessoas da comunidade à UEM, todavia sem nenhuma ingerência nas ações, projetos e administração da Universidade. Prova disso é que o Conselho Universitário – COU e o Conselho de Administração – CAD só foram se abrir para a participação de membros da comunidade local e regional em 1998⁷⁸.

Uma das primeiras ações do Pró-UEM foi trazer o economista Nelson Antonio Camacho, professor e diretor técnico da Assessoria de Planejamento Orçamentário da Universidade de Campinas – Unicamp, para uma palestra⁷⁹. No dia 13 de janeiro de 1994, Camacho falou para um grupo de empresários, professores da UEM e diretores do Pró-UEM, na sede da ACIM, sobre a importância da universidade abrir as portas para a iniciativa privada e sobre a questão da autonomia, implantada na Unicamp no período de 1990 a 1993. Questionado sobre a parceria entre universidade e empresas, Camacho defendia essa integração:

Nós consideramos esse contato de fundamental importância para os dois lados, porque tudo aquilo que é desenvolvido dentro da universidade é repassado para o setor industrial. Por outro lado, esse contato é importante para as linhas de pesquisa da própria

⁷⁸ Resolução nº 001/98-COU, de 16/03/1998.

⁷⁹ Nelson Antonio Pereira Camacho se graduou em Economia na UEM, em 1970. Fez pós-graduação na PUC de São Paulo e Doutorado em Economia na Unicamp, onde exerceu cargos de direção de 1972 a 1996. É autor do livro **O custo do aluno universitário**: subsídio para uma sistemática de avaliação na Unicamp. Campinas, Editora da Unicamp, 1993.

universidade. Nós temos hoje 800 empresas que são parceiras da Unicamp (REVISTA ACIM, n. 340, 1994, p. 06).

No mesmo evento, o presidente do Pró-UEM, Luiz Lourenço, também defendia a parceria da universidade com empresas, enfatizando o discurso de que a universidade deveria servir à cidade: “a universidade deve estar direcionada para atender a vocação sócio-econômica da sua região de abrangência” (REVISTA ACIM, n. 340, 1994, p. 18). Para que isso pudesse acontecer, Camacho defendia a autonomia da UEM:

Foi o que fizeram as universidades públicas do Estado de São Paulo. Elas conquistaram autonomia financeira e quando viram que os recursos destinados pelo governo eram insuficientes, abriram suas portas para a iniciativa privada. No caso da Unicamp estas associações possibilitaram, no ano passado, um crescimento de 25% sobre a arrecadação de 1992, algo em torno de US\$ 20 milhões (REVISTA ACIM, n. 340, 1994, p. 18).

O presidente da ACIM também defendia a autonomia como alavanca para o desenvolvimento: “Os investimentos serão feitos em áreas definidas de prioridade para a melhoria do ensino, da pesquisa, e do relacionamento com a comunidade. Melhor gerenciadas, as instituições vão estimular o desenvolvimento do Paraná (REVISTA ACIM, n. 340, 1994, p. 18). Já o reitor da UEM, professor Décio Sperandio, apostava no sucesso do Pró-UEM e dizia que já era hora da universidade se abrir para a região: “Será um caminho de mão dupla cheio de benefícios para ambas as partes. Vamos trabalhar ao lado da comunidade que estará mais sensível aos problemas da instituição” (REVISTA ACIM, n. 340, 1994, p. 18).

A aproximação entre empresários e a UEM acabou se resumindo a discussões acerca da autonomia universitária e audiências com o secretário de Estado da Ciência e Tecnologia e o governador do Paraná. Em uma dessas audiências, em julho de 1994, o presidente da ACIM, Pedro Granado Martines, acompanhou os diretores do Pró-UEM na solicitação de verbas para o Hospital Universitário. Na ocasião o governador Mário Pereira atendeu as reivindicações do grupo maringense (REVISTA ACIM, n. 346, 1994, p. 29). Na edição de outubro da Revista ACIM, o presidente Pedro Granado fazia uma avaliação da atuação política da entidade e destacava:

Essa atuação política não diz respeito à atuação junto a partidos, mas na vida comunitária. Participamos ativamente, por exemplo, do Pró-UEM, que ajudamos, junto com empresários e com o ex-reitor Décio Sperandio, a buscar verbas do Governo do Estado para o término do Hospital Universitário e outras obras. Sugerimos também que o Unibanco fizesse a indicação de verbas para a compra de equipamentos para o HU, através do Pró-UEM (REVISTA ACIM, n. 348, 1994, p. 03).

No dia 10 de outubro de 1994 assumia a reitoria da UEM o professor Luiz Antonio de Souza, um dos fundadores do Pró-UEM. Seu discurso sobre a autonomia era de que deveria ser adequada para manter normalmente as atividades universitárias e que não poderiam aceitar “qualquer tipo de autonomia” (REVISTA ACIM, n. 348, 1994, p. 07). Sobre a aproximação da UEM com a comunidade, principalmente sobre a idéia que havia de que a Avenida Colombo “separava” a Universidade da comunidade, Souza dizia: “Vamos tentar. Mas quero salientar que não é só a universidade que deve atravessar a Colombo. A comunidade também tem que pensar em medidas que aproximem a UEM, para que haja um intercâmbio maior entre universidade e comunidade” (REVISTA ACIM, n. 348, 1994, p. 08).

Em dezembro de 1994, por iniciativa do Pró-UEM e com a participação direta da ACIM, foi assinado um convênio entre a Universidade e os empresários criando o Serviço de Estágio Remunerado – SER, coordenado pelo professor Tadeu França, que havia sido vereador, deputado estadual e deputado federal por Maringá. No final do primeiro semestre letivo de 1995, o programa já contava com 200 empresas e 400 alunos cadastrados. O presidente da ACIM destacava o anseio da classe empresarial em aproveitar os recursos da UEM: “o interesse da classe empresarial demonstra que a sociedade necessita e quer aproveitar melhor os recursos humanos formados pela UEM” (REVISTA ACIM, n. 353, 1995, p. 26). Ainda em 1995, a ACIM e o Instituto de Línguas da UEM formalizam um convênio para um curso de espanhol voltado para empresários que negociavam com o Mercosul. A iniciativa foi do diretor Jefferson Nogaroli, membro fundador do Pró-UEM (REVISTA ACIM, n. 353, 1995, p. 24). Durante o ano de 1995, por conta dessa aproximação entre a UEM e os empresários, professores e pesquisadores da universidade são convidados a escrever artigos para a Revista ACIM. Na edição de junho, o professor do Departamento de Administração, Francisco Giovanni David Vieira, escreve artigo sobre o equívoco da aceitação do cheque pré-datado para concessão de crédito

(REVISTA ACIM, n. 355, 1995, p. 34); na edição de julho, o professor do Departamento de Economia, Joilson Dias, escreve sobre os juros elevados e os créditos existentes no mercado (REVISTA ACIM, n. 356, 1995, p. 32); na de novembro, o professor do Departamento de Ciências Sociais, José Carlos Alcântara, escreve sobre o perfil para o próximo prefeito de Maringá, incitando a participação dos empresários na sugestão de planos de governo (REVISTA ACIM, n. 360, 1995, p. 28).

Em 1996, o Pró-UEM⁸⁰ acabou sendo superado pelo Movimento Repensado Maringá que tinha objetivos mais amplos e que trouxe também para junto de si a discussão com a universidade, agora não mais representada somente pela UEM, mas também pelo Centro Universitário de Maringá – Cesumar, faculdade privada, que começava a formar as suas primeiras turmas⁸¹.

Percebemos, como já nos orientava Gramsci, que o projeto hegemônico que estava em curso pela ACIM necessitava da presença e participação de intelectuais, isto para lhe dar homogeneidade e consciência, segundo o pensador italiano, “não apenas no campo econômico, mas também naquele social e político” (GRAMSCI, 1975, p. 1513, tradução nossa). O intelectual atua como o “organizador de uma nova cultura”, de um “novo direito”, ideologias que servirão de orientação para a organização das massas humanas. É por meio delas que um determinado grupo adquire consciência da importância de sua função na totalidade social e se torna dirigente ao mesmo tempo em que cria as condições favoráveis à sua máxima expansão e desenvolvimento (FAVARETTO, 2005, p. 95).

3.4 O Instituto para o Desenvolvimento Regional - IDR

A aproximação entre a ACIM e a UEM abriu caminho para que o professor Joilson Dias pudesse levar adiante o seu projeto de implantar uma Agência de

⁸⁰ Desativado em 1996 o Pró-UEM foi reorganizado em 2005, quando houve uma Assembléia Geral Extraordinária no dia 6 de julho, na Prefeitura. Na ocasião, o ex-reitor Luiz Antonio de Souza (1994-1998) “lembrou que a associação desempenhou um papel político muito importante na história da UEM, em especial, o papel político porque muitas das negociações efetivadas com o governo do Estado somente foram possíveis graças à intermediação da entidade. Por meio do Pró-UEM, a comunidade passou a considerar a Universidade como um patrimônio dela mesma” (Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Pró-UEM, 06/07/2005).

⁸¹ Sobre o Cesumar trataremos mais adiante.

Desenvolvimento em Maringá. A parceria com a Universidade era essencial para isso. Por isso, no dia 26 de novembro de 1993, o presidente da ACIM, Massao Tsukada, juntamente com Jefferson Nogaroli e outros diretores da entidade, acompanhados do professor Joilson Dias e do professor José James da Silveira, um dos fundadores da UEM, foram pedir o apoio do reitor Décio Sperandio para a criação da Agência. No dia seguinte o Jornal do Povo dava a seguinte manchete “Universidade e ACIM se unem para a criação de agência de desenvolvimento” e trazia a seguinte informação:

Segundo o professor, o objetivo da agência é monitorar a economia regional, atrair novos investimentos – nacionais e internacionais – e transferir tecnologia existente no exterior para empresas locais, gerar novos empregos e, principalmente, fomentar a economia local. O projeto do professor foi encampado pela ACIM, que se propôs a ceder a estrutura física da entidade para que possam ser desenvolvidos os trabalhos da agência (JORNAL DO POVO, 27/11/1993).

Jefferson Nogaroli também apareceu na reportagem com a seguinte intervenção: “este é um trabalho muito amplo que será viabilizado se houver a participação de um ‘pool’ de entidades que participem junto com a ACIM do projeto” (JORNAL DO POVO, 27/11/1993). O jornais O Diário e Folha de Londrina também comentaram a notícia. Para O Diário, o reitor Décio Sperandio destacou: “o projeto servirá como um pré-requisito para o desenvolvimento tecnológico da região, e é importante porque abrirá perspectiva de um trabalho multidisciplinar para a universidade” (O DIÁRIO, 28/11/1993). Na Folha de Londrina, o reitor da UEM dizia que “a intenção é reunir empresas e entidades em torno do projeto ainda este ano, e começar os trabalhos no máximo em fevereiro, antes do início do curso de especialização em Desenvolvimento Regional” (FOLHA DE LONDRINA, 30/11/2003).

Para viabilizar a participação da UEM no projeto, o reitor fez um termo aditivo em um convênio de cooperação que a Universidade mantinha com a ACIM desde 1989, incluindo a agência de desenvolvimento. Após várias discussões decidiu-se que a agência seria na verdade um instituto, característica que lhe possibilitaria o aporte de recursos de órgãos de fomento. A assembléia de fundação foi marcada para o dia 21 de fevereiro de 1994, sendo convidadas 32 empresas e entidades para serem as

sócias fundadoras, sendo que compareceram 16⁸². A manchete do jornal O Diário do dia anterior, um domingo, trazia o seguinte: “Parceria ACIM-UEM cria Instituto Pró-Noroeste”, destacando que a idéia não era apenas trabalhar com os dados de Maringá, mas também dos municípios da região (O DIÁRIO, 22/02/1994, p. 07).

Para manter o controle sobre o recém criado instituto, a ACIM garantiu três representantes na composição do Conselho Diretivo do IDR. Todas as demais entidades e empresas entraram com apenas um representante. A primeira diretoria foi constituída com todos os membros da ACIM: Massao Tsukada, Jefferson Nogaroli e Fernando Vieira Raimundo. O professor Joilson Dias foi contratado imediatamente como diretor executivo da nova instituição (IDR, 21/02/1994).

A Revista ACIM publicou, na já comentada edição de março, uma matéria sobre a criação do Instituto, destacando que o professor Joilson Dias havia sido cedido pela UEM, pelo prazo de um ano, para ser o coordenador do IDR. Na reportagem, traz também uma importante declaração do reitor da UEM sobre a importância do fortalecimento das relações entre a classe empresarial e a comunidade científica: “Juntos vamos trabalhar na promoção de investimentos, incentivos à transferência de tecnologia, melhor qualificação de gerenciamento de produção das empresas, através do estímulo à qualificação da mão-de-obra” (REVISTA ACIM, n. 341, 1994, p. 24). Já o presidente da ACIM, acreditava que o resultado do trabalho do Instituto poderia contribuir para aumentar o número de empregos, efetuar uma melhor distribuição de renda e a conseqüente melhoria no bem-estar social da população. “Vamos formar uma base sólida para o surgimento de empresas perenes”, declarava (REVISTA ACIM, n. 341, 1994, p. 24).

No seu discurso de posse como novo presidente da ACIM, em 9 de março de 1994, o empresário Pedro Granado Martines chama a atenção para a união entre a classe empresarial e os políticos, destacando que a atuação da entidade extrapolava os limites de prestação de serviços para os associados:

⁸² Compareceram à assembléia de fundação do Instituto, na sede da ACIM, as seguintes empresas e entidades, consideradas sócias fundadoras: ACIM, UEM, Sindvest, Sindimetal, Coordenadoria Regional da FIEP, Cocamar, Aeam, Apras Noroeste, Micromar, Prefeitura de Maringá, Prefeitura de Paranavaí, Secovi, Sindicombustíveis, Sincotábil, Sinduscon e Sociedade Rural de Maringá (IDR, 21/02/1994).

Cremos que somente através da união da classe empresarial e política é que garantiremos conquistas sólidas, e a ACIM cobrará de todos os que aqui vivem, de todos os que aqui têm suas atividades, um comprometimento por Maringá. Não queremos participação limitada e discursos, mas efetiva. E para mostrar que estamos falando sério, a mais recente conquista da ACIM foi a criação e implantação do IDR (...) fruto da parceria ACIM/UEM, detentora do conhecimento científico que muito tem contribuído para a consecução dos objetivos da classe empresarial (REVISTA ACIM, n. 342, 1994, p. 11).

É instigante perceber que em nenhum momento se fala da participação dos poderes constituídos, Executivo e o Legislativo, nessa tarefa de desenvolver a cidade. No material pesquisado, há poucos registros sobre a necessidade de envolver a Prefeitura e nenhum registro sobre o envolvimento dos vereadores. Um dado interessante é revelado na edição de maio de 1994 da Revista ACIM. O IDR comemora a adesão da prefeitura de Paranavaí, cidade localizada a 80 quilômetros de Maringá, como membro do Instituto, o que dava uma característica regional de fato ao Instituto (REVISTA ACIM, n. 343, 1994, p. 16). A prefeitura de Maringá só vai aderir ao IDR em julho de 1995, depois que o vereador e diretor da ACIM, Valdir Pignata, elaborou uma lei autorizando a filiação da prefeitura. A notícia saiu sem nenhum destaque na seção Capital de Giro, na edição de julho de 1995 (REVISTA ACIM, n. 356, 1995, p. 22).

Em dezembro de 1994, ao fazer um balanço das atividades do Instituto, a Revista ACIM destacava que o IDR “se consolida como promotor do desenvolvimento regional, e busca agora instrumentos capazes de gerar um novo impulso na economia, através da viabilização de negócios rentáveis no Paraná” (REVISTA ACIM, n. 350, 1994, p. 29). Na verdade, o IDR ainda realizava um trabalho incipiente, procurando formar um banco de dados com informações econômicas para os futuros investidores e trabalhando na elaboração de projetos de viabilidade econômica sob demanda. Mas, o que importa para essa pesquisa não são os resultados em si obtidos pelo Instituto. Com a visibilidade que o IDR teve e, principalmente, com a atuação de seu coordenador, Joilson Dias, não podemos negar que os empresários ligados à ACIM conseguiram se instrumentalizar com dados, informações e a situação da nossa economia naquele momento. Tanto o IDR quanto o professor Joilson Dias serão fundamentais em todo o processo do Movimento Repensando Maringá como veremos adiante. O IDR como órgão de

assessoramento do Movimento e Dias como um dos principais intelectuais orgânicos do mesmo.

3.5 O Movimento 13 de Julho

Em 1987, no dia 26 de fevereiro, a ACIM havia realizado o “Dia do Protesto” para reclamar dos juros altos que atrapalhavam a economia nacional. O fato, na época, teve repercussão nacional e os artigos do presidente da entidade, Alcides Siqueira Gomes, havia sido publicados em grandes jornais nacionais como Gazeta Mercantil, Folha de São Paulo e Estado de São Paulo (ACIM, 2006, p. 100). No dia 15 de março de 1995 novamente a ACIM participa de um protesto organizado em Maringá por agricultores que reclamavam da política econômica. O presidente da ACIM, Pedro Granado, participou do protesto e assinou um manifesto, chamado de “Manifesto da Indústria e do Comércio” que foi enviado para as autoridades em Brasília (REVISTA ACIM, n. 353, 1995, p.12).

O senso crítico formado pela ação dos intelectuais como já citamos e pelo acompanhamento da queda nas vendas e aumento da inadimplência, forjou uma tomada de atitude por parte da ACIM. Uma comissão formada pelos diretores da entidade, Hélio Costa Curta, Elizabete Emídio e Claudomiro Siroti, juntamente com o representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT, o professor João Lino de Oliveira e o representante do Centro Patriótico Tiradentes, José Pacheco dos Santos, organizou como seria o movimento. Diversas reuniões foram feitas, inclusive uma na sede da ACIM onde compareceram líderes de 25 associações comerciais do Estado, diretores de sindicatos, deputados, representantes da prefeitura e a Força Sindical. “A decisão de fechar as portas das empresas e de realizar um ato público foi tomada durante uma reunião histórica com a presença de empresários, estudantes e trabalhadores ligados à CUT. Também nessa reunião ficou definido o slogan da manifestação: “Em defesa da Nação. Salvem nossas empresas e empregos” (REVISTA ACIM, n. 357, 1995, p. 07). Alguns dias antes, foram espalhados diversos outdoors pela cidade (foto 5), assinados pela ACIM, onde estava escrito: “Os empregos estão ameaçados. Isto é real. Ato público e fechamento das empresas da região, dia 13 de julho, das 9 às 11 horas, em frente à ACIM” (REVISTA ACIM, n. 357, 1995, p. 06). Uma audiência de líderes empresariais

de todo o país foi conseguida em Brasília, com o presidente Fernando Henrique Cardoso, no dia 12 de julho, e para lá foi o presidente da ACIM, que voltou com esse discurso: “O presidente sabe que movimentos como o nosso não tem conotação partidária. São empresários e trabalhadores lutando por um país melhor” (REVISTA ACIM, n. 357, 1995, p. 07).



Foto 5

Outdoor com a convocação para o ato público
 Fonte: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson (ACIM)

A Revista ACIM destaca como foi a estratégia para juntar gente no manifesto:

Quinta-feira, 13 de julho. Às oito horas da manhã os diretores da ACIM e líderes sindicais saem de pontos estratégicos do centro da cidade para passar pelas lojas, conversar com os comerciantes e colocar adesivos de participação nas portas fechadas. Os ônibus da TCCC⁸³ recolhem funcionários de indústrias e shoppings de vestuário mais distantes. Várias comitivas de empresários e trabalhadores da região também chegam para participar do ato público (REVISTA ACIM, n. 357, 1995, p. 08).

Em frente à sede da ACIM, na esquina da Avenida Herval com a rua Néo Alves Martins, começa a manifestação com “cerca de duas mil pessoas empunhando bandeirinhas do Brasil”. Discursam o presidente da Cocamar, Luiz Lourenço; um diretor da União Nacional dos Estudantes – UNE⁸⁴; o presidente do Sindicato do Comércio, Luiz Julio Bertin; o presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Maringá, Claudemir Romancini, que pregou que o povo deveria eleger

⁸³ Transporte Coletivo Cidade Canção. É a empresa concessionária do transporte público em Maringá.

⁸⁴ Infelizmente, as fontes não mencionam o nome do estudante.

quem “defende os médios e pequenos empresários”; depois discursaram o presidente da Associação Comercial de Paranaíba, Teruo Kato; o professor da UEM, Moacir Colombo; o presidente do Centro Patriótico Tiradentes, o advogado Alberto Abraão Wagner da Rocha; o representante da CUT, João Lino de Oliveira e, por fim, o presidente da ACIM, Pedro Granado Martines (REVISTA ACIM, n. 357, 1995, p. 09, 10).

O movimento originou a “Carta Aberta ao Presidente” que foi enviada à Brasília. No documento, os principais pontos de acordo entre empresários e trabalhadores são expostos como reivindicação:

Atenuação do arrocho brutal do crédito, redução imediata das taxas de juros, uma reforma tributária moderna, coerente com a reforma do Estado, e eliminação imediata dos mecanismos que provocam o crescimento das dívidas de empresas e produtores rurais, em níveis superiores às variações dos preços ou possibilidades de geração de renda (REVISTA ACIM, n. 357, 1995, p. 09).

A carta foi assinada pelas associações comerciais de Maringá, Umuarama, Cianorte, Francisco Beltrão, Campo Mourão, Barracão, Astorga, Floresta, Jandaia do Sul, Terra Boa, Paranaíba, Colorado, Mandaguari, Nova Esperança, Sarandi, Rolândia, Marialva, Goioerê, Ubiratã, Terra Roxa, Arapongas e Loanda. Também assinaram a Federação das Associações Comerciais do Paraná – Faciap, a Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas do Paraná – Fampepar, o Sindicato Varejista da Madeira e Materiais de Construção; Sociedade Rural de Maringá, Sindimetal, Associação das Micro-empresas de Maringá – Micromar, Sindicato Varejista de Combustíveis de Maringá, Associação Paranaense de Supermercados – Apras; Indústrias de confecções do Noroeste do Paraná, Sindicato dos Contabilistas de Maringá, Sindicato do Comércio de Maringá, Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá e o Sindicato dos Servidores Municipais de Maringá.

O movimento, tanto em sua fase preparatória quanto na de execução, ganhou amplo destaque na mídia. Os programas jornalísticos de rádio e televisão deram significativo espaço para divulgar o que se pretendia. Nos jornais, o movimento começou a aparecer no final de junho dando grande cobertura para o evento: “ACIM

debate novamente a atual crise” (O DIÁRIO, 25/06/1995); “Empresas fecham semestre no vermelho” (JORNAL DO POVO, 25/06/1995); “Economia é tema de reunião amanhã na ACIM” (JORNAL DO POVO, 25/06/1995); “Empresários e trabalhadores se unem em protesto contra o governo” (JORNAL DO POVO, 28/06/1995); “Patrões e empregados contra o governo” (O DIÁRIO, 28/06/1995); “Associações comerciais do Noroeste vão parar” (FOLHA DE LONDRINA, 28/06/1995); “Noroeste do Paraná prepara novo protesto” (O ESTADO DO PARANÁ, 29/06/1995); “Protesto terá adesões de associações comerciais” (FOLHA DE LONDRINA, 30/06/1995); “13 de Julho – Paraná pode parar em solidariedade ao movimento do Noroeste” (JORNAL DO POVO, 30/06/1995); “ACIM se reúne amanhã com trabalhadores” (O DIÁRIO, 02/07/1995); “Comércio fechará as portas no dia 13” (O DIÁRIO, 05/07/1995); “Crise fecha comércio de Maringá” (JORNAL DO POVO, 05/07/1995); “Protesto em Maringá ganha adesões” (O ESTADO DO PARANÁ, 05/07/1995); “Trabalhadores se juntam à ACIM” (FOLHA DE LONDRINA, 05/07/1995); “500 demitidos no comércio este ano” (O DIÁRIO, 08/07/1995); “Setor do vestuário também em crise: 40 lojas fechadas” (O DIÁRIO, 08/07/1995); “Movimento ganha adesões” (O DIÁRIO, 09/07/1995); “Crise – Maringá tem protesto de empresários nesta quinta” (INDÚSTRIA & COMÉRCIO, 11/07/1995); “Comércio e Indústria fecharão dia 13” (O DIÁRIO, 11/07/1995); “Comércio e indústria fecharão por duas horas” (JORNAL DO POVO, 11/07/1995); “Crise força empresas a conceder férias coletivas” (JORNAL DO POVO, 11/07/1995); “Empresas de 20 cidades protestam” (FOLHA DE LONDRINA, 12/07/1995); “Maringá organiza ‘ato histórico’” (O ESTADO DO PARANÁ, 12/07/1995); “Faciap vai reclamar da crise com o presidente” (INDÚSTRIA & COMÉRCIO, 12/07/1995); “Combustíveis – postos demitem funcionários” (O DIÁRIO, 12/07/1995); “Crise atinge setor metalúrgico e trabalhadores são dispensados” (O DIÁRIO, 12/07/1995); “Movimento 13 de Julho – Granado tem audiência com o presidente FHC” (O DIÁRIO, 12/07/1995); “Manifestação espera reunir 10 mil hoje” (FOLHA DE LONDRINA, 13/07/1995); “Comércio pára por duas horas em Maringá” (JORNAL DO POVO, 13/07/1995).

O pós-evento também ganhou destaque na imprensa: “Empresários levam pedidos a FHC” (O ESTADO DO PARANÁ, 14/07/1995); “Protesto contra juros altos reúne 10 mil” (FOLHA DE LONDRINA, 14/07/1995); “Manifesto pára comércio em Maringá” (JORNAL DO POVO, 14/07/1995); “Movimento 13 de Julho pára comércio” (O

DIÁRIO, 14/07/1995); “Empresários se juntam à CUT em protesto contra a política econômica” (INDÚSTRIA & COMÉRCIO, 14/07/1995).

A ACIM tinha finalmente mostrado a sua “cara” na rua (foto 6). Havia ganho a simpatia de outras entidades, estava próxima dos trabalhadores, da UEM e agora estava pronta para ocupar o seu lugar como liderança hegemônica e para “falar” em nome da comunidade. Essa é a observação da própria entidade sobre o ocorrido: “O movimento teve repercussão na mídia estadual e nacional, fato que impulsionou ainda mais a ACIM na liderança da comunidade de Maringá” (ACIM, 2006, p. 115). Justificava-se a escolha do lema da gestão de Granado, “ACIM – a força empresarial que une e constrói”.



Foto 6
Manifestação de 13 de julho em frente à sede da ACIM
Fonte: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson (ACIM)

3.6 Considerações

Na Itália do século XVI, de acordo com Gramsci ao interpretar a obra de Maquiavel, quem tem necessidade de educar-se politicamente é a classe que se dedicava à atividade mercantil e industrial e que “precisava criar uma nova ordem política que lhe permitisse superar os entraves da feudalidade corporativa” (SCHLESENER, 1992, p. 79). Maquiavel escrevia para a burguesia de Florença para que esta se

apropriasse de seu discurso e se posicionasse como força revolucionária progressista da história.

Sem comparações, mas trabalhando com as inferências possíveis da obra de Maquiavel e da interpretação que lhe dá Gramsci, ao destacar a questão da hegemonia e da relação de forças entre dominadores e dominados, verificamos que as ações protagonizadas pelo empresariado maringense e, principalmente o que depreendemos do seu discurso, demonstra as relações de “crença e força”, “coerção e consenso”, “política e moral”, “ordem e disciplina” e “direito e liberdade”, que formam a base da hegemonia gramsciana (SCHLESENER, 1992, p. 83).

A aliança política que a ACIM foi buscar com as outras entidades e organizações, visava a retomada do desenvolvimento econômico de Maringá, numa crítica clara e aberta de que o modelo atual, polarizado pelas disputas entre grupos políticos, não interessava ao empresariado. Para estabelecer um projeto hegemônico político e, também, cultural o empresariado cria mecanismos para o surgimento de “uma vontade coletiva” de mudanças da ordem vigente, inclusive com palavras de ordem e temas correlatos, como vimos no caso do surgimento do PNBE, do Pró-UEM, do IDR e do Movimento 13 de Julho. Nesse caso, segundo Schlesener:

(...) é imprescindível, para o surgimento e desenvolvimento de uma vontade coletiva, explicitar as condições históricas e compreender o modo como se constituiu a sociedade, as forças políticas e econômicas que atuaram no processo, e como as classes populares foram sendo excluídas das principais decisões tomadas na história (SCHLESENER, 1992, p. 89).

Cabe aqui substituir o termo “classes populares” por “empresariado” e lembrar que o empresariado ficou fora das principais decisões políticas tomadas pelo governo municipal na época.

É importante destacar nessas considerações que a participação do empresário Emerson Kapaz, o apoio para a Universidade e a criação do IDR estão articuladas na necessidade de elaborar um projeto hegemônico, função que caberia aos intelectuais orgânicos, os “elaboradores e divulgadores de ideologias, educadores e dirigentes”. Como para Gramsci não existem intelectuais autônomos em relação ao

grupo dominante, tanto no sentido de um grupo no poder ou de um grupo que aspira ao poder, eles são percebidos como “representantes da hegemonia”, “funcionários das superestruturas”, “criados do grupo dominante”, aqueles que servirão de “elos entre a superestrutura e a infra-estrutura” (MACCIOCCI, 1980, p. 188). Os intelectuais são partes indispensáveis no processo:

O grupo no poder utiliza os intelectuais não somente para ganhar o apoio das massas, mas também para moldá-las ideológica e moralmente, de acordo com a sua própria visão de mundo. A “sociedade civil”, essa densa rede de instituições que vai da escola à igreja, passando pelos sindicatos, os partidos e todos os setores de atividades culturais e de especialização, não poderia funcionar sem a participação da poderosa massa de intelectuais (MACCIOCCI, 1980, p. 195).

Para Gramsci, intelectual não é apenas o que produz ideologias. Há os intelectuais modernos que são os técnicos, os empresários, os engenheiros, enfim, todos os que estão ligados ao desenvolvimento das forças produtivas. Nesse caso, o empresário acaba tendo uma participação mais efetiva, além de organizar a divisão técnica do trabalho. Simionatto esclarece que:

Os intelectuais são, portanto, primeiramente os organizadores da função econômica da classe a que estão ligados organicamente. Além de controlar o mundo da produção, eles organizam a hegemonia da classe burguesa na sociedade civil, bem como a coerção que, por meio do Estado, esta exerce sobre as demais frações e camadas de classe (SIMIONATTO, 2004, p. 58).

Gramsci destaca em suas notas nos *Cadernos* que os intelectuais têm uma função cosmopolita, isto é, conseguem transitar em regiões diferentes (universidade e empresa, por exemplo) e unificar as relações de ambientes opostos (GRAMSCI, 1995, p. 25). Quando a ACIM organiza o Movimento 13 de Julho, uma comissão reúne numa mesma mesa, sindicalistas, empresários, professores e advogados, que saem unidos para protestar contra o Governo. As motivações de cada grupo são diferentes umas das outras, no entanto, são esses intelectuais que unificam a “vontade coletiva”, o que acaba beneficiando o projeto do empresariado representado pela ACIM.

O relacionamento com a Universidade, enfatizado com a criação do Pró-UEM e do IDR, também nos revela as intenções de buscar um “aliado” que não fosse apenas institucional, mas que pudesse legitimar, através de seus intelectuais, o projeto que estava em gestação. Esse projeto, como veremos nos capítulos seguintes, opera no sentido de valorizar a especialização da mão-de-obra, a chamada qualificação da força de trabalho, tão necessária para o avanço dos projetos elaborados pelo Codem. Entretanto, com a criação de programas de estágios remunerados como o SER, em 1994, e depois o PROE, os empresários passam a ter a opção de contar com acadêmicos, ainda em formação, em seus quadros de funcionários, em detrimento de profissionais formados e qualificados pela própria universidade. Com isso, é incentivada a prática de uma remuneração inadequada para o profissional e uma concorrência desleal onde o estudante será sempre aproveitado em uma função onde um profissional deveria estar atuando. Nesse sentido, a universidade é cobiçada pelo empresariado porque, na opinião de Tragtenberg:

(...) é a porta que dá acesso ao desempenho, às funções hegemônicas, obedecendo ao processo de industrialização, onde a alta densidade tecnológica implica em funções de supervisão exercidas por “acadêmicos”. Ao definir uma distribuição diferencial de saber ela reproduz a distribuição diferencial de poder econômico e político, perpetuando através da “cultura de desconversa”, o ensino do irrelevante que leva a exclusão de grandes massas de estudantes pelo desinteresse que os cursos apresentam, assim realizando as funções de hegemonia dos setores dominantes. Desta forma, transforma a dominação de fato em dominação de direito, a desigualdade social em “natural” (TRAGTENBERG, 1981, p. 08).

São esses intelectuais, identificados aqui pela primeira vez, e outros que veremos adiante que pavimentam o percurso do Movimento Repensando Maringá, criando o “elo” que unirá as entidades empresariais da cidade em torno do projeto da ACIM.

TERCEIRA PARTE
O PROJETO HEGEMÔNICO

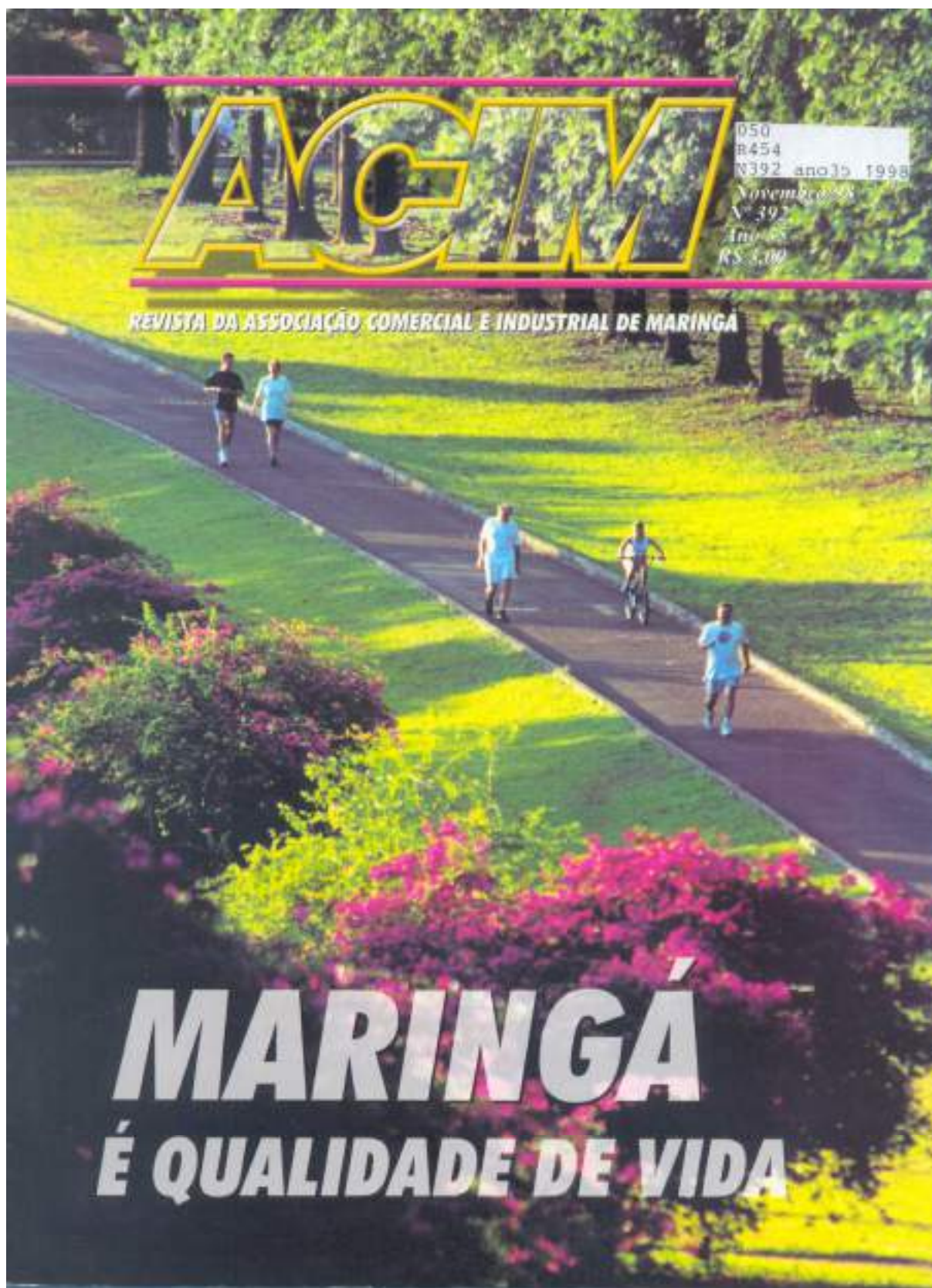


Imagem 3
Capa da Revista ACIM n. 392, Novembro de 1998

Capítulo IV

O Movimento Repensando Maringá

(...) se esse movimento vai dar certo, não sei. Se não der é em razão desses tecnocratas nunca terem manobrado um trator ou uma colheitadeira.

Hélio Costa Curta⁸⁵

⁸⁵ Frase do diretor da ACIM, sobre o futuro do Movimento 13 de Julho (O DIÁRIO, 14/07/1995).

4.1 A influência da ACIM

O ano de 1996 se inicia com uma série de preocupações para a classe empresarial maringense, representada pela ACIM, conforme o editorial assinado pelo presidente Pedro Granado Martines, na Revista ACIM de fevereiro daquele ano, com o título “Eleições e Democracia”. O Plano Real ainda não se afirmara, Maringá estava dividida entre dois grupos políticos e esse seria o ano de escolher o novo prefeito e, coincidentemente o novo presidente da Associação Comercial. Na capa da edição de fevereiro, uma frase emblemática que demonstrava como a entidade se posicionava naquele momento: “Hoje, pouco se faz na comunidade sem que a ACIM opine ou participe” (REVISTA ACIM, n. 362, 1996, p.01).

O último ano da gestão do prefeito Said Ferreira se iniciava com uma série de obras que prometiam dar um novo rumo à cidade. Estavam em fase de conclusão as obras do Porto Seco⁸⁶, do novo aeroporto e da nova rodoviária. No novo centro, o rebaixamento dos trilhos havia sido concluído restando detalhes finais para o fechamento do túnel ferroviário. Havia também a expectativa sobre a cidade ganhar um ramal do gasoduto Brasil-Bolívia⁸⁷ e uma unidade do Cefet (Centro Federal de Educação Tecnológica) em um prédio que a prefeitura construía na zona Sul da cidade. Na opinião da ACIM, estas obras deveriam “gerar um maior fôlego aos empresários e cidadãos de um modo geral” (REVISTA ACIM, n. 363, 1996, p. 03). Por isso, a entidade defendia que o novo prefeito não “bastaria ser honesto”, teria “que ser um empreendedor” (REVISTA ACIM, n. 362, 1996, p. 23).

⁸⁶ O Porto Seco, ou Estação Aduaneira do Interior é um depósito alfandegário localizado na zona secundária (fora do porto organizado), geralmente no interior. Recebe as cargas ainda consolidadas, podendo nacionalizá-las de imediato ou trabalhar como entreposto aduaneiro. Dessa forma, a Eadi armazena a mercadoria do importador pelo período que este desejar, em regime de suspensão de impostos, podendo fazer a nacionalização fracionada. O Porto Seco movimentava cargas de importação. A Eadi de Maringá foi inaugurada em 1996, como o primeiro do interior do Brasil.

⁸⁷ O Gasoduto Brasil-Bolívia, também conhecido como Gasbol, é uma via de transporte de gás natural entre a Bolívia e o Brasil com 3.150 quilômetros de extensão, sendo 2.593 em território brasileiro e 557 em território boliviano. Começou a ser construído em 1997, iniciando sua operação em 1999. Estima-se que estará plenamente operativo em 2010, com o objetivo de que o gás natural chegue a 15% de todo o consumo energético brasileiro. O gasoduto tem seu início na cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra e seu fim na cidade gaúcha de Canoas, atravessando também os estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, passando por cerca quatro mil propriedades em 135 municípios.

Disponível em < http://pt.wikipedia.org/wiki/Gasoduto_Brasil-Bol%C3%ADvia>. Acesso em: 20 mai. 2007.

No dia 28 de fevereiro, os associados da ACIM elegeram o empresário do setor da construção civil Hélio Costa Curta para o biênio 1996-1998. Engenheiro Civil formado em Curitiba, com especialização em Hidráulica, Costa Curta foi professor da UEM, funcionário da autarquia estadual de saneamento e abastecimento – Sanepar e, em 1975, fundara a Hiconci – Hidráulica e Construção Civil, empresa que trabalhava no ramo da construção civil, saneamento e pavimentação. Antes de assumir a ACIM, havia sido presidente da Sociedade Rural por dois mandatos e presidente da Coordenadoria das Associações Comerciais do Noroeste do Paraná – Caciner. Na edição de março de 1996, em entrevista para a Revista ACIM, falando de suas metas como presidente, destacava entre outras coisas que iria “organizar um Fórum Sobre o Desenvolvimento Regional para descobrir a verdadeira vocação da nossa região. Seria um complemento ao trabalho já desenvolvido pelo IDR” (REVISTA ACIM, n. 363, 1996, p. 07). No final da entrevista, em tom de promessa, enfatizou: “E a ACIM vai trazer os políticos para nossas reuniões e cobrar. Isso quero ressaltar: seremos cobradores insaciáveis dos políticos. Não tenham dúvidas disso”.

Jefferson Nogaroli, que havia entrado na ACIM na gestão de Massao Tsukada, continuava na diretoria de Costa Curta no mesmo cargo: diretor para Assuntos de Comércio Exterior, tendo em sua pasta a responsabilidade de comandar uma série de ações estratégicas. Outra novidade da nova gestão foi a criação das Câmaras Setoriais, pensadas como incubadoras de projetos e ações específicas para o setor. Foram criadas as câmaras de Cursos e Pesquisas, sob a coordenação da professora Rosa Izelli Martins⁸⁸; Turismo e Eventos, Empresarial dos Bairros, coordenada pelo empresário Antonio Fermentão⁸⁹; Agroindústria, Desenvolvimento Regional, Hotéis, Restaurantes, Buffets e Atividades Afins e a de Informática. O objetivo das câmaras era “colocar em prática projetos que possam gerar o desenvolvimento” (REVISTA ACIM, n. 364, 1996, p. 03).

⁸⁸ Sobre a professora Rosa Izelli Martins, que foi secretária municipal de Indústria, Comércio e Turismo na gestão do Partido dos Trabalhadores, veremos mais adiante.

⁸⁹ Antonio Fermentão viria a ser presidente do Codem por duas gestões. Veremos sobre isso mais adiante.

A questão política, principalmente com respeito às eleições, deu rumo ao posicionamento da ACIM desde o início da nova gestão. Mais uma vez, o presidente Costa Curta, em um editorial, destacava qual seria a posição da entidade:

De forma alguma, apoiaremos este ou aquele candidato ou partido. Mas, queremos influir no plano de trabalho de todos. Existem questões primordiais que precisam ser discutidas, como desemprego, atração de empresas – não só indústrias – nossa vocação turística, segurança pública e outras (REVISTA ACIM, n. 364, 1996, p.03).

Dentre essas questões primordiais estava saber qual era a verdadeira “vocação” de Maringá. A cidade ainda vivia reflexos tardios da crise do Plano Cruzado, acumulados com as incertezas do Plano Real. Era necessário “repensar” a cidade. Para isso, tornava-se essencial que a ACIM criasse um fórum de discussões envolvendo diversos setores para “discutir formas de incentivar o desenvolvimento econômico”. Caberia à ACIM ser a responsável por fomentar essa discussão, conforme o discurso de posse de Costa Curta, em solenidade no dia 12 de março:

Nessa discussão, eu gostaria de contar com a participação efetiva da Fiep, através de seu presidente José Carlos Gomes de Carvalho; de toda classe política, aqui representada pelo secretário da Indústria, Comércio e Turismo, João Carvalho Pinto; pela Igreja, representada pelo monsenhor Bernardo Cnudde, e pelo Sebrae. (...) Vamos atrás dos incentivos existentes. Onde não existirem, vamos sugerir ao Governo a criação deles. Vamos atrás de capital de giro, empréstimos para ampliações e investimentos, e se possível, tendo como exemplo a securitização do setor agrícola, vamos buscar uma atenuante junto à rede bancária para os débitos da indústria e comércio (REVISTA ACIM, n. 364, 1996, p. 10).

É importante percebermos como a ACIM se posicionava estrategicamente em suas ações, principalmente com relação aos poderes Executivo e Legislativo. Embora desde 1993 tivesse na Câmara Municipal um vereador que fazia parte de sua diretoria, o empresário Valdir Pignata, Diretor da Agência do Jardim Alvorada, não conseguimos localizar, em nenhum momento nesse período, qualquer discurso ou ação que envolvesse diretamente os vereadores. Por outro lado, a Prefeitura era sempre requisitada para estar “junto” com a ACIM nas propostas para a cidade: “Precisamos ter sempre do nosso lado a Prefeitura Municipal e o Sebrae, além de outras empresas e entidades que trabalham para o desenvolvimento de nossa região” (REVISTA ACIM, n. 364, 1996, p. 19). A exclusão do Legislativo Municipal

perdurará até o momento chave do Movimento Repensando Maringá quando este precisará do apoio dos vereadores para transformar o projeto hegemônico em lei municipal, conforme veremos mais adiante.

4.2 Conselho de Entidades – o Repensando Maringá toma corpo

Na noite de quarta-feira, dia 8 de maio de 1996, a ACIM promoveu uma reunião com líderes empresariais de vários segmentos para discutirem uma pauta única de reivindicações para ser apresentada ao governador do Paraná, Jaime Lerner, que viria a Maringá na sexta-feira, dia 10 de maio, aniversário de 49 anos da cidade, e ao secretário de Estado do Planejamento, Cássio Taniguchi, que teria reunião com os empresários na segunda-feira, dia 13. Em reportagem publicada no jornal O Diário, falando sobre a reunião do dia 8, o presidente da ACIM destacava que a entidade entregaria ao governador um estudo de viabilidade econômica para investimentos do Estado no setor têxtil e de confecções, possibilitando solucionar a crise que abalava o setor. O vice-presidente da ACIM, Fernando Rezende, dizia que aquela era “uma boa hora para cobrarmos uma posição quanto à importância que Maringá e toda a região Noroeste têm para o Governo do Estado” (O DIÁRIO, 09/05/1996). Na mesma reunião, Hélio Costa Curta comenta sobre a criação de um Conselho de Entidades que seria o responsável por administrar o Conselho de Desenvolvimento de Maringá – Codem, criado por Lei Municipal em 10 de fevereiro de 1993⁹⁰ e que ainda não havia sido regulamentado pela Prefeitura. Participaram daquela reunião na ACIM, além de Costa Curta e Fernando Rezende, o presidente do Sinduscon, Paulo Magalhães; o presidente da Bolsa de Cereais e Mercadorias, Aníbal Vitorino da Silva; o diretor do Centro de Integração Empresa Escola – Ciee, José Cardoso; o presidente do Sindicato do Comércio, Luiz Julio Bertin; o diretor do Sindicato do Comércio, Clineu Wolff Júnior; o coordenador da Câmara de Informática da ACIM, Sandro Molés da Silva; o representante da UEM, Luiz Henry Monken e Silva; a presidente do Conselho da Mulher Empresária da ACIM, Elizabete Emídio; o diretor de Prestação de Serviços da ACIM, José Luiz Sander; o diretor do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiros Intermunicipais, Interestaduais e Internacionais de Maringá – Rodomar, Massao Vilson Horita; o

⁹⁰ O primeiro Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá – Codem foi criado pela lei municipal n. 3335/1993. Esta lei foi revogado pela Lei Ordinária n. 4275 que criou o novo Codem, em 1996.

presidente da Cocamar, Luiz Lourenço e o presidente da Coordenadoria Regional da FIEP, João Noma (O DIÁRIO, 09/05/1996).

Os empresários acabaram não conseguindo entregar o documento para o governador durante a sua visita a Maringá, talvez uma retaliação pelas faixas que foram colocadas pela ACIM no aeroporto no dia da chegada da comitiva, e que apontavam os números da crise em Maringá e cobravam uma atenção do Governo para a cidade. Apesar de frustrado por não conseguir a audiência com Lerner, o presidente da ACIM explicou o motivo: “O assunto é sério demais para ser tratado assim, durante uma visita. Vamos fazer uma comissão, pedir audiência e falar com o governador lá em Curitiba” (O DIÁRIO, 12/05/1996). Entretanto, como estava previsto, na segunda-feira, dia 13 de maio, o secretário de Planejamento, Cássio Taniguchi, se reuniu à noite com os empresários na sede da ACIM, onde, segundo números da Revista ACIM, compareceram mais de 100 pessoas, entre empresários, presidentes e dirigentes de associações de classe, representantes da UEM, secretários municipais, deputados estaduais e o prefeito. Costa Curta pôde, então, entregar ao secretário o projeto “Geração de Empregos”, elaborado pelo IDR, com os números do setor têxtil e de confecções, e as sugestões para que o Governo pudesse investir em Maringá. Também foi entregue ao secretário cópia do projeto entregue um ano antes à vice-governadora Emília Belinatti, propondo que seja criado em Maringá o Pólo da Indústria Têxtil e de Confecção, com incentivos fiscais do Estado. Segundo a revista da entidade: “a reunião transformou a sede da ACIM em um centro de reivindicações e queixas dos empresários” (REVISTA ACIM, n. 366, 1996, p. 32). O presidente da ACIM lembrou que “muitas empresas têm fechado ou encolhido em Maringá, diminuindo as opções de empregos, principalmente no setor têxtil e de confecções, que é o forte da economia local”. Na mesma reunião, por sugestão do Conselho de Entidades, foram entregues outros documentos reivindicatórios ao secretário, elaborados pelo Sinduscon, Cocamar, UEM e pela Câmara de Informática da ACIM.

No dia 12 de junho daquele ano, a ACIM promoveu o seu 52º. Almoço Empresarial, reunindo cerca de 120 empresários, para ouvir o prefeito Said Ferreira falar sobre o tema “Perspectivas Econômicas de Maringá”. A reunião acabou se transformando em um palanque antecipado das eleições municipais, com o prefeito tecendo

pesadas críticas ao seu antecessor na prefeitura, o deputado federal Ricardo Barros. O jornal O Diário, do dia 13 de maio, estampava como manchete “Said volta a criticar Ricardo” e dava enfoque a uma frase do prefeito dita para os empresários de que “Maringá não é uma fazenda de um dono só” (O DIÁRIO, 13/06/1996). A polarização Said-Ricardo acabou obscurecendo a fala do presidente da ACIM na abertura do evento: “estamos unindo a classe empresarial. Vamos realizar um fórum e elaborar um Plano Diretor para o desenvolvimento de Maringá” (O DIÁRIO, 13/06/1996). O ex-prefeito Ricardo Barros havia se reunido com os empresários da ACIM dois dias antes e ficou evidente o mal estar para a entidade com as manchetes estampadas nos jornais. Era chegada a hora, na opinião dos empresários, da cidade acabar com essas disputas. Era o momento de união de todos em prol da cidade. O discurso oficial do Movimento Repensando Maringá já estava pronto.

Na edição de julho de 1996, pela primeira vez, a Revista ACIM chama as constantes reuniões entre os líderes empresariais de movimento e lhe dá um nome: Movimento Repensando Maringá. O nome vira título da matéria de capa da revista daquele mês, destacando no subtítulo: “Porque chega um momento em que é preciso parar para pensar” (REVISTA ACIM, n. 367, 1996, p. 01). O presidente da ACIM informava no editorial daquela edição:

A ACIM, em parceria com várias outras entidades, está iniciando um movimento para discutir soluções para que o município volte a se desenvolver como nos bons tempos. Uma das primeiras conclusões é de que precisamos descobrir as vocações do município e da região, criar projetos e colocá-los em prática. Notamos nessas discussões, que falta união aos nossos políticos e empresários. Por isso, uma das sugestões do movimento que estamos iniciando é criar um Conselho Municipal de Desenvolvimento, que elaboraria um Plano Diretor para a cidade. Daí, sonhamos mais alto: esse Conselho poderia ser inserido na Lei Orgânica do Município, com orçamento próprio, e definir o que é prioritário para a Administração. Estamos iniciando reuniões com todos os setores da cidade. É preciso o engajamento de toda sociedade. Todos opinando. É um passo importante para o futuro de Maringá. Lógico, o que este movimento deliberar tentaremos colocar no plano de governo dos candidatos à prefeitura (REVISTA ACIM, n. 367, 1996, p. 03).

A reportagem da revista dizia que o movimento era silencioso, liderado pela ACIM e pela FIEP, reunindo diversas entidades, visando a “conscientização sobre a

necessidade de retomar o desenvolvimento de Maringá”. Com a adesão de entidades como o Sindimetal, o Sindvest, o Sincomm (depois mudou o nome para Sivamar) e a Apras foi constatado, depois de várias reuniões, que era necessário repensar também outras áreas da cidade: “Maringá não necessita apenas de diretrizes para retomar o desenvolvimento, mas também precisa urgente repensar a sua infra-estrutura em todas as áreas, desde a saúde até a educação, saneamento básico, planejamento urbano, habitação e outras” (REVISTA ACIM, n. 367, 1996, p. 11). Todas as bases e diretrizes do que se esperava do movimento foram colocadas nesta reportagem, o que confirma a hegemonia da ACIM sobre as demais entidades, pois, se o movimento estava apenas começando, ele não teria ainda um projeto definido se não fosse aquele pensado e desenvolvido pela associação. Estava lá a síntese do Movimento e, com pequenas mudanças, o que efetivamente conseguiu em menos de 12 meses:

O movimento Repensando Maringá acredita que a cidade precisa de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, com caráter deliberativo. Para tanto, tem que se alterar a Lei Orgânica do Município, outorgando poderes ao Conselho para formular a Política de Desenvolvimento Econômico de Maringá. Com este poder, o Conselho vai elaborar propostas e sugestões que poderão eventualmente ultrapassar em muito o mandato de um determinado prefeito, mas que serão acompanhadas e executadas como um projeto de toda sociedade. O Movimento sugere a criação do Fundo Municipal para o Desenvolvimento de Maringá. O Fundo receberia um percentual do orçamento do município e de outras fontes, para ser gerido e administrado pelo Conselho de Desenvolvimento. O objetivo da criação do Fundo é respaldar financeira e estrategicamente o órgão executor das políticas de desenvolvimento econômico, ou seja, a Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Agricultura (REVISTA ACIM, n. 367, 1996, p. 11).

O industrial Carlos Walter Martins Pedro, que acabara de substituir João Noma na Coordenadoria Regional da FIEP, enfatizou na reportagem que as idéias apresentadas tinham sido “criadas a partir de reuniões iniciais”, mas que, com a participação de toda a comunidade “novas idéias”, iriam surgir. Quem também fala em participação da comunidade é o advogado, professor, ex-reitor da UEM e ex-secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, Paulo Roberto Pereira de Souza⁹¹, que logo de início foi guindado ao posto de um dos líderes do movimento: “o

⁹¹ Paulo Roberto Pereira de Souza foi reitor da UEM no período de 1982 a 1986. No governo de Álvaro Dias foi secretário especial do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, de 1988 a 1990, quando também assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Também foi diretor de Fomento do Banestado S/A.

Conselho seria um órgão transparente, onde toda a comunidade poderia opinar” (REVISTA ACIM, n. 367, 1996, p. 12). Outro empresário citado na reportagem como um dos líderes do Repensando Maringá é Jefferson Nogaroli, chamado de “idealizador” do movimento. Nogaroli defende uma cobrança direta ao Governo do Estado para que este financie os empreendedores locais:

(...) é preciso conscientizar o Governo Estadual sobre as necessidades do interior e para isso tem que ser feito um grande movimento político, que una todos os segmentos da sociedade. Somente assim, a comunidade terá condições de demonstrar a sua insatisfação com o destino dos recursos que o Estado tem arrecadado (REVISTA ACIM, n. 367, 1996, p. 13).

Note-se que o termo “comunidade” é usado para definir o segmento empresarial, mas ao mesmo tempo remete também à idéia de que as entidades representam a comunidade, a sociedade civil, como um todo. Essa percepção nos auxilia a entender o processo de ação política do Movimento nos anos seguintes.

Além do presidente da ACIM, Hélio Costa Curta, e do empresário João Noma, da FIEP, os outros líderes do Movimento Repensando Maringá passam a ser Jefferson Nogaroli, Carlos Walter Martins Pedro e Paulo Roberto Pereira de Souza. São eles os responsáveis pela condução de reuniões, por audiências com representantes públicos, para falar com a imprensa e para fomentarem o movimento, são os “intelectuais” do movimento, no sentido gramsciano do termo de que a atividade intelectual não se reduz à pura reflexão ou ao ato de pensar, mas está diretamente relacionada ao exercício da direção e da organização. O suporte técnico, com dados, pesquisas, projetos de viabilidade econômica, era dado pelo IDR, através do professor Joilson Dias.

4.3 O Movimento se espalha para as entidades

Na primeira reportagem sobre o Movimento Repensando Maringá mencionada anteriormente, já é apresentado um cronograma das atividades programadas para os próximos meses até alcançarem o objetivo que era a criação do Conselho de Desenvolvimento. O cronograma previa, com a observação de que as datas

poderiam sofrer alterações de acordo com a disponibilidade dos participantes do movimento:

17/07: reunião com líderes de entidades

Período de 19/07 a 23/08: palestras motivadoras/conscientizadoras nas entidades

Até o dia 02/09: entrega de sugestões pelas entidades para elaboração de um pré-projeto de Plano Diretor

De 03/09 a 15/09: compilação dos dados recebidos

Dia 16/09: reunião de líderes para avaliação do movimento e análise final das sugestões recebidas das entidades

17/09 a 20/09: estrutura do Conselho, Regulamentação Inicial, definição da participação das entidades

Entre 23 e 26/09: realização do Fórum (REVISTA ACIM, n. 367, 1996. p. 12).

O lançamento oficial do Movimento Repensando Maringá se deu no dia 17 de julho de 1996, uma quarta-feira à noite, em reunião realizada no Hotel Deville e com as presenças de líderes das entidades empresariais, de clubes de serviços, políticos e a imprensa. Na mesa principal que conduziu a reunião sentaram-se Hélio Costa Curta, João Noma, Carlos Walter Martins Pedro, Jefferson Nogaroli, Paulo Roberto Pereira de Souza e Joilson Dias. Na sexta-feira, os jornais deram a primeira notícia sobre o Movimento: “Empresários lançam movimento histórico” (O DIÁRIO, 19/07/1996) e “Empresariado quer solução para Maringá” (O ESTADO DO PARANÁ, 20/07/1996).

No dia 19 de julho, sexta-feira, foi realizado um café da manhã com diretores e jornalistas dos veículos de comunicação de Maringá onde lhes foi apresentada a idéia de todo o Movimento. Segundo matéria publicada no O Diário, “os profissionais da imprensa gostaram da iniciativa e aderiram ao movimento”. Na mesma reunião, foram escolhidos três profissionais da área para atuarem junto com o Movimento, representando o segmento da imprensa: “Verdelírio Barbosa, diretor do O Jornal do Povo; Reginaldo Nunes Ferreira, diretor da Rádio Cultura e Messias Mendes, vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas do Norte do Paraná e editor da TV Tibagi” (O DIÁRIO, 20/07/1996). No dia 31 de julho, novamente os jornalistas, liderados pelo seu sindicato, se reuniram com os líderes do Repensando Maringá para ampliar o debate. O resumo do encontro foi apresentado pelo vice-presidente do Sindicato, Messias Mendes:

Os jornalistas consideraram importante que, após o amadurecimento das discussões sobre os rumos que a cidade deve tomar, deve ser feito um projeto e entregue aos candidatos a prefeito e vereador (*sic*). Eles têm que se comprometer com a vontade do partido maior que é Maringá (O DIÁRIO, 01/08/1996).

A expressão cunhada por Mendes, de que o partido do movimento era Maringá, foi utilizada diversas vezes pelos líderes do Repensando. Com a adesão da imprensa, o projeto encontrava ressonância entre os formadores de opinião.

No dia 1º. de agosto, o Movimento foi levado à Câmara Municipal para ser apresentado aos vereadores. Foi uma reunião ampla, onde os pontos genéricos do movimento foram colocados, com ênfase no discurso de que Maringá estava perdendo o seu potencial de crescimento econômico. Na ocasião, foi apresentada a idéia do Fundo Municipal de Desenvolvimento que receberia 1% (um por cento) do orçamento do município para criar projetos para a cidade. Jefferson Nogaroli, em reportagem sobre o Movimento na Revista ACIM, destacou que “os vereadores se sensibilizaram sobre a importância da união em torno de projetos que tirem Maringá da estagnação em que o município se encontra” (REVISTA ACIM, n. 368, 1996, p. 28). O que foi divulgado nos jornais, também trazia apenas informações superficiais da reunião:

Os organizadores gostaram muito da receptividade durante a palestra na Câmara Municipal. Vários vereadores pediram a palavra, ressaltando a importância de um movimento como o Repensando, para que Maringá consiga voltar a se desenvolver tanto social quanto economicamente (O DIÁRIO, 06/08/1996).

Estrategicamente, haveria um outro momento de conversar com os vereadores. O momento em que deveria haver o pedido para a aprovação da lei que instituiria o Codem e que veremos em outro capítulo. Enquanto isso, o trabalho era intenso:

Praticamente todos os dias da semana os coordenadores do Repensando Maringá têm se reunido. São encontros internos, seja para estudar os rumos do movimento ou articular o conteúdo do projeto. São realizadas ainda reuniões de conscientização nos mais variados setores da comunidade” (O DIÁRIO, 22/08/1996).

É importante destacar nesse ponto da pesquisa que as “reuniões de conscientização” que eram realizadas pelo Movimento Repensando Maringá, tanto

com jornalistas, clubes de serviços como o Rotary e o Lions (foto 7), entidades de classe, setores da indústria, prestadores de serviços, setor agropecuário e com os representantes das igrejas evangélicas e católica, quanto com os vereadores e secretários municipais, eram apenas para “amplificar” os ecos do movimento. Os objetivos específicos eram conscientizar sobre o que estava acontecendo com Maringá e ganhar a adesão ao projeto. As sugestões para diretrizes, novas idéias, enfim tudo o que estava fora do escopo original, pensado pela ACIM, com auxílio técnico do IDR, seriam analisados em uma reunião de Planejamento Estratégico, coordenada pelo Sebrae. Foram os coordenadores do Movimento que elaboraram, por exemplo, o projeto que previa a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – Codem, sustentando pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento com uma dotação orçamentária de 1 a 2% do total do orçamento municipal.



Foto 7

Reunião de conscientização do Repensando Maringá no Rotary Clube
Fonte: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson

4.4 O Movimento ganha a política

No dia 23 de agosto, 41 dias antes das eleições municipais, os nove candidatos a prefeito de Maringá se reuniram na sede da ACIM para conhecerem as propostas do

Repensando Maringá. Na abertura do encontro, o presidente Hélio Costa Curta observou que:

O movimento está sendo coordenado por pessoas altamente capazes técnica e eticamente e não tem qualquer conotação político-partidária. Não é um movimento apenas de palavras ou discursos. Ele é formado por representantes das entidades que movem Maringá e o objetivo é fazer uma parceria com o Poder Público para buscarmos o desenvolvimento da região (O DIÁRIO, 24/08/1996).

Cada um dos candidatos recebeu as propostas do Movimento e no final da reunião expressaram suas opiniões. O candidato do PL, Ari Jacomossi, disse que o movimento era “louvável e bate com nosso plano de governo”. Falou também que “os empreendedores que procuram uma cidade para se instalar observam a união dos empresários com o Poder Público. Com o Repensando, quem vier de fora verá uma forte liderança formada pelos setores público e privado”. Nilton Servo, candidato do PMN, frisou que as propostas do movimento deveriam ser bem analisadas, “principalmente a criação do Codem, para que este não seja um órgão paralelo que tome decisões sem ouvir os anseios da comunidade”. Antonio Picoli, do Partido Verde, informou que estava construindo quatro indústrias em cidades fora de Maringá porque estas lhe davam incentivos para a industrialização e geração de empregos, enquanto “Maringá não”. Assendino Santana, do PRP, disse que o seu plano de governo vinha “ao encontro do Repensando Maringá” e parabenizou os empresários que tocavam o projeto. Antonio Carlos Pupulin, vereador, presidente da Câmara licenciado, candidato do PMDB, disse que o seu projeto de governo era “semelhante ao Repensando Maringá” e destacou que ficava feliz por ter as mesmas idéias dos dirigentes do Movimento. Joel Coimbra, candidato do PDT, apoiado pelo prefeito Said Ferreira, disse que o movimento era “um marco” a partir do qual Maringá seria uma outra cidade, e concluía dizendo que aquele momento era “a conscientização da sociedade, de que todos têm que trabalhar para melhorar a cidade”. José Cláudio, candidato do PT, disse que teve “a ousadia de colocar um projeto semelhante ao Repensando” em seu plano de governo e frisou que os “maiores exemplos de boa administração vêm daquelas prefeituras que dividem o poder”. Sílvio Barros, candidato do PFL, enfatizou que o movimento poderia ainda “ir mais longe e discutir muitos aspectos importantes” e que a “união em torno do movimento” era muito importante. Por fim, o candidato Jairo Gianoto, do PSDB,

declarou abertamente que “o Repensando Maringá é o caminho. É uma discussão bastante aberta entre empresários e políticos”. Destacava também que era preciso pensar Maringá “além dos quatro anos” do mandato (REVISTA ACIM, n. 369, p. 26).

Hélio Costa Curta mostrou otimismo em seu editorial da Revista ACIM de setembro, dizendo que os candidatos a prefeitos aceitaram as idéias do Movimento sem demagogias: “conheceram as diretrizes do Movimento Repensando Maringá e prometeram, caso eleitos, adotar, se não em sua plenitude, ao menos as premissas básicas do projeto”. Entretanto, fez questão de frisar:

Se eu fosse candidato, adotaria os projetos do Repensando. Afinal, as premissas do Movimento satisfazem os anseios dos eleitores e, claro, da população. O documento contempla todos os setores básicos, desde o emprego, passando pela saúde, educação, até a cultura. Os projetos estão à disposição de todos (REVISTA ACIM, n. 369, 1996, p. 03).

No dia 28 de agosto, Jefferson Nogaroli, Carlos Walter M. Pedro e Paulo Roberto P. de Souza, se reuniram reservadamente com o presidente em exercício da Câmara Municipal, vereador José Carlos Valêncio⁹², para discutir, de forma estratégica, como seria o encaminhamento dos projetos do Repensando Maringá para que se transformassem em lei municipal (O JORNAL DO POVO, 29/08/1996). Foram ajustados todos os pontos para que o projeto pudesse passar pela aprovação dos vereadores sem emendas ou discussões mais acaloradas. Na sessão ordinária do dia 29 de agosto, uma quinta-feira, antes do início das votações dos projetos constantes em pauta, os vereadores ouviram novamente a explanação da minuta do projeto desenvolvido pelo Movimento Repensando Maringá, que sugeria a criação do Codem e do Fundo Municipal de Desenvolvimento. Paulo Roberto Pereira de Souza foi o responsável por discursar em nome do movimento, pedindo que os vereadores fossem os subscritores da lei. O empresário João Noma, da FIEP, entregou a minuta do projeto ao presidente da Câmara (O DIÁRIO, 01/09/1996). No dia 30 de agosto foi a vez do prefeito Said Ferreira receber o anteprojeto que instituiu o Codem e o Fundo de Desenvolvimento para captar anualmente 2% do total de receitas do orçamento municipal, o que na época somava R\$ 1,4 milhão. A

⁹² José Carlos Valêncio era o vice-presidente da Câmara. Estava no cargo de presidente porque Antonio Carlos Pupulin havia se licenciado para disputar a eleição para prefeito. Em 2000, quando já não era mais vereador, ingressou na diretoria da ACIM.

informação repassada pelo jornal O Diário, sobre esse item do anteprojeto, era a seguinte:

Os recursos serão destinados ainda para financiamentos de atividades na área comercial, industrial e de serviços do município; custeio e elaboração de projetos técnicos de viabilidade econômico-financeiro; estudos e pesquisas que orientam programas setoriais para expansão de investimentos; contratação de pessoal e outras despesas de interesse social e econômico da cidade (O DIÁRIO, 31/08/1996).

A idéia inicial dos organizadores do Movimento era de que o projeto fosse uma proposta da Câmara de Vereadores, para que fosse evitado de que o mesmo tivesse um “pai”, no caso o prefeito que estava próximo de deixar o seu mandato e trabalhava pela eleição de seu candidato, o ex-promotor e na época deputado estadual, Joel Coimbra. Entretanto, como se tratava de uma matéria orçamentária, somente o Poder Executivo poderia propor a sua aprovação para a Câmara. Por isso, no dia 3 de setembro, o presidente da ACIM, Hélio Costa Curta, em reunião dos empresários e políticos na prefeitura, entregou nas mãos do prefeito Said Ferreira os projetos de lei para a criação do Codem e do Fundo Municipal de Desenvolvimento. Imediatamente, o prefeito assinou e entregou o projeto, agora como proposta do Executivo, para o presidente da Câmara. O presidente da ACIM registrou aquele momento como “histórico para a cidade”, enfatizando que a “união entre empresários e políticos” era fundamental para o desenvolvimento sócio-econômico de Maringá. Paulo Roberto P. de Souza também falou que os projetos representavam a necessidade da sociedade se organizar: “E esta não é uma tentativa de substituição da classe política, eleita pelo povo. É sim um momento de união”. O tom do discurso também foi o mesmo para o presidente da Câmara de Vereadores: “Nós notamos que os líderes do movimento não têm interesses pessoais, mas sim comunitários. Não vemos uma pessoa à frente da iniciativa. É toda comunidade que está envolvida e por isso o movimento tem todo apoio do Legislativo” (O DIÁRIO, 04/09/1996). Mas, o prefeito da época não poderia deixar de se aproveitar da ocasião. A própria Revista ACIM divulgou isso em sua edição de setembro, na reportagem sobre a entrega do projeto de lei pelo prefeito à Câmara Municipal: “O prefeito Said Ferreira afirmou que o ato dos empresários vem coroar a política da atual administração, responsável por obras como o aeroporto, o Cefet, o novo centro e a nova rodoviária, entre outras” (REVISTA ACIM, n. 369, 1996, p. 24).

Em 2003, Said Ferreira publicou um pequeno livro se defendendo das acusações do Ministério Público de que teria participação nos desvios de dinheiro público identificados na gestão do seu sucessor, Jairo Gianoto. No livro, Ferreira enumera as obras e ações desenvolvidas em sua gestão. Sobre o nosso objeto de estudo, diz o seguinte:

No interesse e visão administrativa de abrir ainda mais politicamente a comunidade e trazê-la mais perto para mentalização dos projetos municipais, em 1996, em nossa segunda administração, criamos o CODEM – Conselho de Desenvolvimento de Maringá. A intenção seria aquela de reunir lideranças empresariais, acadêmicas, sociais e representativas de vários setores para que por intermédio da “discussão do presente e futuro de Maringá” elaborassem projetos para submetê-los ao Executivo e Câmara de Vereadores de nossa cidade. Este conselho nasceu de um projeto do Executivo Municipal, gestão Said Ferreira, já que fazia parte de seu plano de trabalho e não de uma geração espontânea. Foi implementado e aprovado no último ano da administração municipal (1996) com recursos orçamentários próprios a serem liberados na gestão seguinte, em virtude das dificuldades financeiras em que o Município se encontrava (FERREIRA, 2003, p. 7).

O vereador José Carlos Valêncio, responsável por fazer o projeto tramitar na Câmara Municipal, entretanto, tem outra opinião. Segundo ele, em entrevista ao projeto “10 anos que mudaram a história de Maringá”⁹³, realizado pela ACIM em 2005, o Poder Legislativo não tinha idéia da proporção do Movimento:

Esta informação dentro do poder público que havia um Movimento, talvez consciência de que era um Movimento, que tamanho que era o Movimento, não tinha. Quando eu estava lá dentro eu tinha certeza disso, que não tinha conhecimento. Que houve tentativas anteriores deste grupo de pessoas, desta comunidade, em oficializar estas coisas, houve, mas, que o poder público não tinha noção de que trabalho estava sendo feito... um trabalho que estava sendo feito, bem organizado, bem pautado em reuniões, tudo compilado, tudo registrado para dar consistência ao trabalho. As pessoas que estavam pensando no trabalho, com certeza estavam pensando bem, e pensando para o futuro essas coisas. Tinham consciência de um trabalho que ia apresentar, e, o poder público não. O poder público não imaginava a proporção do trabalho que era feito na comunidade. Porque ocorre isso: acha que o legislador é o dono da comunidade, esta coisa muda, muda e tem que mudar. É um parceiro, o local para oficializar é lá, mas não havia esta parceria, tanto que eu tenho certeza que neste grupo não participou nenhum

⁹³ O projeto “10 anos que mudaram a história de Maringá” foi iniciado em 2005 pela ACIM, sob a coordenação da professora e mestre em História, Márcia Regina Lupion. O projeto consiste em, através das técnicas da História Oral, ouvir as pessoas que participaram do Repensando Maringá.

legislador, inicialmente. Não enumerei, eu não fiz essa presença dos membros que estudaram o Repensando Maringá. Mas, certeza que nenhum legislador não tinha no meio naquela época. Então isto chegou, tinha que chegar, e chegou bem conduzido, e tão bem conduzido por este grupo de pessoas, e a gente deu encaminhamento que tinha... a gente achou que tinha que dar na época, para aprovar mesmo, que não pudesse virar polêmica, porque normalmente vira, vira polêmica, isso (VALÊNCIO, 2005).

Na Câmara, os projetos receberam os números 4.274/96 (criação do Fundo) e 4.275/96 (criação do Codem). No dia 10 de setembro, sem nenhum senão e por unanimidade os projetos foram aprovados pelos vereadores. Na opinião do presidente da Câmara “quem seria o poder Legislativo para impedir a vontade da comunidade?”. Para Antonio Fermentão, empresário do setor de publicidade, que viria a ser, por dois mandatos, presidente do Codem, quando o projeto chegou para ser votado pelos vereadores já estava tudo acertado, tudo conversado:

Isso tudo é organizado. Isso tudo foi muito bem conversado, muito bem trabalhado, e eu volto a frisar que nós tínhamos que evitar o IOP (Inveja, Ódio e Pessimismo). Obviamente que uma pessoa, com todo respeito que eu tenho por cada edil da época, como ele, tem essa responsabilidade e foi eleito para legislar pela comunidade. Tínhamos que evitar qualquer tipo de ruído que pudesse acontecer tipo: “Por quê eu vou aprovar isso se não foi eu que fiz?”. Então a gente tinha que ter essa responsabilidade, essa capacidade de sensibilizar o edil para que ele pudesse ser um co-participante desse processo. E vale ressaltar aqui, frisar, que cada vereador teve a sua participação, a sua responsabilidade naquele momento, para viabilizar aquele projeto que era um projeto extremamente [...], como é que eu posso te dizer, assim, disputado por qualquer um, um vereador que tivesse a idéia de implantar um projeto como esse. E ele veio numa mão contrária. Ele não veio de cima para baixo. O Conselho foi formado de baixo para cima. Ele veio começando com a formação de um casulo pequenininho e depois foi se transformando até que virou seda, e de seda virou tecido e de tecido virou essa bela estampa que nós temos hoje (FERMENTÃO, 2005).

As leis foram, então, encaminhadas para a sanção do prefeito o que ocorreu no dia 16 de setembro. Restava apenas a regulamentação da lei para que o Codem funcionasse de fato, com os recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento.

4.5 Considerações

Gruppi destaca que as classes dominadas ou subalternas em um processo de hegemonia, “participam de uma concepção de mundo que lhes é imposta pelas classes dominantes. E a ideologia das classes dominantes corresponde à função histórica delas, e não aos interesses (...) das classes subalternas” (GRUPPI, 2000, p. 67). Com isso, se torna fácil com que a ideologia do grupo dominante chegue aos outros grupos, “por vários canais”, e este grupo construa a sua influência “ideal” sobre toda a coletividade.

Nos discursos que vimos nesse capítulo, em todo momento os líderes do Movimento Repensando Maringá apontam que a “comunidade” está participando, que a “comunidade” está interferindo nos rumos da cidade. Mas, na pesquisa das fontes, não se vê, em nenhum momento, a participação de representantes de associações de bairros, de populares, de estudantes e dos trabalhadores que não possuem sindicato de representação. Antonio Fermentão, que foi presidente do Codem de 2003 a 2005, ao ser questionado sobre quem era a “comunidade” que o empresariado se referia, se posicionou da seguinte forma:

Eu estou me referindo a todas as ideologias, etimologias (*sic*), a todos os segmentos da nossa sociedade produtiva, da nossa comunidade. Da sociedade de bairros, das igrejas de uma forma geral, dos clubes de serviços, dos sindicatos de comércio varejistas, dos sindicatos de comércio da indústria, enfim, de todos os segmentos representativos da nossa comunidade que tem assento neste Conselho. Qualquer assunto de relevância para a comunidade ele tem no Codem o seu lastro forte para ser levado a público, para que seja executado caso seja uma necessidade da comunidade (FERMENTÃO, 2005).

Percebemos que o acesso das pessoas “comuns” ao Conselho não se dá diretamente, ou inversamente na mesma proporção em que o projeto hegemônico do empresariado fala por elas:

As pessoas consideradas comuns elas têm, na realidade, associações de bairros e, através das associações de bairros todas têm assento neste Conselho. Como eu disse para você são 103 entidades que têm assento no Codem. Todas elas têm voz quando querem reivindicar alguma coisa da sua necessidade. Enfim, toda a sociedade organizada ou toda a pessoa que quiser ter acesso a alguma coisa que seja de interesse coletivo e, aqui, não

individualizado, ela apresenta isso à sua entidade, à sua associação de bairro, ao clube de serviço, à sua igreja e isso é trazido ao seio do Codem para que isso seja analisado se esse projeto é de interesse coletivo ou não. Obviamente que você tem várias vertentes de independência ideológica, você não tem aqui pessoas apenas da classe trabalhadora ou da classe empresarial. Você tem todos os segmentos unidos que discutem as pertinências necessárias aos benefícios da coletividade e isso é executado ou não de acordo com a necessidade e análise deste plenário e das câmaras técnicas que compõem o Codem (FERMENTÃO, 2005).

Gramsci apresenta em sua tese sobre o Estado de que o mesmo é fruto da sociedade política somada com a sociedade civil, o que resulta na hegemonia “revestida de coerção” (BADALONI, 1978, p. 43). Quando a classe operária conseguisse dar cabo dessa operação, constituindo-se como “bloco histórico”, a sociedade civil seria o “espaço através do qual são transmitidos os novos impulsos hegemônicos”. Mais uma vez, invertendo o lado da premissa gramsciana, vemos no resultado do Movimento Repensando Maringá a apropriação dessa característica de ser a sociedade civil, invocando o “individualismo” empresarial e obtendo o consenso dos demais participantes da vida coletiva.

Como vimos no relato do então presidente da Câmara de Vereadores, José Carlos Valêncio, o Poder Público, especialmente o Poder Legislativo, ficou assistindo a ação empresarial ser desenvolvida em torno do Movimento Repensando Maringá, tendo a participação dos vereadores se resumido apenas a aprovar os projetos de lei, inclusive sem muita discussão sobre o que se estava propondo. Eis o que revela Valêncio:

Porque que surgem essas coisas? Surgem idéias das cabeças? Não estou desmerecendo o grupo de pessoas que representava a comunidade naquele momento no município, mas a cabeça não estava para isso. Não estava porque não fez, e não tinha condições técnicas de fazer. Então eu acho isso, o município em si, o Poder Público, não trabalhou isso, porque não havia condição técnica, uma capacidade técnica de fazer isso, e também não se pensa nisso, o planejamento não existe. Existe o dia-a-dia da Câmara, planejamento é muito pouco, porque a pessoa sabe que ela está trabalhando quatro anos, e ela tem que trabalhar paralelamente a sua campanha, se ela quiser continuar. Então, isso inibe você de ter tempo para planejar. Como vou saber planejar se o meu mandato é de quatro anos, é um mandato temporário. Termina um mandato, morreu, se você não quiser continuar você morreu com seu mandato, você volta a ser um simples mortal ali. Então não havia condição de uma câmara de vereadores, de legisladores, pensar nisso. Agora você

como de fora do sistema, sem depender de um voto para colocar naquela função, você está como comunidade, você é comunidade o resto da vida. Eleito ou não, você está na comunidade, você é pai de família, você é empresário, você é investidor independente de voto, ou de campanha ou não. Então aí se pensa no futuro. Mas você com período pequeno, chega até a se pensar, mas não numa profundidade que pensou o Repensando Maringá. Certeza que havia condição de aprofundar como o grupo que repensou Maringá na época pensou, havia esta condição de imaginar o que poderia acontecer. Tinha cabeça pensando, tinha cabeça consciente do que se queria, do que se imaginava, e com condições técnicas de desenvolver isso, o que faltava no Poder Público. E faltou, porque, durante várias vezes esse grupo tentou mostrar várias vezes para o Poder Público e o Poder Público não aceitou essas condições, é isto que acontece geralmente nestes meios (VALÊNCIO, 2005).

O que podemos inferir é que além dos vereadores estarem totalmente fora do processo, até pelas razões expostas acima, de falta de capacidade mesmo, o discurso do empresariado era muito convincente. É aí que surge um outro componente da hegemonia, entendida não só como “política, mas também um fato cultural, moral, de concepção de mundo”: a supremacia. “A supremacia é domínio e direção. Pode-se dizer que é domínio e hegemonia” (GRUPPI, 2000, p. 73, 79). É no terreno da supremacia que:

A luta política se torna assim uma série de fatos pessoais entre espertalhões que têm as rédeas nas mãos e aqueles que são ludibriados pelos próprios dirigentes que não querem se convencer de sua incurável burrice. Aliás, enquanto esses movimentos não chegarem ao poder, se pode sempre pensar que vão fracassar (SADER, 2005, p. 32).

Por isso, para não fracassar os líderes do Movimento Repensando Maringá criaram mecanismos para valorizar ao extremo as ações desenvolvidas e a quantidade de pessoas envolvidas no processo de reconstrução do desenvolvimento econômico local. Tornou-se habitual dizer que o Codem tem mais de 100 entidades representadas no seu plenário e câmaras técnicas; de que foram feitas “mais de 140 reuniões com toda a sociedade civil organizada” (ACIM, 2006, p. 127) para apresentar o Movimento, entre outros números que não podem ser comprovados. Esses números ajudaram a formar o consenso ou o consentimento ao projeto hegemônico do empresariado, “um tipo de direção consensual sobre os que aceitam ou consentem, e inclui uma dimensão coercitiva sobre os que se recusam, ou seja,

os que extrapolam os meios de oposição considerados legítimos pelo grupo hegemônico” (SECCO, 2002, p. 100).

Capítulo V

Maringá 2020

O Repensando já é lei. Veio para ficar. É a manifestação espontânea de membros da comunidade, exercendo seu direito de cidadania, opondo-se a atos autoritários ou a omissões futuras de pessoas que exercerão o poder municipal. Não será mais possível pensar Maringá à revelia do povo.

Luiz Antonio de Souza, reitor da UEM⁹⁴

⁹⁴ REVISTA ACIM, n. 370, 1996, p. 10.

5.1 Pensando Maringá em 8 horas

O Movimento Repensando Maringá já contava com o projeto hegemônico do empresariado aceito pelos poderes constituídos quando, em 11 de setembro de 1996, reuniu todos os segmentos que participavam de uma maneira ou outra do processo para traçar um Planejamento Estratégico para Maringá até o ano 2020. Participaram da reunião no Hotel Deville 63 pessoas, que discutiram as chamadas diretrizes macro, previamente definidas pelos líderes do Movimento, para os segmentos produtivos e para o plano social da cidade (foto 8). Conforme a Revista ACIM, entre os participantes estavam o reitor da UEM, professor Luiz Antonio de Souza; o diretor da TV Cultura de Maringá⁹⁵, Nilson Tadeu Campos Silva; o presidente do Sindicato dos Comerciários, Cícero Moreira dos Santos; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá, João Lino de Oliveira; o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Epifânio Magalhães e o Arcebispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho; além de “outras dezenas de representantes de sindicatos patronais e de trabalhadores, profissionais liberais, autoridades religiosas, políticas e empresariais, professores e executivos” (REVISTA ACIM, n. 370, 1996, p. 08).



Foto 8

Os participantes do Planejamento Estratégico Maringá 2020 posam para a foto após "projetarem" a Maringá do futuro
Fonte: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson (ACIM)

⁹⁵ A TV Cultura é retransmissora da Rede Globo de Televisão.

Para coordenar a reunião de planejamento foram convidados consultores do Sebrae. Inclusive o seu superintendente estadual, Hélio Cadore, veio de Curitiba para participar da reunião. A moderação dos trabalhos ficou a cargo do consultor Cláudio Serrato, especialista em dinâmicas de grupo. Todo o planejamento durou oito horas de trabalho: das 14 até às 22 horas. Os temas trabalhados foram: indústria, comércio, prestação de serviços e agricultura; qualidade de vida, educação, saúde e lazer. Segundo Claudio Serrato, a participação do Sebrae ajudou no sentido de “como fazer” as coisas pensadas pelo Movimento acontecerem:

Uma série de entidades participaram, UEM, ACIM, FIEP, acho que foram os grandes catalisadores do processo no início e, a partir daí se desenvolveu uma visão do que se queria. Mais, eu acho, que não se tinha muito a forma de como fazer. A forma como poderia ser feito e foi aí que o Sebrae entrou. Nesta visão de como estruturar um método, de como ajudar a estruturar um método onde como pudesse, a partir do envolvimento da participação das pessoas, gerar um resultado, gerar uma sinergia e essa sinergia mais na linha de um compromisso ou comprometimento com esse resultado. É esse desafio que a gente levou, que a gente discutiu bastante no Sebrae para estruturarmos o evento que aconteceu daí em 11 de setembro, que foi o evento que imagino que trouxe a público, tornou realmente válido a partir daí, o Movimento Repensando Maringá (SERRATO, 2005).

Nesta entrevista, Serrato também evidencia que o Sebrae tinha uma preocupação de conseguir extrair dos participantes conteúdos que pudessem significar algo válido para o Movimento, por isso a decisão de trabalhar também com o emocional das pessoas:

(...) isso para nós se tornou realmente um desafio enorme porque precisávamos fazer um evento que extraísse desse público um conteúdo com qualidade, um conteúdo das percepções e dos desejos dessas lideranças mais, também, ao mesmo tempo, nós precisávamos criar um evento que trouxesse crença, que trouxesse sinergia, que trouxesse um diferencial de tudo que já havia sido feito ou que essas pessoas tinham vivenciado (...) e nós resolvemos fazer um trabalho com um processo de dinâmicas onde tivesse o processo participativo como ênfase para extrair de todas as pessoas e que todos que estivessem no evento pudessem opinar, trazer suas opiniões sobre as questões que estavam sendo discutidas, ao mesmo tempo, nos também criamos nesse evento, o objetivo de gerar uma troca de experiências, um intercâmbio de experiências que isso ajudaria a gerar uma relação de proximidade entre as pessoas e de confiança entre as pessoas para que esse processo de confiança fosse estendido na hora das decisões que foram tomadas naquele dia. Também colocamos como um objetivo um processo de trabalho que pudesse trabalhar um dos aspectos do comportamento

daquelas pessoas que estavam no evento. Então, muito mais do que produzir uma decisão, transcrever para o papel uma idéia, transcrever uma decisão ou uma proposta, nós queríamos criar nesse evento uma empolgação onde o emocional também estivesse envolvido (SERRATO, 2005).

Para despertar o emocional dos participantes, a equipe do Sebrae editou um vídeo do filme *Sociedade dos Poetas Mortos*⁹⁶ com alguns trechos que falavam do companheirismo e de acreditar sempre no futuro.

Sociedade dos Poetas Mortos fala muito sobre crença, então a gente editou algumas partes do filme que falavam sobre crença. E a gente trabalhou com as pessoas dentro do evento a crença: crença no futuro, crença na capacidade dele, no propósito, nas propostas que se tinha. Trabalhamos com alguns assuntos (...) fortaleceu ainda mais a crença, a visão de que uma ação, plano de trabalho, uma idéia, muitas vezes ela tem início, mas ela não tem fim por si só. Então, ela é de muito longo prazo, então, as pessoas têm uma crença continuada. Por que não adianta você pensar no momento que se estabelece um plano de trabalho em que as coisas começam e que aí, por si só, ela vai dar continuidade. Então, as pessoas precisaram acreditar e colocar energia e se disponibilizar a colocar energia nesse processo por um tempo longo. A gente trabalhou isso também (SERRATO, 2005).

Ao fazer a reportagem sobre a reunião onde o Movimento escreveu o que se queria do futuro de Maringá, na edição de outubro de 1996, a Revista ACIM informava que ainda não tinha o conteúdo do que havia sido planejado, mas

O que se pode antecipar é que várias condições foram levantadas para que Maringá consiga atingir seu pleno desenvolvimento. Entre estas condições estão o entrosamento entre a Universidade e a comunidade; o resgate do Planejamento de Maringá; a mudança do modelo agrário e incentivo ao desenvolvimento agro-industrial; a melhor qualificação profissional dos trabalhadores; a união política; a criação do Pólo da Indústria Têxtil; o fortalecimento de nossas instituições, principalmente nas áreas de saúde e educação e a maior atenção do Governo do Estado para com a cidade. É preciso haver, enfim, uma mudança de mentalidade (REVISTA ACIM, n. 370, 1996, p. 09).

Entretanto, para uma atualização do discurso, a Revista ACIM ouviu as impressões de alguns participantes do Planejamento. Carlos Walter Martins Pedro, coordenador

⁹⁶ O filme *Sociedade dos Poetas Mortos*, original em inglês *Dead Poets Society*, lançado nos Estados Unidos em 1989, fala de um professor universitário que chega para dar aulas de Literatura em um colégio conservador. O professor revoluciona os métodos de ensino ao propor que seus alunos aprendam a pensar por si mesmos. Ganhou o Oscar de melhor roteiro original

regional da FIEP, destacou que “nossa luta apenas começou” e dizia que “a comunidade tem que continuar unida, participando, dando idéias e auxiliando na execução das diretrizes do Repensando Maringá”. Hélio Costa Curta, presidente da ACIM, disse que “a comunidade tem que ser responsável pelo desenvolvimento econômico”, pois o poder público “já tem problemas de ordem social, como saúde, educação e habitação”. Ele defendeu que o setor produtivo deveria ser responsável por “definir as prioridades de investimentos”. O arcebispo, Dom Jaime Luiz Coelho, frisou que “esta união de forças vivas de nossa sociedade levará ao futuro prefeito e ao governador um pensamento único, que é a vontade de desenvolver o potencial de nossa região”. Já a fala do reitor da UEM é uma das mais destacadas pela reportagem:

Quando membros expressivos da comunidade maringaense, num momento nacional de alta competitividade e individualismo exacerbado, se despojam de interesses pessoais e se reúnem em defesa intransigente da retomada do desenvolvimento sócio-econômico e cultural de Maringá, é porque algo mudou, e para melhor (REVISTA ACIM, n. 370, 1996, p. 10).

O sindicalista João Lino de Oliveira, presidente do Sinteemar, também ganha destaque em uma de suas falas, se referindo ao resultado do planejamento: “é uma obra fabulosa, que pode mudar nossa realidade, construindo uma política voltada para o interesse comum e criando agentes políticos com representatividade”. Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Epifânio Magalhães, o planejamento poderia “acender a chama do desenvolvimento” e que Maringá só teria a ganhar “com a união de classes”. Representando os veículos de comunicação, o diretor da TV Cultura, Nilson Tadeu Campos Silva, foi enfático: “com o envolvimento tão grande da comunidade, o Poder Público terá que respeitar as decisões do movimento” (REVISTA ACIM, n. 370, 1996, p. 09, 10, 11 e 12).

Questionado se os líderes do Movimento influenciaram com algum direcionamento prévio dos assuntos para chegar a um determinado objetivo, o consultor do Sebrae revelou que houve uma série de discussões anteriores para que o resultado do trabalho fosse aquele esperado:

(...) nós participamos dessa discussão por várias vezes porque é uma preocupação que eu sempre tenho quando eu vou produzir um

evento, de buscar a realização de um evento, porque por mais que as pessoas estão contratando um evento, muitas vezes elas não têm muito claramente o que elas desejam, como resultado no final, mas elas têm uma idéia: “- olha, nós gostaríamos de sair com uma posição mais ou menos assim”. Aí a gente extraiu dessas pessoas por várias vezes, questionando, contra-questionando: “olha, isso”, “segue com isso”, “tá bom?”, “mas o que mais?” e diante de toda essa expectativa colocada, nós dimensionamos inclusive esse método e a linha de raciocínio que nós queríamos para o evento, aquilo que as pessoas extraíram como em extrato, como um resumo de trabalho dentro de um foco, que os objetivos fossem dentro daquela linha desejada por essa equipe. Ou seja, os principais objetivos que se queria naquele dia era gerar, acima de tudo, uma interação dessas pessoas, para que se gerasse uma proximidade, então o evento tinha esse objetivo de gerar esse senso de uma equipe, as pessoas tinham que passar a partir dali, se vendo um pouco mais integrante de uma equipe para construir um futuro em conjunto. Mas, ao mesmo tempo, a gente tinha que produzir algumas visões sobre o futuro que pudessem canalizar os esforços das diversas entidades e dos projetos para atingir aqueles objetivos na visão, podemos até chamar de sonho, uma visão de 24 anos à frente naquela época que nós produzimos, mas tinha que ser algo possível de ser realizado, ou seja, não poder ser uma coisa tão pequena que as pessoas não se mobilizam para isso, mas também não pode ser algo tão extraordinário, tão diferente que também a pessoas não se mobilizassem para buscar aquilo porque elas não acreditam que aquilo seria possível. Então, a gente sempre se preocupou com isso. E aí nós desenhamos e discutimos muito a questão dos objetivos fundamentados nisso: “olha, nós queremos gerar integração, queremos gerar algumas diretrizes”, ou seja, um plano que norteie o andamento do Codem, com uma visão de longo prazo, esse prazo nós estabelecemos em conjunto. Inicialmente seria uma coisa de menor prazo, mas, aí nós conseguimos estimular os coordenadores a pensar numa visão de mais longo prazo. Porque a gente sabia que naquele momento era importante pensar mais à frente, até porque numa visão de processo de desenvolvimento sabemos que 24 anos é nada (SERRATO, 2005).

Não se pode afirmar que fazia parte da estratégia do Movimento, mas o resultado do planejamento Maringá 2020 não foi divulgado na época. Nada apareceu na imprensa e, tampouco, foi mostrado pela Revista ACIM. Poucos tiveram acesso ao documento. Na reportagem de outubro, o empresário Jefferson Nogaroli havia destacado que os resultados seriam apresentados em um Fórum de Desenvolvimento que seria realizado até o final do ano. No dia 24 de outubro, novamente no Hotel Deville, e para um público de 160 pessoas, conforme a Revista ACIM, aconteceu a chamada reunião dos “notáveis” que contou entre eles com a presença do prefeito eleito, Jairo Gianoto. No encontro, o coordenador do Movimento, Paulo Roberto Pereira de Souza, explicou toda a forma de

funcionamento do Codem e do Fundo de Desenvolvimento, que já haviam sido aprovados por lei municipal. O coordenador também traçou qual o perfil ideal para os conselheiros que iriam fazer parte do Codem. Entretanto, nada foi apresentado sobre o planejamento Maringá 2020.

Uma pequena e rápida menção ao Maringá 2020 foi feita em uma reportagem do O Jornal do Povo, destacando um documento elaborado pela UEM e entregue aos representantes do Movimento Repensando Maringá:

A Universidade Estadual de Maringá (UEM), através de professores de diferentes áreas, elaborou um documento intitulado “Diretrizes para elaboração de plano de desenvolvimento econômico de Maringá”, que consiste na apresentação de subsídios para a elaboração de um plano de desenvolvimento, estruturado para o setor rural, industrial, comercial e de serviços (O JORNAL DO POVO, 04/12/1996).

Doze professores da UEM, coordenados pelo diretor do Centro de Estudos Sócio-Econômicos, professor José Roberto Pinheiro de Mello – outro intelectual do movimento - diagnosticaram os principais problemas apontados durante a reunião de planejamento Maringá 2020 e elaboraram um plano de desenvolvimento para a cidade com o horizonte até o ano 2000. No documento, também foram “identificadas algumas tendências a partir de observações e expectativas de mudanças que vêm ocorrendo em nível global e, por último, definidas as diretrizes para a retomada do crescimento e desenvolvimento econômico e social” (O JORNAL DO POVO, 04/12/1996). Este estudo também sequer foi mencionado na Revista ACIM e seu conteúdo ficou apenas nas mãos dos líderes do Repensando Maringá.

5.2 O documento *Maringá 2020*

O portal eletrônico que o Codem mantém atualmente na Internet apresenta uma síntese do que foi o planejamento feito no dia 11 de setembro. Entretanto, não podemos afirmar que se trata de uma cópia fiel do documento produzido, uma vez que encontramos outros documentos com conteúdos diferentes, sendo que um deles está no Anexo nº 3 deste trabalho.

Essa é a íntegra do documento que se encontra na Internet, planejando oito áreas estratégicas da cidade:

O Movimento Repensando Maringá, que culminou com a criação do CODEM, definiu a Maringá esperada para o ano 2020, como esforço de programação de longo prazo da cidade desejada para o futuro. Essa definição constituiu-se no norte orientador das ações e da construção de políticas de desenvolvimento econômico do Codem. Foram as seguintes principais definições, por área, para a Maringá de 2020 (CODEM, 2007).

As definições para a área comunitária foram as seguintes:

O crescimento da cidade deve ser planejado de maneira a consolidar-se como cidade de porte médio com população aproximada de 500.000 habitantes. A qualidade de vida deve constituir-se no principal objetivo da sociedade, compreendendo melhor distribuição da renda, elevados padrões de renda, educação, saúde, saneamento, habitação, comunicação, transporte, segurança, etc., e o desenvolvimento harmônico do maringaense em artes, música, filosofia, folclore, literatura, esporte, lazer e línguas. O planejamento urbano deve integrar o desenvolvimento humano com a natureza, de maneira a harmonizar o homem e a natureza. A sociedade civil deve ser organizada e representativa. Maringá deve constituir-se no local onde o ser humano possa ser plenamente feliz com a sua dignidade respeitada num ambiente de plena liberdade (CODEM, 2007).

Para a área universitária as diretrizes foram:

Transformar Maringá em centro de excelência de desenvolvimento científico e tecnológico e de formação universitária. As demandas, necessidades e/ou deficiências regionais devem ser objeto de profunda investigação e domínio no sentido de identificar os meios de atendê-las ou superá-las. A formação empreendedora deve se constituir em matéria curricular dos ensinos superior e médio (CODEM, 2007).

Para a área de integração tecnológica:

O crescimento econômico deve ter como fim último o desenvolvimento social e o seu processo contínuo deve buscar sustentabilidade com controle e preservação ambiental. Portanto, o que se pretende é que a cidade se torne um centro avançado de integração tecnológica, com capacidade para desenvolver e aprimorar produtos e serviços (CODEM, 2007).

Área de investimentos:

As oportunidades de negócios devem ser criadas para o aproveitamento dos vazios setoriais e para o alongamento da cadeia

produtiva, privilegiando a agroindústria, as atividades de alta agregação de valor e intensivas de tecnologia. Os investimentos em turismo e lazer devem merecer atenção especial (CODEM, 2007).

Diretrizes da área de agricultura e agroindústria:

Consolidar Maringá como pólo agroalimentar de base tecnológica, com agricultura empresarial forte, diversificada e internacionalmente competitiva (CODEM, 2007).

Para a área de comércio e serviços:

Aperfeiçoar a vocação de centro prestador de serviços, consolidando a cidade como pólo de excelência de serviços de educação e de saúde e aperfeiçoá-la na realização de eventos e nas atividades de turismo, lazer, artes, arquitetura e urbanismo e gastronomia, entre outras (CODEM, 2007).

Para a área de comércio exterior:

Atribuir à cidade a função de centro internacional de comércio, com a constituição de um portal do Brasil e do Resto do Mundo para o MERCOSUL (CODEM, 2007).

As diretrizes da área de gestão empresarial foram:

Caracterizar Maringá como um centro de formação e treinamento de recursos humanos para diversas áreas da produção e da gestão industrial e de serviços, mediante a instalação de Centro de Tecnologia Industrial, de Incubadoras Tecnológicas e um Centro de Empreendedorismo, visando a consolidação de uma Tecnópolis. O objetivo é o de alcançar modelo econômico sustentável, com atividades de grande agregação de valor que proporcionem elevados níveis de emprego e renda à população local (CODEM, 2007).

É importante ressaltar que as diretrizes trabalhadas no planejamento foram aquelas que já haviam sido apresentadas pelos coordenadores do Repensando Maringá, fomentadas nas “reuniões de conscientização” e que já faziam parte de outros projetos da ACIM, principalmente os que haviam sido elaborados pelo IDR e entregues ao Governo do Estado.

5.3 Considerações

Os empresários, a partir desta reunião de 11 de setembro, validaram consensualmente uma forma de atuação, dentro do seu projeto hegemônico, com grande interferência nas políticas urbanas. O planejamento serviu como uma bússola para orientar o discurso de que para a cidade superar a crise do início dos anos 1990 era necessário torná-la competitiva para a atração de investimentos e para o desenvolvimento regional. Para isso, a idéia era transformar a cidade em uma empresa bem estruturada e que pudesse ter uma capacidade de inovação para gerar riqueza e renda aos seus moradores.

Esse discurso está na gênese do Movimento Repensando Maringá, foi elaborado pelos seus líderes e pelos intelectuais orgânicos que deram sustentação ao movimento. Em matéria jornalística publicada no jornal O Diário do Norte do Paraná sobre o lançamento do Movimento, há o comentário de que a sua intenção era “auxiliar na retomada do desenvolvimento do município, que vem sofrendo com a falta de projetos nesse sentido, com o descaso do governo estadual, e com as políticas econômicas do Governo Federal” (O DIÁRIO, 19/07/1996). O diretor da FIEP e presidente do Sindimetal, na época, Carlos Walter Martins Pedro, da linha de frente do movimento, anuncia a conclusão que havia tirado de estudos apresentados por intelectuais que participavam daquele momento:

Já que perdemos os modelos econômicos que tínhamos, precisamos substituí-los. Nunca foi feita uma análise de conjuntura de Maringá: o que somos, o que precisamos, para onde vamos. Precisamos de um modelo para seguir. Estamos fazendo este movimento porque não estamos vendo ações que apontem uma saída (O DIÁRIO, 19/07/1996).

Pensar a cidade quase 24 anos à frente, convenhamos, não seria possível de ser feito em apenas 8 horas de planejamento estratégico. Fica claro, pelo estudo das fontes já apresentadas, que o Movimento buscou estabelecer um consenso entre os participantes, por intermédio do “envolvimento das pessoas, no intercâmbio de experiências, na troca e no emocional” (SERRATO, 2005). Nesse consenso, as diretrizes para até 2020, revelam a necessidade de transformar Maringá em uma

cidade competitiva, empreendedora, que saiba vender a sua marca, entendida como a boa qualidade de vida.

As inspirações do empreendedorismo urbano são as mesmas do empreendedorismo individual, segundo as quais todos poderiam se tornar empresários. O objetivo principal seria “aumentar a capacidade de inovação e adaptação das regiões envolvidas” (BENKO, 1999, p.137), além de mobilizar esforços e recursos (humanos, financeiros, tecnológicos e políticos) locais para organizar e coordenar a acumulação privada. Esse era o discurso da ACIM e o discurso do Movimento Repensando Maringá: “Por que os investimentos que levam ao desenvolvimento do setor produtivo não podem ser decididos pelos próprios empresários?” (REVISTA ACIM, n. 369, 1996, p.03). Não resta dúvida que da perseguição aos objetivos do empreendedorismo urbano, como no caso planejado para Maringá, pode resultar uma nova configuração dos recursos locais que potencialmente favorece os interesses econômicos dominantes em detrimento de políticas sociais e de redistribuição de renda e riqueza (BRAGA, 2001, p 26), por mais que aquele discurso pregasse o contrário.

O discurso da necessidade de Maringá ser uma cidade empreendedora que vimos como resultado do Maringá 2020, apresenta um perigo, ao nosso ver, já explicitado por Braga (2001) ao estudar caso semelhante em Belo Horizonte, que é: “a erosão da distinção entre interesses públicos e privados e de transformação, pela via do discurso do consenso, de interesses puramente particulares, em objetivos coletivos os quais a sociedade como um todo deve dar suporte” (BRAGA, 2001, p. 26).

A estratégia do empreendedorismo urbano pressupõe uma economia local flexível, atrativa para grandes investimentos, com redes de empresas e de distritos industriais (BENKO, 1999, p. 228). Há também a necessidade de que a cidade seja um centro de inovação tecnológica para poder firmar-se na liderança de uma economia de escala, altamente empreendedora. Tudo isso foi previsto no planejamento estratégico do Repensando Maringá, a partir dos estudos dos seus intelectuais orgânicos.

O presidente da ACIM, Hélio Costa Curta, no editorial da Revista ACIM de setembro de 1996, dizia que a entidade lutava pelo Movimento Repensando Maringá pois “acreditava que as mudanças devem ocorrer de baixo para cima” e que estava “tomando iniciativas políticas e administrativas” para tentar “tirar a corda” do pescoço dos empresários e trabalhadores. De acordo com Braga, o modelo de desenvolvimento local proposto a partir de estratégias como essas, é do tipo reativo. Segundo a autora:

Frente ao processo de reestruturação econômica propõe-se uma estratégia de desenvolvimento focada no plano local ao estilo “salve-se quem puder”, ou “querer é poder”. Argumentam os defensores de tais estratégias que elas seriam capazes de promover um desenvolvimento “de baixo para cima” porque o controle dos processos econômicos e das condições indutoras das decisões de investir estariam nas mãos dos atores locais, sejam eles públicos ou privados, e porque haveria um “interesse local” comum, uma finalidade única para a qual convergiria a ação de todos os atores. Tal visão só pode ser aceita quando se expurga o conflito do campo de análise. Ora, há que se considerar que não há possibilidade de participação autêntica, verdadeira, onde não há o reconhecimento do conflito, dos interesses em conflito, isto é, onde não há política. Portanto, podemos concluir que a participação proposta por essas teorias ocorrem predominantemente no âmbito do discurso (BRAGA, 2001, p. 27).

Braga também destaca que o empreendedorismo urbano tem como outra estratégia a “criação de fóruns de discussão e articulação”, como o caso do Movimento Repensando Maringá. No entanto, esses fóruns são realizados “segundo uma ótica, composição e regras de funcionamento” tais que “funcionam antes como arenas de legitimação dos interesses dominantes do que como instâncias de participação cidadã efetiva” (BRAGA, 2001, p. 28).

Aliada a tese do empreendedorismo urbano está a da cidade competitiva, que em resumo seria colocar a cidade “no mapa do mundo”. A cidade competitiva deve estar inserida “na nova economia de fluxos de capitais, mercadorias e informações, de modo a lhe conferir posição de destaque na hierarquia global de cidades”, só assim será possível atrair “investimentos estrangeiros, matrizes das grandes corporações, instituições internacionais, feiras, convenções e turistas” (BRAGA, 2001, p. 30).

No planejamento Maringá 2020, o Movimento Repensando Maringá dá a orientação para que os futuros governos locais tenham como principal tarefa o cumprimento de uma agenda de antecipação, produção e oferta dos requisitos de produtividade e competitividade de Maringá, que passaria pela oferta de infra-estrutura e qualidade de vida, requisitos essenciais para mão-de-obra altamente qualificada, um dos objetivos intrínsecos do planejamento. De acordo com Castells e Hall (1996), fazem parte desse ambiente competitivo na cidade os “edifícios inteligentes”, dotados de redes de fibras óticas; os teleportos, que seriam estações terrestres de telecomunicações; as infra-estruturas de transportes de alta velocidade (como um novo aeroporto), bem como os hotéis e residências de luxo dotados com infra-estrutura de lazer e cultura e localizados em ambiente agradável (limpo, seguro, preservado e embelezado), além de universidades tecnológicas e científicas de primeira linha. Tudo isso, de um modo ou outro, está contido no Maringá 2020.

É importante recuperarmos a discussão feita por Vainer (1999) de que a cidade resultante do planejamento estratégico é vista como mercadoria e como empresa. Como cidade-mercadoria ela está posta à venda e à compra em um “mercado constituído pela demanda de localizações pelo grande capital” (VAINER, 1999, p. 03). Já a cidade como empresa, um sujeito econômico, tem obrigação de gerir seus recursos de forma a maximizar sua capacidade de concorrer internacionalmente e que tem seus objetivos subordinados à lógica do mercado, à produtividade e competitividade (VAINER, 1999). Para Braga, a função do poder público em uma cidade vista como empresa e como mercadoria, é o de “assumir o papel de gerente e promover sua produção, marketing e venda” (BRAGA, 2001, p. 32). Nessa função, o poder público deverá estimular a iniciativa privada “para construção de prédios de escritórios, *shoppings centers*, prédios de apartamentos de luxo, hotéis e centros de convenções”. De acordo com Rodrigues (2004) esses estímulos constituem concessões aos agentes imobiliários, na forma de flexibilização da legislação urbanística. A cidade pensada e produzida desse modo torna-se um lugar sem regulamentos, sem lei, onde os atores privados, o capital externo⁹⁷, barganham abertamente por vantagens, ganhando espaço e poder político dentro do poder público (BRAGA, 2001, p. 32).

⁹⁷ “Externo”, nesse sentido, corresponde a tudo o que está fora do “local”.

Utilizamos a discussão feita por Braga para concluirmos essas considerações sobre o planejamento Maringá 2020, que vai exatamente ao encontro daquilo que apresentamos como o projeto hegemônico do empresariado local:

(...) pode-se concluir que a cidade competitiva não é apenas um instrumento de planejamento urbano, mas também um instrumento de dominação social e legitimação de interesses econômicos privados, na qual consenso é a palavra mágica. Entretanto, tal consenso é, ao que tudo indica, uma peça de ficção em cidades marcadas pela tendência estrutural de desigualdade social e pelas assimetrias de poder entre os diferentes atores que tomam assento nas estruturas locais “promotoras de consenso” (BRAGA, 2001, p. 33).

E o problema torna-se mais sério ainda no plano do simbólico e nos efeitos que trará sobre a política e a democracia urbana, colocando em oposição diversos atores sociais.

Capítulo VI

O Conselho de Desenvolvimento Econômico

Não adianta sermos uma cidade rica em uma região miserável. Se isto acontecesse, teríamos duas classes: a dos que não comem e a dos que não dormem. Por isto, precisamos ter uma política permanente que esteja atenta ao desenvolvimento auto-sustentado da região.

Jefferson Nogaroli⁹⁸

⁹⁸ Citação do presidente da ACIM parafraseando o embaixador do Brasil na ONU, Josué de Castro, morto em 1973 (ACIM, 2006, p. 143).

6.1 Uma idéia pronta

Embora alguns acontecimentos relatados nesse capítulo já tenham sido historiados, principalmente no capítulo V, entendemos ser necessário reforçar a estratégia e o esforço político do empresariado para aprovar a lei que criou o Codem e o Fundo Municipal de Desenvolvimento, retomando inclusive o discurso dos atores do Movimento. Acreditamos que as informações complementares darão o sentido que esperamos no entendimento do processo histórico.

Em 10 de fevereiro de 1993 o prefeito Said Ferreira assinou a lei municipal nº. 3335 criando o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá – Codem, três anos antes do Movimento Repensando Maringá iniciar a construção de seu projeto hegemônico. O Conselho tinha caráter apenas consultivo, de acordo com o artigo segundo da referida lei. Suas finalidades eram:

- a) estabelecer intercâmbio permanente de informes com os demais órgãos municipais, visando o maior desenvolvimento econômico do município;
- b) estimular, fortalecer e institucionalizar a participação dos setores organizados da sociedade de Maringá no processo de tomada de decisões, no setor de desenvolvimento e consultoria econômica do Governo Municipal;
- c) desenvolver o espírito associativo entre os representantes populares que militam nos órgãos públicos federais e estaduais;
- d) realizar e promover o estudo dos problemas que cerceiam o progresso econômico do município;
- e) estudar a legislação adotada, incrementar medidas, estabelecer fluxos contínuos e permanentes de informações, nos segmentos econômicos, a fim de facilitar os processos de planejamento e decisão (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, 1993).

Apesar da lei, o Codem não saiu do papel por falta de regulamentação. Na edição da Revista ACIM de outubro de 1993 é publicada uma explicação do prefeito para a não regulamentação do Conselho, atribuída à falta de recursos na Prefeitura: “de nada adiantaria estar com a estrutura montada, mas sem condições de realizar um trabalho a altura do que a cidade merece” (REVISTA ACIM, n. 337, 1993, p. 21). Informava ainda a reportagem:

Como prevê a lei, o funcionamento do Codem depende de recursos que devem estar incluídos no orçamento do município, e de convênios a serem assinados com instituições financeiras mantidas

pelos governos estadual e federal. Estes recursos vão estar à disposição do Conselho através do Fundo Municipal de Desenvolvimento. O Fundo dará suporte financeiro para as atividades do Codem. Assim, será possível a realização de projetos de incentivo à instalação de novas empresas e de melhoria na qualidade de vida da população (REVISTA ACIM, n.337, 1993, p. 21).

A esta altura da dissertação, essas informações sobre o Codem e o Fundo não são nenhuma novidade. O diferencial está na questão de que tudo já estava pronto em 1993. A idéia do Codem, inclusive como auxiliador na tomada de decisões no setor de desenvolvimento econômico, estava pronta. Havia até a especificação de como seria o conselho:

A diretoria do Conselho será composta pelo prefeito – como presidente de honra – e representantes da universidade, dos poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, de entidades religiosas e de associações de assistência social, de classe, de serviços e de bairros. O conselho se reunirá a cada três meses em sessões públicas e seus membros levantarão problemas e discutirão sugestões para eliminá-los (REVISTA ACIM, n. 337, 1993, p. 21).

O diretor de Fomento Econômico do Banco do Estado do Paraná – Banestado⁹⁹, Paulo Roberto Pereira de Souza, já aparecia na época como o grande incentivador do Codem: “é o município, através de seus cidadãos, controlando e discutindo seu próprio destino, o que considero uma visão moderna e inovadora de desenvolvimento” (REVISTA ACIM, n. 337, 1993, p. 21).

Foi por intermédio de Paulo Roberto P. de Souza, em 1996, que o presidente da ACIM, Hélio Costa Curta, e o diretor de comércio exterior, Jefferson Nogaroli, tomaram conhecimento da existência do projeto engavetado na prefeitura. Quando o Movimento Repensando Maringá começou a ganhar corpo, o projeto foi sacado como um trunfo pelos seus líderes e apresentado como a alternativa de solução para a crise pela qual Maringá passava, no entanto Costa Curta revela que:

O projeto era muito limitado e foi necessário envolver a sociedade em nossa idéia. Começou então o Movimento Repensando Maringá.

⁹⁹ O Banestado era o banco estatal do Paraná. Em 17/10/2000 foi vendido para o Grupo Itaú por R\$ 1.625,00 milhões, dentro do processo de privatização dos bancos estatais patrocinado pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Houve a participação de líderes, como Jefferson Nogaroli, que implantou mudanças importantes no município; Paulo Roberto Pereira de Souza, que defendeu a idéia e foi um dos articuladores da criação do Conselho; e Joilson Dias, que levantava os dados sócio-econômicos do Município provando que precisávamos pensar no futuro para levantar nossa economia novamente. O Conselho é uma junção de entidades representativas da cidade. Todos abraçaram a idéia e ninguém pode dizer ser dono dela (ACIM, 2006, p. 118).

À parte das “reuniões de conscientização”, os coordenadores do Repensando Maringá se reuniam para estruturar, com base na lei do Codem já existente, como deveria ser o Conselho, o que ele traria de novidade e como se daria sua relação institucional com os poderes Legislativo e Executivo. Participaram dessa estruturação os intelectuais Joilson Dias, Paulo Roberto P. de Souza, Álvaro Gilmar Estevam de Araújo¹⁰⁰, José Roberto Pinheiro de Mello e Márcio Pereira de Andrade¹⁰¹. A proposta foi formatada rapidamente e aprovada pelos coordenadores do Movimento. O Codem deveria ter um plenário¹⁰², órgão máximo de deliberação e execução, e oito câmaras técnicas responsáveis por trabalhar segmentos específicos: Assuntos Comunitários, Assuntos Universitários, Integração Tecnológica, Atração de Investimentos, Agricultura e Agroindústria, Comércio e Serviços, Comércio Exterior e Construção Civil e Setor Imobiliário (REVISTA ACIM, n. 369, 1996, p. 25, 26). Para que o mesmo tivesse um caráter deliberativo, a proposta era de que fosse alterada a Lei Orgânica do Município, concedendo ao novo Conselho poderes para formular a Política de Desenvolvimento Econômico de Maringá. Como forma de obter recursos para formular tais políticas, propunham também a criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico que receberia um percentual do orçamento para gerir o Codem (REVISTA ACIM, n. 367, 1996, p. 11).

¹⁰⁰ Álvaro Gilmar E. de Araújo era consultor de empresas e foi cedido pelo Sebrae para trabalhar junto com o Movimento. Depois, desligou-se do Sebrae e assumiu a diretoria técnica do Codem, cargo que exerce até a presente data.

¹⁰¹ Márcio Pereira de Andrade, pastor evangélico e advogado, era assessor da diretoria da FIEP. Com a eleição de Jairo Gianoto, foi trabalhar como diretor da Secretaria de Administração em janeiro de 1997.

¹⁰² A proposta do Repensando Maringá era de que o plenário do Codem fosse constituído da seguinte forma: pelo prefeito como presidente de honra; um secretário municipal representando os setores da indústria, comércio, turismo e agricultura; o secretário municipal de Planejamento; o secretário municipal da Fazenda; três representantes da Câmara Municipal; o reitor da Universidade Estadual de Maringá; um representante do Sebrae; quatro representantes da ACIM, sendo um deles o seu presidente; três representantes da Coordenadoria Regional da FIEP; dois representantes do setor agropecuário, sendo um indicado pela Sociedade Rural e outro pelo Sindicato Rural Patronal; um representante dos sindicatos patronais; um representante dos sindicatos de trabalhadores do comércio, indústria e agricultura; um representante dos veículos de comunicação e um representante dos profissionais liberais, eleito dentre as entidades representativas de classe (REVISTA ACIM, n. 369, 1996, p. 25).

A articulação junto aos poderes Executivo e Legislativo ficava a cargo da coordenação do Movimento. O prefeito Said Ferreira foi o primeiro a ser procurado tão logo o Repensando Maringá se tornou um movimento com nome e objetivos, no início de junho de 1996. Para se aproximar ainda mais do prefeito, no dia 12 daquele mês, a ACIM realizou o almoço empresarial com o prefeito, conforme já historiamos no capítulo V. Já o relacionamento com a Câmara Municipal começou no dia 31 de julho, quando os coordenadores do Movimento participaram de uma reunião com os vereadores (foto 9). Quando do encaminhamento do projeto, os coordenadores se reuniram separadamente com o presidente do Legislativo para que este tomasse conhecimento de tudo o que se pretendia com o Codem e o Fundo de Desenvolvimento. José Carlos Valêncio lembra que sua participação no processo se tornou importante para o sucesso do Movimento:

Foi convocada uma reunião, eu como presidente da Câmara de Vereadores e uns membros da ACIM, da FIEP, umas entidades organizadas na sociedade, para que pudesse conversar sobre este assunto, e isto foi feito. Nós tivemos esta reunião, foi apresentado este documento que era uma minuta de lei, para que pudéssemos transformar todo este trabalho, Repensando Maringá, numa legislação, numa lei para que pudesse ser obedecida, para que pudesse ser tratada como um planejamento do nosso município. De posse da minuta, era uma lei que criava um Conselho de Desenvolvimento Municipal, hoje denominado Codem, e uma lei de Fundo de Desenvolvimento. Então, nós tínhamos duas minutas de lei para ser transformadas em Legislação. Isto foi dado um encaminhamento, eu acatei as propostas das empresas dos trabalhadores que tinham preparado o Repensando Maringá. Sabedor de que, historicamente, tinha sido um trabalho muito intenso, muito grande por parte da parcela de uma comunidade, bem representativa, bem técnica, bem conhecedora dos assuntos, por um longo tempo foram feitas estas reuniões, chegou a este trabalho de repensar a cidade no futuro. Encaminhei isso para a redação da Câmara. Foram feitas as revisões da minuta de lei e nós encaminhamos para as comissões da Câmara para que pudesse virar depois uma pauta de aprovação na Câmara (VALÊNCIO, 2005).



Foto 9

Jefferson Nogaroli apresenta o Repensando Maringá na Câmara Municipal
 Fonte: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson (ACIM)

Valêncio era engenheiro civil e detinha certo conhecimento técnico da legislação municipal, o que era essencial para o Movimento naquela oportunidade. O projeto não poderia esbarrar em erros de normas e procedimentos, tampouco sofrer emendas que poderiam descaracterizar o que se pretendia. O Repensando Maringá contava com o presidente da Câmara para que o projeto seguisse sem dificuldades:

Isto teve uma certa maneira de conduzir também. Na posição técnica que eu tinha, conhecedor do assunto, ficou um pouco mais fácil a interpretação daquela necessidade que nós tínhamos que oficializar este Conselho e este Fundo de Desenvolvimento. Tomei cuidado de que maneira conduzir isso na aprovação, para que isso não se transformasse numa dificuldade, numa polêmica, ou se beneficiasse de certos assuntos, de certa pauta na reunião plenária para que pudesse mudar um pouco a informação, que se pudesse mudar a votação também. Porque hoje nós temos dentro do poder legislativo, que é a Casa, que tem a competência, que tem atribuição para se legislar isso aí, para se criar as leis, de que tomasse uma conotação diferenciada do que era realmente a proposta da comunidade naquele momento (VALÊNCIO, 2005).

Como já explicamos em capítulo anterior, devido à Lei Orgânica do Município, os projetos de lei teriam que ser encaminhados pelo Executivo para que os vereadores votassem como matéria que implicaria no orçamento. A vantagem era de que os projetos, encaminhados antecipadamente para o presidente do Legislativo pelos coordenadores do Movimento, já haviam tramitado pelas comissões internas da

Câmara. O Movimento Repensando Maringá então articulou uma solenidade para que o projeto fosse entregue ao prefeito e este entregasse à Câmara. Foi no dia 3 de setembro, em uma reunião na Prefeitura, com a presença de vários empresários, secretários municipais e da imprensa, que o presidente da ACIM, Hélio Costa Curta, entregou o projeto do Repensando para o prefeito Said Ferreira (REVISTA ACIM, n. 369, 1996, p. 24). Antonio Fermentão, que havia assumido uma diretoria na ACIM naquele ano, lembra que a aproximação com o prefeito foi importante e estratégica para que o Movimento lograsse êxito:

Na realidade, em nenhum momento o poder público esteve alijado da condução desse processo. Em todas as situações que iam se criando, de novas nuances, de novas necessidades, sempre era chamado o poder público para ser co-participe dessa situação. Quando eu digo para você que todo segmento produtivo estava reunido, o poder público também estava através da Câmara Municipal, através do Executivo, sempre esteve presente conosco. Então, toda idéia que era discutida era referendada pelo poder público, então ele não tinha como se contrapor. Até por conta de que, se ele se contrapusesse momentaneamente, era discutido aquilo no momento daquela reunião e transposta qualquer dúvida que porventura pudesse acontecer. E, dentro disso, a gente chegava à deliberação dos assuntos como é que poderiam ser (FERMENTÃO, 2005).

No projeto que foi encaminhado à Câmara, com mensagem do prefeito Said Ferreira, pequenas alterações foram realizadas no sentido de dar mais peso institucional ao Conselho. Também, para não criar entraves com a Lei Orgânica do Município, os líderes do Repensando concordaram em suprimir o caráter “executivo” do Codem, substituindo-o por “consultivo”. Antonio Fermentão comenta que essa alternativa foi muito melhor para o Codem:

O Conselho ele era executivo e deliberativo e o executivo saiu do Conselho para que ele não tivesse essa responsabilidade de trabalhar com o dinheiro público. Então ele passou a ser deliberativo e consultivo e não executivo. (...) Eu creio que isso foi um grande benefício até por conta de que você se isenta de qualquer responsabilidade financeira, de onde está sendo empregado esse dinheiro (FERMENTÃO, 2005).

Além do plenário e das câmaras técnicas, o projeto criava também uma Mesa Diretora com um presidente, um vice-presidente e um secretário, eleitos entre os membros do plenário, para dirigirem o Codem com o mandato de um ano, podendo

ser reeleitos (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ 2, 1996). Na verdade, tudo o que o Movimento havia proposto estava ali. José Carlos Valêncio recorda que teve que “priorizar algumas coisas” com alguns vereadores, para que pudessem ajudar na aprovação do projeto, evitando as polêmicas, haja vista que o projeto que criava o Fundo Municipal de Desenvolvimento destinava 2% do total do orçamento municipal para ser gerido pelo Conselho que seria criado:

Tive cuidado de como encaminhar isto. Como na Câmara naquela época eram 21 votos, todos os votos são iguais, tanto da pessoa que lê o projeto, como da que não leu o projeto. Se ela interpretou o projeto de uma maneira errada, ou correta ou tem, ou quer ou não quer aquele assunto, ela é um voto igual. Então, tomei um cuidado de priorizar algumas coisas com pessoas que pudessem fortalecer a proposta deste projeto. Encaminhamos isto pelos meios normais, ela passou para todas as comissões da Câmara, foi pauta para reunião da aprovação, seguiu corretamente, passou pela primeira reunião, a segunda e foi para a redação. Foi um processo um pouco normal, então não houve dificuldade nenhuma a aprovação, não tivemos polêmica, até pela maneira de conduzir. De repente você cria um assunto novo, alguma pessoa que fique em dúvida no assunto, ela pode polemizar, dar uma conotação diferente, então tivemos a cautela e a estratégia de não fazer alarde (VALÊNCIO, 2005).

Antonio Fermentão revela que os integrantes do Movimento conversaram com cada vereador para explicar o projeto e cobrar o voto favorável:

Quando se foi mandado isso para a Câmara nós lotamos a Câmara Municipal com diversos membros da nossa sociedade. Isto é um tipo de livre e espontânea pressão, para que aquele documento fosse aprovado. Obviamente que nesta época a gente trabalhou junto a cada vereador, a cada edil de nossa comunidade, explicando exaustivamente e fazendo com que eles também participassem (FERMENTÃO, 2005).

Entretanto, a polêmica acabou vindo à tona depois que o projeto foi aprovado:

Então tive este cuidado de como conduzir a condução deste projeto, após a aprovação ficou polêmico, que tinha que mexer no orçamento do município. Você tinha um Conselho que deliberava, que tinha poder de deliberação, que tinha poder não tinha só de informação, e também tinha participação de com uma parcela do orçamento do município de 2%, então se cria uma polêmica. Porque, 2% num município como Maringá é um volume, se isto ia se gastar só com técnicos, só com aluguel, ou telefone ou não, tinha um entendimento que isto era para gastar com toda área de planejamento urbano, ou planejamento geral da cidade. Tanto que o Fundo de Desenvolvimento do município, quando foi criado, quem assina,

quem gera as receitas e as despesas e os orçamentos, é o Secretário da Fazenda e o Secretário da Indústria e Comércio. Então era realmente muito difícil administrar isso aí, não vinha para comunidade. Mas, a comunidade tinha, esta autonomia através de lei de coordenar esta parcela do orçamento do município. Então a gente fez esta condução e foi realmente aprovado, foi tranquilo não teve dificuldade alguma, posterior sim, que as pessoas começaram a ler com mais carinho, com mais cuidado, e começaram a se preocupar em como o município poderia passar uma parcela desse tanto para a comunidade organizada. Porque, se acaba criando certos ciúmes, em quem vai gerenciar isso, quem vai cuidar disso, quando o Codem funciona através disso, esta preocupação de quem é o autor, até mesmo para você achar alguém para entrevistar tem esta dificuldade, ninguém quer. Eu sou o dono do ovo, ou da galinha? Tem esta preocupação (VALÊNCIO, 2005).

O percentual aprovado em lei para ser destinado ao Fundo de Desenvolvimento correspondia, na época, a R\$ 1,4 milhão, isto é, 2% (dois por cento) do total das receitas do município de Maringá, “resultantes de todos os impostos, bem como das transferências dos Governo Federal e Estadual, excetuadas as decorrentes de empréstimos com finalidade específica” (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, 1996).

Antecipando-se à disputa eleitoral marcada para o dia 3 de outubro, o prefeito Said Ferreira tratou logo de sancionar as leis que criavam o Fundo de Desenvolvimento e o Codem. A lei do Fundo foi assinada no dia 13 de setembro e a do Codem no dia 16. A estratégia, acordada com os líderes do Movimento, era realizar um Fórum com todas as entidades e representantes onde seria feita a constituição oficial do Codem, cabendo ao prefeito entregar aos líderes do Repensando as leis por ele sancionadas.

Entretanto, passadas as eleições e não tendo conseguido eleger o seu sucessor¹⁰³, o prefeito Said Ferreira acabou se distanciando do Movimento. O Repensando Maringá programou para o dia 24 de outubro a reunião onde o prefeito “sancionaria” as leis e as entidades indicariam seus representantes no Codem. Os jornais O Diário e O Jornal do Povo chegaram a publicar na edição dominical de 20 de outubro matéria encaminhada pela assessoria do Movimento: “Codem e FMD serão criados nesta quinta”. Com a recusa do prefeito Said Ferreira em participar da reunião,

¹⁰³ O candidato apoiado por Said Ferreira, o deputado estadual Joel Coimbra (PPB/PDT/PSL/PSB) ficou em 3º lugar, com 27.934 votos.

enviando como seu representante o secretário municipal de Indústria, Comércio, Agricultura e Turismo, a reunião realizada no Hotel Deville acabou se tornando um encontro para definir qual o perfil ideal dos conselheiros que seriam indicados ao Codem e esclarecimentos gerais sobre o Fundo Municipal de Desenvolvimento. A Revista ACIM nominou o encontro como “uma reunião de notáveis”, se referindo aos representantes que lá estavam, bem como ao prefeito eleito Jairo Gianoto que empenhou apoio ao novo conselho: “quem administra com conselhos erra menos”. Concluía a reportagem a seguinte observação: “as discussões do Repensando concluíram que para alcançar o pleno desenvolvimento, a cidade precisa do Codem e da união política e empresarial, inclusive com o apoio do Governo do Estado” (REVISTA ACIM, n. 371, 1996, p. 16,17).

6.2 A representatividade

O ano de 1996 chegou ao fim com as conquistas mais significativas do Movimento Repensando Maringá: o Codem e o Fundo de Desenvolvimento. A base do projeto hegemônico estava solidificada. Seria necessário agora avançar na regulamentação do Conselho, na montagem do plenário e de suas câmaras técnicas e tirar da gaveta os projetos que o IDR havia desenvolvido fazia algum tempo.

Embora o esperado Fórum, que prometia ser um “evento histórico” (REVISTA ACIM, n. 371, 1996, p. 16) não tenha acontecido, as reuniões do Repensando Maringá continuaram, agora para explicar às entidades como funcionaria o Codem e como seriam utilizados os recursos do Fundo de Desenvolvimento. No dia 29 de outubro, o professor José Roberto Pinheiro de Mello, diretor do Centro de Estudos Sócio-Econômicos da UEM, coordenou uma reunião com professores, técnicos e pró-reitores da Universidade para elaborar um documento com as diretrizes para o desenvolvimento econômico de Maringá (O DIÁRIO, 30/10/1996). Os jornais também noticiam outras reuniões do Movimento para a estruturação do Codem no final daquele ano. No dia 12 de novembro foi marcada uma reunião na sede da ACIM com “representantes de sindicatos de trabalhadores no comércio, na agricultura e serviços; representantes dos veículos de comunicação e também dos conselhos oficiais de regulamentação de profissionais liberais (como OAB, CRM, CRO, Crea, Corecon, de Psicologia e de Farmácia)” para definir como esses órgãos

elegeriam os seus representantes para terem assento no Codem (O JORNAL DO POVO, 09/11/1996).

Dentro do projeto hegemônico era extremamente importante definir os representantes das entidades para que o Codem expressasse a sua funcionalidade. Pela lei que o criou, o Codem tem em seu plenário as seguintes representações: o prefeito municipal, como presidente de honra; um secretário municipal representando os setores da Indústria, Comércio, Turismo e Agricultura; o secretário municipal de Planejamento, o secretário municipal de Fazenda, um representante do Sinducon-Nor, um representante do Secovi, um representante da Apras, o reitor da Universidade Estadual de Maringá, um representante do Sebrae, quatro representantes da ACIM, três representantes da FIEP, um representante da Sociedade Rural de Maringá, um representante do Sindicato Rural Patronal, um representante de todos os sindicatos patronais, um representante dos sindicatos dos trabalhadores no comércio, indústria e agricultura; um representante dos veículos de comunicação e um representante dos profissionais liberais, eleito dentre as entidades representativas dos segmentos (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ 2, 1996). Por isso, a preocupação dos líderes do Repensando Maringá em realizar diversas reuniões antes para definir quem seriam os representantes e eleger, ou escolher, os que participariam do plenário. Era isso o que os jornais divulgavam: “Como é impossível colocar um membro de cada entidade de Maringá no Codem, foi necessário juntar várias entidades afins e ceder uma vaga. Agora, essas entidades devem se reunir para escolher um representante” (O JORNAL DO POVO, 09/11/1996).

As câmaras técnicas permanentes que foram criadas com o objetivo de propor estudos estratégicos para o desenvolvimento econômico da cidade, também tinham uma composição que expressava a maior afinidade possível com o Movimento. Elas se compunham com um (ou dependendo o caso, de vários) representante da entidade e um suplente, ficando dessa forma, de acordo com a Lei 4275/96:

1) Câmara de Assuntos Comunitários: Rotaries Clubes, Lions Clubes, Lojas maçônicas, Federação das Associações de Bairros de Maringá, Arquidiocese,

Ordem dos Pastores Evangélicos e Conselho da Mulher Empresária e Executiva da ACIM.

2) Câmara de Assuntos Universitários: três representantes da UEM, um representante do Sinteemar, um representante da Aduem, um representante das instituições privadas de ensino superior de Maringá, um representante de cada um dos conselhos oficiais de regulamentação de profissionais liberais, como: OAB, CRM, CRO, Crea, Corecon, Conselho Regional de Psicologia e Conselho Regional de Farmácia.

3) Câmara de Integração Tecnológica: um representante da UEM, um representante do Tecpar, um representante do Cefet, um representante do Sindimetal, Sindvest, Alcopar e Sinduscon-Nor; um representante da Cocamar e um representante do Conselho Permanente do Jovem Empresário da ACIM.

4) Câmara de Comércio e Serviços: um representante do setor de comércio atacadista, um representante do setor de comércio varejista, um representante das empresas hoteleiras, um representante das agências de viagens e turismo, um representante da Sociedade Médica de Maringá, um representante da Associação dos Hospitais de Maringá e um representante da Associação Paranaense de Consultores de Empresas – APCE.

5) Câmara de Atração de Investimentos: um representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Agricultura; um representante da UEM, um representante do Sebrae, um representante da Associação Maringaense de Imprensa, um representante das empresas de mídia, um representante de cada um dos bancos oficiais localizados em Maringá, um representante da Delegacia Regional da Fazenda Estadual, um representante da Copel, um representante da Sanepar, um representante do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, um representante do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, um representante da Telepar e um representante da APCE.

6) Câmara de Agricultura: um representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Agricultura; um representante da Sociedade Rural de Maringá,

um representante da Secretaria de Estado da Agricultura, um representante da Emater, um representante da Associação dos Agrônomos de Maringá, um representante do Sindicato Rural Patronal de Maringá e um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maringá.

7) Câmara de Comércio Exterior: dois representantes da ACIM, dois representantes da FIEP, um representante do Centro de Exportação do Paraná – Cexpar, um representante do Porto Seco, um representante do Sebrae e um representante do setor de comércio exterior do Banco do Brasil.

8) Câmara da Construção Civil e Setor Imobiliário: dois representantes do Sinduscon-Nor, um representante do Secovi, um representante do Crea, um representante da Associação Paranaense das Empreiteiras de Obras Públicas – Apeop, um representante da secretaria municipal de Planejamento, um representante da AEAM, um representante da Associação Paranaense de Administradores de Imóveis – Apadi e um representante do Creci.

A Câmara de Atração de Investimentos foi a primeira a ser constituída, em 12 de dezembro de 1996 (O JORNAL DO POVO, 14/11/1996). No dia 17, foram constituídas as câmaras técnicas de Comércio e Serviços e de Comércio Exterior. Segundo a reportagem do O Jornal do Povo, “o plano dos coordenadores do Repensando Maringá é estruturar o Codem (com a formação das câmaras técnicas) este ano para que a posse dos conselheiros seja realizada no início de 97” (O JORNAL DO POVO, 19/12/1996). Entretanto, apenas as três câmaras foram constituídas ainda em 1996, restando para o ano seguinte a composição das demais e a já esperada posse dos membros do Codem: “um acontecimento histórico para Maringá” e cuja solenidade deveria ser “do tamanho da importância do movimento” (O JORNAL DO POVO, 19/12/1996).

6.3 O relacionamento com o novo prefeito

O ano de 1997 inicia prometendo ares de desenvolvimento e crescimento para a cidade de Maringá, de acordo com a visão de seus empresários. O novo prefeito, Jairo Gianoto, estrutura o seu secretariado e nomeia como secretário municipal de

Indústria, Comércio e Turismo, o empresário do setor têxtil, ex-diretor da ACIM e ex-presidente do Sindvest, Miguel Fuentes Salas, que também integrou o Movimento Repensando Maringá. O projeto de aproximação política com outros grupos, pregado pelo novo prefeito ainda na época da campanha eleitoral¹⁰⁴, e sua proximidade com o governador Jaime Lerner despertaram nos líderes do Movimento o sentimento de que Maringá estava, finalmente, no “caminho certo”.

No dia 27 de janeiro, o Movimento Repensando Maringá realizou um jantar com as presenças dos secretários de Estado do Planejamento, Rafael Greca, e da Indústria e Comércio, Nelson Justus, para apresentar as principais idéias que haviam culminado na criação do Codem e do Fundo de Desenvolvimento. Paulo Roberto Pereira de Souza foi o responsável por “vender” a idéia do Movimento para os secretários, naquele momento muito oportuna, pois o IDR estava concluindo um projeto para implantar em Maringá uma área de desembaraço de mercadorias importadas¹⁰⁵, com incentivos fiscais do Estado, aproveitando o recém instalado Porto Seco.

Entretanto, apesar de existir no papel e já estar trabalhando com suas câmaras técnicas desde dezembro de 1996, o Poder Executivo ainda não havia regulamentado o Codem e nem havia sido definido quem seriam os membros da sua Mesa Diretora, incluindo aí o seu presidente. Para cobrar agilidade do prefeito, os coordenadores do Movimento Repensado Maringá se reuniram com ele e seus secretários no dia 4 de março, quando apresentaram um extenso balanço das ações desenvolvidas até então. Participaram da reunião, pelo Movimento, o presidente da ACIM, Hélio Costa Curta; o presidente do Sindimetal, Carlos Walter Martins Pedro; o vice-presidente da FIEP, João Noma; o diretor da ACIM, Jefferson Nogaroli e o consultor jurídico da ACIM, Paulo Roberto Pereira de Souza. De acordo com partes do balanço apresentadas no O Jornal do Povo “em três meses de trabalho, os mais de 180 representantes da comunidade participaram de várias reuniões das câmaras e identificaram dezenas de projetos a serem executados pelo organismo de fomento da economia regional” (O JORNAL DO POVO, 06/03/1997). Entre esses projetos

¹⁰⁴ Esse projeto de campanha era chamado de “Paz Política”. Veremos sobre isso em capítulos específicos mais adiante.

¹⁰⁵ Este foi um dos principais projetos do Codem, que culminou com a criação da Zona de Processamento Aduaneiro – ZPA. Veremos mais adiante sobre isso.

estavam a revisão dos estudos de implantação do gasoduto Bolívia-Brasil e a transformação do Porto Seco na grande indústria maringaense, através de incentivos fiscais do Estado, como a dilação no prazo de recolhimento do ICMS de mercadorias desembaraçadas aqui. O resultado da reunião foi o esperado pelos líderes do Repensando:

Jairo Gianoto ficou surpreso com o relato dos coordenadores do Codem. “Sabíamos que o trabalho estava sendo intenso. Mas o relatório apresentado comprova que o movimento será o principal instrumento para a retomada do crescimento de Maringá”. Após comentar os resultados apresentados, o prefeito autorizou os membros do Conselho a preparar o cronograma de regulamentação da lei e da posse dos conselheiros. “Vamos chamar a atenção do Paraná. Mostrar que esta iniciativa pioneira e única no país será o nosso diferencial para o futuro”, frisou o prefeito (O JORNAL DO POVO, 06/03/1997).

O acordo era de que a posse do Codem seria realizada no mês de abril, coincidentemente o mês de aniversário da ACIM. Mas, na primeira reunião do plenário do Codem, em 25 de março, o prefeito informou que havia convidado o governador Jaime Lerner a vir instalar o seu governo em Maringá por ocasião do aniversário dos 50 anos da cidade, em maio, e com a aceitação deste a solenidade de posse deveria ser transferida para aquele mês. Houve consenso na mudança da data e uma comissão formada por representantes do Secovi, ACIM, FIEP, UEM, prefeitura e Sebrae foi nomeada para organizar o evento, definindo dia, local e horário da posse do Conselho (O JORNAL DO POVO, 26/03/1997).

A posse ficou confirmada para o dia 8 de maio, uma quinta-feira, às vinte horas, no Teatro Calil Haddad, com capacidade para 800 pessoas. No dia 28 de abril foi realizada uma reunião na Câmara Municipal com todos os membros do plenário e das câmaras técnicas, 183 pessoas no total, para que fosse repassado a todos como seriam os procedimentos da solenidade tão aguardada: “a expectativa em torno da solenidade é tanta, que a Coordenação acredita que mil pessoas vão lotar o Teatro Calil Haddad. Além dos conselheiros é esperada a presença de autoridades e lideranças de todo o Paraná” (O DIÁRIO, 01/05/1997).

Não é possível precisar, mas mais de 800 pessoas participaram da solenidade de posse dos 183 membros do Codem, no Teatro Calil Haddad, no dia 8 de maio,

dentro das comemorações do cinquentenário de Maringá (foto 10). Além do governador, estiveram presentes “seis secretários de Estado, nove deputados (entre federais e estaduais), o prefeito Jairo Gianoto, religiosos, vereadores, presidentes e diretores de entidades de âmbito estadual e municipal” (REVISTA ACIM, n. 376, 1997, p. 08). Na ocasião, o governador sancionou a lei estadual que criava o Pólo Têxtil e de Confecções em Maringá¹⁰⁶, um projeto que havia sido elaborado pelo IDR em 1995 e apresentado na Assembléia Legislativa pelo deputado Joel Coimbra. O governador também assinou um protocolo de intenções para a transformação do Porto Seco de Maringá em uma Zona Especial de Processamento Aduaneiro, um projeto que “poderá aumentar a receita do Noroeste do Paraná em até R\$ 20 milhões” (O DIÁRIO, 10/05/1997). Já o prefeito, aproveitou para sancionar a lei que criava o Prodem – Programa de Desenvolvimento de Maringá, com uma série de incentivos a novos empreendimentos que fossem gerados na cidade, indo desde a isenção de IPTU até doação de terrenos para a instalação de empresas.



Foto 10

Mesa de honra da posse do Codem onde aparecem da esquerda para a direita: Valdomiro Meger (deputado federal), Odílio Balbinotti (deputado federal), Nabor Nishikawa (juiz diretor da Comarca), Jairo Gianoto (prefeito), Jaime Lerner (governador), Ulisses Maia (vereador, presidente da Câmara) e Dom Jaime Luiz Coelho (arcebispo metropolitano)

Fonte: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson (ACIM)

¹⁰⁶ Entre os benefícios do Pólo Têxtil e de Confecções destacam-se a ampliação dos benefícios fiscais concedidos aos industriais e a integração do setor à cadeia produtiva prioritária do Estado (REVISTA ACIM, n. 376, 1997, p.12).

Os discursos que se seguiram após a posse do prefeito como presidente de honra do Codem e da posse de cada um dos seus 183 membros, foram no mesmo tom, enaltecendo a “união” dos maringaenses em defesa do futuro da cidade. Do governador Jaime Lerner: “Gostaria que todas as cidades do Paraná e do Brasil seguissem este exemplo. Não faltam parceiros para o desenvolvimento de cada região. Mas cada uma tem que criar condições para que isso aconteça”. Do prefeito Jairo Gianoto: “hoje existe um sentimento de maringaísmo na cidade, um sentimento positivo que leva as pessoas a buscarem o bem comum”. Do presidente da FIEP, José Carlos Gomes de Carvalho: “Maringá venceu o abismo que separa o sonho da realidade e está buscando suas próprias soluções”. Do coordenador do Movimento Repensando Maringá, Paulo Roberto P. de Souza: “Precisamos aproveitar a oportunidade que a história está nos oferecendo, de não passar pela vida como meros espectadores”. Ao relatar esses discursos, a Revista ACIM apresenta um outro que resume toda intenção do projeto hegemônico do empresariado maringaense: “Para muitos, o Codem é o acontecimento mais importante da história do município” (REVISTA ACIM, n. 376, 1997, p. 08, 09, 10, 11 e 12).

6.4 A Prefeitura controla o Conselho

Como presidente de honra do Codem, o prefeito Jairo Gianoto chamou para si as rédeas da sua administração. Talvez, uma estratégia para conter qualquer voz destoante que pudesse questionar a administração municipal naquele momento. Na reunião do plenário no dia 17 de junho, foram definidas as formas de como seria a primeira eleição para a Mesa Diretora do Codem. Em princípio, foi estipulado um prazo para que chapas fossem inscritas, mas os antigos líderes do Movimento Repensando Maringá queriam alguém de consenso, evitando o desgaste de uma eleição. Houve quem temesse pela continuidade do Conselho:

A escolha da primeira diretoria do Codem foi cercada de lances dramáticos que quase fizeram com que o órgão fosse extinto antes mesmo de iniciar seus trabalhos. Os voluntários do conselho queriam um presidente que saísse da comunidade, que não fosse “chapa branca”. O prefeito Jairo Gianoto, por sua vez, temia perder as rédeas da condução do desenvolvimento da cidade (ACIM, 2006, p. 127).

O empresário Jefferson Nogaroli foi convidado pelo prefeito para assumir o Codem, tendo em vista que o mesmo já afirmara em outras ocasiões que jamais teria intenções de disputar qualquer cargo político eletivo. Na época, Nogaroli já era o nome de consenso para substituir Hélio Costa Curta na presidência da ACIM no início de 1998 e não aceitou o convite do prefeito. Então,

Com a recusa de Nogaroli, o prefeito impôs o nome do secretário de Indústria e Comércio, Miguel Fuentes Salas. A definição do nome foi durante reunião da Plenária do Codem na prefeitura. Houve intenso debate. Em alguns momentos acalorado, com Paulo Roberto Pereira de Souza rebatendo a indicação oficial. No final, o prefeito deixou claro que se seu candidato não fosse aprovado, ele não apoiaria as ações do conselho. Pelo bem do futuro do Codem, e como Miguel Salas era também empresário e tinha uma participação ativa tanto na ACIM como no Sindvest, os conselheiros aceitaram seu nome (ACIM, 2006, p. 128).

Na realidade a aceitação do nome de Salas foi fruto de uma negociação que envolvia a indicação do diretor executivo do Codem. O nome escolhido pelos líderes do Movimento Repensando Maringá era o do professor João Celso Sordi, economista que havia sido Gerente Municipal na gestão do prefeito Ricardo Barros (1989-1992). O prefeito não concordava, pois temia a ingerência política do ex-prefeito e agora deputado federal. No final, o prefeito ganhou com a indicação do presidente do Codem e os empresários ganharam com a indicação do diretor executivo (ACIM, 2006, p. 128).

A polêmica acabou, entretanto, indo parar nas páginas da Revista ACIM que publicou um desabafo do presidente da Associação Comercial, Hélio Costa Curta, no editorial da edição de julho daquele ano:

Empresários ligados à ACIM e Fiep foram idealizadores do Movimento Repensando Maringá, que culminou com a criação do Conselho de Desenvolvimento, Codem. Com a posse da Plenária e Câmaras Técnicas, estes mesmos empresários deixaram de ser os articuladores para serem participantes do processo. Além deles, é bom lembrar, no Codem existem membros das principais entidades maringaenses. Cabe pois, a estas pessoas e seus representados, não deixar que um trabalho tão nobre e que nos encheu de esperanças quanto ao futuro de Maringá, morra prematuramente (REVISTA ACIM, n. 378, 1997, p. 03).

Costa Curta ainda frisava que a ACIM havia cumprido o seu objetivo inicial, mas que já não dependia dela o desenvolvimento do Conselho:

Se daqui para a frente o Codem não deslanchar, lavamos nossas mãos. Claro, faremos o possível para que tudo dê certo. Mas, como lembrei antes, somos parte de um processo. Queremos ser parceiros de confiança. Se não for possível... ao menos tentamos (REVISTA ACIM, n. 378, 1997, p. 03).

A partir deste editorial, a Revista ACIM deixou de dar o destaque que vinha dando tanto ao Movimento Repensando Maringá quanto ao Codem. Foram registradas apenas uma pequena nota sobre uma reunião de membros do Conselho com o secretário de Estado da Fazenda, em Curitiba, para tratar sobre a instalação da Zona de Processamento Aduaneiro - ZPA (REVISTA ACIM, n. 380, 1997, p. 22) e uma outra reportagem de meia página apenas sobre a assinatura da lei que criava a ZPA (REVISTA ACIM, n. 382, 1997, p. 20). Na Revista ACIM de dezembro daquele ano, em uma entrevista, o prefeito Jairo Gianoto revelava a sua opinião sobre o caso:

ACIM: O senhor chegou a ser criticado por ter apoiado o secretário Miguel Salas para a presidência do Codem. Hoje, o senhor sente que foi a decisão certa?

GIANOTO: Acredito que sim. Mas não apoiei um secretário. Apoiei um empresário que é secretário. Fiz isto porque este empresário é uma pessoa ligada à administração. E o Codem necessitava disto, para que pudesse ser estruturado. Tivemos problemas para implantação, principalmente de ordem financeira, já que não havia como o Codem receber recursos diretos do Município. Necessitamos do Codem, que nos presta assessoria gratuita. E o Codem necessita do município para sua sobrevivência. Além disto, não é o presidente quem manda no Codem. O conselho é formado por empresários de alto nível, com idéias próprias e não é uma única pessoa que detém o poder (REVISTA ACIM, n. 383, 1997, p. 07).

Em 12 de março de 1998 assumiu a presidência da ACIM o empresário Jefferson Nogaroli, vice-presidente do Codem. Uma de suas primeiras providências foi determinar que em todas as ações da entidade, inclusive as campanhas comerciais, fosse inserida a logomarca do Codem e que se falasse do conselho em todos os eventos da ACIM. No editorial da Revista ACIM de abril de 1998, Nogaroli deixou explícita a sua posição:

Gosto de falar do Codem. Nos próximos dois anos, a ACIM estará sempre ao lado deste órgão do qual tive a felicidade de ser um dos fundadores. É impossível que um conselho que tem orçamento próprio e que conta com a participação das entidades mais representativas de Maringá (seja de empresários ou de trabalhadores) não consiga mudar o perfil da cidade e região. (...) O Codem é uma realidade. As mudanças já estão acontecendo. O órgão é um verdadeiro celeiro de idéias. Algumas saíram do papel, como a ZPA, que atraiu quatro empresas e tantas outras estão estudando nossas propostas. Graças ao Codem, somos Pólo das Indústrias Têxteis e de Confecções. Os projetos em andamento são tantos que precisaria de uma revista inteira para enumerá-los. (...) Com o Conselho de Desenvolvimento mostramos que os empresários estão aprendendo a andar na direção do desenvolvimento. Durante anos esperamos que o Poder Público nos desse a vara e o anzol. Hoje posso garantir que aprendemos a pescar (REVISTA ACIM, n. 385, 1998, p. 03).

Além da disposição de Nogaroli em falar sempre do Codem, o Conselho ganhou outro forte aliado em sua divulgação institucional. O ex-presidente da ACIM, Pedro Granado Martines, assumiu em março de 1998 a Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, no último ano do Governo Jaime Lerner. A nomeação de Pedro Granado, articulada por várias lideranças políticas e empresariais, correspondia ao anseio do início do Movimento Repensando Maringá quando seus líderes clamavam por maior representatividade no Governo do Estado. Embora tecnicamente não representasse muito para a cidade pelo fato de que o novo secretário teria apenas até o mês de julho para assinar projetos e liberações de recursos, por conta da legislação eleitoral, estrategicamente a participação de um maringaense no Governo reforçava a imagem do Codem.

Durante esse seu primeiro ano de vida era claro para os líderes empresariais que o Codem necessitava de uma exposição positiva na mídia. Tudo o que era divulgado sobre o Conselho, especialmente pelo seu “órgão oficial”, a Revista ACIM, destacava essa estratégia:

Ninguém pode negar: o Codem trouxe novo alento para Maringá. O clima de otimismo, que contrapõe com o desânimo dos últimos anos, é latente nas salas de reuniões, nos gabinetes e entre as lideranças que acreditam e trabalham pelo **renascimento** econômico da cidade (REVISTA ACIM, n. 386, 1998, p. 22, *grifo nosso*).

Várias expressões carregadas com esse sentido eram corriqueiras no discurso positivo sobre o Codem: “recolocar Maringá nos trilhos do desenvolvimento”, destacava sempre qual era o objetivo principal; “verdadeiro celeiro de idéias”, reforçava a tese de que os empresários é quem estavam “pensando” a cidade; “comunidade trabalhando unida”, expressava a conquista da hegemonia; “a grande virada”, que sinalizava a retomada do comando da cidade.

Esse conjunto de táticas e estratégias possibilitou que a relação entre os empresários líderes do Movimento Repensando Maringá e a prefeitura fosse acomodada, sem prejuízos ao Codem. O fato do controle político do Conselho ter ficado nas mãos do prefeito em um ano de eleições¹⁰⁷ acabou beneficiando a seqüência dos próprios projetos e discursos dos empresários, o que foi colaborado também com a reeleição do governador Jaime Lerner, aliado político do prefeito Jairo Gianoto.

Em 1999 assumiu a presidência do Codem o empresário Carlos Walter Martins Pedro, coordenador regional da FIEP e vice-presidente da ACIM, tendo como vice-presidente Jefferson Nogaroli, presidente da ACIM, e como secretário o advogado Paulo Roberto Pereira de Souza, assessor jurídico da ACIM. Era o rompimento do cordão umbilical com a Prefeitura e a consolidação da hegemonia da ACIM no Conselho de Desenvolvimento, inclusive abrigando em sua sede a estrutura física do Codem.

6.5 O Codem entre os discursos e os projetos

6.5.1 Zona de Processamento Aduaneiro - ZPA

O projeto que criou a ZPA em Maringá, elaborado pelos técnicos do IDR, rendeu ao Codem o maior período de exposição positiva na mídia, influenciou diretamente a arrecadação de recursos para o município e é considerado até hoje como a principal contribuição do Conselho para Maringá. Segundo o prefeito Jairo Gianoto, na época,

¹⁰⁷ Em 1998 ocorreram eleições para o Governo do Estado, para deputados estaduais e federais e para Senador.

“só esta ação validaria a existência do Conselho, tal é a sua importância” (REVISTA ACIM, n. 394, 1999, p. 20).

O projeto foi elaborado em 1996, antes da posse oficial do Codem, como uma contribuição direta do IDR para o Movimento Repensando Maringá. A idéia era aproveitar a estrutura recentemente inaugurada da Estação Aduaneira do Interior (Porto Seco) para atrair empresas que poderiam desembaraçar mercadorias exportadas com agilidade e benefícios fiscais. O questionamento dos empresários era de que se o Governo do Estado podia oferecer benefícios fiscais para as grandes montadoras de automóveis se instalarem na região metropolitana de Curitiba, como o caso da Renault, por que não poderia beneficiar empresas que utilizassem o Porto Seco de Maringá? Quando foi convidado para vir à posse do Codem, em maio de 1997, o governador Jaime Lerner conheceu o projeto e se comprometeu em assinar um protocolo de intenções onde o Governo se comprometeria em estudar a viabilidade da implantação da ZPA. Na solenidade de posse do Conselho, no dia 8 de maio, o governador assinou o protocolo de intenções da ZPA na frente de uma platéia de cerca de 800 pessoas. De posse da concordância do governador em estudar o projeto, os técnicos do IDR, que trabalhavam para o Codem, iniciaram os contatos com os técnicos do Governo, principalmente os da Secretaria da Fazenda, para que o projeto saísse do papel. Segundo a ACIM, “o projeto era audacioso e inteligente, pois previa a dilação do prazo de 48 meses para que as empresas começassem a pagar 80% do ICMS dos produtos importados. Os outros 20% seriam pagos durante a comercialização desses produtos” (ACIM, 2006, p. 118).

Diversas viagens foram feitas à Curitiba para convencer os técnicos do Governo e o secretário da Fazenda de que o projeto deveria ser transformado em lei. Entretanto, havia interesses de outros municípios em jogo:

Devido às facilidades para a atração de empresas, o projeto sofreu forte pressão de deputados e prefeitos de outros municípios do Paraná para não ser assinado. Esta afirmação foi feita pelo próprio secretário da Fazenda, Giovani Gionédis, em uma reunião com empresários maringaenses em Curitiba (ACIM, 2006, p. 119).

Os empresários tiveram que utilizar a pressão para que o governador pudesse assinar o decreto de lei, a contragosto da Secretaria da Fazenda. Segundo o vice-presidente do Codem, na época, Jefferson Nogaroli, o governador Jaime Lerner foi pressionado para assinar:

Nós dissemos que se o projeto não fosse assinado iríamos lotar o teatro Calil Haddad e contar para todos os associados que naquele mesmo local o governador tinha prometido assinar a Lei da ZPA e não havia honrado a promessa. No final, valeu a pressão (ACIM, 2006, p. 119).

O decreto nº. 3708 criando a ZPA foi assinado em 31 de outubro de 1997, abrangendo as cidades de Maringá, Marialva, Paiçandu e Sarandi. Em outubro de 2000, 22 empresas estavam operando com os benefícios da lei, responsáveis pela “geração direta de quase mil empregos” (ACIM, 2006, p. 128). Os benefícios duraram apenas durante a gestão do Governo Jaime Lerner, mas acabaram tendo um grande impacto na economia local, principalmente elevando o valor da parcela do ICMS que o município recebe do Estado.

6.5.2 Pólo da Indústria Têxtil e de Confecções

O projeto original para transformar a região de Maringá em um pólo da indústria têxtil e de confecções foi elaborado pelo IDR em 1995 e entregue à vice-governadora Emília Belinatti durante a Feipar Moda¹⁰⁸ daquele ano. Em 1996, já no auge do Movimento Repensando Maringá o projeto foi entregue desta vez ao secretário de Estado do Planejamento, Cássio Taniguchi, durante uma visita a Maringá. O projeto previa um apoio direto do Governo do Estado para desenvolver o setor têxtil e da confecção “considerado o forte da economia local” (REVISTA ACIM, n. 366, 1996, p. 32)¹⁰⁹, principalmente na questão dos “100% de deferimento do ICMS às novas empresas que aqui se instalarem”, além da “facilidade na abertura de linhas de crédito para empresas que produzam dentro da cadeia do setor têxtil” e outros

¹⁰⁸ A Feipar (Feira de Integração do Paraná) foi criada pela ACIM em 1993, substituindo a Feira da Indústria de Maringá – Feimar. A Feipar reunia três principais segmentos: vestuário, metal-mecânico e moveleiro. Em 1995 ficou apenas o setor do vestuário e o evento passou a ser chamado de Feipar Moda. Em 1998 o evento passou a se chamar Moda Paraná, nome cedido pela ACIM ao Sindvest em 2002.

¹⁰⁹ Em 1996 Maringá possuía no setor 265 lojas atacadistas, 352 indústrias e 3 shoppings de atacado. O número de empregos gerados era de 13 mil, com renda mensal gerada de R\$ 32,5 milhões (REVISTA ACIM, n. 366, 1996, p. 33).

benefícios que auxiliariam na “geração de empregos”. Todos esses itens já eram contemplados pelo Governo do Estado nos Pólos Industriais, por isso a intenção de criar esse Pólo na região de Maringá.

O projeto foi repassado para o Codem que articulou com o deputado Joel Coimbra para que este apresentasse a sugestão da lei na Assembléia Legislativa. A lei foi aprovada e o governador Jaime Lerner a sancionou durante a solenidade de posse do Codem, em 8 de maio de 1997. Como Pólo industrial, todo o setor acabou sendo revigorado pelos benefícios fiscais do Estado, culminando também com a criação dos cursos superiores de Design e Moda e de Engenharia Têxtil pela UEM nos campi de Cianorte e Goioerê, e do curso de Moda pelo Centro Universitário de Maringá. O desenvolvimento do setor também possibilitou a Feipar Moda fosse transformada no evento Moda Paraná, concentrando em Maringá o terceiro maior evento de moda do Brasil, atrás apenas das semanas de moda de São Paulo e do Rio de Janeiro.

6.5.3 Campanha de otimismo e marketing de Maringá

Logo após a posse do Codem, os empresários iniciaram uma campanha visando resgatar o otimismo dos moradores da cidade, “abordando pontos como a qualidade de vida, cidade ecológica e planejada”. A idéia principal era de que ao mostrar os pontos positivos da cidade, despertaria nos empresários a confiança em realizar mais investimentos na cidade, além de contribuir para a atração de empresas de grande porte, conforme dizia reportagem da época:

Com o aumento de investimentos, segundo avaliação do Codem, ameniza-se, em contrapartida, o problema do desemprego e outros problemas sociais. Deve-se levar em consideração também que Maringá é uma cidade que possui qualidade de vida, a observar pela extensão da rede de água e esgotos, que atinge todos os bairros (O JORNAL DO POVO, 18/06/1997).

Em maio de 1998 foi iniciada uma campanha consistente, envolvendo inclusive as agências de publicidade e veículos de comunicação, cujo objetivo era “divulgar Maringá como o melhor lugar para se investir e viver”, além de “transformar os maringaenses em embaixadores de Maringá, mostrando lá fora toda a beleza da

cidade canção” (REVISTA ACIM, n. 387, 1998, p. 22). A idéia surgiu depois que foi ao ar, em rede nacional de televisão, pelo programa Bom Dia Brasil, da rede Globo, uma entrevista com o jogador de voleibol, campeão olímpico em 1992, Paulão¹¹⁰, na época jogador do time da Cocamar que disputava a Superliga Nacional de Voleibol. Paulão afirmou que estava satisfeito em ter trocado, há quatro anos, a vida agitada de São Paulo por Maringá e que “não trocava Maringá por nenhuma outra cidade”. Acabou sendo eleito pelos empresários, o garoto-propaganda de Maringá.

O vice-presidente da ACIM e empresário do setor publicitário, Antonio Fermentão, juntamente com o secretário do Codem, Paulo Roberto Pereira de Souza foram os responsáveis por coordenar essa campanha de marketing da cidade, que envolveu a criação de um vídeo mostrando as belezas da cidade e destacando os pontos favoráveis a novos investimentos. O vídeo foi traduzido para o inglês, espanhol e japonês, sendo encaminhado para diversos lugares. Paulo Roberto Pereira de Souza defendia que divulgar o amor pela cidade era uma tendência mundial e poderia contribuir para a atração de investimentos:

É uma tendência mundial este tipo de valorização da cidade onde se mora. Quando os moradores demonstram interesse pela cidade, automaticamente eles participam muito mais dos projetos municipais e acabam influenciando na administração política. Esta demonstração de cidadania impressiona muito, principalmente aqueles que buscam um lugar para viver ou para investir, já que esta participação dos moradores expressa uma sociedade mais organizada, com poderes de decisão que se perpetuam e não tende a acabar após um mandato político (REVISTA ACIM, n. 387, 1998, p. 22).

Fermentão fazia coro com o diretor do Codem e destacava que era preciso “divulgar o que a nossa cidade tem de melhor, ou seja, a qualidade de vida, a exuberante arborização, as ruas planejadas, enfim, todas as vantagens que ela oferece”. Neste sentido foram utilizados todos os meios para fazer a divulgação da cidade, inclusive com matérias pagas ou sugeridas em veículos de comunicação de abrangência estadual e nacional, como a Gazeta Mercantil que, em 15 de junho de 1998, divulgou uma página inteira de reportagem sobre Maringá, suas belezas naturais e o

¹¹⁰ Paulo André Jukoski da Silva, Paulão, atuou por 23 anos no voleibol. Participou de três Olimpíadas: Seul (1988), Barcelona (1992) e Atlanta (1996); foi Campeão Olímpico de 1992, Campeão da Liga Mundial de 1993, Campeão Sul-americano e Campeão Brasileiro. Atuou por quatro anos defendendo o time de voleibol da Cocamar, que representou a cidade de Maringá na Superliga Nacional de Vôlei.

envolvimento do Codem nas políticas de desenvolvimento econômico. Ainda em 1998, “Maringá foi apontada pela Revista Veja como uma das 10 melhores cidades do Brasil para se viver; o jornal O Estado de São Paulo afirmou que Maringá tem o quarto maior consumo per capita do país” (REVISTA ACIM, n. 392, 1998, p. 9).

A qualidade de vida foi o tema escolhido pelo Codem para estruturar o marketing sobre a cidade. Foi considerado o “produto mais precioso, a moeda forte de Maringá”. Para isso, em maio de 1999, com o apoio de agências de publicidade, foi lançada a campanha “Qualidade de Vida”, com a confecção de camisetas, *bottons* e um adesivo para carro com a figura de uma árvore e os dizeres “Maringá é mais Qualidade de Vida”, que passou a ser distribuído para todas as entidades que participavam do Conselho. Todos esses esforços em torno da “grife” Maringá, que vinham desde o ano anterior, foram amplificados nacionalmente com a publicação da já citada matéria na Revista Veja em 16 de maio de 1999, comparando Maringá a Dallas, cidade dos Estados Unidos. Completando esse ciclo de marketing atrativo, em 2000, o ranking anual das 100 melhores cidades para investimentos, publicado pela Revista Exame¹¹¹, apontou Maringá em 18º. lugar, à frente de algumas capitais e de outras cidades de maior porte.

A constante exposição de Maringá na mídia nacional acabou levantando suspeitas do Ministério Público que, no processo que causou o afastamento do prefeito Jairo Gianoto, no final de 2000, constatou irregularidades nos gastos com divulgação por parte da Prefeitura, além de um considerável volume de recursos gastos com promoção pessoal.

6.5.4 Incubadora Tecnológica

Em julho de 1998 o Codem criou a Incubadora Tecnológica, um projeto desenvolvido para unir os setores econômico e científico, desenvolvendo conceitos de empresas de base tecnológica. A idéia era dar suporte administrativo, físico e tecnológico para empresas e técnicos que pudessem desenvolver novos produtos ou serviços que ainda não tivessem sido lançados no mercado. Tanto empresas estabelecidas na

¹¹¹ Revista Exame n. 9, de 03 de maio de 2000.

cidade, quanto empreendedores com um projeto de serviço ou produto poderiam ser beneficiados pela Incubadora, que iria “dar apoio a pessoas que têm projetos, mas não possuem conhecimento e nem experiência administrativa ou tecnológica para desenvolver e colocar os produtos no mercado, ou os serviços em prática”. O espaço físico necessário também seria colocado à disposição do empreendedor (REVISTA ACIM, n. 388, 1998, p. 22). Segundo o economista João Celso Sordi, diretor executivo do Codem, “as chances de sucesso no mercado econômico de uma empresa com base tecnológica é muito maior e nesse sentido, a Encubadora (*sic*) atuará como uma instituição de total apoio aos projetos que economicamente são viáveis a Maringá” (REVISTA ACIM, n. 388, 1998, p. 23).

Participaram da criação da Incubadora além do Codem, a FIEP, a ACIM, a UEM, o Instituto de Tecnologia do Paraná – Tecpar, o Sindimetal, o IDR, o Sebrae e a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio. A aproximação com a UEM, permitiu que a sede da Incubadora fosse instalada no campus, sob a supervisão do Centro de Tecnologia da universidade.

6.5.5 Outros projetos e novos discursos

Nossa intenção não é fazer um inventário de todos os projetos e discursos que consolidaram a hegemonia empresarial em Maringá. Entretanto, entendemos importante relacionar alguns outros pela sua importância em colaborar com a nossa hipótese de pesquisa.

6.5.5.1 Banco Social: o Codem iniciou os estudos para criar linhas de crédito facilitadas para micro-empresários em junho de 1997 (O JORNAL DO POVO, 18/06/1997). O projeto inicial visava captar recursos a fundo perdidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Em 2001, na administração do PT, o Codem entregou os estudos para a Prefeitura (REVISTA ACIM, n. 406, 2001, p. 13) que, com alguns acréscimos e ajustes, criou a instituição Maringá Crédito Solidário, chamado de Banco do Povo, com recursos a juros extremamente baixos para financiar micros investidores.

6.5.5.2 Região Metropolitana de Maringá: o Codem apoiou e subsidiou com estudos o projeto do deputado estadual Joel Coimbra que criou a Região Metropolitana de Maringá, em 17 de julho de 1998. A lei complementar nº 83/98, sancionada pelo governador Jaime Lerner, formava a RMM com oito municípios: Maringá, Marialva, Mandaguari, Mandaguaçu, Sarandi, Paiçandu, Iguaraçu e Ângulo. Em 2002, pela Lei Complementar nº. 13/565-2002 foi acrescido o município de Floresta. Em 2005, Doutor Camargo, Ivatuba, Astorga e Itambé, foram incluídos pela Lei Complementar nº. 018/2005 e Presidente Castelo Branco, Lobato e Santa Fé, pela Lei Complementar nº. 442/2005.

6.5.5.3 Ramal do gasoduto: desde a sua criação, o Codem desenvolve esforços para atrair para Maringá o ramal do gasoduto Bolívia-Brasil. Realizou, juntamente com a Compagás, em 2000, um estudo de demanda potencial para a implantação do gás natural no trecho Maringá-Londrina.

6.5.5.4 Hidrovia do Ivaí: o Codem resgatou um projeto do início dos anos 1980 que visava transformar o rio Ivaí¹¹² em uma hidrovia que possibilitasse a conexão com o trecho rio Paraná-Tietê e com a Bacia do Prata, na Argentina. Pelos estudos o rio Ivaí teria capacidade de transportar até 6 milhões de toneladas por ano, com o custo do frete a um terço do custo do frete rodoviário (O DIÁRIO, 21/05/2000, p. 9), ligando Doutor Camargo a Buenos Aires.

6.5.5.5 Centro Tecnológico: o Codem liderou a criação da Fundação Tecnópolis Maringá que ficou responsável para gerenciar uma unidade construída na gestão do prefeito Said Ferreira, em 1996, para abrigar o Cefet, o que acabou não acontecendo na época pela falta de um projeto junto ao Governo Federal. Em agosto de 2000 o Ministério da Educação aprovou o projeto do Centro Tecnológico de Maringá, liberando “R\$ 2,2 milhões para a aquisição de equipamentos de laboratório de última geração”. Segundo o projeto do Codem, o Centro iria “beneficiar, no mínimo, 20% da população economicamente ativa da região, formando, qualificando e requalificando profissionais nas áreas de eletromecânica,

¹¹² O rio Ivaí é um dos rios mais importantes do Paraná. Nasce em Prudentópolis, na região central do Estado. Percorre inúmeros municípios, entre eles 10 na região de Maringá. Desemboca no rio Paraná, na altura da cidade de Porto Camargo.

têxtil, alimentos, construção civil, informática e outros que venham ser demandados” (REVISTA ACIM, n. 398, 2000, p. 18).

6.5.5.6 Novos cursos da UEM: o Codem apoiou institucionalmente e participou das reuniões em Curitiba para a aprovação de 11 novos cursos para a UEM, no início de 2000. Sete desses cursos foram para a área de produção e tecnologia, atendendo a demandas apontadas pelo Conselho, e foram alocados no Centro Tecnológico de Maringá: Agroindústria, Confecção Industrial, Construção Civil, Software, Engenharia de Alimentos, Engenharia Mecânica, e Arquitetura e Urbanismo (O DIÁRIO, 19.03/2000, p.4). Os outros cursos criados foram os de Ciências Sociais, Filosofia, Estatística e Secretariado Executivo Trilíngüe. Além dos novos cursos, o Codem e a ACIM interferiram para que houvesse aumento no número de vagas nos cursos de Odontologia e Medicina, a pedido da reitora Neusa Altoé. Cada curso tinha apenas 20 vagas e a pretensão era elevar o número para 40. Para isso, através do Codem, houve o compromisso de que as entidades de Maringá doariam os equipamentos necessários para o funcionamento dos cursos com mais alunos. No dia 28 de março de 2001, o Codem e a ACIM organizaram uma solenidade para repassar ao Laboratório de Histologia da UEM 21 microscópios e um televisor de 29 polegadas, possibilitando o aumento no número de vagas (REVISTA ACIM, n. 402, 2001, p. 14).

6.5.5.7 Internacionalização do aeroporto: desde a inauguração do novo aeroporto de Maringá, em 1999¹¹³, o Codem desenvolve estudos e projetos para transformá-lo em aeroporto industrial, ou de cargas internacionais. Em 2000, um dos principais trabalhos do Codem foi o projeto da implantação da aduana aeroportuária, levantando toda a legislação pertinente (REVISTA ACIM, n. 406, 2001, p. 13).

6.5.5.8 Atração da Gol Linhas Aéreas: o Codem reputa com uma de suas grandes conquistas a atração da companhia Gol Linhas Aéreas para operar no aeroporto de

¹¹³ O novo aeroporto de Maringá substitui o antigo aeródromo Gastão Vidigal que serviu a cidade de 1970 até 2001. Foi inaugurado três vezes: em 1996, o prefeito Said Ferreira, antes de deixar o cargo, inaugurou o seu Terminal de Cargas. Em 1999, o prefeito Jairo Gianoto realizou a inauguração oficial da pista com a presença do governador Jaime Lerner. Em julho de 2000, novamente com o governador Jaime Lerner, foi inaugurado o Terminal de Passageiros. O aeroporto é administrado por um consórcio público e privado, a Prefeitura e a Terminais Aéreos SBMG S/A, devidamente conveniado com o Ministério da Aeronáutica. Desde 12 de março de 2001 está habilitado para operações de vôos diurnos e noturnos. O nome, homologado em 6 de maio de 2005, foi dado em homenagem ao jovem político Sílvio Name Júnior, morto em acidente aéreo em 2000.

Maringá. A Gol começou a operar com o voo da rota Maringá a São Paulo, com escala em Curitiba, no dia 6 de junho de 2002 (REVISTA ACIM, n. 415, 2002, p. 16).

6.5.5.9 Parque Tecnológico: o projeto desenvolvido pelo Codem para abrigar o Tecnopark contempla “muito mais que um aglomerado de empresas de alta tecnologia. É quase uma cidade” (REVISTA ACIM, n. 433, 2004, p. 15). A área para a sua construção foi garantida por decreto assinado pelo prefeito João Ivo Caleffi, em 26 de fevereiro de 2004, declarando de utilidade pública uma área de 91,9 alqueires – cerca de 2,2 milhões de metros quadrados – localizada na zona norte da cidade. A atuação da secretária municipal de Indústria e Comércio, professora Rosa Izelli Martins, foi essencial para que o projeto tivesse o apoio do prefeito e fosse uma espécie de menina dos olhos da administração petista, conforme o prefeito José Cláudio em uma entrevista em março de 2003: “Queremos atrair os empresários não apenas em função de um projeto econômico, mas de um projeto de cidade. O projeto do parque tecnológico foi discutido e gestado por muita gente boa” (REVISTA ACIM, n. 422, 2003, p. 08).

6.6 Considerações

Na análise minuciosa das nossas fontes e por tudo o que já foi apresentado até aqui é quase redundante dizer sobre a ingerência direta da ACIM no Codem. Há diversas citações de personagens ligados à ACIM ou de fora dela que denunciam a ligação mais do que umbilical entre a entidade empresarial e o conselho. Podemos apontar alguns fatos como a questão da representatividade da ACIM no plenário do Codem ser a maior, quatro cadeiras, entre as entidades, além de participar de cinco câmaras técnicas (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ 2, 1996). Embora não exista nenhum documento onde isso esteja escrito, há um acordo para que a ACIM participe sempre da mesa diretora do Codem o que vem ocorrendo desde a sua primeira diretoria: Jefferson Nogaroli (vice-presidente) e Paulo Roberto P. de Souza (secretário) em 1997-1999; Carlos Walter M. Pedro (presidente) e Paulo Roberto P. de Souza (secretário) em 1999/2002; Antonio Fermentão (presidente) e Carlos Walter M. Pedro (vice-presidente) em 2002/2005; Wilson de Matos Silva (vice-presidente) em 2005/2007 e Wilson de Matos Silva (presidente) e Arioaldo Costa Paulo (vice-presidente) atualmente.

Acompanhando a interpretação que Coutinho (2003) dá à obra de Gramsci, podemos afirmar que o Codem se transformou no “aparelho privado de hegemonia” da ACIM, pois segundo um de seus ex-presidentes, o imobiliário Pedro Granado Martines, “o Codem é uma das maiores realizações da história da ACIM” (REVISTA ACIM, n. 385, 1998, p. 11). Quando o Movimento Repensando Maringá ganhou a adesão da imprensa, e o historiador e jornalista político Messias Mendes frisou que as autoridades do município teriam “que se comprometer com a vontade do **partido maior** que é Maringá” (O DIÁRIO, 01/08/1996, *grifo nosso*), talvez não tivesse a consciência de que esse “partido” seria o Codem conduzido pela ACIM. No caso, o Codem seria o partido adequado às condições expostas por Gramsci, de acordo com Dias:

Uma associação pode ser chamada de “partido político” só enquanto possuir “uma doutrina constitutiva, sua, própria; só enquanto conseguir concretizar uma noção, sua própria, de Estado; só enquanto concretizar e divulgar entre as grandes massas um programa de governo, apto para organizar praticamente um Estado, e isto em condições determinadas, com homens reais e não com fantasias abstratas de humanidade (DIAS, 2000, p. 169).

Outra questão importante para essas considerações é sobre a promoção da imagem da cidade, uma das principais propostas do Codem, tanto na questão do “marketing” de Maringá quanto das ações para tornar a cidade competitiva, conforme já comentamos no capítulo anterior. É inegável que o marketing urbano se constitui em peça fundamental na atração de investimentos, principalmente de empresas transnacionais, produzindo imagens que, associadas a determinados padrões de consumo, produzem diferenciais que valorizam a “marca” da cidade. Sánchez explica que estas imagens são produzidas a partir de uma “seleção simbólica de fragmentos escolhidos da paisagem urbana”, que ao serem tomadas por uma síntese da cidade, cumprem a missão de apresentar como imagens legítimas o que, na realidade, não passa de processos de “exemplificação, seleção, inclusão e omissão de espaços e de ângulos das práticas sociais” (SÁNCHEZ, 1999, p. 124). Nesse contexto, as diversas ações de promoção da imagem da cidade que incluem tanto o investimento em obras públicas quanto os instrumentos de marketing, inclusive os propalados pelo Codem, têm por objetivo dinamizar a vida econômica e cultural da cidade, transformando-a em um espetáculo: “Maringá é mais qualidade

de vida!”. Como afirma a autora, em uma cidade espetáculo, a população passiva, se comporta antes como espectador que como cidadão. “Essa assistência ao espetáculo é muito útil porque, ao criar uma ilusão de participação, torna fácil a legitimação dos interesses dominantes” (BRAGA, 2001, p. 32).

O marketing urbano é na verdade um instrumento de representação social. Ele apresenta a cidade “asséptica de problemas como violência, desemprego, pobreza, favela, poluição, depredação ambiental, entre outros”. É um tipo de propaganda que tenta “elevar a qualidade de vida, as condições sócio-econômicas, ambientais, para patamares que fogem da realidade concreta da dinâmica de uma cidade” (SILVA, 2006, p. 109). Em Maringá, o marketing de “cidade verde”, “cidade ecológica”, “cidade sempre limpa”, com ruas largas, arborizadas, praças ordenadas, tem propiciado uma representação social de cidade “mitificada por uma imagem prosápia que na realidade atende a interesses políticos e econômicos dos grupos dirigentes” (SILVA, 2006, p. 111).

QUARTA PARTE
A POLÍTICA LOCAL NO
CONTEXTO DA HEGEMONIA



Imagem 4
Capa da Revista ACIM, n. 390, Setembro de 1998

Capítulo VII

O projeto hegemônico e as eleições municipais

*Comunidade e governo, juntos, determinando o
nosso futuro.*

Lema do Codem.

7.1 Ações Políticas

Na última parte desta dissertação procuraremos apresentar como o projeto hegemônico do empresariado se relacionou com a política institucionalizada, mais precisamente com os candidatos vitoriosos nas três eleições municipais do período de abrangência da pesquisa. Com exceção da campanha de 1996, quando o projeto ainda não havia conquistado o status de hegemonia e por ser o início do Movimento Repensando Maringá, nas duas outras campanhas para prefeito as idéias da elite empresarial foram parar nos planos de governo dos eleitos. Mesmo assim, como veremos, o prefeito eleito em 1996 utilizou os mesmos argumentos do Movimento para dar base à sua campanha.

A participação dos empresários na política maringaense no período pesquisado também ocorreu em ações suprapartidárias que serviram para dar uma visibilidade ampla às idéias do Movimento Repensando Maringá e, posteriormente, ao Codem: a campanha para aumentar o colégio eleitoral visando chegar aos 200 mil eleitores, realizada em 1998; a campanha *Maringá Vai Ganhar – Vote para Deputado* e o documento *O que Maringá espera do novo Governo*.

Em março de 1998, uma iniciativa da Justiça Eleitoral envolveu a prefeitura, câmara de vereadores, partidos políticos e os empresários com o objetivo de elevar o colégio eleitoral de Maringá para chegar aos 200 mil eleitores. Na época, a cidade contava com 174 mil pessoas aptas a votar. Os objetivos eram “aumentar a representatividade política do município e, conseqüentemente, o poder de reivindicação nas esferas estadual e federal” (REVISTA ACIM, n. 386, 1998, p. 16). Este discurso estava no cerne do Movimento Repensando Maringá como já vimos anteriormente. Na época, Maringá estava representada politicamente por três deputados federais e três deputados estaduais¹¹⁴ e, no entender do prefeito da época, com o aumento no número de eleitores poderia haver aumento no número de deputados e aí “com mais dois deputados a via de reivindicações fica mais acessível, principalmente porque necessitamos de recursos para terminar diversas obras e projetos importantes para o desenvolvimento econômico de Maringá”

¹¹⁴ Deputados federais: Odílio Balbinotti, Ricardo Barros e Valdomiro Meger. Deputados estaduais: Emerson Nerone, Joel Coimbra e Marquinhos Alves.

(REVISTA ACIM, n. 386, 1998, p. 16). Os empresários se envolveram diretamente na campanha e, por meio de uma parceria com a prefeitura, viabilizaram um trailer que percorreu os bairros, atualizando os títulos eleitorais dos moradores. Em duas semanas estacionado na Praça Raposo Tavares (foto 11), ponto central da cidade e ao lado do terminal de ônibus urbano, foram emitidos 1.642 novos títulos eleitorais. Ao final de dois meses de campanha, Maringá havia conseguido 16.285 novos eleitores, aumentando para 190.285 o seu colégio eleitoral. O juiz eleitoral e diretor do Fórum de Maringá, Nabor Nishikawa, comemorou o resultado: “Agora dois terços da população está apta a votar, além disso, assim que atingirmos 200 mil, teremos dois turnos para prefeito” (REVISTA ACIM, n. 386, 1998, p. 16).



Foto 11

Trailer cedido pela ACIM para a campanha dos 200 mil eleitores
Fonte: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson (ACIM)

A campanha para angariar novos eleitores despertou o interesse em realizar uma outra campanha no sentido de valorizar o processo eleitoral, “visando reduzir o número de votos nulos, brancos e abstenções” e destacar a importância de escolher representantes da cidade nas eleições para deputados estaduais e federais que se avizinhava. Em agosto de 1998, o Codem, com o patrocínio financeiro da ACIM, lançou a campanha *Maringá Vai Ganhar - Vote para Deputado*. O texto da campanha publicitária dizia:

As Eleições estão chegando. Precisamos de recursos para realizar os benefícios que nos conectam com o próximo milênio. A força política de Maringá, com nossos representantes em Brasília e Curitiba, vem conquistando investimentos que significam grandes mudanças para a cidade e região. E este trabalho tem que ser ampliado. Nós precisamos de mais deputados estaduais e federais defendendo nossos interesses. Por isso, não fique sem argumentos para exercer a cidadania: não vote nulo, nem em branco. Vote por Maringá, vote para Deputado. Deputado traz recursos e benefícios para a cidade” (REVISTA ACIM, n. 389, 1998, p. 02).

A justificativa para a campanha, além do que estava explícito no texto, era a de que nas eleições anteriores, em 1994, dos 156 mil eleitores de Maringá, apenas 80 mil votaram em deputados. Deduzia-se então que a cidade poderia ter eleito, ao invés de seis deputados, dez representantes, sendo cinco em cada parlamento (REVISTA ACIM, n. 389, 1998, p.03). Foram espalhados diversos outdoors pela cidade, distribuídos selos autocolantes para estampar camisetas e carros e outras ações de marketing direto, como panfletagem (foto 12), bonés, cartilhas e camisetas com os dizeres da campanha. Estrategicamente, a campanha foi pensada também pelo fato das eleições em Maringá, naquele ano, serem realizadas pela primeira vez com as urnas eletrônicas e de já haver um histórico de votos errados nesse tipo de equipamento, como afirmava o juiz eleitoral Renê Pereira da Costa: “(...) a primeira eleição eletrônica em cidades como Curitiba e Londrina apresentou um percentual de votos nulos acima da média. Muitos eleitores despreparados acabam anulando seus votos por não saber operar a urna direito” (REVISTA ACIM, n. 390, 1998, p. 11).



Foto 12

Panfletagem junto a automóveis na campanha Vote para Deputado
Fonte: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson (ACIM)

Apurados os votos de 3 de outubro, ao contrário do que se esperava Maringá perdeu a representatividade que tinha na Câmara Federal e manteve a mesma na Assembléia Legislativa, elegendo apenas dois deputados federais e três deputados estaduais¹¹⁵. Os organizadores da campanha colocaram a culpa no grande número de candidatos: “Na avaliação do presidente da ACIM, Jefferson Nogaroli, com estes resultados, Maringá só não elegeu mais deputados em função do grande número de candidatos, que acabou pulverizando os votos” (REVISTA ACIM, n. 391, 1998, p. 13). Entretanto e embora a finalidade da campanha fosse aumentar o número de representantes, os empresários comemoraram os resultados, invertendo o discurso:

Em comparação com as eleições de 94, os números, fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, mostram que a campanha teve papel fundamental nos resultados das urnas em Maringá. O número de eleitores que votaram para deputado cresceu de forma significativa (20,41% para deputado estadual e 32,12% para federal). O universo de votos brancos e nulos no município caiu 62,94%. Por outro lado, o colégio eleitoral maringaense cresceu quase duas vezes mais que a média paranaense em relação à eleição de 94. Enquanto o Paraná teve um aumento de 11,10% o de Maringá foi de 20,38% (REVISTA ACIM, n. 391, 1998, p. 13).

As eleições daquele ano também eram para o governo do Estado, onde concorreram o então governador Jaime Lerner e o ex-governador Roberto Requião, entre outros candidatos, polarizando a eleição. Para poder cobrar ações diretas do novo governador e dos novos parlamentares

Numa atitude inédita, integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (Codem), formado por representantes de diversos setores da comunidade, se reuniram, em julho, e elaboraram um farto documento intitulado “O que Maringá espera do novo governo”. As propostas visando o desenvolvimento organizado do município e melhorias nos setores da saúde, educação e infraestrutura estão contidas no manual que tem 38 páginas e que foi entregue a todos os candidatos ao governo do Estado e a deputados estaduais e federais (REVISTA ACIM, n. 390, 1998, p. 22).

A idéia do documento era garantir que os eleitos se comprometessem com as propostas elaboradas “de acordo com os anseios dos maringaenses”. O então prefeito Jairo Gianoto destacava que havia chegado “a hora do governo respeitar o

¹¹⁵ Foram reeleitos os deputados federais Odílio Balbinotti e Ricardo Barros. Valdomiro Meger ficou como primeiro suplente. Nenhum deputado estadual foi reeleito e entram os novatos Serafina Carrilho, Ricardo Maia e Divanir Braz Palma.

potencial de Maringá” e que o documento elaborado demonstrava “o interesse e a capacidade da comunidade em se organizar e reivindicar benfeitorias que nem sempre são lembradas pelo governo do Estado e pelos parlamentares na Assembléia Legislativa” (REVISTA ACIM, n. 390, 1998, p. 22). O conjunto de políticas, ações e projetos que foram propostos pelo Codem iam desde o setor de saúde pública, passando pela infra-estrutura, agroindústria e a educação básica e superior.

O governador Jaime Lerner foi eleito no primeiro turno, mas seu oponente, o ex-governador Roberto Requião, ficou à sua frente no resultado final em Maringá. Este fato preocupou as lideranças empresariais que temiam o distanciamento do governador como represália por perder a eleição na cidade. Daí, a preocupação em saber se o governador havia estudado as propostas do documento *O que Maringá espera do novo Governo* e se apoiaria as ações do Codem. “Recebi e analisei cuidadosamente”, respondeu Lerner em entrevista para a Revista ACIM, em novembro de 1998:

Este documento é mais uma ferramenta para me auxiliar no Governo. Como já disse anteriormente, o envolvimento da sociedade consolida um processo de gestão participativa. É a partir dessas discussões que podemos dimensionar melhor os projetos e programas do governo. Todas as propostas que puderem ser incorporadas ao programa de governo, serão implementadas (REVISTA ACIM, n. 392, 1998, p. 07).

Com a experiência da realização dessas ações políticas, o Codem continuou a apoiar a campanha para elevar o número de eleitores para 200 mil, o que aconteceu no final de 1999. Para as campanhas eleitorais de 2000 (prefeito e vereadores), 2002 (deputados, governador e presidente da República) e 2004 (prefeito e vereadores), o Codem elaborou os documentos específicos para cada um sobre *O que Maringá espera do novo Governo*. No caso dos documentos entregues para os candidatos à presidência da República, José Serra, Luiz Inácio Lula da Silva, Ciro Gomes e Garotinho receberam pessoalmente quando visitaram Maringá em campanha. Nessa mesma eleição (2002), o Codem realizou de forma tímida a campanha *Vote para Deputado*, e a representatividade de Maringá caiu ainda mais: apenas um deputado estadual eleito e a manutenção dos dois deputados federais.

Veremos a seguir como foi o relacionamento do movimento hegemônico do empresariado com a política institucionalizada em nível local.

7.2 As eleições municipais de 1996 - *A paz política*

As convenções partidárias que apontaram os candidatos para as eleições municipais de 1996 aconteceram durante o mês de junho, na mesma época em que o Movimento Repensando Maringá ganhava alarde. O primeiro candidato a aparecer com suas propostas e a se comunicar diretamente com os empresários foi Jairo Gianoto, justamente o que acabaria sendo eleito¹¹⁶, na edição de julho da Revista ACIM, a mesma edição que apresentou pela primeira vez o Movimento. Outro detalhe que chama a atenção é o fato da reportagem sobre o plano de governo de Gianoto ter saído em cores quando a Revista era em preto e branco, tendo apenas a capa colorida.

A reportagem sobre o candidato do PSDB, mesmo partido do presidente da República Fernando Henrique Cardoso, trazia como título: “Só industrializar não basta”. Nela, o candidato defendia que paralelo ao incremento da indústria, a cidade deveria “implementar uma ação conjunta que possibilite aos órgãos do poder público e aos empresários opções para o desenvolvimento, criando novos mercados, abrindo novas frentes de investimentos e, talvez mais importante, treinando a mão-de-obra” (REVISTA ACIM, n. 367, 1996, p. 20). Gianoto também reclamava da falta de dados concretos sobre o desenvolvimento econômico do município: “Não existem pesquisas nem estudos que possam orientar esse desenvolvimento”; e propunha

A criação do Conselho de Desenvolvimento, que seria formado por empresários da Associação Comercial e Industrial de Maringá, mais os técnicos da Secretaria de Indústria e Comércio, da FIEP, sindicatos, Sebrae e UEM, que juntos poderiam equacionar problemas e dirigir metas (REVISTA ACIM, n. 367, 1996, p. 20).

¹¹⁶ Jairo Gianoto (PSDB/PTB/PSC/PPS) foi eleito com 48.888 votos. Sílvio Barros II ficou com 31.081 votos; Joel Coimbra com 27.934; Antonio Carlos Pupulin com 11.405 e José Cláudio com 10.597 votos.

As demais propostas que são apresentadas pelo candidato, praticamente eram as mesmas proposições do Movimento Repensando Maringá, sendo impossível precisar quem pensou em quais e primeiro que o outro.

Gianoto defendia que o Conselho de Desenvolvimento deveria coordenar uma pesquisa com todas as áreas econômicas de Maringá para coletar dados concretos do que a cidade possuía e poderia ainda desenvolver. Dizia que “esta pesquisa ouviria empresários, trabalhadores, autoridades públicas ligadas às áreas do comércio e indústria” e que o banco de dados “estaria disponível a todos sendo complementado todos os anos, servindo até de parâmetro para avaliação do que foi implementado” (REVISTA ACIM, n. 367, 1996, p. 20). Em linhas gerais, o que Gianoto sugeria era um grande censo econômico que pudesse mostrar como estava Maringá em termos de desenvolvimento¹¹⁷. Com exceção do censo, todas as demais pesquisas sugeridas pelo candidato já eram feitas e tinham acompanhamento sistemático do IDR desde 1994 e foram elas que deram suporte teórico às propostas similares feitas pelo Repensando Maringá.

Gianoto também apresentava a proposta de utilizar os conhecimentos da UEM para desenvolver pólos econômicos ligados diretamente aos profissionais de nível superior que eram formados pela universidade:

Poderíamos ter aqui um parque só com indústrias de química fina, utilizando a excelência conseguida pelos cursos de Engenharia Química e de Química da UEM. Outra área poderosa e pouco explorada no interior do país, seria a criação de um pólo de software em Maringá, um setor que abre perspectivas inúmeras de desenvolvimento (REVISTA ACIM, n. 367, 1996, p. 20).

Ambas as idéias seriam depois assimiladas pelo Codem, na criação da Incubadora Tecnológica dentro da UEM e na proposta do Tecnopark já na gestão do prefeito seguinte.

O discurso também acompanhava o tom empregado pelo Movimento Repensando Maringá de que era o momento de “colocar a cidade nos trilhos do

¹¹⁷ O Censo Econômico de Maringá foi realizado em 2001, na gestão do PT, por iniciativa da secretária de Indústria e Comércio, Rosa Izelli Martins, que havia sido indicada pela classe empresarial.

desenvolvimento”, de fazer com que os produtos de Maringá fossem conhecidos fora de suas fronteiras: “Temos que colocar Maringá como passagem obrigatória no corredor aberto pelo Mercosul, e isso é urgente, sob pena de perdermos mercado externo” (REVISTA ACIM, n. 367, 1996, p. 20). Gianoto falava o que os empresários queriam ouvir e tinham dificuldades de encontrar nos outros candidatos melhores colocados nas pesquisas: Joel Coimbra (PDT), candidato apoiado pelo prefeito Said Ferreira, apostava no Repensando Maringá como importante para gerar empregos (REVISTA ACIM, n. 368, 1996, p. 29); Sílvio Barros (PFL), que havia sido secretário de Turismo no Governo Jaime Lerner via no Movimento a ajuda ideal para levar adiante seu projeto de transformar Maringá num grande centro de eventos (REVISTA ACIM, n. 368, 1996, p. 19) e Antonio Carlos Pupulin (PMDB) dizia que o seu plano intitulado “Projeto Maringá” era a mesma idéia do Repensando Maringá (REVISTA ACIM, n. 368, 1996, p. 17). Jairo Gianoto se mostrava mais presente para o empresariado:

O que nós estamos propondo é o trabalho coordenado. A prefeitura, o município, tem que estar em consonância com o empresariado que quer investir para desenvolver seus negócios. Criar instrumentos de incentivos, ser parceiro nas promoções (REVISTA ACIM, n. 367, 1996, p. 20).

Vinha ao encontro dos anseios dos líderes do Movimento Repensado Maringá esse discurso de valorizar o empresário, de priorizar os investidores, de “reverter as tendências” de Maringá naquele momento. Gianoto concluía sua apresentação aos empresários, sua primeira exposição de plano de governo, sendo bem enfático: “Temos que fazer a riqueza circular em nosso município, estimulando os investimentos, utilizando para isso, à plena carga, toda a nossa capacidade industrial, vocação que sem dúvida Maringá também tem” (REVISTA ACIM, n. 367, 1996, p. 20).

Outra preocupação dos empresários e que Gianoto soube trabalhar muito bem, transformando inclusive em “bandeira” de campanha, foi a falta de união entre os políticos, o que ele chamou de “paz política”. Segundo ele, a unidade política era fundamental para o desenvolvimento econômico de Maringá:

A partir do momento em que dois grupos divergentes tomaram conta de Maringá, perdemos espaço político. Foi instalado o método da política de divisão e não de soma. E isto acabou fazendo com que Maringá ficasse sempre ausente do contexto político do Estado. Isso aconteceu nos governos José Richa, Álvaro Dias e Roberto Requião. Sempre reclamamos que esses governadores privilegiaram outras cidades. Só que o governador não privilegia esta ou aquela comunidade porque gosta mais ou menos. Ele investe onde existe organização política que briga pelos benefícios daquela região e daquela cidade (REVISTA ACIM, n. 370, 1996, p. 06).

Com este discurso apropriado ao que estava sendo proposto pelo Movimento Repensando Maringá, e por ter colocado o projeto em seu plano de governo, conclamando os empresários a estarem ao seu lado, Gianoto se mostrou o candidato ideal para estar aliado ao projeto hegemônico do empresariado, fato comprovado por ser um dos personagens que mais vezes apareceu em reportagens na Revista ACIM de 1997 a 2000.

7.3 As eleições municipais de 2000 – *Um novo modo de governar Maringá*

Jairo Gianoto foi o primeiro prefeito de Maringá a disputar a reeleição, beneficiado por uma emenda constitucional que permitiu a segunda disputa consecutiva para os cargos executivos em todo o Brasil. A eleição municipal de 2000 também foi a primeira com a possibilidade do segundo turno já que a cidade contava com 203.750 eleitores. Além de Gianoto se lançaram na disputa os candidatos José Cláudio Pereira Neto (PT) em seu segundo pleito; Sílvio Name Júnior (PMDB), pela primeira vez; Cida Borghetti (PPB), primeira vez; João Cioffi (PAN), primeira vez; Ulisses Maia (PPS), vereador e ex-presidente da Câmara, pela primeira vez; Doutor Batista (PTB), primeira vez; Inês Leal de Castro (PSTU), primeira vez e Assendino Santana (PRP), pela terceira vez.

Principal proponente da paz política, Gianoto não conseguiu reunir sob a sua candidatura políticos que eram ligados ao governador Jaime Lerner, como Cida Borghetti, ex-assessora especial do governador em Brasília e Ulisses Maia, irmão do deputado estadual Ricardo Maia, da base de apoio do Governo. Ao se aliar ao ex-vice-prefeito Willy Taguchi (1989-1992), do PFL, que foi seu candidato a vice-prefeito, Gianoto teve problemas com a Justiça Eleitoral por conta do mesmo ser

inelegível¹¹⁸. Inclusive, até o final da disputa no primeiro turno a coligação ainda estava *sub judice*.

Denúncias de gastos excessivos na prefeitura, principalmente com verbas de propaganda, e de utilizar a máquina pública para promoção pessoal, minaram a campanha de Gianoto¹¹⁹. Ao final do primeiro turno as urnas indicaram a seqüência da disputa entre José Cláudio (PT) e Doutor Batista (PTB). O primeiro tendo alcançado 40.633 votos e o segundo 39.281. Um equilíbrio que apontava que o vencedor seria aquele que soubesse atrair os votos dos candidatos derrotados, principalmente os que haviam sido dados a Jairo Gianoto e a Cida Borghetti.

Logo a seguir explode o escândalo de desvio de recursos na prefeitura de Maringá, culminando com o afastamento do prefeito Jairo Gianoto, impedido pela justiça de continuar no cargo, e o pedido de prisão do secretário de Fazenda, Luiz Antonio Paulichi (foto 13). O tom da campanha passa a ser agora a ética e a moralidade. É aí que o advogado e pequeno empresário José Cláudio Pereira Neto se elege prefeito com a votação recorde de 107.320 votos: “Ocorre que a população mandou um recado nas urnas: chega de improbidade administrativa. Prevaleceu então, o voto depositado em cima de pessoas éticas e honestas” (REVISTA ACIM, n. 400, 2000, p. 07).

¹¹⁸ Para a Justiça Eleitoral Willy Taguchi não se licenciou em tempo hábil da diretoria do Sindicato dos Tecnólogos e Engenheiros da Região Noroeste e, portanto, seria inelegível.

¹¹⁹ As denúncias foram feitas ao Ministério Público (Promotoria de Defesa do Patrimônio Público) pelo ex-prefeito Said Ferreira em duas ocasiões: 19 de abril de 2000, através de uma carta endereçada ao promotor e em 26 de abril quando prestou depoimento à Promotoria.



Foto 23

O prefeito Jairo Gianoto e seu secretário de Fazenda, Luis A. Paulichi,
por ocasião da posse do Codem

Fonte: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson (ACIM)

José Cláudio não era um desconhecido da população maringense e tampouco dos empresários. Na eleição de 1996 havia feito mais de 10 mil votos, até então a maior votação do PT em Maringá. Em junho de 2000, mês das convenções partidárias, anunciou a sua empresa, a Del Rey Colchões, na Revista ACIM, estampando ao invés do produto que vendia a sua própria foto, que, aliás, seria usada nos “santinhos” de propaganda na época da campanha. O texto do anúncio associava a figura de José Cláudio aos micro e pequenos empresários que venciam os desafios impostos para as empresas: “A Del Rey Colchões, do empresário e advogado José Claudio Pereira Neto, encontra-se firme há 11 anos no mercado, vencendo todos os desafios e dificuldades que se apresentam às micro e pequenas empresas no Brasil” (REVISTA ACIM, n. 396, 2000, p. 40). Essa aproximação com o empresariado fazia parte das recomendações da direção nacional do PT, conforme as teses do 2º Congresso do partido em 1999, perfeitamente compreendidas quando em 2002 o candidato do PT à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, se aliou a um dos maiores empresários do Brasil, o industrial do ramo têxtil José Alencar, senador do PL, ganhando as eleições.

O Plano de Governo de José Cláudio chamava-se *Um novo modo de governar Maringá*. Sua principal linha condutora era criar “mecanismos públicos de controle

sobre a ação de governo, e também novos mecanismos de participação e de decisão que vão permitir transparência no funcionamento da máquina e maior interferência dos cidadãos” (REVISTA ACIM, n. 398, 2000, p. 11). Para isso, propunha implantar o Orçamento Participativo¹²⁰, criar conselhos de representantes nos bairros e subprefeituras nos distritos de Iguatemi e Floriano. Diretamente ao empresariado, o plano do candidato do PT apresentava idéias que iam ao encontro do que estava delineado no projeto hegemônico do Repensando Maringá:

1) Apoio às iniciativas do Codem, no sentido de se criar incentivos municipais para o fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas já existentes na cidade, as quais terão prioridade nos incentivos fiscais. Se Maringá se tornar um excelente local de produção e vendas para as empresas implantadas há bastante tempo, isso atrairá, naturalmente, outras que queiram participar do desenvolvimento da cidade. A partir daí, o Codem estabelecerá quais empresas deverão ser atraídas (REVISTA ACIM, n. 399, 2000, p. 10).

Para a ACIM, o plano contemplava uma área estratégica da entidade que era a sua recém lançada cooperativa de crédito:

2) Tendo em vista a criação do Sicredi, um banco de cunho social, caberá à prefeitura apoiar seu fortalecimento, assim como destinar recursos que propiciem linhas de crédito com taxas diferenciadas para as micro e pequenas empresas, além de criar formas de colaborar com o fortalecimento dos agricultores de Maringá, incentivando a produção de alimentos componentes da cesta básica para serem consumidos em nossa própria cidade e, com isso, gerar mais empregos e recursos. O município é o maior consumidor regional desses produtos (utilizados na merenda escolar) e, no entanto, exporta-os de outras localidades (REVISTA ACIM, n. 399, 2000, p. 10).

O candidato também prometia dar atenção para as empresas que haviam fechado as portas, incentivando projetos para que elas voltassem a operar:

3) Desenvolvimento de projetos de economia solidária, com vistas à criação de cooperativas de trabalho, para que as empresas maringaenses, desativadas em função de medidas econômicas adversas, possam reabrir e ser dirigidas por trabalhadores e ex-

¹²⁰ Sobre o Orçamento Participativo em Maringá consultar BRANDÃO, Elias Canuto. Limites, desafios e avanços da participação popular no Orçamento Participativo. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho: Unesp, 2005.

proprietários, além de possibilitar o surgimento de outras (REVISTA ACIM, n. 399, 2000, p. 11).

O plano destacava que para alcançar êxito nesses três primeiros tópicos seria necessário estabelecer parcerias com a UEM, com as faculdades privadas e com a comunidade, para aproveitar as assessorias e consultorias para as micro e pequenas empresas, um projeto que também era desenhado pelo Movimento Repensando Maringá desde o seu surgimento.

Os demais tópicos do plano contemplavam, quase que na totalidade, os projetos do Codem e do empresariado:

- 4) Consolidação da Agência de Desenvolvimento Regional – ADR, que conta com a articulação da UEM e da ACIM, para estudar e criar novos nichos de crescimento de negócios e de empregos, não só em Maringá como também nas cidades vizinhas, sobretudo nos ramos de turismo e serviços.
- 5) Criar a Secretaria de Ciência e Tecnologia.
- 6) Estabelecimento de uma política tributária justa para todos, decorrente de debates francos com as partes interessadas: município e contribuintes, a respeito de IPTU, ISSQN e demais taxas (REVISTA ACIM, n. 399, 2000, p. 11).

As duas propostas seguintes foram retiradas das propostas do Codem, contidas no documento *O que Maringá espera do novo Governo*:

- 7) Implantar a Cidade Industrial de Maringá.
- 8) Consolidar o Centro Tecnológico de Maringá (antigo Cefet) e ampliar sua capacidade de formação de mão-de-obra especializada (REVISTA ACIM, n. 399, 2000, p. 11).

As quatro últimas medidas propostas eram:

- 9) Organizar, em conjunto com a ACIM, campanhas que promovam Maringá como centro regional de comércio e indústria, ou seja, como uma Capital de Negócios. Uma primeira medida, nesse sentido, é o projeto Cidade Luz.
- 10) Assumir e liderar resolutamente as campanhas de nível macrorregional que resultem em conquistas de obras de infraestrutura, como a duplicação das rodovias de acesso a nossa cidade (Maringá-Guaíra, Maringá/Cascavel/Foz, Maringá/Curitiba e Maringá/Paranavaí).
- 11) Implantar o sistema redutor social de impostos e taxas.
- 12) Converter Maringá em pólo turístico nacional, aproveitando tanto sua beleza natural quanto sua localização estratégica para o

Mercosul, sobretudo o ecoturismo e o turismo rural (REVISTA ACIM, n. 399, 2000, p. 11).

O candidato ainda esclarecia que para adotar as medidas propostas, os recursos viriam “do cumprimento da lei que determina que 2% do orçamento do município (cerca de 2 milhões de reais/ano) sejam direcionados ao financiamento de iniciativas privadas, por meio do Codem”. O candidato argumentava:

Esse dinheiro surgirá à medida que se acabe de vez com o desperdício na administração pública, sem contar também que existe dinheiro a fundo perdido em várias instituições nacionais e internacionais para financiar projetos e programas sérios. Tais recursos serão auferidos pela mobilização de uma equipe especializada em atuar na captação de numerário, junto a organizações daquela natureza (REVISTA ACIM, n. 399, 2000. p. 11).

A proposta de José Claudio era a proposta do Codem. Era tudo o que os empresários tinham almejado, dentro do seu planejamento para Maringá até o ano 2020. Por isso, quando o presidente do Codem, Carlos Walter Martins Pedro, entregou o documento *O que Maringá espera do novo Governo* aos candidatos a prefeito e vice do PT, José Cláudio e João Ivo Caleffi, em uma reunião na sede da ACIM, houve um acordo de que se os mesmos fossem vitoriosos o secretário municipal de Indústria, Comércio e Turismo seria indicado pelos empresários, fato confirmado com a indicação pelo Codem da professora Rosa Izelli Martins, ex-professora do Departamento de Administração da UEM e que havia sido diretora da Incubadora Tecnológica de Curitiba.

Entretanto, o empresariado para adequar o discurso ao novo estilo de administração que seria implantado pelo PT, se colocou como o grande vencedor das eleições de 2000. Jefferson Nogaroli, presidente da ACIM e vice-presidente do Codem, propalou esse conceito:

Nesses anos todos compondo a diretoria (e agora ocupando a presidência) da ACIM, aprendi uma lição vital. A de que a sociedade organizada é forte o suficiente para alterar os rumos da história. Acho que o melhor exemplo a ser citado é o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (Codem), que hoje integra mais de 200 representatividades locais e é ponto de referência na cidade e região.

Tenho dito e ouvido que **o Codem foi o grande vencedor dessas eleições** (REVISTA ACIM, n. 400, 2000, p. 03, grifo nosso).

Na mesma edição da Revista ACIM, o diretor administrativo do Colégio Nobel de Maringá e diretor da ACIM, professor Carlos Anselmo Corrêa, assinou um artigo intitulado “A sociedade organizada é a mais forte das instituições”. Nele faz uma crítica aos candidatos que tentaram, durante o processo eleitoral, valorizar suas ideologias e as suas próprias pessoas em, detrimento, segundo a sua opinião, das instituições legalizadas:

Felizmente Maringá é uma cidade privilegiada neste sentido pois, graças a um trabalho coletivo de instituições, temos uma sociedade organizada que já percebeu que a participação na definição de seu bem-estar atual e futuro vai além das participações nas entidades filantrópicas, clubes de serviços e congêneres. Temos o Codem – Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá – instância absolutamente democrática, onde a sociedade organizada se faz presente para definir estratégias de desenvolvimento de curto, médio e longo prazo (REVISTA ACIM, n. 400, 2000, p. 38).

O empresário chega a colocar, inclusive, o Codem em posição superior à nova administração municipal:

Foi ele, o Codem, o grande vitorioso da nossa eleição municipal, visto ter sido reconhecido por todas as candidaturas como instância deliberativa para a política maringaense de desenvolvimento econômico. Ao aceitar esta realidade, admite-se também que o principal fator para a justiça social, para a eliminação das desigualdades, para propiciar o acesso universal à educação e à saúde, temas tão comuns nas falsas promessas políticas, é o crescimento econômico sério e bem planejado, que não esteja condenado a sofrer rupturas por questões ideológicas, partidárias e, em especial, para atender a interesses de pequenos grupos (REVISTA ACIM, n. 400, 2000, p. 38).

Esses discursos ilustram que o relacionamento institucional dependeria dos projetos que a administração petista assumisse para efetivar o programa hegemônico do empresariado. Nesse sentido, a participação da secretária Rosa Izelli Martins, indicada pelo Codem, foi essencial para manter a união entre empresariado e prefeitura (foto 14).



Foto 14

Assinatura da ACIM em outdoor da Prefeitura divulgando o Orçamento Participativo
 Fonte: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson (ACIM)

7.4 As eleições municipais de 2004 – *Gente de Maringá* na retomada do desenvolvimento

Em maio de 2002 o prefeito José Cláudio tirou licença de dois meses e meio para tratamento de saúde. Era o início de um calvário que contou ainda com mais dois pedidos de licença, em novembro de 2002 e em agosto de 2003. O câncer o matou no dia 16 de setembro de 2003. O professor João Ivo Caleffi que já havia assumido interinamente nas licenças anteriores foi confirmado no cargo de prefeito com a missão de substituir um “líder nato” e um ‘hábil negociador”, além de iniciar uma carreira política própria, fora da sombra do ex-companheiro.

Nas prévias internas para escolher qual seria o candidato do partido nas eleições de 2004, João Ivo disputou a indicação com o secretário municipal de Governo, professor Ênio Verri¹²¹, que havia sido secretário de Fazenda quando José Cláudio estava no cargo. Verri tinha a simpatia da maioria dos secretários municipais do partido e de boa parte dos filiados. Tinha também fácil trânsito junto ao empresariado, pois quando Jefferson Nogaroli foi presidente da ACIM, Verri prestava

¹²¹ Ênio José Verri é professor licenciado da UEM, economista com doutorado em Integração da América Latina. Foi eleito deputado estadual pelo PT nas eleições de 2006, com 36.800 votos. Convidado pelo governador Roberto Requião, assumiu a Secretaria de Estado do Planejamento em fevereiro de 2007.

consultoria profissional ao grupo do empresário, a rede de Supermercados São Francisco. Entretanto, prevaleceu o nome de João Ivo como candidato do PT para a prefeitura. João Ivo disputou o primeiro turno das eleições com os candidatos Sílvio Barros (PP), que disputava pela segunda vez depois de ter sido derrotado por Jairo Gianoto em 1996; Doutor Batista (PTB), com quem José Cláudio havia disputado o segundo turno em 2000; Edmar Arruda (PPS), pela primeira vez; João Batista Beltrame – Joba (PV), pela primeira vez; Wilson Quinteiro (PSB), primeira vez; Nilson Santos (PSC), primeira vez e Rogério Mello (PTC), também pela primeira vez.

No primeiro turno João Ivo saiu na frente com 49.706 votos e o segundo lugar ficou com o candidato Sílvio Barros com 43.133 votos. Como em 2000, novamente a diferença de votos entre os dois era mínima e a habilidade em ganhar os votos dos eleitores dos outros candidatos poderia fazer a diferença. Diferentemente das eleições anteriores, quando a Revista ACIM publicou o perfil dos candidatos e os seus planos de governo, dessa vez nenhuma linha saiu sobre este ou aquele candidato. Já definidos os nomes para o segundo turno, o presidente da ACIM, Ariovaldo Costa Paulo, publicou um editorial na Revista de novembro intitulado “Democracia ou guerra de interesses?”. Nele, defende que as entidades devem ser neutras no processo eleitoral, bem como os órgãos de comunicação e o Poder Judiciário, criticando no caso as pesquisas eleitorais que davam no segundo turno João Ivo e Doutor Batista. Defendendo a posição democrática do empresariado, concluiu o artigo desse modo:

E agora, para o 2º. turno, em conjunto com o Codem e demais entidades da cidade, reunimos os dois candidatos, em momentos diferentes, com o objetivo principal de levá-los a assumir compromissos com a continuidade de projetos importantes. **É dessa forma que se faz a democracia.** Temos de ter responsabilidade como empresários, como líderes e formadores de opinião (REVISTA ACIM, nº 440, 2004, p. 03).

João Ivo falou aos empresários em reunião realizada no dia 18 de outubro e Sílvio Barros foi ouvido na reunião do dia 19. No dia 31 de outubro, Sílvio Barros foi eleito prefeito de Maringá com 92.052 votos. Depois de 12 anos outro representante da família Barros voltava ao comando do município. A vitória de Barros possibilitou duas leituras, embora superficiais, que apontam o que poderia ter desequilibrado a

campanha: uma, a desunião interna do PT e, em segundo, a adesão do empresariado ao projeto de retomada do desenvolvimento que era proposto pelo candidato vitorioso. Questionado sobre a primeira hipótese, Mário Sérgio Verri, irmão de Ênio Verri e um dos líderes locais do PT, tendo sido eleito vereador naquela eleição, deu a seguinte entrevista ao jornal O Diário, já em janeiro de 2006:

(P) Afinal, houve ou não um churrasco para comemorar a derrota do João Ivo?

(R) Se houve não fomos convidados. Isso é até um absurdo. Uma vez perguntaram para mim e também me falaram que houve um churrasco depois do dia que o Zé Cláudio morreu. Chega a ser um absurdo estas coisas. Acho que não tem cabimento uma coisa desta, o Partido dos Trabalhadores estava empenhado na eleição do João Ivo e o meu grupo, que até considero o mais forte de nosso partido, a Unidade na Luta, é quem deu a condição para que o João Ivo fosse candidato. Foi a Unidade que deu a condição do João Ivo governar, que era também a tendência do Zé Cláudio, onde tivemos a condição de fazer o governo que fizemos.

(P) Mas, o PT foi para as eleições municipais meio dividido, em função de que houve uma convenção interna na qual seu irmão, Ênio Verri [então secretário de Governo], foi derrotado pelo João Ivo. Esta divisão permaneceu até o final?

(R) Não. Tanto é que a coordenação, não total, a maioria da coordenação, era de pessoas ligadas à gente. Demos uma estrutura muito grande para a campanha. A maioria dos secretários acabou votando no Enio nas prévias e depois fazendo campanha. Todo o PT foi fazer campanha pro João Ivo. Não tínhamos outra opção também. Não tinha como votar no Silvío Barros naquela altura. A minha preferência pessoal era o Ênio Verri, como de outros companheiros nossos. Acabou ali, em janeiro de 2004. O que houve foram diversos erros que culminou na derrota do João Ivo (O DIÁRIO, 29/01/2006).

Sobre a segunda hipótese é possível inferir pela própria ligação existente entre Sílvio Barros e a ACIM. Depois que fixou residência definitiva em Maringá em 2003¹²², Barros tornou-se associado da ACIM e membro do Conselho do Comércio e Serviços da entidade. Sua circulação entre os empresários era mais constante do que a do prefeito João Ivo. Quando visitou a ACIM, depois de ter sido eleito prefeito, e ouvir novas propostas da entidade, “ele declarou não ter ficado surpreso como o que viu na ACIM porque, como membro do Conselho do Comércio, já vinha acompanhando os trabalhos da entidade”, e citou nominalmente alguns projetos:

¹²² Sílvio Barros II foi diretor para o Brasil do World Travel & Tourism Council – WTTC, tendo residido em diversas cidades do Brasil como Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Manaus, cidade onde permaneceu por mais tempo.

O que percebi foi a possibilidade de ampliar o impacto desses projetos desenvolvidos pela ACIM com a parceria com a prefeitura, entre os quais o Conselho de Segurança, a Biblioteca Digital e principalmente os desenvolvidos pela Fundacim – que é uma área em que podemos ter um desempenho muito importante. (...) Espero que a prefeitura de Maringá consiga ser uma referência estadual e nacional de tão boa qualidade como a ACIM é dentro do contexto paranaense e brasileiro (REVISTA ACIM, nº 441, 2004, p. 48).

As propostas de campanha dos dois candidatos que foram para o segundo turno eram muito similares em termos daquilo que o Codem definia como prioridades para o desenvolvimento econômico de Maringá: internacionalização do aeroporto, ramal do gasoduto, cidade industrial ou o Tecnopark, parcerias público-privadas em diversos níveis da administração. A diferenciação no discurso do prefeito eleito era o retorno de alguns temas que estavam na origem do projeto hegemônico do empresariado, que estavam na origem do discurso do Movimento Repensando Maringá: a qualidade de vida e a cidade saudável e limpa; a atração de empresas de base tecnológica, a consolidação de Maringá como centro de eventos e a atuação direta da prefeitura com os empresários.

Sobre a questão da qualidade de vida, Barros entendia ser o marketing ideal que a cidade precisa: “A minha meta é fazer de Maringá a primeira cidade saudável do Brasil. O programa Cidade Saudável, da OMS, já existe há uns quinze anos. Nenhuma cidade brasileira assumiu o desafio imposto pelo órgão de se tornar uma cidade saudável” (REVISTA ACIM, nº. 442, 2005, p. 06). Para isso, era preciso deixar a cidade limpa, resolver os problemas das ruas esburacadas: “A prefeitura tem outra necessidade urgentíssima a atender: melhorar o sistema viário que está um caos. Temos 250 quilômetros de ruas esburacadas que não podem ficar assim. (...) é um ônus, uma dívida que nós temos com a comunidade” (REVISTA ACIM, nº 442, 2005, p. 07).

Sobre a atração de empresas e o desenvolvimento econômico, sua idéia era de que

O modelo macroeconômico para Maringá se baseia em empresas de alta tecnologia, que sejam capazes de absorver a mão-de-obra de nível superior que a gente forma aqui. Queremos trabalhar na consolidação do Tecnoparque. Nosso objetivo é tornar projeto irreversível até o final deste ano, com a conclusão dos projetos de viabilidade econômica. Inclusive já temos recursos para isso. Além disso, vamos desapropriar mais áreas para se chegar aos 30

alqueires necessários para a implantação do núcleo inicial. Entendemos que desta forma os parceiros do Tecnoparque é que virão até nós. Com os projetos nas mãos, queremos buscar também alguns bancos que tenham interesse em ser sócios do empreendimento, algo que é muito comum em outros países. Além disso, pretendemos fechar com pelo menos duas empresas de alta tecnologia, que serão âncoras do Tecnoparque, até o final deste ano (REVISTA ACIM, nº 442, 2005, p. 08).

Sobre o potencial da cidade para atrair eventos de negócios, Barros destacava que

Pretendemos ser indutores do turismo de compras, voltado especificamente para o setor de confecções, dos shoppings atacadistas. Temos também projeto de instalar em alguns parques da cidade empreendimentos turísticos que se tornem atrativos para a cidade. Mas isso será feito em parceria com a iniciativa privada. São negócios rentáveis, onde se cobram ingressos, e que são de interesse do empresariado (REVISTA ACIM, nº 442, 2005, p. 08).

Na relação com o empresariado, Barros defendia uma aproximação ainda maior:

Vamos incrementar ainda mais a política de parceria com o Codem. A classe empresarial, junto com a prefeitura, tem a possibilidade de definir uma situação invejável para aumentar a competitividade de Maringá na atração de investimentos e negócios. Prefeitura voltada a atrair empresas todos os municípios do Brasil têm. Mas um conselho de desenvolvimento econômico, com mais de cem instituições privadas atuando junto com a prefeitura, com um orçamento público para ser gerido, quantas cidades têm? Esse é o diferencial de Maringá. Eu quero fortalecer essa parceria, porque é isso que faz de Maringá uma cidade diferente das outras (REVISTA ACIM, nº 442, 2005, p. 08).

Esse foi o projeto que o empresariado elegeu. Projeto gerido por *gente de Maringá*¹²³ e focado em recolocar a cidade novamente nos trilhos do desenvolvimento econômico, bem ao sabor do projeto hegemônico implantado.

7.5 Considerações

Ao tornar-se participante do jogo político não com candidatos aos cargos municipais, mas com propostas de governo para os prefeitos, o Codem assumiu a sua posição de aparelho da hegemonia empresarial. Com exceção da campanha municipal de

¹²³ Sílvio Barros II utilizou como nome de sua coligação no processo eleitoral o slogan *Gente de Maringá*, numa referência crítica ao fato do PT ter trazido pessoas de outras cidades para atuar em setores estratégicos da administração. Também era uma resposta aos que lhe eram oposição e afirmavam que não morava na cidade.

1996, quando o Movimento Repensando Maringá ainda estava no início, as outras ações empresariais junto à política local demonstram o esforço para que os projetos pensados a partir do centro do poder pudessem se tornar realidade, esforço capaz inclusive de superar, ou esconder, ideologias partidárias. Em nenhuma das fontes pesquisadas há qualquer menção de oposição ou contrariedade a qualquer governo no plano local. O que não é mantido no caso do governo do Estado e, principalmente, do governo Federal. O centro do poder local, portanto, é essencial para o projeto do empresariado.

A ação empresarial junto aos candidatos demonstra, como vimos, a necessidade de que o líder político assuma os projetos como seus, o que poderia garantir o alcance dos objetivos propostos no projeto hegemônico. No caso do prefeito Jairo Gianoto e sua pregação sobre a “paz política” é importante percebermos que o mesmo utilizou um mote que já estava no embrião do Movimento Repensando Maringá: a crítica à desunião de nossos políticos e a conseqüente perda de representatividade. Havia no entendimento dos empresários a idéia de que fazer oposição era ser contra o desenvolvimento de Maringá. Gianoto soube muito bem tirar proveito disso, inclusive fazendo prevalecer sua indicação para a presidência da primeira mesa diretora do Codem.

Entretanto, a “paz política” teve um custo não previsto pelo Movimento e que acabou direcionando uma nova escolha na eleição seguinte, a partir de outro projeto de Governo. Dias corrobora com essa nossa idéia ao destacar, em um artigo de jornal de 29 de outubro de 2000, que:

Ao longo de seu mandato, o atual prefeito tentou deslegitimar a oposição política em Maringá. Vestindo o manto de quem, supostamente, promoveu a paz política e superou todas as divergências, tentou propagar a insidiosa lógica de que fazer oposição a seu governo era trabalhar contra o município. Com isso, montou um esquema para abafar a voz da oposição e neutralizar a fiscalização sobre seu mandato (DIAS, 2003, p. 98).

Ao ser traído por Gianoto, pelos motivos já enunciados, o empresariado percebe que a mudança para um governo que defendia a ética e a moralidade daria ressonância aos seus projetos de desenvolvimento. Ao propagarem a idéia de que o Codem teria

sido o grande vencedor das eleições de 2000, desvinculam a imagem do ex-prefeito e aproximam-se com idéias, projetos e disponibilidade de auxílio ao novo mandatário da cidade. Este auxílio é claro na indicação da secretária de Indústria e Comércio, Rosa Izelli, bem como na indicação dos novos diretores da Secretaria, o consultor Sebastião da Silva Freitas, ligado à ACIM desde 1997, e o empresário Moacir Montalvão, diretor do Sivamar e membro do Conselho do Comércio da ACIM.

Com a idéia de que o melhor governo para uma cidade é aquele que está no poder, o Codem conseguiu na gestão do PT realizar os seus maiores projetos. Como a confiança do prefeito José Cláudio e, posteriormente, do prefeito João Ivo era muito forte para com os empresários, o trânsito para a elaboração de projetos foi, sem dúvida, facilitado. Mas, houve problemas com alguns líderes do Movimento. Paulo Roberto Pereira de Souza, por exemplo, não aceitou a participação do Codem na administração petista e acabou se desvinculando do Conselho, inclusive, não mais participando de suas reuniões mensais.

A opção do empresariado para o projeto de governo do candidato Sílvio Barros II, nas eleições de 2004, não é tão claro nas fontes. A idéia de continuidade parecia agradar mais, exatamente pelo fato de alguns projetos terem saído do papel na gestão do PT, como o Tecnopark, por exemplo. Entretanto, a disputa do segundo turno revelou aos empresários a idéia de que, independente de quem fosse o prefeito, os projetos teriam continuidade. É sintomática a observação do presidente da ACIM, Ariovaldo Costa Paulo, logo depois de concluído o processo eleitoral:

Se olharmos para nossa cidade, o sentimento não pode ser outro senão o de orgulho. Acabamos de passar por um processo eleitoral extremamente democrático e, diferentemente de outras cidades, temos um planejamento traçado, um rumo que não poderá ser alterado por este ou aquele prefeito. Nossa sociedade é muito participativa – através das entidades de classe – e acostumou-se a governar junto com o poder público (REVISTA ACIM, n. 441, 2004, p. 03)

Não podemos deixar de observar, também, que para o empresariado local nunca interessou participar do jogo político em relação ao Poder Legislativo. Não por falta de condições ou de nomes para serem lançados como candidatos. Mas, pelo fato de que a presença próxima, constante, ao lado do chefe do Executivo, ser mais

interessante do que estar institucionalizado em um cargo de vereador. Há também como peso nessa estratégia, o fato dos prefeitos geralmente conseguirem a maioria dos vereadores para a aprovação de seus projetos, o que evitaria assim ao empresariado ter que estar dependente da Câmara de Vereadores para fazer avançar suas proposições, uma vez que, no caso dos projetos do Codem, as mesmas são remetidas pelo Prefeito. No período compreendido por essa pesquisa, como representantes diretos do empresariado na Câmara Municipal tivemos apenas o vereador Valdir Pignata (1993/96 e 1997/2000), que era diretor da ACIM até 1999, e Edmar Arruda que foi eleito vereador em 2000, e que também havia sido diretor da ACIM. Pignata foi candidato a vice-prefeito na chapa de Cida Borghetti, em 2000, e Arruda foi candidato a prefeito nas eleições de 2004.

Considerações Finais

Conto ao senhor é o que eu sei e o senhor não sabe; mas principal quero contar é o que eu não sei se sei, e que pode ser que o senhor saiba.

Interlocutor¹²⁴

¹²⁴ ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Ed. Comemorativa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 209

Quando nos propusemos a fazer este trabalho sobre o processo de construção da hegemonia da classe empresarial de Maringá, assumindo uma participação direta no arranjo político-institucional, tínhamos uma hipótese a considerar e um objetivo a alcançar. A criteriosa pesquisa nas fontes foi corroborada com o referencial teórico de que dispúnhamos e com a interdisciplinaridade entre a História e a Ciência Política. Por ela, entendemos válida a hipótese de que o Movimento Repensando Maringá canalizou os interesses do empresariado local, articulando a sua ação política, e passou a influenciar diretamente na formulação das políticas de desenvolvimento econômico, com um discurso de que Codem – principal fruto desse movimento – teria sido a coisa mais importante surgida em Maringá nos últimos vinte anos.

Nosso objetivo, ao problematizar a construção de um projeto hegemônico do empresariado, era analisar como se deu a relação entre os empresários, vindos de diferentes setores da economia local como o comércio, a indústria e a prestação de serviços, representados por várias entidades; como que eles se arranjaram em torno da proposta da ACIM e, depois, como foi a sua interferência no processo político-institucional, jamais participando da disputa por cargos políticos, se ausentando do conflito, mas com interesses bem claros e definidos sobre a forma de condução do Poder Executivo. Acreditamos que alcançamos também esse objetivo. Entretanto, à guisa de conclusão, ainda temos a considerar alguns pontos essenciais.

Em primeiro lugar é importante ressaltar que Gramsci constrói toda a sua obra refletindo sobre as possibilidades da construção da hegemonia operária, tendo o partido (no caso o moderno príncipe) como condutor. É desnecessário argumentar que no caso da construção da hegemonia operária o objetivo era destruir o bloco histórico da hegemonia que estava no poder. Por isso, entendemos que ao utilizar os conceitos gramscianos para estudar a formação de uma hegemonia do empresariado contribuimos também para a reflexão dos grupos contra-hegemônicos. Outro detalhe importante é que a reflexão de Gramsci está inserida no âmbito da luta de classes, na possibilidade de um processo revolucionário de tomada do Estado. Embora não pareça ser esse o objetivo da hegemonia empresarial, que nega no discurso qualquer ênfase ao conflito, vemos nas entidades empresariais que fazem parte do projeto hegemônico estudado, diversas arenas de lutas concretas onde se

apresentam os “aparelhos de Estado”, como os sindicatos, por exemplo. Para Hirst (*apud* Costa, 2003, p. 323), “estas instituições são representantes mais ou menos adequados das classes”.

Em segundo lugar é importante considerar que vários outros agentes, movimentos sociais, grupos políticos e até mesmo fatores históricos têm igual relevância no processo de constituição do arranjo político-institucional em Maringá. Mas, no caso dos empresários estes já estão aconchegados na dinâmica capitalista que os favorece em detrimento aos demais grupos. Devemos considerar que já existe um comportamento hegemônico que dita as regras de consumo e que coloca, até espacialmente, cada um no seu lugar. O que o empresariado local fez foi potencializar as suas possibilidades para tentar o controle do arranjo político. Talvez esteja aí a necessidade de enfatizar sempre no discurso a ausência do conflito.

Entendemos que estimular o fim dos conflitos, fugir do debate aberto, só enfraquece a dinâmica da sua participação política. Exemplo disso foi a saída de um dos principais líderes do Repensando Maringá, Paulo Roberto Pereira de Souza, que se afastou do Codem quando este se alinhou com a administração petista (2001-2004), preferindo se retirar de um projeto ao qual havia dedicado quase dez anos de sua vida a ter que ir para o confronto com a administração municipal. Nesse aspecto, entendemos que a política perde, pois “... há que se considerar que não há possibilidade de participação autêntica, verdadeira, onde não há o reconhecimento do conflito, dos interesses em conflito, isto é, onde não há política” (BRAGA, 2001, p. 27).

Desse modo, fica deslocado o discurso do Movimento Repensando Maringá de ser o representante de uma sociedade civil amalgamada com o Poder Público. A sociedade civil, ao contrário do que prega o Codem, se apresenta como o local da heterogeneidade, onde atuam múltiplos agentes tanto dos setores progressistas quanto dos setores conservadores, que também se manifestam em espaços diversos e multifacetados, como associações, sindicatos, conselhos, fóruns, entre outros. E são nesses espaços que estão em disputa projetos políticos distintos. De acordo com Dagnino (2004), estes projetos apontam em direções opostas e até antagônicas, mas todos reivindicam uma sociedade civil participativa e propositiva.

Por conta disso atualmente o empresariado já mudou o discurso, substituindo o termo sociedade civil por “terceiro setor”, mas com as mesmas referências como cidadania, participação e democracia. Para a autora “nessa disputa, na qual os deslizamentos semânticos e os deslocamentos de sentido são as armas principais, a prática política se constitui, assim, como um terreno minado, onde qualquer passo em falso leva ao campo adversário” (DAGNINO, 2004, p. 97).

Em terceiro lugar é importante ratificar a presença dos intelectuais orgânicos que deram sustentação teórica ao Movimento e à sua manutenção enquanto hegemonia. O empresariado foi buscar na Universidade esses intelectuais para legitimar o seu projeto, para valorizar a especialização da mão-de-obra, a chamada qualificação da força de trabalho, tão necessária – na lógica do Movimento - para que a cidade pudesse se constituir como pólo de prestação de serviços e excelência do agronegócio. Por seu lado, o avanço do tecnicismo abafando o processo da constituição do saber, naquilo que Tragtenberg (1990) chamou de “delinqüência acadêmica”, relacionado diretamente ao discurso neoliberal, também veio a calhar para os empresários que passaram a aproveitar os recursos humanos da Universidade na forma de estagiários que se submetem a receber bolsas de auxílio sem as garantias legais do regime trabalhista do Brasil. É óbvio que esses intelectuais não atuaram apenas nessa frente, tecnicista, em favor do projeto hegemônico do empresariado. Pesou também a pesquisa favorável às tecnologias, quase sempre determinada pelo interesse empresarial, que colocou o conhecimento científico dentro de uma perspectiva de produção. Todos os projetos elaborados pelo Codem tiveram a participação de intelectuais ligados às disciplinas das áreas técnicas e de produção.

Os intelectuais também são utilizados pelo grupo dominante para ganhar o apoio popular, bem como para moldar ideologicamente esse grupo. E esses mesmos intelectuais, segundo Gramsci (1995), também exercem uma função cosmopolita, pois conseguem transitar em regiões diferentes como a universidade e a empresa, por exemplo, unificando as relações entre esses ambientes opostos.

Entendemos que a educação, representada pela universidade, pela sua condição essencial de diversidade (seja de conhecimento ou de pessoas) pode ser também o

espaço da construção da contra-hegemonia. É na universidade que o debate é qualificado, tem o seu nível elevado, além de despertar a consciência crítica dos educandos. Por isso, ela não pode estar submissa aos poderes instituídos e às classes dominantes; servir apenas para formar intelectuais orgânicos do sistema, mantenedores e dependentes de sua estrutura.

Atualmente, com a entrada em cena do Cesumar – Centro de Ensino Superior de Maringá¹²⁵, a UEM já não representa mais toda força como legitimadora da hegemonia empresarial. O Cesumar tem se mostrado como agente importante na forma de manutenção dessa hegemonia, até porque o seu atual reitor, professor Wilson Matos Silva, é o presidente do Codem em 2007.

Em quarto lugar devemos realçar que a justificativa para a implantação e continuidade do projeto hegemônico era “recolocar” Maringá nos “trilhos” do desenvolvimento. Para isso, foi forjado o discurso de que para a cidade superar a crise do início dos anos 1990 era necessário torná-la competitiva para a atração de investimentos e para o desenvolvimento regional, transformando-a em uma empresa bem estruturada e que pudesse ter uma capacidade de inovação para gerar riqueza e renda aos seus moradores. Para legitimar o discurso, foi criado o documento *Maringá 2020* a partir de um planejamento estratégico que pensou a cidade para 24 anos em apenas oito horas. O planejamento, na verdade, como apresentamos no capítulo específico, serviu mais para buscar o consenso dos participantes sobre temas previamente escolhidos pelos líderes do movimento.

Com isso, o Movimento ditou rumos a serem tomados por Maringá, inclusive pelos seus candidatos a prefeito: tornar-se uma cidade competitiva, empreendedora, que tivesse como marca a ser explorada a sua boa qualidade de vida. A estratégia do empreendedorismo urbano, de acordo com Benko (1999) pressupõe uma economia local flexível, atrativa para grandes investimentos, com redes de empresas e de distritos industriais, tornando a cidade um centro de inovação tecnológica para poder firmar-se na liderança de uma economia de escala, altamente empreendedora. O

¹²⁵ O Cesumar realizou o seu primeiro vestibular em 1990 para os cursos de Administração e Processamento de Dados. Em 2003 transformou-se em Centro Universitário. Atualmente conta com 39 cursos de graduação, 12 mil alunos e mais de 550 professores.

resultado disso foi o projeto do Tecnopark que saiu do papel durante a gestão do prefeito João Ivo Caleffi (PT) e que, atualmente, está em vias de conclusão das desapropriações de propriedades.

Faz parte do discurso neoliberal, conforme Vainer (1999), a necessidade de transformar as cidades em mercadoria à disposição do grande capital. Essa cidade é o resultado do planejamento estratégico, que lhe dá também o *status* de empresa. Como cidade-mercadoria ela está posta à venda e à compra e como cidade-empresa ela tem que gerir seus recursos para ter capacidade de concorrência, sempre subordinada à lógica do mercado. Neste sentido, o projeto hegemônico estudado apresentou as principais características desse discurso, com o empresariado assumindo o papel de pensar as principais políticas de desenvolvimento para a cidade, ficando o Poder Público com a função de gerente, promotor do marketing e da venda dessa mercadoria. Essas ações, a partir de princípios de gestão e metodologias empresariais, conforme podemos entender, atuam como reproduções imperfeitas da política urbana, que na realidade têm objetivos de ocultar a retirada da política da vida urbana, com o discurso do consenso. Com isso, os interesses econômicos dominantes são favorecidos em detrimento das políticas sociais e de redistribuição de riqueza e renda. Surge também, com isso, como vimos nos projetos propostos pelo Codem, a transformação de interesses particulares em objetivos de toda a comunidade, que também é conclamada a dar suporte a esses ideais.

E por último, percebemos que o projeto hegemônico do empresariado ampliou a lacuna da participação popular nas discussões sobre o futuro e desenvolvimento da cidade. Não há, nos documentos consultados informações sobre as preocupações do empresariado sobre os bairros populares e de trabalhadores, que carecem de infra-estrutura, rede de educação e saúde, empregos, entre outros. Isso aponta que a preocupação do Movimento Repensando Maringá esteve depositada no centro da cidade, no centro do poder, no capital. Não percebemos nos discursos do empresariado a inclusão política de indivíduos que estão desconectados do mundo do trabalho ou da educação, por exemplo; antes, há sempre a preocupação em esconder as tensões oriundas das complexas mudanças da sociedade, com idéias de “cooperação” e “solidariedade” (IVO, 2002). Há também o discurso da parceria

público-privada para transformar a cidade de modo que se “pareça” um lugar inovador, criativo, seguro para viver, seguro para investir, visitar ou consumir. Segundo Harvey (1996) esse modelo de parceria tem por “objetivo político e econômico imediato, o investimento imobiliário pontual e especulativo”, focado na divisão espacial do consumo. Por isso, as camadas populares não estão no centro do discurso do empresariado.

A dificuldade que o cidadão que não é empresário ou representante de uma entidade de classe tem de ter acesso ao Conselho está estampada na composição das câmaras técnicas do Codem. Somente a Câmara de Assuntos Comunitários tem espaço para associações de moradores, representados pela Federação das Associações de Bairros de Maringá – Feabam. Assim mesmo, é apenas uma vaga. Com isso, fica evidente a desconexão entre o discurso de que a “comunidade” está interferindo nos rumos da cidade ou “determinando” o futuro, e a prática do empresariado.

O projeto hegemônico estudado foi construído a partir de idéias que vieram da Associação Comercial que lhe dá o suporte necessário até hoje. Por isso, a ACIM faz parte da maioria das câmaras técnicas e tem preferência na indicação dos candidatos que disputam a presidência do Codem. É da ACIM que se produz o discurso de que o “partido maior” do maringaense é a cidade, daí deriva a ênfase que a ação empresarial dá em declarar que o melhor governo para a cidade é sempre aquele que está no poder. Mas, o Codem tem procurado nos processos eleitorais, como vimos, e nos posteriores a 2004 também, garantir que os líderes políticos assumam os seus projetos e se alinhem ao seu próprio discurso.

É aqui que entendemos que a pesquisa pode prosseguir ou que, pelos menos, inicie uma série de contribuições com o estudo do comportamento do empresariado local, diretamente influenciado pelos rumos das políticas nacionais, mas internamente voltado para resolver os seus problemas na cidade. Deixamos uma questão aberta que poderá ser respondida por novas investigações. Seria o Codem o “príncipe moderno” maringaense?



"COMUNIDADE E GOVERNO,
JUNTOS, DETERMINANDO O NOSSO FUTURO"



Imagem 5
Parte do material de divulgação do Codem

Referências bibliográficas

Agora, eu, eu sei como tudo é: as coisas que acontecem, é porque já estavam ficando prontas, noutra ar, no sabugo da unha; e com efeito tudo é grátis quando sucede, no reles do momento.

*Fragmentos*¹²⁶

¹²⁶ ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Ed. Comemorativa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 400.

1. Fontes

1.1 Periódicos

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL **1950**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, 1951.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL **1961**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, 1961.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL **1971**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 32, 1971.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina: Empresa Jornalística Folha de Londrina, diário, 1995 e 2003

JORNAL INDÚSTRIA & COMÉRCIO. Curitiba: Indústria & Comércio, diário, 1995.

O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ. Maringá: Editora Central, diário, 1993-2006.

O ESTADO DO PARANÁ. Curitiba: Grupo Paulo Pimentel, diário, 1995-1996.

O JORNAL DO POVO. Maringá: Editora Setentrião, diário, 1993-1997.

REVISTA ACIM. Maringá: Associação Comercial e Empresarial de Maringá, 1993-2005. Mensal. ISSN 1981-1926.

REVISTA EXAME. **As 100 melhores cidades para se investir**. Guia do Investidor. nº 9. São Paulo: Editora Abril, 03 mai. 2002.

1.2 Entrevistas

FERMENTÃO, Antonio. **Depoimento ao projeto ACIM: 10 anos que mudaram Maringá**. 27 out. 2005. Entrevista concedida a Márcia Regina de Oliveira Lupion.

SERRATO, Cláudio. **Depoimento ao projeto ACIM: 10 anos que mudaram Maringá**. 28 out. 2005. Entrevista concedida a Márcia Regina de Oliveira Lupion.

VALÊNCIO, José Carlos. **Depoimento ao projeto ACIM: 10 anos que mudaram Maringá**. 27 out. 2005. Entrevista concedida a Márcia Regina de Oliveira Lupion.

1.3 Atas, documentos e leis

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Ata da Assembléia Geral de Constituição e Eleição de Diretoria**. IDR: Maringá, 21 fev. 1994.

INSTITUTO PRÓ-DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Ata de Constituição, Eleição da Diretoria e Aprovação do Estatuto Social**. Pro-UEM: Maringá, 1993.

INSTITUTO PRÓ-DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Ata da Assembléia Geral Extraordinária**. Pró-UEM: Maringá, 06 jul. 2005.

PARANÁ (Pr). **Decreto nº 3708 de 31 de outubro de 1997**. Enquadra os estabelecimentos importadores situados nos municípios de Maringá, Marialva, Paiçandu e Sarandi cujas operações se realizarem através da Estação Aduaneira do Interior de Maringá nos incentivos fiscais do Regulamento do ICMS. D.O. nº 5121: Curitiba, 31 out. 1997.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. **Lei municipal nº 3335/1993**. Institui o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá – CODEM. Paço Municipal, Maringá, 10 fev. 1993.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. **Lei municipal nº 4274/1996**. Institui o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico – FMD. Paço Municipal, Maringá, 16 set. 1996.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ 2. **Lei municipal nº 4275/1996**. Institui o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá – CODEM. Paço Municipal: Maringá, 16 set. 1996.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Resolução nº 001/98-COU**. Dispõe sobre a participação de membros da comunidade no Conselho Universitário. UEM: Maringá, 16 mar. 1998.

1.4 Internet

CODEM. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá. 2006. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.codem.org.br/codem/>>. Acesso em: 19 ago. 2006.

CODEM. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá. 2007. **Maringá 2020**. Disponível em: <<http://www.codem.org.br/codem/?action=maringa>>. Acesso em: 08 mai. 2007.

PORTAL ACIM. **Associação Comercial e Empresarial de Maringá**. 2007. Disponível em: <<http://www.acim.com.br>>. Acesso em: 08 mai. 2007.

2. Bibliografia

2.1 Livros

ACIM – Associação Comercial e Empresarial de Maringá. **O Sonho se Faz ACIM**. Maringá: Dental Press, 2006.

ALIGHIERI, Dante. **A divina comédia**. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

ANDRADE, Arthur. **Maringá: ontem, hoje e amanhã**. Maringá: [s.n], 1979.

ARAÚJO, Maria P. N. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

BOURDIN, Alan. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CAMACHO, Nelson A. P. **O custo do aluno universitário: subsídio para uma sistemática de avaliação na Unicamp**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

CANCIAN, Nadir A. **Cafecultura paranaense -1900-1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CAPELATO, Maria Helena R. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARDOSO, Fernando H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

CARNEIRO, David e VARGAS, Túlio. **História biográfica da República no Paraná**. Curitiba: Banestado, 1994.

CARONE, Edgard. **O pensamento industrial do Brasil (1880-1945)**. São Paulo: Difel, 1977.

CASTELLS, Manuel, HALL, Peter. **Technopoles of the world: the making of twenty-first-century industrial complexes**. London: Routledge, 1996.

CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Ph. **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 2001.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**, publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 24 de setembro de 1975, São Paulo.

CONTIER, Arnaldo D. **Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842)**: matizes do vocabulário político e social. Petrópolis: Vozes; Campinas: Unicamp, 1979.

CORRÊA JÚNIOR, João Antonio. **Maria Fumaça**. Maringá: Clichetec, 1988.

CORRÊA JÚNIOR, João Antonio. **O trem de ferro!** Maringá: Editora 5 de Abril, 1991.

COSTA, Paulo Roberto Neves. **Democracia nos anos 50**: burguesia, corporativismo e Parlamento. São Paulo: Hucitec, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Nova edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. **Empresariado e Estado na transição brasileira**: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977). Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: FAPESP, 1995.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Gramsci em Turim**: a construção do conceito de hegemonia. 1ª. ed. São Paulo: Xamã, 2000.

DIAS, Reginaldo B. (org). **O público e o privado na educação**: a privatização do ensino em Maringá e temas afins: Maringá. Secretaria de Educação do Município, 1995.

DIAS, Reginaldo B.; TONELLA, Celene. **A experiência do Legislativo Municipal em Maringá 1947/1998**. Maringá: Câmara Municipal de Maringá, 1999.

DIAS, Reginaldo B. **No calor da hora**: artigos sobre política, memória e história. Maringá: Clichetec, 2003.

DIAS, Reginaldo B. **Sob o signo da revolução brasileira**: a experiência da Ação Popular no Paraná. Maringá: Eduem, 2003.

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil**: 1930-1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DINIZ, Eli. **Crise, reforma do Estado e governabilidade**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997.

DINIZ, Eli. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais**: Brasil anos 90. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **Empresariado nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **Empresários, interesses e mercado**: dilemas do desenvolvimento no Brasil. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do poder**. Petrópolis: Vozes, 1981.

ESTRADA, Jorge Ferreira Duque. **Terra Crua**. Curitiba: [s.n], 1961.

FANGANIELLO, Helena. **Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico**. São Paulo: FEA-USP, 1970.

FERREIRA, Said. **Os caminhos legais da corrupção**. Maringá: Gráfica União, 2003.

FROSINI, Fabio. **Gramsci e la filosofia: saggio sui Quaderni del carcere**. Roma: Carocci Editore, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. Turim: Giulio Einaudi Editori, 1975.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 8ª. Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9ª. Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 4ª. Ed. Rio de Janeiro, Graal, 2000.

HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática**. A repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, 1988.

HILÁRIO, José. **Maria do Ingá. Amargo sabor de mel na colonização do Paraná**. Maringá: Ideal, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. 7ª. Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O atual e o inatual em Leopold Von Ranke**. História. São Paulo: Ática, 1979.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades jardins de amanhã**. Hucitec, 2002.

KELLER, Suzanne. **O destino das elites**. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

LEME, Mariza Saenz. **Ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)**. Petrópolis: Vozes, 1978.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**. Elementos para uma análise marxista. 15ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**. Maringá. Maringá: Prefeitura, 1997.

MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. **A favor de Gramsci**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. 2ª. ed. revista. Brasília: UNB, 1982.

MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo**: o empresário e a empresa na biografia do conde de Matarazzo. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Sociais, UFRJ, 1968.

MENDES, Messias. **Sociologia de botequim**. Maringá: Clichetec, 1995.

MINELLO, Ary César. **Banqueiros, organização e poder político no Brasil**. Rio de Janeiro: Anpocs-Espaço Tempo, 1988.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá: Eduem, 1994.

RECCO, Rogério. **À sombra dos ipês de minha terra**. Londrina: Midiograf, 2005.

RECCO, Rogério. **Clareira flamejante**. O norte do Paraná antes e após o advento da energia elétrica. Maringá: Midiograf, 2007.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999.

REIS, Osvaldo. **Maringá e seus prefeitos**. Maringá: Clichetec, 1996.

REIS, Osvaldo. **A história em conta-gotas**. 1947-2004 Maringá. Maringá: [s/n], 2004.

RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

ROBLES, Orivaldo, Pe. **A igreja que brotou da mata**. Maringá: Dental Press, 2007.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil**: introdução metodológica. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão**: veredas. Ed. Comemorativa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006

SADER, Emir (org). **Gramsci**. Poder, política e partido. 1º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura**: Gramsci. Curitiba: Ed. da UFPR, 1992.

SCHNEIDER, Ben Ross. **Elite bureaucrats and industrial policy in authoritarian Brazil**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1991.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e o Brasil**. Recepção e difusão de suas idéias. Coleção Questões da Nossa Época; v. 94. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 3ª. ed. Revisada. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez Editora, 2004.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

TONELLA, Celene. **Poder local e políticas públicas**: o papel dos conselhos gestores. Maringá: Eduem, 2006.

TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. 2ª. ed. São Paulo: Editores Associados; Cortez, 1990.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1979.

2.2 Artigos em livros ou periódicos

ALCANTARA, José Carlos. **O bipartidarismo (1966-1978) e a volta do pluripartidarismo em Maringá**. In: DIAS, Reginaldo B; GONÇALVES, José Henrique R. *Maringá e o Norte do Paraná*: estudos de história regional. Maringá: Eduem, 1999.

ARRUDA, Gilmar. **História, historiadores, regiões e fronteiras**. In: Revista História Debates e Tendências, Passo Fundo, v. 3, n. 2, dezembro 2002.

BADALONI, Nicola. **Liberdade individual e homem coletivo em Antonio Gramsci**. In: FERRI, Franco (coord.) *Política e história em Gramsci*. Instituto Gramsci, Vol. 1. Atas do Encontro Internacional de Estudos Gramscianos (Florença, 9-11 de dezembro de 1977). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BÉDARIDA, François. **Tempo presente e presença na história**. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

BERTONHA, João Fábio. **Culturalismo x estruturalismo**: um debate com E.P. Thompson. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 17, Março de 1997.

BODEI, Remo. **Gramsci**: vontade, hegemonia, racionalização. In: FERRI, Franco (coord.) *Política e história em Gramsci*. Instituto Gramsci, Vol. 1. Atas do Encontro

Internacional de Estudos Gramscianos (Florença, 9-11 de dezembro de 1977). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **História e análise de textos**. In: *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

CARDOSO, Fernando H. **Las elites empresariales en America Latina**. In: LIPSET, S.M.; SOLARIS, ALDO E. (orgs). *Elites y desarrollo em America Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1967.

CARDOSO, Fernando H. **Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise política brasileira**. In: FURTADO, Celso (ed). *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

CARVALHO, Mércya; FISCHER, Tânia. **Escalas de poder e influência, redes sociais urbanas e formação de alianças estratégicas: o caso do Multiplex Iguatemi em Salvador**. In: VIEIRA, Marcelo M. F.; CARVALHO, Cristina A. *Organizações, instituições e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CASAGRANDE, Iolanda. **O trabalhador rural volante (“bóia-fria”) na região de Maringá, nos anos 70**. In: DIAS, Reginaldo B; GONÇALVES, José Henrique R. *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. (A era da informação: economia, sociedade e cultura). In: *A sociedade em rede*. Volume 2. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CEZÁRIO, Ana Cleide C. **Norte novo: a expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico**. In: PAZ, Francisco M. (org). *Cenários de economia e política: Paraná*. Curitiba: Prephacio, 1991.

CHAUÍ, Marilena. **Prefácio**. In DECCA, Edgar de. *1930 - O silêncio dos vencidos*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COSTA, P. R. N. **Como os empresários pensam a política e a democracia: Brasil, anos 1990**. Opinião Pública, Campinas, Vol. XI, n. 2, Outubro, 2005.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** In: MATO, Daniel (coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidade Central de Venezuela, 2004.

DANIEL, Celso. **Uma experiência de desenvolvimento local: a Câmara Regional do Grande ABC**. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo; MARTIN, Scott (orgs.). *Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais*. São Paulo: Editora Senac, 2001.

DE LUCA, Tânia Regina. **Fontes impressas**. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

DIAS, Edmundo F. **Hegemonia: racionalidade que se faz história**. In: DIAS, Edmundo Fernandes *et alli*. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.

DIAS, Reginaldo B. **Os trabalhadores e a esquerda na resistência à ditadura militar: a greve geral de outubro de 1968 em Maringá**. In: DIAS, Reginaldo B; GONÇALVES, José Henrique R. *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999.

GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GONÇALVES, José Henrique R. **Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do Norte (Novo) do Paraná – 1930/1970**. In: DIAS, Reginaldo B; GONÇALVES, José Henrique R. *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999.

GONÇALVES, José H. R. **História local: conceitos, preceitos e preconceitos**. In II Seminário Internacional de História. *Comunicação*. Maringá: UEM, DHI, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Alcuni temi della quistione meridionale**. In: *La questione meridionale*. Roma: Editori Riuniti, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Alguns temas da questão meridional**. In: *A questão meridional*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira: Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. In: *Cadernos do cárcere Vol. 3*. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HARVEY, D. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da Administração Urbana no capitalismo tardio**. Espaço e Debates. Ano XVI, São Paulo, 1996.

IVO, Anete Brito Leal. **Recomposição política, comunidade cívica e governança urbana**. In: *Cadernos Metrôpole*, n. 8, 2º. semestre. São Paulo: PUC, 2002.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **História, política e ensino**. In BITTENCOURT, Maria Fernandes (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

JOHNSON, Richard. **Edward Thompson, Eugene Genovese y la historia socialista-humanista**. In: BONAFÈ, M; ARACIL, R. (orgs). *Hacia una historia socialista?* Barcelona: Ed. del Serbal, 1983.

LAVALLE, Adrián Gurza. **Crítica ao modelo da nova sociedade civil**. Revista Lua Nova, n. 47: São Paulo, 1999.

LIMA, Maurício. **Dallas no Paraná**. In: Revista Veja, nº. 20, São Paulo: Ed. Abril, 1999.

LOBO, Eulália. **A formação da história empresarial**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MARQUES, Maria Cristina da C. **A construção histórica da saúde em Maringá**. In: DIAS, Reginaldo B; GONÇALVES, José Henrique R. *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999.

MARX, Karl. **Prefácio a "Uma contribuição à crítica da economia política"**. In: FROMM, Erich. *Conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

MENDES, César Miranda. **Um pouco da cultura do concreto**: algumas experiências sobre a verticalização urbana. In: DIAS, Reginaldo B; GONÇALVES, José Henrique R. *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Capítulo 1 – Estado e Sociedade**. In: Mattos, Marcelo Badaró (org.). *História: pensar e fazer*. Niterói: LDH-UFF, pp. 14-32, 1998.

MUNHOZ, Sidnei. **Fragmentos de um possível diálogo com Edward Palmer Thompson e com alguns de seus críticos**. Revista de História Regional, Universidade Estadual de Ponta Grossa, n. 2, volume 2, 1997.

NOELLI, Francisco Silva; MOTA, Lucio Tadeu. **A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná**. In: DIAS, Reginaldo B; GONÇALVES, José Henrique R. *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Gramsci e os desafios de uma política democrática de esquerda**. In: AGGIO, A. (org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 18, n. 52, junho 2003.

OLIVEIRA, Vladimir Luís de. **Estado, empresariado regional e o setor automotivo no Paraná**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 105, p. 125-140, jul./dez. 2003.

PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais**: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, A. (orgs.). *Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG. 2000.

PELEGRINI, Sandra C. A. **A paisagem urbana de Maringá expressa em distintas representações pictóricas da cidade.** In: PELEGRINI, Sandra C. A; ZANIRATO, Sílvia Helena (orgs.). *Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica.* Maringá: Eduem, 2005

PERES, Wilson. **A dimensão local das políticas de competitividade industrial.** In: GUIMARÃES, Nadya Araújo; MARTIN, Scott (orgs.). *Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais.* São Paulo: Editora Senac, 2001.

PRIORI, Angelo. **Lutas sociais e conflito político:** alguns temas da história de Maringá (o II Congresso de Trabalhadores Rurais e a formação da Frente Agrária Paranaense). In: DIAS, Reginaldo B; GONÇALVES, José Henrique R. *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional.* Maringá: Eduem, 1999.

RÉMOND, René. **Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução.** In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral.* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

RIBEIRO, Edméia Aparecida. **Moralidade e sexualidade feminina em Maringá:** um estudo nos jornais e nos processos de crime de sedução, 1950-1980. In: DIAS, Reginaldo B; GONÇALVES, José Henrique R. *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional.* Maringá: Eduem, 1999.

RIOUX, Jean-Pierre. **A associação em política.** In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política.* 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceitual do político.** In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 15, n. 30, pp. 9-22, jan. 1995.

SÁNCHEZ, F. **Políticas urbanas em renovação:** uma crítica dos modelos emergentes. In: Revista de Estudos Urbanos e Regionais. Campinas, n. 1, maio, 1999.

SHEEN, Maria Rosemary C. C. (org). **Recortes da história de uma universidade pública.** O caso da Universidade Estadual de Maringá. Maringá: Eduem, 2001.

SILVA, Rosimeri Carvalho da. **Poder invisível, formas de controle e gestão da qualidade total:** o caso da Siderúrgica Riograndense. In: VIEIRA, Marcelo M. F.; CARVALHO, Cristina A. *Organizações, instituições e poder no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOUZA CAMPOS, Paulo Fernando de. **Moralizando o pobre:** vadios, baderneiros e loucos na “cidade tecnicamente planejada para ser bela e sem problemas”. In: DIAS, Reginaldo B; GONÇALVES, José Henrique R. *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional.* Maringá: Eduem, 1999.

TAIT, Tânia Fátima C. **As excluídas da história:** o olhar feminino sobre a formação de Maringá. In: DIAS, Reginaldo B; GONÇALVES, José Henrique R. *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional.* Maringá: Eduem, 1999.

TONELLA, Celene. **O conceito gramsciano de hegemonia em Edward P. Thompson e Eugene Genovese.** Pós-História – Revista de Pós-Graduação em História, Assis, SP, 04: 93-107, 1996.

TONELLA, Celene. **As eleições municipais e a política local na reedição do pluripartidarismo.** In: DIAS, Reginaldo; GONÇALVES, José H. R. (orgs). *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional.* Maringá: Eduem, 1999.

TRAGTENBERG, Maurício. **Prefácio.** In: PAOLI, Niuvenius Junqueira. *Ideologia e hegemonia: as condições de produção da educação.* São Paulo: Cortez Editora: Autores Associados, 1981.

VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria:** notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. Encontro Nacional da Anpur, 8, Porto Alegre, 1999. Anais... Porto Alegre: ANPUR, 1999.

VOLDMAN, Daniele. **Definições e usos.** In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral.* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

ZANIRATO, Silvia Helena. **Lembranças fotográficas:** memória e história na cidade contemporânea. In: PELEGRINI, Sandra C. A; ZANIRATO, Silvia Helena (orgs.). *Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica.* Maringá: Eduem, 2005.

2.3 Dissertações e Teses

ALCANTARA, José Carlos. **O dualismo partidário no período de 1966 a 1982 e sua representação local.** Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Assis, SP: Unesp, 2004.

ARRUDA, Pedro Gustavo F. F. **O "Fazer-se" da burguesia industrial no Brasil:** possibilidades históricas e obstáculos para o exercício da hegemonia burguesa (1930-54). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

BRAGA, Tânia Moreira. **Belo Horizonte:** desafios da dimensão ambiental nas políticas urbanas. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, SP: 2001

BRANDÃO, Elias Canuto. **Limites, desafios e avanços da participação popular no Orçamento Participativo.** Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho: Unesp, 2005.

CERNEV, Jorge. **Liberalismo e colonização: o caso do Norte do Paraná.** Dissertação (Mestrado) – Departamento de Filosofia. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1988.

COSTA, P. R. N. **Empresariado e democracia no Brasil (1984-1994)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas - IFCH. Campinas: Unicamp, 2003.

COSTA, Simone Pereira. **Estrada da vida: organização do mundo dos rodeios no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

FAVARETTO, João Batista. **Matéria e forma: Gramsci e a construção de um novo sujeito**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação. Campinas: Unicamp, 2004.

GALVÃO, Altair Aparecido. **Condomínios horizontais fechados: segregadores ou segregados? Um estudo de caso no município de Maringá**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia (Análise Regional e Ambiental). Universidade Estadual de Maringá. Maringá: UEM, 2007.

GONÇALVES, José Henrique R. **História regional & ideologias: em torno de algumas corografias políticas do norte-paranaense, 1930/1980**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1995.

LOPES, Ana Yara Paulino. **Pioneiros do capital: a colonização do Norte Novo do Paraná**. Dissertação (Mestrado) – FFLCH. São Paulo: USP-FFLCH, 1982.

MUSSALAN, René. **Norte pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974.

NASCIMENTO, Luiz Miguel do. **Olhar cotidiano sobre a política: a eleição presidencial de 1989 e a eleição municipal de 2000 em Maringá**. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, PUC, 2003.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2004.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro: Unesp, 1991.

SILVA, Carlos A. Mororó. **Considerações sobre o espaço urbano de Maringá – Pr: do espaço de floresta à Cidade Jardim, representação da “Cidade Ecológica”, “Cidade Verde”**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2006.

TOMMASINO, K. **A história dos Kaingang da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia. São Paulo: USP, 1995.

2.4 Internet

ANTONIO, Daliana C. L. **Maringá: a ordem desejada**. In: Revista Urutágua. Maringá, n. 07, p. 1-16, Ago/Set/Out/Nov. 2004. Disponível em <<http://www.uem.br/urutagua/007/07antonio.htm>>

CABAL BRASIL. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.cabal.com.br/1historico.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2007.

CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS DO BRASIL. **CACB**. Disponível em: <<http://www.cacb.org.br>>. Acesso em: 20 mai. 2007

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **CNI**. Disponível em: <<http://www.cni.org.br/>>. Acesso em: 20 mai. 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. **CNC**. Disponível em: <<http://www.portaldocomercio.org.br>>. Acesso em: 20 mai. 2007

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. **CNT**. Disponível em: <<http://www.cnt.org.br>>. Acesso em: 20 mai. 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES LOJISTAS. **CNDL**. Disponível em: <<http://www.cndl.org.br/>>. Acesso em: 20 mai. 2007

CÔRTEZ, Norma. **Como escrever um projeto de pesquisa em História**. Apostila didática, 2003. Disponível em <<http://www.artesdotempo.hpg.com.br>>

GASODUTO. **Verbete**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Gasoduto_Brasil-Bol%C3%ADvia>. Acesso em: 20 mai. 2007.

GAMBOA, Ángel Soto. **Historia del presente**: Estado de la cuestión y conceptualización. Revista Electronica Historia Actual On-Line. Año II, n. 3, Cádiz, Invierno, 2004. Disponível em: <<http://www.hapress.com>>.

INSTITUTO PROE. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.proe.org.br/portal/quemsomos.php>>. Acesso em: 20 mai. 2007.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). **O PT à frente da Prefeitura de Maringá**. Disponível em: <http://www.pt.org.br/site/secretarias_def/secretarias_int>. Acesso em: 15 out. 2005.

SÁ, Antonio Fernando de Araújo. **História do presente e a dialética presente-passado**. Infonet: Política e Economia, publicado em 28/02/2005. Disponível em <<http://www.infonet.com.br/politicaeeconomia/ler.asp?id=32690&titulo=artigos>>

SINDICATO DOS LOJISTAS E DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MARINGÁ E REGIÃO. **SIVAMAR**. Disponível em: <<http://www.sivamar.com.br/website/>>. Acesso em: 20 mai. 2007

Anexos

(...) no viver tudo cabe.

Fragmentos¹²⁷

¹²⁷ ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Ed. Comemorativa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 62.

Anexo 1:

Prefeitos, presidentes da ACIM e presidentes do Codem

Ano	Prefeito	Presidente da ACIM	Presidente do Codem
1952	Inocente Villanova Júnior (PTB)		
1953	Inocente Villanova Júnior	Américo Marques Dias	
1954	Inocente Villanova Júnior	Américo Marques Dias	
1955	Inocente Villanova Júnior	Américo Marques Dias	
1956	Inocente Villanova Júnior	Américo Marques Dias	
1957	Américo Dias Ferraz (PSP)	Américo Marques Dias Murilo Macedo ¹²⁸	
1958	Américo Dias Ferraz	Murilo Macedo Alfredo Moisés Maluf ¹²⁹ Odwaldo Bueno Netto ¹³⁰	
1959	Américo Dias Ferraz	Ermelindo Bolfer ¹³¹	
1960	Américo Dias Ferraz	Ermelindo Bolfer Manoel Mário de Araújo Pismel ¹³²	
1961	João Paulino V. Filho (PSD)	Manoel Mário de Araújo Pismel	
1962	João Paulino V. Filho	Manoel Mário de Araújo Pismel Emílio Germani ¹³³	
1963	João Paulino V. Filho	Emílio Germani	
1964	João Paulino V. Filho	Emílio Germani Manoel Mário de Araújo Pismel ¹³⁴	
1965	Luiz Moreira de Carvalho (PDC)	Manoel Mário de Araújo Pismel Victor Ivo Assmann ¹³⁵	
1966	Luiz Moreira de Carvalho	Manoel Mário de Araújo Pismel João de Faria Pioli ¹³⁶	
1967	Luiz Moreira de Carvalho	Rodolfo Purpur ¹³⁷	
1968	Luiz Moreira da Carvalho	Rodolfo Purpur ¹³⁸ Ermelindo Bolfer ¹³⁸ Joaquim Dutra ¹³⁹	
1969	Adriano Valente (MDB)	Joaquim Dutra	
1970	Adriano Valente	Ubirajara de Araújo Pismel	
1971	Adriano Valente	Ubirajara de Araújo Pismel	
1972	Adriano Valente	Ermelindo Bolfer	
1973	Silvio Magalhães Barros (MDB)	Ermelindo Bolfer	
1974	Silvio Magalhães Barros	Luiz Júlio Bertin	
1975	Silvio Magalhães Barros	Álvaro Miranda Fernandes ¹⁴⁰ Luiz Júlio Bertin	
1976	Silvio Magalhães Barros	Álvaro Miranda Fernandes	
1977	João Paulino V. Filho (ARENA)	Álvaro Miranda Fernandes	
1978	João Paulino V. Filho	Sidney Meneguetti	

¹²⁸ Eleito e empossado em 19 de maio de 1957.

¹²⁹ Era vice-presidente de Macedo e assumiu como presidente quando este foi transferido para São Paulo no início de 1958.

¹³⁰ Eleito e empossado em 25/05/1958.

¹³¹ Vice-presidente de Bueno Netto, assumiu como presidente no final de 1958 por renúncia do titular.

¹³² Eleito e empossado em maio de 1960.

¹³³ Eleito e empossado em 07/06/1962.

¹³⁴ Eleito e empossado em 14/05/1964.

¹³⁵ Vice-presidente de Pismel, assumiu a presidência por curto período em 1965.

¹³⁶ Eleito e empossado em 13/05/1966.

¹³⁷ Vice-presidente de Pioli, assumiu a presidência no início de 1967 por afastamento do titular por motivo de saúde.

¹³⁸ Eleito e empossado em 15/05/1968.

¹³⁹ Por motivo de renúncia de Bolfer e seu vice-presidente Ruben Ávila, em 27/11/1968, Joaquim Dutra foi escolhido presidente da ACIM, tendo Manoel Mário de Araújo Pismel como vice-presidente.

¹⁴⁰ Vice-presidente de Bertin, assumiu como presidente devido a licença do titular.

1979	João Paulino V. Filho	Sidney Meneguetti	
1980	João Paulino V. Filho	Josuan Piassi de Moraes Atair Niero ¹⁴¹	
1981	João Paulino V. Filho	Atair Niero	
1982	João Paulino V. Filho Sincler Sambatti ¹⁴²	Raymundo do Prado Vermelho	
1983	Said Ferreira (PMDB)	Raymundo do Prado Vermelho	
1984	Said Ferreira	Fernando Henriques	
1985	Said Ferreira	Fernando Henriques	
1986	Said Ferreira	Alcides Siqueira Gomes	
1987	Said Ferreira	Alcides Siqueira Gomes	
1988	Said Ferreira	Carlos Ajita	
1989	Ricardo Barros (PFL)	Carlos Ajita	
1990	Ricardo Barros	Fernando Heriques	
1991	Ricardo Barros	Fernando Henriques	
1992	Ricardo Barros	Fernando Henriques Massao Tsukada ¹⁴³	
1993	Said Ferreira (PMDB)	Massao Tsukada	
1994	Said Ferreira	Massao Tsukada Pedro Granado Martines ¹⁴⁴	
1995	Said Ferreira	Pedro Granado Martines	
1996	Said Ferreira	Pedro Granado Martines Hélio Costa Curta ¹⁴⁵	
1997	Jairo Gianoto (PSDB)	Hélio Costa Curta	Miguel Fuentes Salas
1998	Jairo Gianoto	Hélio Costa Curta Jefferson Nogaroli ¹⁴⁶	Miguel Fuentes Salas
1999	Jairo Gianoto	Jefferson Nogaroli	Miguel Fuentes Salas Carlos Walter M. Pedro ¹⁴⁷
2000	Jairo Gianoto João Alves Corrêa ¹⁴⁸	Jefferson Nogaroli	Carlos Walter M. Pedro
2001	José Cláudio P. Neto (PT)	Jefferson Nogaroli	Carlos Walter M. Pedro
2002	José Cláudio P. Neto	Jefferson Nogaroli Ariovaldo Costa Paulo ¹⁴⁹	Carlos Walter M. Pedro Antonio Fermentão ¹⁵⁰
2003	José Cláudio P. Neto João Ivo Caleffi ¹⁵¹	Ariovaldo Costa Paulo	Antonio Fermentão
2004	João Ivo Caleffi	Ariovaldo Costa Paulo	Antonio Fermentão
2005	Sílvio Barros II (PP)	Ariovaldo Costa Paulo	Antonio Fermentão Valdir Scalon ¹⁵²
2006	Sílvio Barros II	Ariovaldo Costa Paulo Carlos Alberto T. Cardoso ¹⁵³	Valdir Scalon
2007	Sílvio Barros II	Carlos Alberto T. Cardoso	Valdir Scalon Wilson de Matos Silva ¹⁵⁴

¹⁴¹ Vice-presidente de Moraes, assumiu a presidência logo que este renunciou por motivo de mudança de domicílio ficando apenas um mês no cargo.

¹⁴² Por motivo de renúncia de João Paulino para concorrer ao cargo de vice-governador, o vice-prefeito Sincler Sambatti assumiu a prefeitura no dia 14/05/1982.

¹⁴³ Assume a presidência da ACIM em março de 1992.

¹⁴⁴ Assume a presidência da ACIM em março de 1994.

¹⁴⁵ Assume a presidência da ACIM em março de 1996.

¹⁴⁶ Assume a presidência da ACIM em março de 1998.

¹⁴⁷ Eleito e empossado presidente do Codem em junho de 1999.

¹⁴⁸ Com o afastamento do prefeito Jairo Gianoto pelo Ministério Público em 27/10/2000, o presidente da Câmara, vereador João Alves Corrêa assumiu a prefeitura até o fim do mandato.

¹⁴⁹ Assume a presidência da ACIM em abril de 2002.

¹⁵⁰ Eleito e empossado presidente do Codem em junho de 2002.

¹⁵¹ Em virtude do falecimento do prefeito José Cláudio, em 16/09/2003, João Ivo Caleffi assumiu como prefeito em 23/09/2003.

¹⁵² Eleito e empossado presidente do Codem em junho de 2005.

¹⁵³ Assume a presidência da ACIM em abril de 2006.

¹⁵⁴ Eleito e empossado presidente do Codem em março de 2007.

Anexo 2:

MOVIMENTO
“REPENSAANDO MARINGÁ”

Prezado Senhor,

Com satisfação passamos às suas mãos este material que é parte do fruto de cinco meses de trabalho do *Movimento Repensando Maringá*.

Durante esses meses foram ouvidas dezenas de pessoas e entidades; mantidas reuniões, realizados debates e desenvolvido um grande trabalho no sentido de unir a comunidade Maringaense com vistas a retomada do prestígio e da pujança econômica de nossa querida cidade.

De todas ações desenvolvidas emergiu este material que inclui, como ponto alto, a Lei que criou o CODEM – Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá e a Lei que instituiu o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Por sua contribuição até o momento, nossa sincera gratidão. Estamos contando com seu comprometimento para efetivação destas conquistas que, certamente, se eternizarão nos anais da história de Maringá como um marco de conquista para gerações futuras.

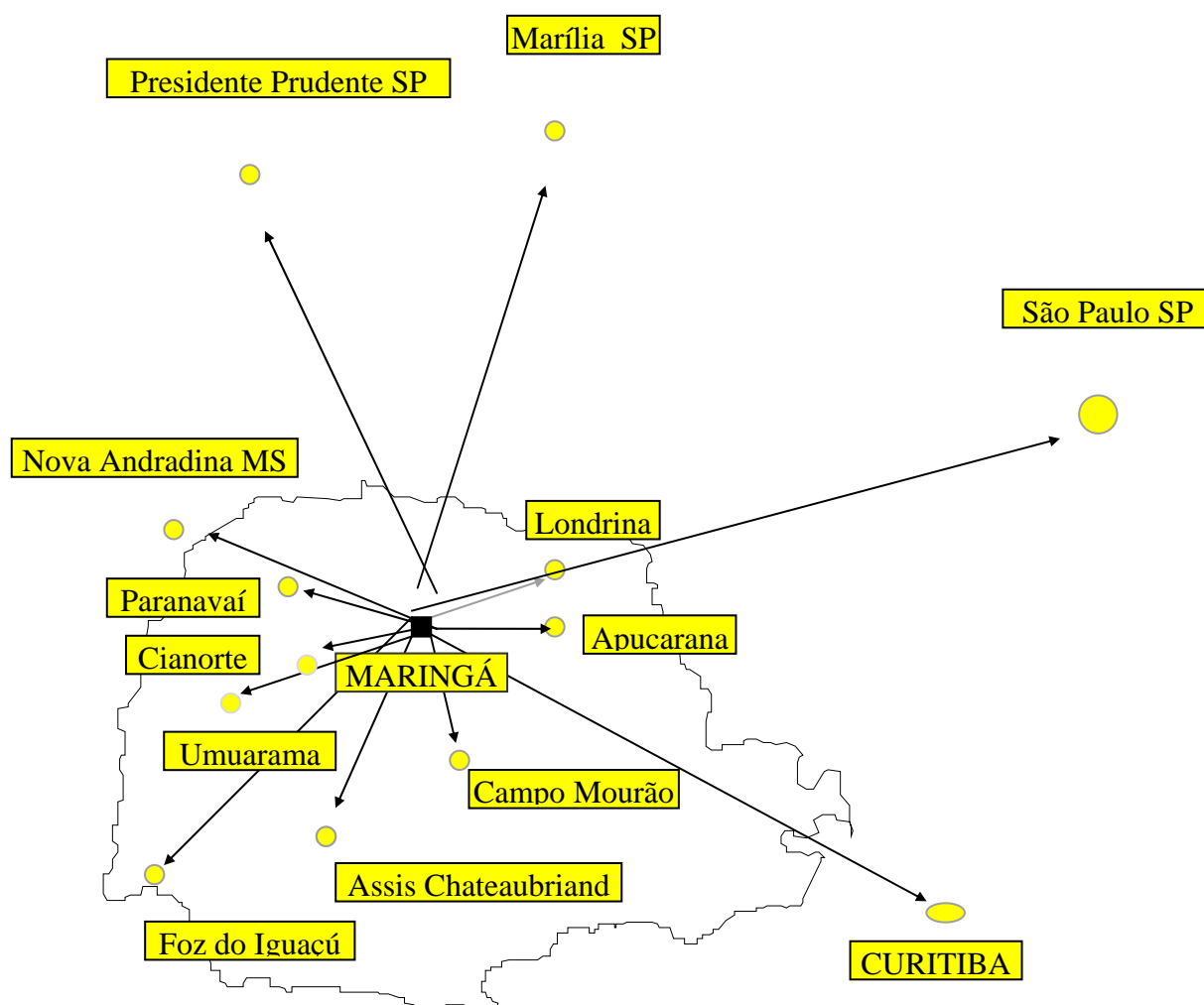
Os Coordenadores.

*QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL
DE MARINGÁ
E
SUGESTÕES DE
POLÍTICAS E DIRETRIZES
ECONÔMICAS*

INTRODUÇÃO

O município de Maringá se desenvolveu baseado na exploração do mercado regional, cuja região de abrangência que considera os mercados das cidades circunvizinhas estende-se até o sul de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

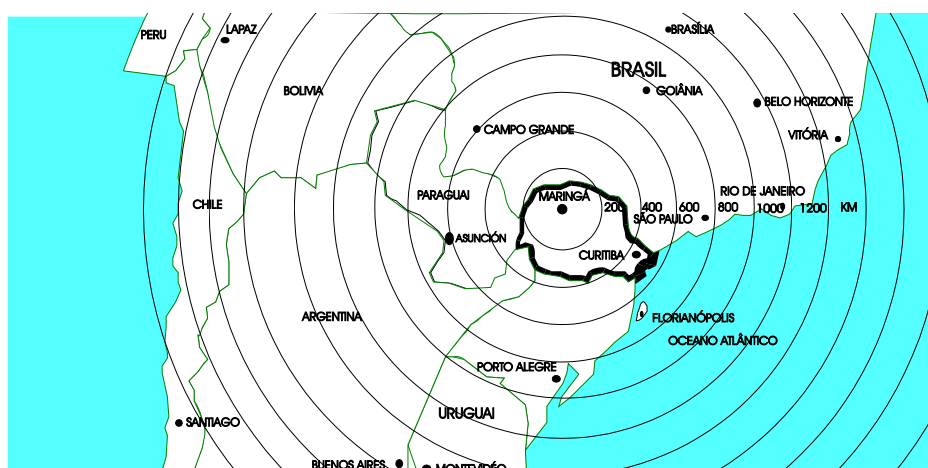
MARINGÁ E OS MERCADOS: SUL DE SÃO PAULO E MATO GROSSO DO SUL



No entanto este perfil de mercado sofreu profunda alteração com o Mercosul. As empresas aqui situadas, bem como as políticas municipais de desenvolvimento econômico devem considerar necessariamente esta nova realidade.

A partir de Maringá num raio de 1.400 quilômetros situam-se todos os principais mercados do Mercosul, conforme gráfico 2. E é esta localização privilegiada que deve permear as políticas de desenvolvimento do município daqui por diante.

MARINGÁ E O MERCOSUL



As políticas municipais de desenvolvimento econômico devem ter como objetivo sempre a melhoria da qualidade de vida, que pode ser resumida como de excelente padrão. Dentre os indicadores de qualidade de vida (tabela a seguir), podemos destacar os seguintes:

- PIB per capita acima da média paranaense e nacional;
- Quase 100% dos domicílios possuem água e luz elétrica.
- Mortalidade infantil igual a de primeiro mundo.

Indicadores Básicos de Desenvolvimento e Qualidade de Vida

Indicador	1993	1994
PIB per capita	US\$ 4473.53	US\$ 4818.91
Domicílios com ligação água	0.99	0.99
Domicílios com ligação elétrica	0.968	0.969
População atendida com esgoto	0.514	0.508
Domicílios com coleta de lixo	1	1
Emissoras de rádio	7	7
Emissoras de televisão	6	6
Terminais telefônicos por 1000 habitantes	164	162
Automóveis por 1000 habitantes	207	220
Consumo de energia elétrica per capita/MWH	0.54	0.55
Consumo per capita de água em M3	55.8	56.9
Coefficiente de mortalidade infantil (por 1000)	17.1	15
Coefficiente de mortalidade geral (por 1000)*	5	4.4
Mortalidade acima de 50 anos*	0.701	0.7051
Leitos hospitalares por 1000 habitantes	ND	4.4
Cobertura vacina básica	1	1
Rede municipal de saúde unidades básicas	ND	24
Teatros	4	4
Cinemas	4	4
Auditórios	34	34
Bibliotecas	8	8
Parques Florestais	9	9
Praças	95	95
Área Verde por Hab. (m2)	26.65	26.65

* Estimativas preliminares para o ano de 1994, sujeitas a alterações

FONTE: IPARDES, IBGE, SMS, COPEL, TELEPAR, DENTEL, DETRAN, SANEPAR.

Em resumo, Maringá é hoje uma cidade onde se estima viver 255.000 pessoas, produzindo, aproximadamente, o correspondente a R\$ 1,3 bilhões em produtos e serviços ao ano. Apesar disto, veremos a seguir que alguns indicadores econômicos são preocupantes e a não-reversão dos mesmos pode gerar uma drástica alteração no quadro atual de qualidade de vida. A seguir apresentam-se os fatores preocupantes.

ASPECTOS ECONÔMICOS PREOCUPANTES:

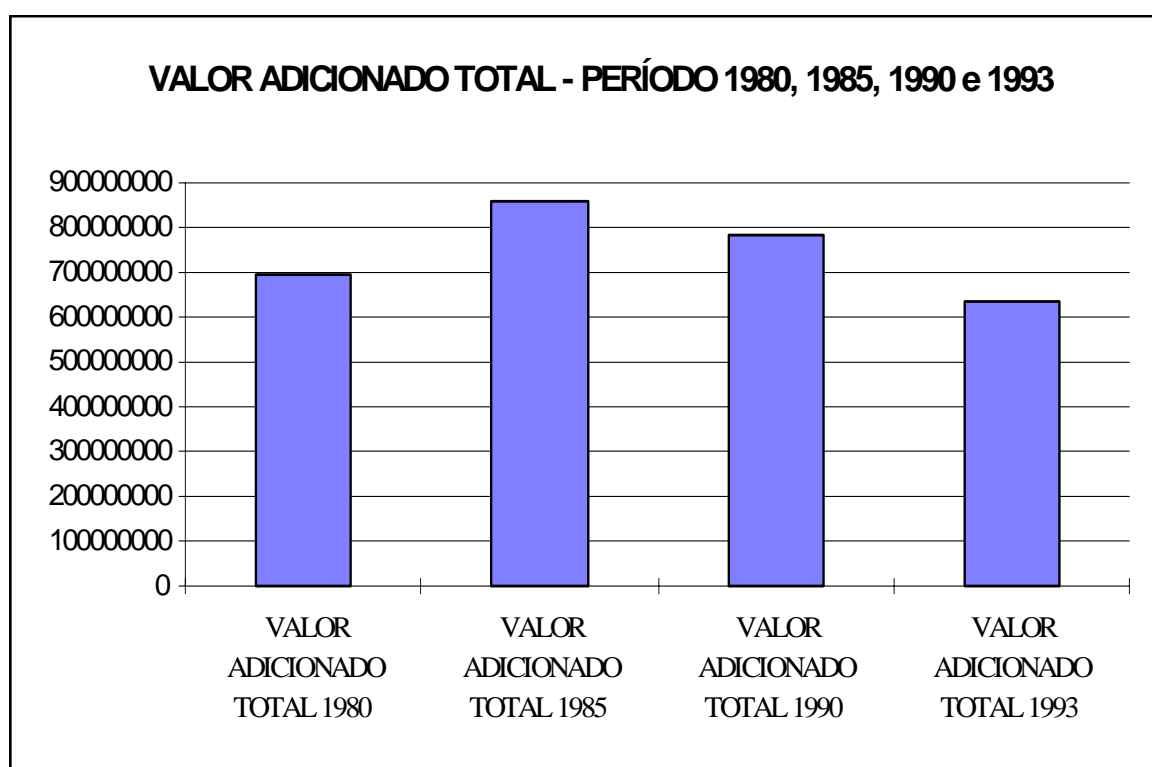
A disponibilidade limitada de dados não permite que nossa análise seja mais completa. Portanto, limitaremos a mesma às variáveis mais importantes. Os dados utilizados a seguir foram obtidos junto ao IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

O primeiro fator de desempenho que se busca analisar de uma sociedade é a sua capacidade de produzir bens e serviços. Maringá no período 1991 - 1994, cresceu em média 19,28%, portanto menos que o Estado do Paraná que cresceu 23,99%. O que significa que o município não acompanhou o desempenho do estado como um todo.

Um outro elemento que se considera é o valor adicionado do município. O valor adicionado mede a capacidade do município em agregar valor aos insumos.

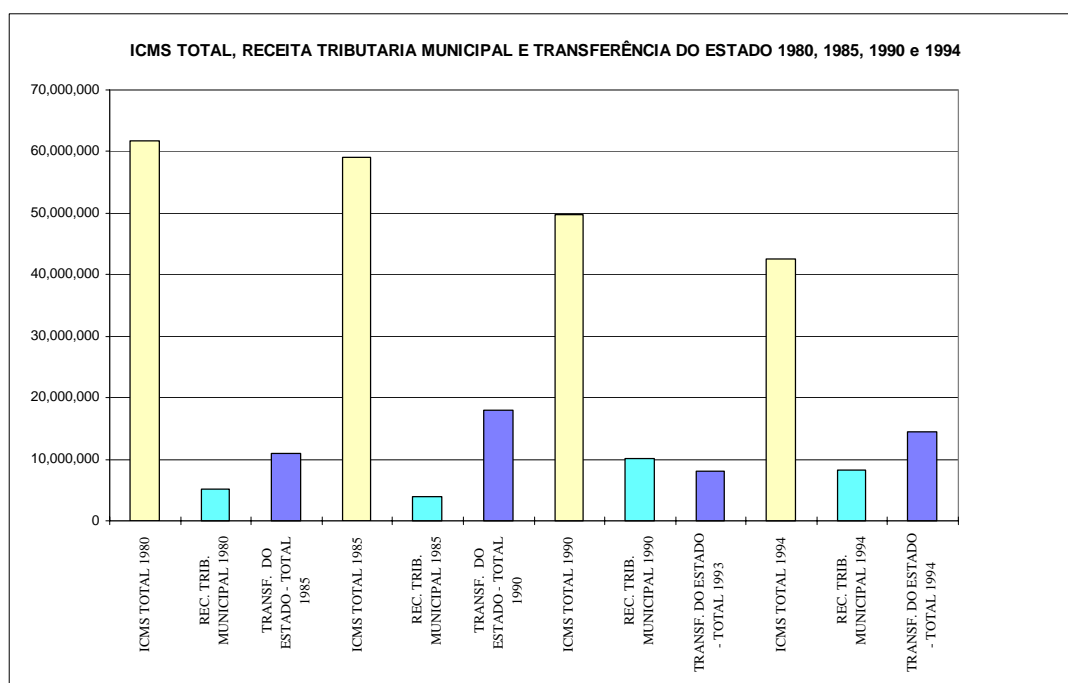
O valor adicionado para o período de 1980, 1985, 1990 e 1993, apresentado na figura a seguir, nos informa que o ano de 1985, onde ocorreu o ápice, tivemos um valor de aproximadamente R\$ 860,00 milhões de reais. Esta capacidade de agregar valor declinou até 1993 onde atingiu R\$ 635,00 milhões de reais. Sendo que, o valor adicionado de 1993 é inferior ao de 1980, R\$ 694,00 milhões de reais.

FIGURA 4



Esta preocupação aumenta quando consideramos outra importante variável, recolhimento de ICMS. O recolhimento de ICMS que atingiu em 1980, a cifra aproximada de R\$61,5 milhões de reais caiu vertiginosamente até 1994, quando atingiu R\$42,5 milhões de reais. Se verificarmos que deste total de recolhimento de ICMS somente 25% retorna ao município e, conforme figura 5, a receita tributária municipal e as transferências estaduais reduziram-se a partir de 1994, podemos concluir que a capacidade de investir do município reduziu drasticamente a partir de 1994.

FIGURA 5



Em síntese, estes indicadores econômicos pedem a implementação urgente de uma política econômica que reverta esse quadro. A seguir apresentaremos algumas idéias de políticas econômicas.

SUGESTÕES DE DIRETRIZES E POLÍTICAS ECONÔMICAS

Desde 1993, vem se tentando privilegiar o setor têxtil e da confecção em nosso município, tendo em vista que ele gera empregos a custo baixíssimo, aproximadamente R\$ 2.500,00 por novo emprego. A última radiografia que fizemos do setor de confecções, nos revelou um quadro assustador. Entre 1995 e 1996 fecharam 106 empresas, onde estima-se perda de 4.636 empregos. Atualmente, este setor possui os seguintes aspectos econômicos:

- * Emprega oficialmente e extra-oficialmente aproximadamente 13.200 pessoas;

- * Gera uma renda mensal estimada de R\$ 32,0 milhões de reais;

- * Possui em média 27 máquinas por empresa;

- * O percentual de máquinas ociosas estimado é de 14%.

A importância deste setor como fonte geradora de empregos, foi recentemente confirmada por estudos do BNDES que criou uma linha especial de investimento para o setor.

Cabe ressaltar que para que este setor se torne dinâmico em nosso município precisam ser implementadas as seguintes políticas:

- * Implantação do Pólo Têxtil e da Confecção, com os seguintes:

- i) Crédito de 17% do valor do total do investimento realizado em ICMS, para empresas novas e a expansão das atuais;

- ii) Isenção de tributos municipais por 10 anos;

- iii) Aprovação do Projeto Geração de Empregos junto ao governo do Estado, cujo valor solicitado de R\$ 2,5 milhões de reais para capital de giro, irá gerar aproximadamente 2.000 novos empregos, igual ao gerado pela Renault. A fonte deste recurso é o FDE do Estado que vem sendo exclusivamente utilizado nos investimento da região metropolitana.

- * Aprovação de uma lei que compute o ICMS gerados pela energia elétrica e telefonia, para as cidades, onde ocorre fator gerador. Apesar de não termos confirmação oficial, aparentemente o recolhimento de ICMS é computado inteiramente para a cidade de Curitiba, tendo em vista a localização da matriz das empresas naquela cidade.

* Aprovação de uma lei onde o recolhimento de ICMS por substituição tributária seja distribuído equitativamente entre os municípios.

* Elaboração do Anuário Econômico e Social de Maringá, para ser utilizado como marketing na atração de novos investimentos.

* Aprovação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e o Conselho de Desenvolvimento Econômico, para que conjuntamente com o poder executivo possa implementar políticas específicas para o desenvolvimento econômico e social do município.

REPENSANDO MARINGÁ

A Associação Comercial e Industrial de Maringá e o Núcleo da Federação das Indústrias do Paraná, após diversas sugestões e propostas de associados, decidiram iniciar o movimento **REPENSANDO MARINGÁ**, objetivando a retomada do prestígio e do crescimento econômico que Maringá teve no passado.

Pretende-se ainda sugerir a criação de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, com **caráter deliberativo**, o que se obteria com uma alteração da Lei Orgânica do Município, outorgando poderes ao mesmo para formular a Política de Desenvolvimento Econômico de Maringá. Com tais poderes poderemos ter um órgão que irá elaborar propostas e sugestões que poderão eventualmente ultrapassar em muito o mandato de um determinado prefeito, mas que serão acompanhadas e executadas como um projeto da sociedade. Igualmente pretende-se sugerir a criação do FMDM - FUNDO MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE MARINGÁ, que receberia um percentual do orçamento e de outras fontes, para ser gerido e administrado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento, objetivando respaldar financeira e estrategicamente o órgão executor das políticas de desenvolvimento econômico, ou seja, a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Agricultura.

O Conselho terá grandes responsabilidades como:

- Com o caráter deliberativo e consultivo, formular e fazer executar as políticas de desenvolvimento econômico.

- O Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá-CODEM, terá ainda, as seguintes atribuições:

I - Buscar o intercâmbio permanente com os demais órgãos municipais, estaduais e federais, assim como organismos internacionais e instituições financeiras, visando, a execução da política municipal de desenvolvimento econômico;

II - Gerir o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico-FMD, estabelecendo programas, e prioridades para a aplicação dos seus recursos;

III - Estabelecer diretrizes com vistas a geração de empregos e desenvolvimento econômico do Município;

IV - Criar, no âmbito de sua competência e com os recursos disponíveis do FMD ou outras fontes, programas e linhas de crédito de interesse da economia local;

V - Realizar estudos visando a identificação das potencialidades e vocação da economia do Município;

VI - Identificar problemas e buscar soluções para a geração de emprego, fortalecimento da economia e atração de investimentos;

VII - Firmar convênios acordos, convênios, termos de cooperação, ajustes, contratos, com instituições pública ou privadas nacionais ou internacionais;

IX - Contratar serviços de instituições ou profissionais no âmbito público ou privado, para atender, quando necessário seus objetivos;

X - Instituir, Câmaras técnicas, grupos temáticos, para a realização de estudos, pareceres, análises de matérias específicas, objetivando subsidiar suas decisões;

XI - Promover fóruns, seminários, ou reuniões especializadas, com o intuito de ouvir a comunidade sobre os temas de sua competência, quando for necessário, a juízo do plenário.

XII - Identificar e divulgar as potencialidades econômicas de Maringá, bem como, desenvolver diretrizes para a atração de investimentos;

XIII - Formular diretrizes para o estabelecimento de uma política de incentivos fiscais, tributários e outros, visando a atração de novos investimentos, bem como, a expansão, modernização e consolidação dos existentes;

XIV - Divulgar as empresas e produtos de Maringá, objetivando a abertura e conquista de novos mercados;

XV - Criar um sistema de informações, objetivando orientar a tomada de decisões, e a avaliação das políticas de desenvolvimento econômico do Município;

XVI - O Conselho no exercício das atribuições previstas nesta Lei, poderá estender suas ações aos Municípios ou entidades da Região.

Política Industrial

Que aproveite nossa posição estratégica no MERCOSUL, que com o advento da Estação Aduaneira do Interior (Porto Seco), com a viabilização do novo aeroporto, deve ser melhor explorada, buscando-se a realização de ações que projetem Maringá como um centro internacional de negócios do Mercosul, que pode polarizar uma grande área do interior do Sul, Sudeste e Centro Oeste do Brasil, especialmente em relação a negócios com a Argentina e o Paraguai.

- *incentivos tributários*
- *isenção de impostos municipais por dez anos*
- *retorno de cinquenta por cento do ICMS, gerado pelo novo investimento durante os primeiro cinco anos;*
- *criação de distritos industriais, com venda ou doação de terrenos, nos termos da política industrial formulada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Maringá;*
- *incubadoras industriais* - o projeto das incubadoras industriais tem por objetivo a cessão do espaço físico necessário ao funcionamento de empresas novas, pelo prazo de até dois anos, onde o empresário encontrará uma estrutura básica compartilhada em regime de condomínio industrial, e durante o prazo de concessão terá oportunidade para consolidar-se e, no momento em que puder ter o seu espaço físico próprio deixará a incubadora abrindo espaço para uma nova empresa.
- *integração horizontal e vertical da produção em setores chaves* - através deste programa uma ação do município identificaria os setores que poderiam ser objeto de integração da produção, integração, da gestão, integração da aquisição de matérias-primas,

integração da comercialização. Dessa forma usando uma única logomarca, um setor inteiro, como por exemplo moveleiro, venderiam conjuntos inteiros, como se tivesse sido produzido por uma única fábrica. Uma empresa produzira por exemplo, tampos de mesa, outra as cadeiras, outra balcões, outras o estofado, outras acessórios e integradas teriam o seu produto comercializado com uma marca que as identificasse recebendo suporte do Município na promoção, divulgação e comercialização de seus produtos, inclusive em nível internacional, como MERCOSUL. Esta proposta seria viável, para alimentos, confecções, inclusive agroindústria.

- ***Banco Municipal de Fomento*** - em decorrência da criação do FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO e, através de convênio com o Banco do Estado do Paraná S.A, o FMD definiria linhas de crédito para a criação de pequenos negócios. Por exemplo, a Fundação de Desenvolvimento Social de Maringá, criando um programa para profissionalizar pessoas à margem da cadeia produtiva, criaria uma linha de crédito especial de prazo longo, para incentivar a criação do próprio negócio. Exemplo: um ***bóia fria***, treinado pela Fundação poderia tornar-se um jardineiro, um encanador, um electricista, um dedetizador, etc. Evidentemente faltar-lhe-ia capital, para a compra dos equipamentos, ferramentas, enfim o instrumental necessário ao início da atividade. Provavelmente nenhum banco lhe concederia tal linha de crédito. Necessitaria também algum capital de giro, até que o seu pequeno negócio começasse a render. Dessa forma, através do FMD e do convênio mencionado, teria nascido O ***BANCO MUNICIPAL DE FOMENTO***, que poderia viabilizar um número ilimitado de linhas, programas, e ações, a juízo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

- ***Criação de cooperativas de trabalhadores autônomos*** - os pequenos negócios criados pelo programa, poderiam ser fortalecidos através de uma cooperativa que congregue trabalhadores autônomos, em uma central que receberia chamados, faria divulgação, e controle de qualidade dos serviços prestados por seus membros, sendo desligados aqueles que não atendessem estas condições.

- ***Implantação e fortalecimento de um polo têxtil e da confecção*** - Maringá, possui 352 indústrias de confecções, que somadas às da região, ultrapassam mil empresas.

Estas empresas sofrem a grande competição com os produtos importados, e não tem claramente definido seu espaço mercadológico, por não possuírem um produto competitivo e diferenciado.

O setor têxtil necessita de um tratamento especial do poder público, passando, por uma política fiscal e tributária diferenciada, por linhas de crédito que viabilizem a maturação do projeto em um prazo maior do que as existentes, na adoção de modernas técnicas de produção, com a incorporação de tecnologia de vanguarda, como **CAD** (*computer aided design*) - onde a montagem do molde de corte é feita pelo computador minimizando perdas) e do **CAM** (*computer aided manufacturing*), sendo que tais sistemas poderiam ser compartilhados por empresas e viabilizados pelo FMD, onde o fundo os adquiriria *colocando-os à disposição dos empresários*.

Criação de um centro de **design**, para treinamento de desenhistas de moda, modelistas, que viabilizassem a geração do produto diferenciado por padrões de modelagem inovadora, criando um espaço de mercado.

Promoção da cidade como **produtora de moda** de alto padrão e qualidade.

Central de compras de matérias primas, insumos, equipamentos e demais componentes da indústria de confecções.

Inserção de Maringá e Região nas políticas macro do Governo do Estado

É necessária uma ação urgente do Governo Estadual para a retomada do investimento e desenvolvimento na região.

É flagrante o caso do desemprego, do desaquecimento da economia, da falta da criação de novas empresas e novos negócios, razão pela qual se impõe um tratamento diferenciado para a região, como meio de contrabalançar as vantagens comparativas de Curitiba e Região Metropolitana, que nos últimos anos passaram a concentrar os principais e mais importantes investimentos do Estado do Paraná.

A concentração de investimentos naquela região - Capital e Região Metropolitana - vem representando também contração de problemas sociais, na medida em que gera uma expectativa em milhares de pessoas do Paraná e outros Estados para lá se dirigem na busca do que é hoje o maior sonho do trabalhador que é um emprego digno com um salário justo.

Dessa forma, para equilibrar tais diferenças regionais, é necessário que o prefeito de uma cidade como Maringá, assuma posições políticas claras no sentido de mostrar às autoridades a necessidade de um tratamento tributário que viabilize a atração dos investimentos tão necessários e desejados.

Turismo

Ações junto a operadores de turismo dos grandes centros, objetivando integrar Maringá, no pacotes, por ele negociados, especialmente nos casos de *turismo de compra*, inclusive buscando fortalecer Guaíra como um pólo de turismo de compra, uma vez que o fortalecimento daquela cidade resultará em grandes benefícios para Maringá.

Buscar na realização de feiras e eventos do gênero, a realização simultânea, de eventos de nível regional, estadual e nacional, com temas de interesse dos participantes, como forma de incrementar o *turismo de eventos*.

A verticalização dos produtos básicos da agricultura regional

Nossa região tem grande produção de grãos, como soja, milho, trigo, de amido de mandioca, de cana de açúcar, de bovinos, de aves e de suínos e nosso maior desafio é industrializá-los em todos os níveis, formando uma cadeia produtiva integrada de todos os produtos.

Dessa forma o grande número de avicultores existentes na região, resulta na transformação de milho em proteína animal, sendo indispensável o fortalecimento de tal setor em razão do grande número de empregos, que gera, da distribuição de renda que proporciona, exigindo um tratamento diferenciado por parte das autoridades.

O Governo do Paraná através do FDE - FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, viabilizou a implantação de um pólo dessa natureza na região de Pitanga, através de linhas de crédito especiais, como prazo longo e taxas de juros compatíveis, com o retorno da atividade, onde um grande número de produtores passaram a integrar-se com a FRIGROBRÁS-SADIA, sendo o fomento da atividade avícola todo feito pelo Governo do Estado.

Necessitamos buscar, atrair empresas com tecnologia de vanguarda para a verticalização do milho, do amido, o que será possível através da realização de estudos de viabilidade técnica e econômica, de pré-projetos, que o Município poderia elaborar e oferecer a investidores no Brasil e no MERCOSUL.

A criação de um Pólo Alcool-Químico, agregando valor à produção da cana de açúcar que hoje ocupa extensas áreas na região, podendo gerar um maior valor agregado.

Fortalecimento do setor de couros e curtumes, buscando a implantação de unidades de terminação de couros e de industrialização de seus derivados. Grande parte dos

curtumes do Paraná encontram-se em nossa região, todavia quase todos não terminam o processo de industrialização do couro, sendo que uma ação importante seria a terminação do couro e a criação de indústrias de derivados a partir da oferta de tais matérias primas, inclusive produzindo moda de couro, para cujos produtos há grande demanda, integrando e fortalecendo o setor de confecções, hoje já representativo em nossa região.

Política de Desenvolvimento Agro-Industrial

Profundas mudanças no modelo agrícola de nosso Município fizeram com que perdessemos população no campo.

Tal situação exige de nossas autoridades uma política agressiva de suporte ao homem do campo, com a adoção de tecnologia de ponta, de um programa forte de micro-indústrias rurais, onde possamos inverter a rota levando o homem de volta para o campo, produzindo alimentos de alto valor agregado, com o Município e o Estado, oferecendo suporte de crédito, assistência técnica e comercialização. É viável a criação de um grande *centro de comercialização de produtos agro-industriais*, aproveitando o potencial de Maringá como polo de uma região de quase dois milhões de pessoas, além de milhares de turistas que mensalmente passam por Maringá em direção ao Paraguai.

O produtos seriam gerados a partir de programas do Município com a EMATER, como resultado de um programa, que passa pelo treinamento, dos produtores, divulgação de técnicas e processos produtivos, controle de qualidade feito pela Universidade Estadual de Maringá e pelo Instituto de Tecnologia do Paraná-TECPAR.

Planejamento

Criação de um órgão forte que possa planejar ações, estratégias, buscar caminhos, recursos, e sugerir medidas que beneficiem o desenvolvimento de Maringá e região.

Fortalecimento de nossas Instituições

Buscar definição de política do Governo do Paraná para o ensino superior e o fortalecimento de nossa rede de saúde, apoiando, as reivindicações e projetos institucionais,

é indispensável para o desenvolvimento econômico, a existências de instituições de excelência em educação e saúde.

Pelo exposto, as lideranças empresariais de Maringá estão conduzindo o movimento denominado **REPENSANDO MARINGÁ**, com a esperança de empolgar pessoas, envolver entidades e fazer com que cada Maringaense seja parte ativa neste processo de retomada do desenvolvimento, da recuperação do prestígio, uma vez que só temos duas alternativas: **CRESCER OU CRESCER**.

Estamos nos colocando como *força auxiliar* de nossas autoridades e da classe política. Não se trata de um movimento de substituição dos políticos ou de autoridades, mas sim da busca do exercício da cidadania da integração das organizações da sociedade civil, com nossas autoridades e representantes.

Anexo 3:**DIRETRIZES PARA MARINGÁ 2020*****Objetivos para a consolidação***

O **Movimento Repensando Maringá**, que culminou com a criação do CODEM, definiu a Maringá esperada para o ano 2020, como esforço de programação de longo prazo da cidade desejada para o futuro. Essa definição constitui-se em **norte orientador das ações e da construção de políticas de desenvolvimento econômico do CODEM**. Foram as seguintes principais definições de objetivos a serem perseguidos, por câmara técnica ou grupo de estudo, para a Maringá de 2020.

1- CÂMARA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS**Diretrizes**

O crescimento da cidade deve ser planejado de maneira a consolidá-la como cidade de porte médio com população aproximada de 500.000 habitantes. A qualidade de vida deve constituir-se no principal objetivo da sociedade, compreendendo melhor distribuição de renda, elevados padrões de riqueza, de educação, de saúde, de saneamento, de habitação, de urbanização, de comunicação, de transporte, de segurança, a preservação do meio ambiente e com desenvolvimento harmônico do maringaense em artes, música, filosofia, folclore, literatura, esporte, lazer e línguas. O planejamento urbano deve integrar o desenvolvimento humano com a natureza, de maneira a harmonizar o homem e a natureza. A sociedade civil deve ser organizada e representativa na ação política objetivando o bem comum. Maringá deve constituir-se no local onde o ser humano possa ser plenamente feliz com a sua dignidade respeitada num ambiente de plena liberdade.

2- CÂMARA DE ASSUNTOS UNIVERSITÁRIOS E CÂMARA ESPECIAL PARA ASSUNTOS DA UEM**Diretrizes**

Transformar Maringá em centro de excelência de desenvolvimento científico e tecnológico e de formação universitária. As demandas, necessidades e/ou deficiências regionais devem ser objeto de profunda investigação e domínio no sentido de identificar os meios de atendê-las ou superá-las. A formação empreendedora deve se constituir em matéria curricular dos ensinos superior e médio.

3- CÂMARA DE INTEGRAÇÃO TECNOLÓGICA**Diretrizes**

O crescimento econômico deve ter como fim último o desenvolvimento social e o seu processo contínuo deve buscar sustentabilidade com controle e preservação ambiental. Portanto, o que se pretende é que a cidade se torne um centro avançado de geração e integração tecnológica, com capacidade para desenvolver e aprimorar produtos, processos e serviços. Para isso, poderá instalar o Centro de Tecnologia Industrial, Incubadoras Tecnológicas e um Centro de Empreendedorismo, visando a consolidação de uma Tecnópolis. O objetivo é o de alcançar modelo econômico sustentável, com atividades de grande agregação de valor que proporcionem elevados níveis de emprego e renda à população local. Novas atividades, tais como *software* e comunicações, devem receber especial atenção para vocacionar a Cidade na geração dessas riquezas.

4- CÂMARA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Diretrizes

As oportunidades de negócios devem ser criadas para o aproveitamento dos vazios setoriais e para o alongamento de cadeias produtivas, privilegiando a agroindústria, as atividades de alta agregação de valor e com uso intensivo de tecnologias. Os investimentos em turismo e lazer devem merecer atenção especial. Também deve estabelecer mecanismo para detectar e possibilitar acesso a fontes de financiamentos e investidores para as diversas áreas objeto da ação do CODEM. O setor de serviços será o maior absorvedor de mão-de-obra, portanto, o seu fortalecimento contribuirá para a geração de postos de trabalho, vocacionando a cidade como centro prestador de serviços, consolidando-a como pólo de excelência em seus serviços tradicionais de educação e saúde e aperfeiçoa-la na realização de eventos e nas atividades de turismo, lazer, artes, arquitetura, urbanismo e gastronomia, entre outras.

5- CÂMARA DE AGRICULTURA E AGROINDÚSTRIA

Diretrizes

Consolidar Maringá como pólo agroalimentar de base tecnológica, com agricultura empresarial forte, diversificada e internacionalmente competitiva. As pequenas e micro propriedades rurais devem ser preservadas, buscando-se, para isso, desenvolver atividades que permitam sustentabilidade econômica e ambiental.

6- CÂMARA DO COMÉRCIO EXTERIOR

Diretrizes

Atribuir à Cidade a função de centro de comércio internacional, com a constituição de um portal do Brasil e do Resto do Mundo para o Mercosul e vice-versa. Também deve integrar as diversas entidades empresariais para definir políticas e diretrizes com o objetivo de fomentar ações que fortaleça as condições para consolidar Maringá como cidade exportadora. O setor de serviços será o maior absorvedor de

mão-de-obra, portanto, o seu fortalecimento contribuirá para a geração de postos de trabalho.

7- CÂMARA DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SETOR IMOBILIÁRIO E COMISSÃO NOVO CENTRO/AEROPORTO

Diretrizes

O crescimento da cidade deve ser planejado de maneira a consolidá-la como cidade de porte médio com população aproximada de 500.000 habitantes. A qualidade de vida deve constituir-se no principal objetivo da sociedade, compreendendo saneamento, habitação, urbanização, comunicação, transporte. O planejamento urbano deve integrar o desenvolvimento humano com a natureza, de maneira a harmonizar o homem e a natureza. O setor de serviços será o maior absorvedor de mão-de-obra, portanto, o seu fortalecimento contribuirá para a geração de postos de trabalho.

8- CÂMARA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E SETOR DO VESTUÁRIO

Diretrizes

Transformar Maringá em Pólo da Indústria Têxtil e centro produtor de moda reconhecido como “Capital da Moda” do sul do Brasil. E ainda caracterizar Maringá como um centro de formação e treinamento de recursos humanos para diversas áreas de produção e da gestão industrial e de serviços, mediante a instalação de Centro de Tecnologia Industrial, de Incubadoras Tecnológicas e de um Centro de Empreendedorismo, visando a consolidação de uma Tecnópolis. O objetivo é o de alcançar modelo econômico sustentável, com atividades de grande agregação de valor que proporcionem elevados níveis de emprego e renda à população local. O setor de serviços será o maior absorvedor de mão-de-obra, portanto, o seu fortalecimento contribuirá para a geração de postos de trabalho.

09- CÂMARA DA EDUCAÇÃO (Incluída)

Diretrizes

A educação é fator importante para a população maringaense no processo de desenvolvimento e está adaptada às necessidades de formar consciência e preparar para o mundo competitivo. O ensino médio é de qualidade com formação em áreas técnicas para atender as necessárias do município. A formação empreendedora e de liderança deve se constituir em matéria curricular.

Que Maringá seja reconhecida como cidade de cultura elevada e geradora de conhecimento, tornando-se um polo referencial em educação.

10- CÂMARA DE SERVIÇOS DE SAÚDE (Incluída)

Diretrizes

Consolidar Maringá como centro prestador de serviços, transformando a cidade como pólo de excelência em serviços de saúde, integrando os vários setores da atividade, para ampliar a oferta de especialidades, desenvolvendo e absorvendo novas tecnologias.

11- CÂMARA DE ASSUNTOS DO GASODUTO (Assuntos de Infra-estrutura)

Diretrizes

- ✓ Gasoduto e Rede de distribuição
- ✓ Termelétrica
- ✓ Hidrovia do Ivaí
- ✓ Aeroporto Internacional
- ✓ Parques Industriais, Cidade Industrial, Business Park
- ✓ Rodovias
- ✓ Ferrovia
- ✓ Telecomunicações/Teleporto
- ✓ Hidroelétrica de Três Figueiras

ESTRATÉGIA DE AÇÃO DO CODEM

Tomando o conjunto de objetivos definidos para a Maringá de 2020 como diretriz para as ações do CODEM, este definiu suas estratégias que conduzisse a Cidade para aquilo que sua comunidade almeja que ela seja em 2020.

O primeiro passo foi o de eleger um modelo teórico que pudesse explicar e orientar as ações que promovam o desenvolvimento econômico e que, portanto, poderia ser tomado como estratégico para o cumprimento das funções do Conselho.

Neste sentido, o CODEM entende que o desenvolvimento econômico de uma sociedade está estreitamente ligado à capacidade inovadora de seu povo. A inovação se manifesta de diversas formas e são pelos novos investimentos que ela gera que se impulsiona o desenvolvimento econômico e social. Sem a inovação e os aspectos monopolísticos a ela intrínsecos, a economia não experimentará surtos de desenvolvimento, mas simplesmente poderá crescer até o nível do aumento vegetativo da sua população.

A capacidade inovadora é uma das principais características do empreendedor. Portanto, quanto mais empreendedores dispõem uma sociedade, maior poderá ser o seu nível de desenvolvimento. Uma sociedade cresce e se desenvolve por meio da figura do empreendedor, cuja principal função é criar novos produtos ou serviços ou novas maneiras de produzi-los para atender determinada demanda, efetiva ou potencial.

Sob o ponto de vista local ou regional, os empreendedores podem ser formados através de seu sistema educacional e/ou obtidos por migração e/ou atraídos por meio de oportunidades para seus empreendimentos.

A hipótese da migração do empresário empreendedor é muito remota, o que não recomenda esforços específicos. A formação do empresário empreendedor trará resultados somente no longo prazo, mas é uma estratégia de implementação indispensável, para os propósitos do desenvolvimento auto-sustentável. Finalmente, a hipótese de atrair os empreendedores por meio de seus investimentos, é a que proporciona resultados mais imediatos, podendo, inclusive, criar ambiente mais propício para o surgimento de empresários empreendedores locais.

Diante dessas premissas, a espinha dorsal do planejamento do desenvolvimento estabelecida pelo CODEM, envolve ações, cujos retornos esperados, estão calcadas em três dimensões temporais: curto, médio e longo prazos.

1. Curto Prazo:

Criação de mecanismos e políticas que atraem empreendedores externos a facilitem os aqui existentes a ampliarem seus investimentos e negócios. Sob estas perspectivas, foram ou estão sendo implementados os seguintes projetos ou ações:

- Zona de Processamento Aduaneiro (ZPA); Executado
- Centro de Distribuição do Mercosul; Proposto
- Cinturão Verde; Proposto
- PRODEM – Programa de Desenvolvimento Econômico de Maringá-; Executado
- Incubadora Tecnológica; Executado
- Apoio aos Executivos Municipal e Estadual, na Atração de Investimentos (Solabiá, GVT, Alcatel e outras Empresas ZPA e várias em negociação); Em andamento
- Maringá é Qualidade de Vida; Em parte
- Casa de Microcrédito –Banco do Povo-; Executado
- Selo de Qualidade e de Controle Sanitário de Produtos Artesanais para Consumo Humano, de Origem Animal ou Vegetal; Proposto mas não evoluiu. Deverá ser retomado com o projeto do Agropólo
- Pólo da Indústria Têxtil e da Confecção; Proposto: evolução parcial
- Marketing de Maringá (Folder, Vídeos, CD-ROM, Web Page, etc.) Executado; fazer nova edição atualizada
- Cursos de Treinamento e Requalificação Profissional (SERT/FAT); Em execução
- Contenção dos Condomínios Rurais; Executado
- Audiência Pública para Corrigir Problemas de Impacto Ambiental; Executado
- Escola de Jardinagem; Em andamento
- Projeto Via Empresa da SEICT; Em andamento
- Participação na defesa do projeto do Arenito Caiuá; Em andamento
- Proposta de extensão do Projeto Arenito Caiuá para as regiões de arenito dos Estados de São Paulo e do Mato Grosso do Sul; Proposta ao Governo do Estado
- Proposta de ocupação do Novo Centro e do Aeroporto Gastão Vidigal; Em andamento
- Revitalização da ZPA; Em andamento

- Implantação do Maringá “Convention and visitors Bureau”; Projeto sendo conduzido pela SEICT
- Projeto de abordagem estratégica para a reciclagem do lixo de Maringá; Proposto ao Município e não implantado
- Censo Econômico em Maringá; Em andamento
- Agropólo para a Região da AMUSEP; Em andamento
- Centro Regional de Tecnologias Emergentes da Grande Área de Maringá; Em andamento
- Via Turística Rural; Em andamento

2. Médio Prazo:

Direcionamento dos investimentos por meio dos planos de desenvolvimento setoriais visando atrair, consolidar e emergir novos empreendedores nos diversos ramos do comércio, indústria e prestação de serviços, em especial, naqueles em que, devido a vocação do Município e da Região, possuem vantagens comparativas.

Diante das impossibilidades financeiras e técnicas do Conselho elaborar os planos de desenvolvimento setoriais, optou por gerar um documento a partir de propostas formuladas, discutidas e eleitas pelas entidades que o compõem, denominado “O Que Maringá Espera do Novo Governo”. O objetivo foi de propor aos então candidatos a governador do Estado, um conjunto de ações que viessem ao encontro dos propósitos de desenvolvimento econômico de Maringá e Região, para serem implementadas pelo Governo eleito.

Este documento tem balizado o CODEM em suas ações de alcance de médio prazo. Vários projetos e propostas de políticas de desenvolvimento nele contidos, estão ou devem ser implementadas. Além desse documento, novos projetos de carácter instrumental e estrutural estão sendo definidos e implementados.

- Agência de Desenvolvimento Regional: Proposto como ZPA 2, mas ainda não prosperou;
- Cursos Profissionalizantes de Nível Pós-Médio; Centro Tecnológico de Maringá - CTM
- Programa de Industrialização do Interior do Paraná: Infra-Estrutura Internacionalmente Competitiva, compreendendo:
 - Gasoduto; em andamento
 - Termelétrica; em andamento
 - Hidrovia do Ivaí; em início
 - Hidroelétrica de Três Figueiras; em discussão
 - Duplicação das Rodovias; PPA (Gov. Federal)
 - Extensão da Ferrovia de Cianorte a Guaíra e de Maringá a Campo Mourão; PPA (Gov. Federal)
- Região Metropolitana de Maringá; Lei a regulamentar
- Cidade Industrial de Maringá e Distritos Industriais das Cidades da Região Metropolitana e Business Park;
- Aeroporto Internacional de Maringá/Parque de Negócios;

- Trem de passageiros Maringá/Londrina (VLT);
- Maringá-Tecnópolis (incubadoras, laboratórios, facilidades físicas, infra-estruturais, financeiras, logísticas, etc.)
- Construção e análise de Indicador de Atividade Econômica; em andamento
- Matriz Insumo-Produto para a Região Metropolitana; em andamento.

3. Longo Prazo:

São políticas que visam a formação de novos empreendedores, por meio da adequação do sistema educacional local. Neste sentido o CODEM:

- Participou ativamente para viabilizar a oferta de cursos de formação de empreendedores, pela Universidade Estadual de Maringá e pelo SEBRAE, destinados a alunos de graduação;
- Prestou o seu apoio institucional e participou das negociações para viabilizar a oferta dos cursos de graduação pela UEM na área de tecnologia (Engenharias);
- Vem participando do processo de viabilização dos recursos para as edificações do Câmpus da Universidade;
- Vem implementando, por meio de sua Câmara de Assuntos Universitários, o projeto que visa adequar os currículos dos cursos oferecidos pelas IES de Maringá, para oportunizar a formação de empreendedores, objetivando alertar as IES para essa conveniência e passar a incluir em seus cursos, conteúdos programáticos que contemplem tal formação. Pesquisa nesse sentido está sendo elaborada envolvendo os alunos formados pelas IES (Instituições de Ensino Superior) de Maringá;
- Participou ativamente da criação do CTM –Centro Tecnológico de Maringá- o qual viabilizará a oferta dos cursos de formação profissional de níveis médio e pós-médio. Já foi firmado convênio com o Ministério da Educação no valor de R\$ 2,2 milhões para instalar os laboratórios do Centro. No próximo ano, os cursos devem ser ofertados em parceria com o Senai.

Uma economia só presta, só faz sentido, só vale, se ela existir para alimentar, educar e empregar as pessoas. Todas as empresas públicas ou privadas, grandes ou pequenas, nacionais ou multinacionais, só prestam, só valem a pena, se elas contribuírem para construir um país onde todos possam ter o atendimento de suas necessidades fundamentais.

Betinho